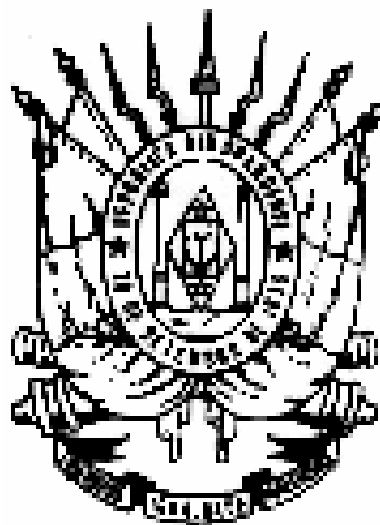


PLANO PLURIANUAL 2008-2011



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PLANO PLURIANUAL

2008 – 2011



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADORA DO ESTADO

Yeda Rorato Crusius

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS

Jesus Humberto Coffi Rodrigues

VICE-GOVERNADOR

Paulo Afonso Girardi Feijó

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO

João Carlos Fagundes Machado

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO

Eliana Soledade Graeff Martins

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS

INTERNACIONAIS

Nelson Luiz Proença Fernandes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

José Francisco Mallmann

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Mariza Vasques de Abreu

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Aod Cunha de Moraes Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Ariosto Antunes Culau



**SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DOS RECURSOS HUMANOS**
Maria Leonor Luz Carpes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Osmar Gasparini Terra

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Fernando Luís Schüller

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
Daniel de Moraes Andrade

SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA
Mônica Leal Markusons

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Pedro Bandarra Westphalen

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER
Luis Augusto Barcellos Lara

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Carlos Otaviano Brenner de Moraes

DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO
Maria de Fátima Záchia Paludo

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA CASA CIVIL
Luiz Fernando Salvadori Záchia

CHEFE DA CASA MILITAR
Cel. Dalmo Itaboraí dos Santos do Nascimento

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL**
Paulo César Castanheiro Coelho



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PLANO PLURIANUAL 2008 - 2011**

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO,
SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**
Marco Aurélio Soares Alba

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Marco Antonio Barbosa Leal

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**
Celso Bernardi

**PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
Dep. Frederico Antunes

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA IRRIGAÇÃO E
USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA**
Rogério Porto



SUMÁRIO

MENSAGEM	11	2.2. O Financiamento do PPA	56
APRESENTAÇÃO	13	2.2.1. As Receitas e Despesas orçamentárias.....	56
1 PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA NO PERÍODO 2003-2006	17	2.3. As Demais Fontes de Financiamento	58
1.1. A Conjuntura Econômica Nacional	17	3 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO ESTADO	60
1.1.1. A Indústria Brasileira	17	3.1. Desenvolvimento econômico sustentável: mais e melhores empregos para os gaúchos	61
1.1.2. A Agropecuária Brasileira	18	3.1.1. Ampliar a capacidade de inovação tecnológica gaúcha.....	61
1.1.3. O Setor de Serviços no Brasil.....	20	3.1.2. Intensificar a atração e promoção de investimentos privados ambientalmente sustentáveis.....	62
1.1.4. Balanço de Pagamentos.....	20	3.1.3. Aumentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio	63
1.1.5. Indicadores de Preços no Brasil	22	3.1.4. Implantar o Plano Estadual de Irrigação e otimizar os usos múltiplos das águas.....	64
1.2. Panorama Econômico do Rio Grande do Sul	23	3.1.5. Promover o turismo com ênfase na infra-estrutura e no turismo sustentável	65
1.2.1. A Indústria Gaúcha	25	3.1.6. Aumentar a eficiência dos órgãos reguladores ambientais e fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão ambiental e de recursos hídricos	66
1.2.2. A Agropecuária Gaúcha.....	27	3.1.7. Ampliar os investimentos na infra-estrutura econômica e superar os principais gargalos de transporte.....	67
1.2.3. O Setor Gaúcho de Serviços	29	3.1.8. Priorizar a diversificação da matriz energética, com ênfase nas energias renováveis	69
1.2.4. Relações Comerciais do Rio Grande do Sul com o Exterior.....	30	3.1.9. Atrair e promover investimentos nas regiões em apoio aos sistemas de produção local com base em planejamento estratégico.....	70
1.3. Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul	32	3.1.10. Estimular o empreendedorismo, associativismo e parcerias com o terceiro setor	70
1.3.1. Da Situação das Finanças Públicas	33	3.2. Desenvolvimento social: mais qualidade de vida para todos	71
1.3.2. Do Financiamento do Déficit ao Longo do Tempo	34		
1.3.3. Da Evolução de Indicadores das Contas Públicas	35		
1.3.4. Das Receitas Públicas	37		
1.3.5. Da Modernização de mecanismos de incremento da Receita	42		
1.3.6. Das Transferências Constitucionais da União.....	42		
1.3.7. Da Desoneração do ICMS sobre as Exportações	45		
1.3.8. Dos Grandes Agregados da Despesa Pública	46		
1.3.9. Das Considerações Finais	53		
2 O CENÁRIO PARA A PROJEÇÃO DO PPA 2008-2011	56		
2.1. O Cenário Macroeconômico	56		



3.2.1. Oferecer educação escolar de qualidade, com universalização do acesso, redução da repetência e da evasão escolar.....	72
3.2.2. Garantir os níveis de aprendizagem apropriados no ensino fundamental e médio com avaliação da aprendizagem e capacitação dos agentes educacionais	73
3.2.3. Assegurar a alfabetização de todas as crianças ao final do segundo ano do ensino fundamental	73
3.2.4. Ampliar e diversificar as oportunidades de acesso a cursos profissionalizantes de nível médio ou pós-médio e a cursos tecnológicos de nível superior	74
3.2.5. Implantar sistemas de atendimento às famílias abaixo da linha da pobreza com abordagem integrada.....	75
3.2.6. Orientar e ampliar o acesso ao sistema de saúde pública por intermédio do Programa de Saúde da Família – PSF	77
3.2.7. Focalizar o atendimento integral de saúde nos primeiros anos de vida e na terceira idade	77
3.2.8. Ampliar a capacidade e a regionalização da prestação de serviços de saúde especializada	79
3.2.9. Estimular a conexão de novos domicílios à rede de esgotamento sanitário e ampliar as estações de tratamento	79
3.2.10. Promover condições básicas de habitabilidade em parceria com o Governo Federal, Municípios e organismos sociais.....	81
3.2.11. Intensificar a prevenção à violência e à criminalidade.....	82
3.2.12. Reduzir a criminalidade.....	83
3.2.13. Reformar o sistema prisional	84
3.2.14. Estimular a prática do esporte com foco nos jovens	85
3.2.15. Oferecer perspectivas promissoras de futuro à juventude gaúcha.....	85
3.2.16. Viabilizar o acesso da sociedade à cultura	86
3.3. Finanças e gestão pública: um Estado a serviço do cidadão.....	87
3.3.1. Modernizar a gestão da receita do Estado	88
3.3.2. Iniciar a reforma do sistema previdenciário estadual.....	88
3.3.3. Racionalizar a despesa com esforço compartilhado entre todos os Poderes e reestruturar a dívida pública com a União	89
3.3.4. Implantar um modelo de gestão pública pautado em resultados.....	90
3.3.5. Modernizar os serviços públicos.....	90
3.3.6. Implantar uma gestão de recursos humanos focada na qualificação do servidor	91
3.4. Outras funções essenciais ao Estado: Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e as relações institucionais do Governo	91
3.4.1. Poder Legislativo.....	91
3.4.2. Poder Judiciário	92
3.4.3. Ministério Público	92
3.5. Programas Transversais: políticas públicas para segmentos sociais em vulnerabilidade.....	93
3.5.1. Juventude.....	93
3.5.2. Igualdade de gêneros	93
4 O PLANO PLURIANUAL – APERFEIÇOAMENTO E REGIONALIZAÇÃO.....	95
4.1. Aperfeiçoamentos Introduzidos no PPA 2008-2011	95
4.2. Regionalização do PPA e Participação da Sociedade.....	95
PROJETO DE LEI.....	97
ANEXO – PROGRAMAS E AÇÕES.....	103
Desenvolvimento Econômico Sustentável: mais e melhores empregos para os gaúchos	105
Desenvolvimento Social: mais qualidade de vida para todos	153
Finanças e Gestão Pública: um Estado a serviço do cidadão	203
Outras Funções Essenciais ao Estado	231
Resumo das Despesas por Fonte.....	244



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MENSAGEM

2008 – 2011



APRESENTAÇÃO

O Rio Grande do Sul está diante de um dos maiores desafios de sua história recente. Embora, entre 1995 e 2004 o Estado tenha apresentado um desempenho econômico próximo à média nacional, seu crescimento tem sido irregular, com momentos de alta expansão, seguidos de outros de forte recessão.

Além disso, observa-se retrocesso nos indicadores da qualidade de vida da sua população. Já não se tem a melhor educação do País, a criminalidade tem despertado a preocupação crescente da sociedade, e as empresas e pessoas, o grande capital social do Estado, começam a buscar alternativas de negócios e emprego em outros territórios.

A taxa de câmbio e a irregularidade pluviométrica afetaram o desempenho das exportações e da produção do agronegócio, agravando a situação econômica do Estado. Setores industriais, como os de calçados e têxtil, entre outros, perdem competitividade. A geração de emprego e renda fica prejudicada.

O setor público estadual, por sua vez, encontra-se em difícil situação econômico-financeira. A crise estrutural das finanças públicas caracteriza-se por sucessivos déficits fiscais, que levaram à compressão dos investimentos em infra-estrutura, o que começa a comprometer a posição competitiva da economia gaúcha, e à diminuição dos gastos básicos nos serviços de saúde, educação e segurança pública, reduzindo a qualidade do atendimento prestado à população. Os instrumentos de financiamento utilizados no passado estão esgotados, e é urgente realizar mudanças profundas para restabelecer o equilíbrio fiscal.

Enfrentar e transformar essa situação é o grande desafio deste Governo, e isto requer coragem, perseverança e determinação.

Este desafio se manifesta em várias frentes. É preciso retomar o crescimento econômico em taxas superiores à média nacional para

gerar oportunidades de trabalho; resgatar a liderança em qualidade da educação e mobilizar a capacidade de inovação tecnológica para aumentar a competitividade da economia gaúcha; melhorar a política de segurança pública para reverter os índices de criminalidade; prosseguir no aprimoramento do sistema de saúde e recuperar a qualidade do ensino para alcançar novos padrões de bem-estar para o nosso povo; aperfeiçoar o manejo dos recursos hídricos para otimizar os usos múltiplos das águas; atrair novos investimentos para o Estado a fim de promover a diversificação da economia. Estes são apenas alguns exemplos da amplitude da transformação a ser promovida.

Uma condição essencial para o alcance desses objetivos é o saneamento das finanças públicas para recuperar a capacidade de investimento do Estado e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Nesse mesmo sentido, é preciso empreender uma ampla renovação de métodos e práticas de gestão pública e aperfeiçoar os servidores e gestores.

Apesar dessa situação crítica do Estado e dos estrangulamentos estruturais, a robusta base de ciência, tecnologia e inovação já instalada, a qualificação de parcela expressiva de sua população, seus recursos naturais, sua infra-estrutura e o reconhecido espírito empreendedor e determinação do povo gaúcho são exemplos das inúmeras potencialidades e vantagens competitivas que o Rio Grande do Sul detém.

Diferenciais como esses permitem construir uma agenda positiva com prioridades definidas para a atuação do Governo.

Trata-se, portanto, de um conjunto interdependente e complexo de objetivos, cuja consecução, numa conjuntura de recursos financeiros escassos, não pode dispensar uma visão estratégica de governo clara e seletiva, baseada em um cenário fiscal realista, que orientará, posteriormente, programas e projetos estruturantes capazes de produzir os resultados desejados, através da mobilização de recursos públicos e de parcerias.



A elaboração desta estratégia teve como pressuposto a orientação de se considerar todas as iniciativas recentes de planejamento no Estado¹, o que insere o presente Plano Plurianual – PPA para o período 2008-2011 em um contexto de busca de diálogo entre governo e sociedade de modo a respaldar uma ampla parceria entre o Executivo, demais Poderes, sociedade, trabalhadores e empresários, condição esta essencial para que se possa empreender os projetos transformadores do quadro atual.

É sabido que a concretização da visão de futuro não ocorrerá de maneira espontânea. O alcance do futuro desejado depende das escolhas imediatas e de um esforço de planejamento e implementação, envolvendo os atores da sociedade gaúcha nas esferas pública e privada para realizar as mudanças requeridas.

As diretrizes do PPA 2008-2011, espelhadas em seus três eixos de ação - Desenvolvimento Econômico Sustentável; Desenvolvimento Social e Finanças e Gestão Pública -, são desdobradas em um conjunto de estratégias e estas em programas e ações consistentes com os desafios atuais e com as potencialidades do Estado, sem perder de vista as reais limitações impostas no curto prazo ao seu financiamento. Estas estratégias indicam “o que não pode deixar de ser feito” para modificar o rumo do Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo, o investimento no levantamento de indicadores e metas que permitam avaliar a evolução da ação de governo para os próximos anos constitui um importante avanço na direção de orientar o esforço da administração pública para a busca de resultados e permitir o efetivo acompanhamento e controle social da aplicação dos recursos destinados às políticas públicas.

Outra iniciativa relevante para o aperfeiçoamento da ação de Governo, com vistas a compatibilizar o planejamento ao objetivo de redução das disparidades regionais, é a introdução no PPA dos Cadernos de Regionalização. Essa inovação prevê que o Plano passe a contemplar a dimensão territorial em seus programas e ações, com base nas Regiões Funcionais de Planejamento, permitindo a especificação das metas e da

carteira de projetos e iniciativas regionais prioritárias, através da discussão e articulação do Governo com os agentes de planejamento regional, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES e com a sociedade local.

Com o objetivo de definir e integrar ações públicas e estimular as parcerias sociais em torno de temas e políticas transversais, em particular aquelas que tratam do respeito aos direitos fundamentais da cidadania, com foco na heterogeneidade dos grupos sociais e nas diferenças regionais e culturais entre os povos e as pessoas, está prevista, ainda, no projeto de PPA, a possibilidade de estabelecimento de Cadernos específicos, para abordagem das ações voltadas para esses segmentos, como é o caso das políticas para mulheres e para a juventude.

Dessa forma, atendendo a uma exigência da Constituição, em seu artigo 149, o Governo do Estado submete à apreciação da Assembléia Legislativa e à opinião dos rio-grandenses a proposta do Plano Plurianual anexa. Destacamos que o documento é composto de duas partes. A primeira contém a Mensagem, e a segunda o projeto de Lei do Plano Plurianual 2008/2011.

Na Mensagem é retratada a economia gaúcha, analisados os aspectos referentes ao contexto nacional, ao desempenho econômico e às finanças públicas. Também é apresentado um cenário macroeconômico, base para a elaboração da programação fiscal no período 2008-2011, além das diretrizes, estratégias e principais resultados esperados com a execução do Plano.

Na segunda parte juntamente com o Projeto de lei do Plano são apresentados os programas e as metas da administração para o período, sistematizadas consoante os eixos programáticos do Governo.

A sociedade rio-grandense, por intermédio dos mais variados fóruns organizados e pela expressão da sua vontade política, sinalizou a disposição de reverter os entraves ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Os programas e ações apresentados de forma consistente no PPA 2008-2011 materializam o compromisso do Governo com o início desta trajetória transformadora. Potencializando ações de parcerias, convergindo esforços e compatibilizando estratégias, busca-se, de forma responsável e transparente, deixar

¹ Plano de Governo Rio Grande Afirmativo, Rumos 2015 – Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes, O Rio Grande que Queremos – Agenda Estratégica do Rio Grande do Sul 2006/2020 e Pacto pelo Rio Grande.



como legado os fundamentos para a construção de um futuro melhor para os gaúchos e gaúchas.



1 PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA NO PERÍODO 2003-2006

1.1. A Conjuntura Econômica Nacional

A evolução da atividade econômica no Brasil durante os últimos quatro anos repetiu o padrão de baixo crescimento verificado desde o começo da década de 1980, mantendo o País distante de uma perspectiva de superação das condições de subdesenvolvimento. De fato, o desempenho do Produto Interno Bruto, entre 2003 e 2006, apresentou uma taxa acumulada de expansão de 10,5%, o que representa uma taxa média anual de 2,5%². Em relação ao PIB per capita, a taxa acumulada de crescimento alcançou tão somente 4,3%, o que corresponde a uma taxa média anual de 1,06%³.

1.1.1. A Indústria Brasileira

A indústria brasileira comportou-se de modo semelhante. O PIB do setor secundário cresceu 11,9% em quatro anos, o que indica uma taxa média anual de expansão de 2,8% no período⁴. Outro indicador de atividade, a produção industrial, cresceu 15,7% entre 2003 e 2006, o que corresponde a uma taxa média anual de 3,7%⁵.

Na classificação por classes, a produção da indústria de transformação alcançou uma taxa acumulada de crescimento de 14,9% no período, o que corresponde a uma taxa média anual de 3,5%⁶. Quanto à produção da indústria extrativa mineral, a taxa de

crescimento acumulada corresponde a 28,8%, verificando-se uma taxa média anual de 6,5%⁷.

Seguindo a análise por categorias de uso, a indústria de bens de consumo duráveis apresentou o melhor desempenho, com uma taxa acumulada de 49,4% entre 2003 e 2006, resultando em uma taxa média anual de crescimento de 10,5%⁸. A indústria de bens de capital igualmente experimentou uma evolução bem superior à média da indústria de transformação, atingindo uma taxa acumulada de 33,7% no período, o que se traduz em uma taxa média anual de 7,5%⁹. Já as indústrias de bens intermediários e de bens de consumo semiduráveis e não duráveis tiveram trajetórias abaixo da média da indústria de transformação no período, cabendo à primeira uma taxa acumulada de crescimento de 12,7% e uma taxa média de 3%¹⁰ e, à segunda, respectivamente, de 7,5% e de 1,8%¹¹.

O grau de utilização da capacidade instalada da indústria brasileira, de janeiro de 2003 a setembro de 2006, demonstra um quadro de relativa estagnação. Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria, o ano de 2004 atingiu o melhor índice no período com 82,69, o que representou um incremento de 3,6% em relação ao ano anterior. Em 2005, houve uma variação negativa de 0,9% sobre 2004 e a evolução deste indicador, de janeiro a setembro de 2006, mostra uma nova redução de 0,4% sobre igual período do ano anterior. Contudo, comparando o grau médio de utilização da capacidade instalada do setor industrial nos primeiros nove meses de 2006 em relação ao ano de 2003, observa-se um incremento de 2,3%.

No primeiro ano do período analisado, a produção industrial caiu no primeiro semestre e expandiu-se no segundo. A intensificação da austeridade fiscal, retratada através da alteração na meta de obtenção do superávit primário nas contas públicas de 3,75% para 4,25% do PIB e da manutenção das fortes restrições sobre a oferta monetária e creditícia via aumento da taxa SELIC, determinou o fraco

² Foi estimada uma taxa de crescimento do PIB de 2,5% para 2006. Em março de 2007, o IBGE alterou a metodologia de cálculo do PIB brasileiro. No caso do PIB regional, espera-se uma adaptação a essa nova metodologia ao longo deste ano. Portanto, optou-se por manter os dados do PIB brasileiro segundo a metodologia antiga para efeitos de comparação com o desempenho da economia gaúcha.

³ A taxa de crescimento do PIB per capita foi estimada em 1% para 2006.

⁴ Considerando uma estimativa de crescimento de 2,7% em 2006.

⁵ Conforme estimativa de expansão de 3,5% em 2006 feita pelo IPEA.

⁶ Admitindo uma estimativa de crescimento de 3,3% em 2006, segundo o IPEA.

⁷ O IPEA estima uma taxa de expansão de 7% em 2006.

⁸ Foi estimado um crescimento de 6,9% em 2006.

⁹ Considerando uma taxa de expansão de 5,5% em 2006.

¹⁰ Foi previsto um crescimento de 2% em 2006.

¹¹ A partir de uma taxa estimada de expansão de 2,9% para 2006.



desempenho da atividade industrial no começo de 2003. Porém, ambas medidas trouxeram a recomposição das reservas internacionais do País e a reversão da tendência de depreciação cambial a partir de meados do ano. Em consequência da melhoria do setor externo, a política monetária passaria a ser flexibilizada mediante uma redução gradual da taxa básica de juros e dos depósitos compulsórios dos bancos e a implantação do sistema de microcrédito e do crédito com desconto em folha. Assim, a nova orientação da política econômica promoveu a retomada do crescimento industrial, cujos efeitos seriam plenamente transmitidos somente após o término de 2003. Dessa maneira, o PIB setorial experimenta um recuo de 1% no ano, mas com o mesmo indicador avançando 2,8% na indústria de transformação.

Em 2004, a manutenção dos fundamentos macroeconômicos e o notável crescimento da demanda externa proporcionaram a maior taxa de expansão da atividade industrial no período: 6,2%, impulsionada pelo crescimento da indústria de transformação em 7,7%.

O ciclo de crescimento iniciado em meados de 2003 sofre inflexão a partir do terceiro trimestre de 2005. A aceleração da tendência de apreciação cambial, a redução do ritmo de incremento das vendas externas, a dissipação do impacto do crédito consignado em folha sobre as vendas no varejo, o aumento da carga tributária e a manutenção de um patamar elevado da taxa SELIC formaram um conjunto de fatores prejudiciais à trajetória da atividade industrial no País. A taxa de crescimento do PIB setorial declina para 2,5% em 2005, sendo estrangida pelo avanço ínfimo de 1,3% da indústria de transformação.

A tendência de queda da taxa de juros primária deflagrada no começo de 2006, dado o seu ritmo lento, pouco vem conseguindo estimular o comportamento industrial ao longo do ano. Há algum tempo, outros fatores importantes têm atuado no sentido de frear o crescimento do setor secundário, como a escassez de investimentos em infra-estrutura, a apreciação cambial e a elevação contínua da carga tributária brasileira. Assim, os dados revelados pelo IBGE sobre o desempenho do setor nos primeiros nove meses de 2006 não foram nada animadores em termos de um maior crescimento: uma expansão de 2,7% no PIB industrial e de apenas 1,4% na indústria de

transformação, ambos comparados com o mesmo período do ano anterior.

1.1.2. A Agropecuária Brasileira

No último quadriênio, o PIB agropecuário mostrou avanços de 4,5% em 2003, 5,3% em 2004, 0,8% em 2005 e 3,2% em 2006. Os acréscimos substanciais no volume produzido até 2004, sobretudo no cultivo de soja e de milho, foram reflexos da renegociação da dívida dos produtores, dos preços externos favoráveis, além dos investimentos em tecnologia do setor. Esses fatores permitiram a formação de um ciclo expansivo no período compreendido entre os anos de 2000 e 2004, cuja taxa média anual de crescimento atingiu 4,6%. Na safra 2004/2005, entretanto, tal trajetória foi interrompida, por força de perturbações climáticas nas regiões Sul e Centro-Oeste e da apreciação do real frente ao dólar. Já em 2006, o setor primário voltou a se recuperar. Isso porque, apesar de problemas sanitários na pecuária e de uma situação desfavorável dos preços agrícolas, os principais grãos apresentaram uma boa safra. Em 2007, em função de um resultado ainda melhor do setor, espera-se um crescimento de 4,4%¹² em relação a 2006.

A Lavoura Brasileira

Considerando o subsetor da lavoura brasileira no período de 2003 a 2006, a produção média de grãos alcançou 119,4 milhões de toneladas, uma evolução de 14,3% nos quatro anos, o que representa uma taxa média anual de crescimento de 3,4%.

Em relação aos principais produtos, a soja atingiu uma produção média anual de 51,9 milhões de toneladas no quadriênio examinado, o que corresponde a um crescimento de 6,3% ao ano e uma taxa acumulada de 27,5% no período. Em 2003, houve uma grande expansão da produção de soja no País, um avanço de 24,1% em relação ao ano anterior. Esse resultado está associado ao aumento dos preços internacionais (estimulado pela quebra de safra nos Estados Unidos e pela expansão da demanda externa), às condições climáticas favoráveis e à continuidade de investimentos em

¹² Estimativa IPEA: Boletim de Conjuntura Março de 2007 – N° 76



mecanização. Contudo, em 2004 e, fundamentalmente em 2005, as previsões iniciais que estimavam novos recordes na produção de soja foram frustradas devido à estiagem observada no Sul, à evolução da ferrugem asiática no Centro-Oeste e ao aumento de custos da lavoura. Dessa forma, a produção de soja em 2004 situou-se em 49,8 milhões de toneladas, o que representou um recuo de 4,3% em relação a 2003, enquanto que em 2005 atingiu 52,3 milhões de toneladas. Já em 2006, a colheita de soja elevou-se em 2,1% ao mesmo tempo em que a produtividade voltou a crescer (7,0%) após dois anos consecutivos de queda. A safra de 53,4 milhões de toneladas deve ser creditada à elevação do rendimento médio no Rio Grande do Sul, que passou a apresentar uma produção de 1.935 kg/ha plantado contra 698 kg/ha plantado em 2005, isto é, um aumento de 177,2% em relação ao ano anterior.

A safra de milho atingiu uma média de 41,8 milhões de toneladas entre 2003 e 2006, representando uma elevação anual de 4,8% e uma taxa acumulada de 20,5%. A safra de 2003 alcançou um nível recorde de 47,4 milhões de toneladas, um incremento de 34,4% em relação à safra anterior. A excelente performance da produção de milho se deve a uma série de fatores: elevadas cotações internacionais, boas condições climáticas, alta demanda do produto como insumo de ração animal além da estratégia do Governo Federal de comercialização e incentivos ao plantio. Entretanto, em 2004 e 2005, as adversidades climáticas, a migração de produtores para o cultivo de soja e o aumento dos custos dos insumos no Paraná - maior produtor do País - reduziram a produção em 11,1% e 17,0%, o rendimento médio em 8,1% e 13% e a área plantada em 3,4% e 4,5%, respectivamente. Já em 2006, ocorreu um crescimento de 16% na primeira safra e de 26,7% na segunda safra, em função da maior demanda como insumo para ração animal.

A colheita de arroz, por sua vez, apresentou um aumento anual de 2,2%, totalizando no intervalo analisado um crescimento de 9,0%. A produção média chegou a 12 milhões de toneladas ao ano. Embora houvesse uma redução da produção gaúcha de arroz no ano de 2003 (14,4%), os resultados foram positivos nos anos de 2004 e 2005. Os principais Estados produtores, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, que respondem por mais de 60% do total de arroz produzido no País,

apresentaram safras recordes nesses dois anos: 6,3 milhões de toneladas e 1,9 milhão de toneladas em 2004 e 6,1 milhões de toneladas e 2,0 milhões de toneladas em 2005, respectivamente. Já em 2006, os preços baixos tornaram-se um grande obstáculo para os orizicultores do Mato Grosso, fazendo com que a produção caísse 63,9%, e a área plantada, 63%.

Em relação ao trigo, o volume médio produzido entre 2003 a 2006 situou-se em 5,6 milhões de toneladas, o que corresponde a uma taxa média anual de crescimento de 13,7% e a uma taxa acumulada de 67,2%. Em 2003, ocorreu um grande salto na produção de trigo no Brasil (100,8%), isto é, a produção do cultivo passou de 2,9 milhões de toneladas para 5,9 milhões de toneladas. Esse avanço está relacionado fundamentalmente à excelente produtividade da cultura que, devido às condições climáticas, às melhorias no solo e à renovação do material genético, apresentou um crescimento de 67,3%. Além disso, a expansão de 20% da área plantada foi impulsionada pelos altos preços apresentados em 2002 quando o câmbio atingiu R\$ 3,80/ US\$1,00, possibilitando uma cotação de R\$ 37,00 para a saca de 60 kg. Já nos anos de 2004 e 2005, a produção se manteve no mesmo patamar, com destaque para o aumento de 11,9% na área plantada em 2005, como forma de compensar a retração da soja no ano anterior e as perdas na segunda safra de milho. Em 2006, a produção e a área plantada sofreram um decréscimo de 16,7% e 14,3%, respectivamente. A reação se deve à dificuldade de comercialização das últimas safras, uma vez que houve uma queda na cotação do produto no mercado interno em consequência do excesso de oferta do grão no mercado nacional.

A cultura do feijão alcançou, entre 2003 e 2006, uma produção média de 3,2 milhões de toneladas. Os dados indicam que, apesar da diminuição na área de plantio em 1,1% no período, em função principalmente do avanço da soja, a produção atingiu um crescimento de 16,4% no mesmo intervalo de tempo, o que significa um acréscimo médio anual de 3,9%. Em 2003, o avanço de 7,4% na produção do cultivo está essencialmente relacionado ao aumento da produtividade que, graças à tecnologia aplicada, possibilitou um crescimento de 4,7%. Já no ano seguinte, em função das adversidades climáticas e dos preços baixos, a produção reduziu 7,1%, com destaque para a



segunda safra que apresentou uma queda de 16,9%. No ano de 2005, novamente a instabilidade climática e os preços baixos pagos aos produtores fizeram com que a primeira e a segunda safra de feijão fossem reduzidas em 10% e 4,9%, respectivamente. No ano de 2006, a produção de feijão no Brasil atingiu uma safra recorde de 3,5 milhões de toneladas, o que acabou trazendo problemas, dado que o País precisa encontrar alternativas para escoar 500 mil toneladas excedentes, pois o consumo doméstico não ultrapassa 3,05 milhões de toneladas.

Os primeiros levantamentos realizados pela CONAB em relação à safra 2006/2007 apontam uma produção de 131,1 milhões de toneladas de grãos, um crescimento de 8,6%. Destacam-se, positivamente, os avanços na produção do milho (20,15%), soja (8,5%) e feijão (3,4%).

A Pecuária Brasileira

Os dados para a pecuária brasileira apontam uma produção média anual de carne bovina de 8,9 milhões de toneladas, o que representa uma expansão de 39,1% no período e 8,6% ao ano. O segmento de carnes de aves produziu 8,6 milhões de toneladas em média, com uma expansão anual de 4,6%, totalizando no período um avanço de 19,6%. Já a carne suína atingiu uma produção média de 2,7 milhões de toneladas entre 2003 e 2006, o que significa um recuo de 0,3% no quadriênio. Esse declínio se deve ao baixo consumo da carne suína no mercado interno e ao embargo implantado pela Rússia, o que provocou uma queda da produção nos anos de 2003 e 2004 da magnitude de 6,1% e 0,7%, respectivamente.

Os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) mostram que, de janeiro de 2003 a outubro de 2006, as exportações do complexo da carne bovina avançaram 74,8%, sendo que, em 2004, as exportações atingiram 925,1 mil toneladas, representando uma elevação de 49,2% em relação a 2003. Esse resultado é decorrente do embargo à carne americana após a detecção de um caso do mal-da-vaca-louca no final de 2003 e da conquista de novos mercados para a carne brasileira.

Em relação à carne de aves e à carne suína, foram exportados em média, no mesmo período, respectivamente, 209,5 milhões de toneladas e 79,8 milhões de toneladas, o que representa avanços de 12,6% e 1,47% ao ano. Destaca-se que, em 2006, as exportações de carne de aves foram reduzidas em 10,94% devido à grande incidência de casos de gripe influenza aviária na Ásia e na Europa, o que acabou diminuindo o consumo mundial da carne.

1.1.3. O Setor de Serviços no Brasil

O setor de serviços cresceu 0,61% em 2003, 3,32% em 2004, 2,03% em 2005 e, em 2006, a taxa foi de 2,30%. O desempenho de 2003 refletiu a retração da atividade industrial durante o ano, ressaltando os declínios nos segmentos de comércio, transportes e outros serviços e o crescimento discreto nos demais subsetores. No ano de 2004, o setor terciário apresentou desempenhos positivos em todos os seus componentes, em especial o comércio (7,9%) e os transportes (4,9%). Os segmentos outros serviços e instituições financeiras também mostraram crescimentos elevados de 5,6% e 4,3%, respectivamente. Já em 2005, o crescimento do setor evidenciou o comportamento favorável dos segmentos comércio e transportes, que apresentaram crescimentos respectivos de 3,3% e de 3,2%. No mesmo sentido, registraram-se aumentos nos segmentos aluguéis, 2,5%, instituições financeiras, 2,4%, serviços de administração pública, 1,7%, outros serviços, 1,3%, e comunicações, 0,1%. Para 2006, é previsto um crescimento de 2,4%, com destaque para o comércio (3,7%) e transportes (3,0%).

1.1.4. Balanço de Pagamentos

O desempenho das contas externas brasileiras no período apresenta uma trajetória positiva sólida, embora o excepcional resultado superavitário do balanço de pagamentos em 2003, de US\$ 8.496 milhões, não tenha sido igualado nos dois anos seguintes. Em compensação, para o ano de 2006, vislumbra-se uma perspectiva bastante favorável à superação daquele resultado, na medida em que os nove primeiros meses acumulam um superávit externo de US\$ 18.467 milhões, o que corresponde a uma elevação de 159,2% sobre



igual período de 2005, devido principalmente, ao aumento do superávit comercial e à reversão do déficit na conta de capital.

Nas transações correntes, após interromper uma série de déficits, o superávit de US\$ 4.177 milhões obtido em 2003, foi superado nos dois anos seguintes: US\$ 11.679 milhões em 2004 e US\$ 14.193 milhões em 2005. Até setembro de 2006, o superávit em transações correntes já atinge um valor de US\$ 10.136 milhões, o que representa uma redução de 7,9% em relação ao mesmo período de 2005.

A balança comercial do País determina o resultado positivo das transações correntes, cujo resultado superavitário de US\$ 24.794 milhões em 2003 foi ampliado para US\$ 33.641 milhões em 2004, US\$ 44.702 milhões em 2005 e US\$ 46.074 milhões em 2006. Nos primeiros dois meses de 2007, o superávit atingiu um montante de US\$ 5.375 milhões, inferior ao resultado do mesmo período do ano anterior em 4,5%. O incremento contínuo do superávit comercial, entre 2003 e 2006, sustentou-se através de uma forte expansão das exportações, acompanhada de um crescimento sólido das importações, embora em um ritmo ligeiramente inferior. Os principais parceiros comerciais do Brasil no período foram União Européia, Estados Unidos e Argentina, cuja participação relativa nas exportações alcançou, respectivamente, 24,2%, 19,4% e 7,6%, e, nas importações, 25,7%, 18,8% e 8,9%.

As vendas de mercadorias ao exterior saltaram de um montante de US\$ 73.084 milhões no ano de 2003 para US\$ 96.475 milhões em 2004 e US\$ 118.308 milhões em 2005, o que significa um crescimento de quase 62% em dois anos. Em 2006, foram alcançados US\$ 137.470 milhões em exportações, superando em mais de 16,20% o valor atingido em igual período do ano anterior. O aumento persistente das exportações é creditado principalmente ao quantum, que teve crescimento superior ao dos preços no período.

A pauta de exportações, adotando o critério de fator agregado, manteve-se praticamente inalterada ao longo do período analisado: cerca de 30% correspondem a produtos básicos, 14% a produtos semi-manufaturados e 56% a produtos manufaturados. Por produto, no primeiro grupo, destacam-se as vendas de minérios de ferro, soja em grão e óleos brutos de petróleo; no segundo grupo, açúcar bruto de

cana, ferro, aço e pastas químicas de madeira; e no terceiro, automóveis e suas partes, aviões, produtos laminados e calçados.

Pelo lado das importações, o gasto de US\$ 48.305 milhões pelo País em 2003 foi ampliado para US\$ 62.813 milhões no ano seguinte, implicando uma elevação de um pouco mais de 30%. Em 2005, novo patamar foi atingido com um montante de US\$ 73.592 milhões, o que corresponde a um crescimento de 17,1% nas aquisições externas de mercadorias. Para 2006, o valor de US\$ 91.379 milhões representa um incremento de 23,4% em comparação com 2005. Os dados disponíveis para 2007 revelam que, no acumulado de janeiro e fevereiro, as importações chegam a US\$ 15.689 milhões. Analisando o desempenho das importações por categoria de uso final, percebe-se que, no período, não foram observadas alterações na pauta. Logo, manteve-se uma participação média de bens de capital em 20,5%; de bens de consumo em 11% e de bens intermediários, inclusive combustíveis e lubrificantes, em 68,5%. Dentro do primeiro grupo, destacam-se as importações de maquinaria industrial e seus acessórios e aparelhos de escritório; no segundo, produtos farmacêuticos, produtos alimentícios e objetos de uso pessoal; e no último, combustíveis e lubrificantes, produtos químicos, produtos minerais, acessórios de equipamentos de transporte e produtos agropecuários.

A ampliação do superávit nas transações correntes no período resistiu a uma trajetória de resultados negativos crescentes na balança de serviços, provocada por sucessivos e acentuados desequilíbrios nos serviços financeiros. Assim, o saldo deficitário de US\$ 23.483 milhões na balança de serviços em 2003 foi ampliado para US\$ 25.198 milhões em 2004, ou seja, uma elevação de 7,3%. No ano seguinte, o déficit aumentou em cerca de 35,4%, atingindo um valor de US\$ 34.113 milhões. Os dados relativos aos nove primeiros meses de 2006 mostram um déficit de US\$ 27.053 milhões, o que significa um incremento de 11,7% sobre o mesmo período de 2005. Conforme foi dito, o desempenho preocupante da balança de serviços no período encontra explicação em seu componente financeiro, uma vez que o déficit deste contribui, em média, com 74,2% do saldo negativo registrado da balança de serviços no período.



A conta de capital apresentou uma tendência de piora nos primeiros três anos, sendo parcialmente compensada em 2006. De fato, o superávit obtido em 2003, de US\$ 5.111 milhões, deu lugar a dois déficits anuais seguidos: US\$ 7.523 milhões em 2004 e US\$ 9.593 milhões em 2005. No período compreendido de janeiro a setembro de 2006, a conta de capital apresentou um saldo positivo acumulado de US\$ 9.543 milhões, em contraposição ao déficit de US\$ 3.813 milhões no mesmo período do ano anterior. Neste, os elevados compromissos financeiros com o exterior explicam a deterioração do saldo na conta de capital, enquanto que o superávit em 2006 emerge como resultado da recuperação da credibilidade do País no exterior, ou seja, na captação de financiamentos externos. Tanto no primeiro como no segundo período, o comportamento do Investimento Direto Estrangeiro não foi importante para a determinação do saldo final.

1.1.5. Indicadores de Preços no Brasil

Quanto à estabilidade monetária, os esforços da política econômica mostraram-se bastante eficazes no período. Os principais indicadores de preços no País apontam taxas inflacionárias menores ao término do período em relação àquelas verificadas no início. Em especial, os diferentes índices de preços ao consumidor são os que melhor expressam os resultados positivos no controle da inflação, à medida que revelam uma tendência declinante entre 2003 e meados de 2006. É o caso do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), medido pelo IBGE, o qual analisa a variação dos preços para famílias com rendimentos mensais entre 1 e 40 salários mínimos. No período em questão, foram registradas as seguintes taxas anuais: 9,3% em 2003, 7,6% em 2004; 5,69% em 2005 e 3,02% observada entre dezembro de 2005 e novembro de 2006.

Outro tipo de indicador, como o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI), medido pela Fundação Getúlio Vargas e composto pelas variações de preços do Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna (IPA-DI) com peso de 60%, do Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-Br) com peso de 30% e do Índice Nacional do Custo da Construção (INCC) com peso de 10%, sustenta taxas anuais comparativamente inferiores ao IPCA, mas sem apontar uma tendência de queda nítida. A trajetória do IGP-DI mostra

uma taxa de inflação de 7,67% em 2003, 12,14% em 2004, 1,22% em 2005 e 3,59% observada entre dezembro de 2005 e novembro de 2006.

A taxa de inflação mais elevada no primeiro ano, segundo os dois índices, capturou o efeito combinado do forte reajuste das tarifas de serviços públicos e do aumento de preços no item alimentação. Tais eventos repercutiram mais diretamente sobre o IPCA que sobre o IGP-DI, devido à metodologia específica de cálculo de cada um. Enquanto o primeiro índice representa a variação de preços suportada pelo consumidor na aquisição de bens e de serviços em diferentes segmentos do comércio varejista, cujo mercado sofre pouca exposição à competição internacional, ou seja, a influência do preço dos produtos importados, o segundo índice captura a variação de preços mais concentrada nos segmentos do comércio atacadista, os quais recebem um forte impacto dos preços praticados nos mercados internacionais na formação de preço dos mesmos oferecidos no mercado doméstico. Não é à toa, portanto, que o IPCA viesse a apresentar uma taxa superior ao IGP-DI. Em 2004, a situação se inverte, e o IGP-DI revela uma taxa superior à taxa de inflação registrada pelo IPCA. A tendência de alta nos preços praticados pelo comércio atacadista, influenciada basicamente pelo incremento nos preços internacionais das commodities produzidas e consumidas no mercado doméstico, constituiu o principal fator de alimentação da inflação no ano, comprometendo, assim, o indicador mais voltado a mensurar o comportamento dos bens comercializáveis com o exterior, como é o caso do IGP-DI.

A interrupção do incremento de preços internacionais das commodities e a apreciação cambial promoveram uma queda mais acentuada do IGP-DI que do IPCA em 2005. Acrescente-se a esses dois fatores, um terceiro: a elevação de quase 9% nos preços monitorados pelo Governo das tarifas de serviços públicos, cujo impacto negativo atinge fortemente o IPCA.

Embora persistindo o contexto de apreciação cambial nos primeiros nove meses de 2006, o que contribui com uma pressão favorável à elevação nos preços praticados pelo setor de serviços, a estagnação relativa da demanda doméstica neutralizou uma possível



tendência de crescimento do IPCA. Por outro lado, a trajetória ascendente nos preços de algumas importantes commodities agropecuárias e metálicas, como soja, milho, carne bovina e minério de ferro, vem determinando o comportamento da inflação ao longo do ano. Assim, percebe-se em 2006 o retorno do cenário verificado dois anos antes, ou seja, a continuação da trajetória de queda da taxa de inflação medida pelo IPCA e um repique da taxa de inflação medida pelo IGP-DI.

1.2. Panorama Econômico do Rio Grande do Sul

A economia estadual apresentou, no período de 2003 a 2006, uma taxa média anual de crescimento de 1,3%, abaixo, portanto, da observada no País, que foi de 2,5% ao ano. O pior desempenho econômico do Estado vis-à-vis ao Brasil, nestes quatro anos, parece ter sido o suficiente para o retorno da tese de que o Rio Grande do Sul estaria, novamente, enfrentando uma crise de proporções estruturais, evidenciada pela queda de dinamismo na sua atividade econômica e conseqüente perda de participação na geração da riqueza nacional.

Na realidade, a observação de uma série histórica mais longa evidencia que a economia gaúcha, desde 1960, tem mantido sua contribuição na formação do PIB nacional entre 7,5% e 8,5%. Logo, ressalta que as parcelas relativas do PIB estadual no do Brasil, de 8,2% em 2003, 8,1% em 2004, 7,5% em 2005 e 7,8% em 2006 inserem-se perfeitamente nesse intervalo de parâmetros. Tomando-se, por exemplo, os cinco anos anteriores, de 1998 a 2002, verifica-se que o percentual manteve-se em torno de 7,6%.

É importante também referir que qualquer avaliação sobre o comportamento da economia gaúcha no período recente é fortemente influenciada pela atipicidade do resultado de 2005, que registrou uma queda do PIB da ordem de 5,2%. Assim, se forem comparadas as trajetórias de crescimento do País e do Estado nos dez anos compreendidos pelo período 1996/2005, a conclusão inevitável é a de que a economia gaúcha cresceu abaixo da brasileira, uma vez que as taxas médias anuais são, respectivamente, de 2,2% e 2,0% ao ano. Entretanto, se o mesmo exercício for feito para o intervalo 1996/2004, as posições se invertem, com o Rio Grande do Sul apresentando

desempenho de 2,8% ao ano, superior ao de 2,2% verificado para o Brasil, conforme demonstrado na Tabela 1.

O que não é atípico, porém, são as razões da brutal retração da economia gaúcha em 2005: a frustração de safra, a maior desde 1991, em virtude da forte estiagem ocorrida e das dificuldades decorrentes da questão cambial. Em larga medida, é justamente nessas duas circunstâncias que reside boa parte da explicação para uma das características negativas do processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, qual seja, o seu aspecto ciclotímico.

No que se refere à questão climática, várias análises sugerem que o Estado, a cada dez anos, enfrente três sérios problemas de quebra na safra em função do regime de chuvas. Dado o forte encadeamento do agronegócio gaúcho, esta ocorrência tem imediata repercussão em segmentos de elevado peso na estrutura produtiva do Estado, como é o caso de máquinas e implementos agrícolas e da indústria alimentícia que, juntas, respondem por, aproximadamente, 24% do valor da transformação industrial do Rio Grande do Sul. E, como não poderia deixar de ser, este quadro restritivo deprime, sobremaneira, a atividade dos setores de serviços e comércio.

A seu turno, a questão cambial incide de dois modos no desempenho da economia rio-grandense. De um lado, alavancando ou restringindo o setor exportador gaúcho, principalmente, em segmentos bastante sensíveis às flutuações do câmbio, como o de calçados e o mobiliário. De outro, pela concorrência que se estabelece no próprio mercado interno através de produtos importados, principalmente, do Mercosul.

Retomando uma abordagem de cunho mais conjuntural, o que transparece é que, mesmo com a permanência da restrição cambial, o ano de 2006 indica a reversão, ainda que tímida, do quadro crítico que marcou a economia gaúcha em 2005. Embora essa reversão apareça de forma mais nítida na agricultura, dadas as boas condições climáticas em que transcorreu a safra 2005/2006, é preciso ter alguma cautela ao se projetar o futuro de curto prazo dessa atividade. Como



mostra Benetti (2006)¹³, ainda que o resultado negativo da produção de grãos no Estado em 2005 se explique, em larga medida, por um acontecimento climático regional, ele se insere num quadro mais amplo de dificuldades que envolvem o conjunto dos produtores agrícolas do Brasil. De forma muito sintética, pode-se dizer que a primeira dessas dificuldades diz respeito à deterioração dos preços dos produtos da agricultura em relação aos dos seus insumos. A segunda ocorre pela penalização que recai sobre o segmento exportador por conta da contínua valorização do real frente ao dólar, estimada para o período 2004/2006 em 26,17%. E, por último, o preocupante nível de endividamento que acompanha o setor agrícola desde o *boom* produtivo a partir de 1997/98.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto, total e per capita, e suas taxas de crescimento no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1994-06

ANOS	RIO GRANDE DO SUL (1)				BRASIL			
	PIB		Taxas de Crescimento (%)		PIB		Taxas de Crescimento (%)	
	Total (R\$ milhões)	Per capita (R\$)	Total	Per capita	Total (R\$ milhões)	Per capita (R\$)	Total	Per capita
1994	31.129	3.298	5,2	4,1	349.205	2.232	5,9	4,2
1995	53.653	5.624	-5,0	-6,0	646.192	4.067	4,2	2,6
1996	63.263	6.564	0,5	-0,5	778.887	4.828	2,7	1,1
1997	69.221	7.006	6,1	3,5	870.743	5.317	3,3	1,7
1998	70.542	7.063	-0,5	-1,6	914.188	5.499	0,1	-1,4
1999	75.450	7.441	3,0	1,4	973.846	5.771	0,8	-0,7
2000	85.138	8.302	4,4	3,2	1.101.255	6.430	4,4	2,8
2001	94.084	9.071	3,1	1,9	1.198.736	6.896	1,3	-0,2
2002	104.451	9.958	1,1	-0,1	1.346.028	7.631	1,9	0,4
2003	128.040	12.071	4,8	3,6	1.556.182	8.694	0,5	-0,9
2004	142.874	13.320	3,4	2,2	1.766.620	9.729	4,9	3,4
2005	145.182	13.387	-5,2	-6,2	1.937.598	10.520	2,3	0,8
2006	155.971	14.227	2,7	1,6	-	-	-	-

FONTE: FEE

(1) Estimativas preliminares para 2005 e 2006.

Assim, embora o Governo Federal, em 2006, tenha adotado uma série de medidas para fazer frente a essa situação, como a prorrogação de dívidas, de créditos de custeio e de apoio à comercialização, a retomada do processo de crescimento da atividade agrícola é ainda bastante delicada. Um indício neste sentido é o fato de que o aumento de mais de 8 milhões de toneladas de grãos, obtidos na safra 2005/2006 em relação à de 2004/2005, foi alcançado graças à elevação dos índices de produtividade, uma vez que a área cultivada sofreu uma redução, em termos absolutos.

Aliás, as informações de março do IBGE indicam que a safra 2006/2007 repete a mesma tendência de aumento da produtividade e

¹³ BENETTI, Maria D.; "Em 2006: a recuperação da lavoura de grãos sul-rio-grandense em meio à crise agrícola nacional". Indicadores Econômicos. FEE. P.Alegre, v 34 n.4.2007.



diminuição da área colhida nas lavouras de grãos do Estado. Ainda assim, o resultado da última safra parece ser promissor, pois, com exceção do arroz, as principais lavouras de grãos apresentaram crescimento significativo, o que pode indicar o início de uma recuperação sustentada da atividade agrícola gaúcha.

No setor industrial, os dados de fevereiro de 2007 da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE mostram que a indústria de transformação gaúcha já percorre uma trajetória ascendente desde setembro de 2006, embora ainda registre uma taxa negativa de -0,8% no acumulado dos últimos doze meses. Considerando-se somente os dois primeiros meses de 2007, verifica-se que o Rio Grande do Sul apresenta uma taxa de crescimento de 5,8%, bem acima da média nacional, que foi de 3,8%. Na comparação de fevereiro de 2007 em relação ao mesmo mês do ano anterior, a indústria estadual registra avanço em onze dos quatorze ramos pesquisados, com destaque para refino de petróleo e produção de álcool (14%), alimentos (7%) e veículos automotores (14,7%). Persistem, porém, as performances negativas de artigos de couro e calçados (-8,4%) e mobiliário (-4,2%).

A melhora no panorama econômico do Estado também transparece nas últimas informações disponíveis sobre exportações. Segundo os dados de fevereiro de 2007, as exportações gaúchas apresentaram um crescimento de 14% em relação a igual mês do ano anterior, atingindo o valor de US\$ 863 milhões. Com isso o Rio Grande do Sul alcançou a terceira posição no ranking dos estados exportadores, respondendo por, aproximadamente, 8,6% do total das exportações brasileiras, porém ainda abaixo do percentual de 2004, que era de 10,3%. Chama a atenção, também, o fato de que o crescimento das exportações gaúchas ocorreu, fundamentalmente, com base no aumento de preços, que foi da ordem de 15%, uma vez que, houve uma queda no volume físico de 0,9%. Tal fato pode indicar uma estratégia das empresas em migrarem para segmentos de mercados, nos quais, o maior valor agregado possa compensar a perda de volume exportado.

O certo, porém, é que as dificuldades com que se defronta o setor exportador do Rio Grande do Sul estão longe de serem superadas. Afinal, nada na conjuntura nacional aponta no sentido de

que possam ocorrer ao menos no curto prazo, mudanças muito significativas na taxa de câmbio.

1.2.1. A Indústria Gaúcha

A indústria gaúcha também obteve um desempenho insatisfatório no período, principalmente nos dois últimos anos. Entre 2003 e 2006, o PIB industrial evoluiu tão somente 3,1%, o que significa uma taxa média anual de crescimento de 0,8%¹⁴. Quanto à produção física da indústria de transformação, o índice encontrado em 2006 expressa um incremento acumulado de 0,1% a contar de janeiro de 2003, considerando uma retração de 2,0% em 2006 em comparação com o ano anterior.

O setor industrial experimentou recuperação em sua presença na formação do Valor Adicionado Bruto do Estado entre 2003 e 2005, em comparação com o período mais recente. No primeiro ano, a participação relativa da indústria alcançou 40,3%. Nos anos seguintes, registrou-se um salto para o patamar de 44%, mais precisamente, 44,9% em 2004 e 44,5% em 2005, o mais elevado desde 1994.

O contexto de estagnação da indústria em geral resulta de um comportamento assimétrico entre as diferentes atividades que compõem a indústria de transformação. Assim, enquanto algumas acompanham e acentuam a trajetória negativa da produção industrial, outras atingem resultados bastante superiores no período compreendido entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006. Entre as primeiras, podemos destacar Calçados e Artigos de Couro (-16,8%), Máquinas e Equipamentos (-12,0%) e Mobiliário (-5,6%). Entre as últimas, encontram-se principalmente Veículos Automotores, Bebidas e Borracha e Plástico, com taxas acumuladas de crescimento de 34,7%, 8,9% e 6,0%, respectivamente.

Tamanha disparidade de desempenho encontra explicação no surgimento de fatores favoráveis e de fatores prejudiciais ao conjunto de atividades industriais, cujo impacto repercutiu diferentemente sobre cada uma ao longo do período. Dessa maneira, as variáveis explicativas mais relevantes que acabaram por determinar a retração

¹⁴ Considerando uma estimativa de queda do PIB industrial de 1,3% em 2006 pela FEE.



de 0,3% na produção física da indústria de transformação do Rio Grande do Sul no ano de 2003 foram a queda da massa salarial e a demanda externa aquecida. Enquanto a dinâmica de crescimento de algumas indústrias sofre maior influência da primeira variável, em outras predominam os efeitos da segunda. Por um lado, encontram-se as atividades industriais Mobiliário, Fumo e Calçados e Artigos de Couro, cujas taxas negativas foram, respectivamente, de -9,6%, -5,7% e -1,6% no ano. Embora tradicionalmente dependentes da evolução das exportações, o comportamento das duas últimas foi prejudicado por eventos específicos: quebra na safra de fumo e estagnação do mercado consumidor norte-americano, responsável pela maior parte das vendas externas de calçados gaúchos. Por outro lado, as atividades industriais que apresentaram os melhores resultados no ano foram Borracha e Plástico, Celulose, Papel e Produtos de Papel e Máquinas e Equipamentos, com taxas de expansão de, respectivamente, 13,3%, 12,5% e 11,1%, impulsionadas pelo salto das exportações.

Em 2004, foi observada uma importante reativação na produção da indústria de transformação gaúcha, com uma taxa positiva de 6,4% sobre o ano anterior, a qual lhe garante o melhor resultado no período analisado. A demanda externa ainda crescente e a recuperação do mercado consumidor regional e nacional constituíram os principais estímulos à oferta industrial. Porém, a apreciação cambial e a frustração da safra agrícola foram as suas maiores restrições. As atividades industriais com taxas de crescimento acima da média, beneficiadas pela forte elevação das vendas externas, foram Fumo (26,8%), Veículos Automotores (21,7%), Máquinas e Equipamentos (16,8%), e Mobiliário (12,1%). Outras atividades com desempenho superior foram Metalurgia Básica (14,6%) e Borracha e Plástico (13,3%), devido à evolução positiva da demanda doméstica. Os resultados menos expressivos ficaram por conta das atividades industriais, cujo desempenho em muito depende da disponibilidade de insumos, como Alimentos (-0,3%), e do preço internacional vis-à-vis custo de produção, como Calçados e Artigos de Couro (0,7%) e Celulose, Papel e Produtos de Papel (1,6%).

O ano de 2005 apresentou novamente uma retração na produção da indústria de transformação, desta vez na ordem de -3,5%.

Com exceção das atividades Alimentos, Refino de Petróleo e Álcool e Edição, Impressão e Reprodução de Gravações, as onze restantes alcançaram taxas negativas. Entre estas, merecem destaque Máquinas e Equipamentos (-19,1%), Mobiliário (-11,3%), Borracha e Plástico (-7,2%) e Calçados e Artigos de Couro (-5,2%). Um novo episódio de seca no território gaúcho e a manutenção da tendência desfavorável do câmbio, associada com a contenção da demanda doméstica e a elevação de alíquotas do ICMS sobre alguns produtos e serviços, promoveram um conjunto de fatores adversos à produção industrial. As atividades Mobiliário e Calçados e Artigos de Couro tiveram seu comportamento mais afetado pela apreciação cambial e pelo mercado doméstico estagnado; Máquinas e Equipamentos também foi prejudicada pela apreciação cambial, mas acrescida do efeito da estiagem, enquanto que a atividade Borracha e Plástico foi inibida principalmente pela estagnação do mercado consumidor doméstico.

Os dados de 2006 refletem a continuidade do resultado no ano anterior, ou seja, encolhimento da produção industrial no Rio Grande do Sul. Assim, a produção física da indústria de transformação decresceu 2,0% em relação a 2005. Contudo, percebe-se uma suave recuperação da trajetória de queda da indústria de transformação gaúcha a partir do segundo semestre de 2006.

As variáveis relevantes que explicaram o desempenho da indústria no ano anterior se fazem presentes em 2006, quais sejam: endividamento do setor primário, apreciação cambial, contenção da demanda doméstica e carga tributária federal elevada. Das quatro atividades industriais que apresentaram maiores quedas no ano anterior, três delas mantêm-se em condição adversa em 2006: Máquinas e Equipamentos (-16,3%), especialmente na produção de colheitadeiras; Calçados e Artigos de Couro (-8,8%), principalmente devido à baixa produção de tênis de couro e Fumo (-7,3%), por força do excesso de oferta no mercado internacional. Por sua vez, Borracha e Plástico vem demonstrando uma importante recuperação, mediante um crescimento de 6,0% em 2006, após a obtenção de um desempenho negativo de 7,2% em 2005.

Além desta última atividade industrial, outros destaques positivos em 2006 ficam por conta de Bebidas (7,3%); Veículos



Automotores (7,1%), devido à produção de carrocerias de ônibus; Mobiliário (5,0%); Alimentos (4,7%), especialmente no processamento de carnes bovinas; e Celulose, Papel e Produtos de Papel (4,1%).

1.2.2. A Agropecuária Gaúcha

A análise do valor adicionado bruto da agropecuária gaúcha no período de 2003 a 2006 indica que o setor apresentou um desempenho oscilante. Enquanto que em 2003 o produto da agropecuária do Rio Grande do Sul cresceu 21,1%, nos anos de 2004 e 2005, o PIB setorial recuou 3,3% e 17,5%, respectivamente. Já em 2006, o crescimento do setor foi de 19,9%. A oscilação verificada está de acordo com as discontinuidades apresentadas ao longo desta década, entre as quais destacam-se a estiagem no ano de 2000, a safra excepcional da lavoura em 2001 e, finalmente, a retração em 2002, em virtude dos preços baixos do milho verificados no ano anterior e da frustração em relação à colheita da soja.

A estrutura do produto do setor primário, por sua vez, aponta uma estabilidade na participação da agropecuária no VAB da economia gaúcha de 14,0%, levando em consideração os últimos 10 anos (1996-2005). O grande destaque do quadriênio foi o ano de 2003, em que o setor alcançou uma participação histórica de 18,7% no produto do Rio Grande do Sul.

A Lavoura Gaúcha

A lavoura gaúcha mostrou um desempenho igualmente oscilante no período de 2003 a 2006. Após o crescimento significativo na produção em 2003, isto é, 27,8%, esse subsetor da agricultura recuou 2,1% em 2004 e 21,1% em 2005. Para 2006, a Fundação de Economia e Estatística (FEE) estimou um aumento dos produtos da lavoura de 27,2%. A queda de produção apresentada nos anos de 2004 e 2005 está fundamentalmente relacionada à forte estiagem que atingiu o Estado, de tamanho impacto que 2005 pode ser considerado o ano de pior desempenho da agropecuária gaúcha desde 1991. Em 2006, as principais lavouras, com exceção do trigo, não enfrentaram grandes perturbações climáticas, permitindo, assim, uma recuperação da produção agrícola no Estado.

Para o quadriênio analisado, as taxas de crescimento dos principais produtos da lavoura gaúcha foram reunidas em três grupos: as de notável desempenho¹⁵, as que cresceram, porém, abaixo da média¹⁶ e, por último, as que mostraram quedas¹⁷.

Pelo critério exposto, o primeiro grupo é constituído pelo fumo, soja e arroz. O fumo foi o produto que registrou maior taxa média de crescimento, cerca de 8,6% ao ano, o que representou uma taxa de expansão de 39,1% no período. O grande avanço do fumo no Rio Grande do Sul, a partir da safra de 2003/2004 – resultado do aumento de quase 50% no volume produzido, de 16,7% na área colhida e de 28,5% no rendimento médio – está estritamente relacionado com a retração nas exportações do Zimbábue, um importante vendedor no comércio internacional, e à excepcional qualidade do fumo brasileiro. Entretanto, na safra 2004/2005, apesar da área colhida ter se expandido em 5,6%, os problemas climáticos fizeram com que a classificação da qualidade do fumo fosse reduzida e, conseqüentemente, os preços médios pagos aos produtores. Adicionalmente, a queda do dólar frente ao real, os estoques internacionais elevados e a indefinição sobre o futuro da produção de fumo no Brasil têm sido barreiras importantes à continuidade de abundantes safras apresentadas nos últimos três anos pelo Estado.

A soja obteve o segundo melhor desempenho na produção da lavoura gaúcha no período de 2003 a 2006, com uma taxa média anual de crescimento de 7,7%, o que permitiu um acréscimo de 34,7% no período. Em 2003, fatores como a forte valorização das cotações internacionais dos produtos do complexo da soja, o efeito da limitação dos estoques do cultivo nos Estados Unidos, a desvalorização do real frente ao dólar e o elevado nível tecnológico alcançado, possibilitaram uma safra recorde de soja de 9,6 milhões de toneladas. Já em 2004 e

¹⁵ O primeiro grupo apresentou desempenho superior à média de crescimento dos 14 principais produtos da lavoura no Estado, isto é, as taxas médias anuais de crescimento da produção foram superiores a 4,1% enquanto que as taxas acumuladas situaram-se acima de 17,5%, no período de 2003 a 2006.

¹⁶ O segundo mostrou taxas anuais de crescimento no quadriênio entre 0,4% e 3,8% e taxas de crescimento acumuladas entre 1,6% e 16,1%.

¹⁷ O terceiro grupo exibiu, no quadriênio, taxas anuais de crescimento entre - 0,8% e - 10,6% e taxas de crescimento acumuladas entre - 3,0% e -36,1%.



2005, a quebra da produção de soja em torno de 42,1% e de 55,9%, respectivamente, deve-se tão-somente à redução dos rendimentos físicos da colheita. Em outras palavras, a diminuição do volume produzido de soja em 2004 e 2005 foi ocasionada pela perda de produtividade da lavoura, uma vez que as áreas de colheita mantiveram-se elevadas em 3.968.530 hectares (2004) e 3.733.822 (2005) hectares. Além do problema da estiagem, em 2005, as exportações de soja no Rio Grande do Sul também sofreram com a queda dos preços externos, fundamentalmente pela elevação de produção de dois grandes concorrentes do Brasil: a Argentina e os Estados Unidos. Em 2006, a produção da oleaginosa alcançou 7,6 milhões de toneladas. Esse resultado, que está bem à frente da safra 2004/05 e que também é superior à média dos últimos cinco anos, foi impulsionado pelos ganhos de produtividade, que cresceram 198,8% no ano.

O arroz sustentou, durante o intervalo de 2003 a 2006, a terceira melhor performance entre os produtos analisados. A taxa média de crescimento do volume produzido situou-se em 5,4%, representando uma taxa acumulada de 23,7%. No primeiro ano, as chuvas durante todo o período de plantio acabaram comprometendo o cultivo do grão, sendo que o recuo de sua produção foi de 14,4%. Conseqüentemente, o rendimento médio do arroz no Estado ficou bem abaixo da média histórica, ou seja, 4.883 kg/ha. Já em 2004 e 2005, o arroz, que em sua maioria é produzido em áreas irrigadas no Estado, não sofreu tão profundamente com a seca quanto a soja, o que ocasionou bons índices de produção (6,3 milhões de toneladas em 2004 e 6,1 milhões de toneladas em 2005), área colhida (1.044.124 hectares colhidos em 2004 e 1.005.874 hectares colhidos em 2005) e rendimento médio (6.070 kg/ha em 2004 e 6.068 kg/ha em 2005). Em 2006, embora o volume produzido tenha crescido 11,2% e a área colhida, 1,7%, os produtores enfrentaram dificuldades com os preços recebidos por seu produto. Desde o pico alcançado em janeiro de 2004, isto é, R\$ 38,68 para a saca de 50 kg, o produto perdeu 53,6% do preço, sendo que o menor valor comercializado foi em maio de 2006, quando o grão atingiu um valor mínimo de R\$ 16,20 para a saca de 50 Kg.

O segundo grupo foi formado pelo milho, cana-de-açúcar, uva, banana e mandioca. O milho apresentou oscilações bastante amplas no período de 2003 a 2006. Isto é, a cultura mostrou taxas de crescimento expressivas do volume produzido em 2003 (39,1%) e em 2006 (205,1%) e reduções bruscas em 2004 (37,77%) e 2005 (56,02%). Essas últimas são decorrentes da diminuição da área produzida pela expansão da soja e da estiagem que atingiu o Estado nos dois anos. Observa-se que, em 2006, a produção do milho exibiu uma virtuosa elevação basicamente em função do péssimo desempenho do cultivo em 2005. Dessa forma, no intervalo, a taxa acumulada de crescimento foi de 16,1%, enquanto que a taxa média anual de crescimento situou-se em 3,8%.

A cana-de-açúcar e a uva, por sua vez, apresentaram desempenhos semelhantes no que diz respeito às taxas de crescimento no quadriênio. As duas culturas obtiveram taxas médias anuais de crescimento de 2,1% e de 2,3% e taxas acumuladas de 8,5% e 9,4%, respectivamente. Contudo, a uva ganha destaque na expansão da área de colhida, isto é, exibiu um aumento de 20,8% no período, ficando atrás apenas do fumo (47,49%) e da soja (17,05%) neste aspecto.

Por fim, a banana e a mandioca demonstraram números bem mais modestos no quadriênio, ou seja, a taxa média de crescimento e a taxa acumulada de 2003 a 2006 situaram-se em 0,6% e 2,5% para a banana e em 0,4% e 1,6% para a mandioca, respectivamente. Esses resultados estão essencialmente relacionados ao baixo rendimento físico dos dois produtos, uma vez que a área colhida foi ampliada, no período, em 4,2% para a banana e em 4,4% para a mandioca, enquanto que o rendimento médio decresceu 1,7% para ambos.

O último grupo foi construído pelos produtos que apresentaram desempenho negativo em relação à taxa média de crescimento e à taxa acumulada entre 2003 a 2006, entre eles, o trigo, o feijão, a batata-inglesa, a cebola, a maçã e a laranja. O grande destaque negativo do quadriênio foi o trigo, que apresentou uma taxa média de retração de 17,7% ao ano, proporcionando no período perdas de 36,1% no volume produzido. Inicialmente, em 2003 e 2004, o cereal obteve avanços significativos em termos de volume produzido, área



colhida e produtividade. Esses resultados estão relacionados à elevação dos preços pagos aos produtores que se verificou desde 2002. Entretanto, no começo de ano seguinte, o excesso de oferta no mercado interno, provocado tanto pela elevação dos estoques nacionais quanto pela manutenção das importações em níveis elevados, determinou uma redução dos preços praticados internamente. Adicionalmente ao excesso de oferta apresentado nas safras anteriores e aos preços baixos, a produção do cereal no Estado foi afetada pela estiagem que se verificou durante a safra de verão. Esses fatores permitiram que, em 2005, ocorresse uma redução da produção e área colhida de 32,6% e de 24,9%, respectivamente. No ano seguinte, em função da ocorrência de geadas em agosto e setembro, a produção, a área colhida e o rendimento médio do trigo recuaram significativamente no Estado, o que representou uma diminuição de 48,2%, 30,2% e 25,7% dos mesmos em relação à safra de 2005, que já havia sido bem menor que a de 2003 e 2004.

Além do trigo, seguindo pela ordem de pior desempenho, ocorreram as seguintes reduções no período: 17,7% para o feijão, 12,7% para a batata inglesa, 9,9% para a cebola, 5,4% para a maçã e 3% para a laranja. Quanto às taxas médias ao ano, as quedas foram de 10,6% para o trigo, 4,8% para o feijão, 3,3% para a batata inglesa, 2,56% para a cebola, 1,38% para a maçã e 0,76% para a laranja. Embora o volume produzido tenha recuado no quadriênio, a batata inglesa, a cebola e o feijão apresentaram elevação em seu rendimento médio, isto é, um crescimento em sua produtividade de 29,9%, 16,4% e 11,4%, respectivamente.

Para a safra de 2006/2007, projeta-se um crescimento significativo na produção e rendimento médio das principais lavouras de grãos no Rio Grande do Sul. Essas culturas, até então, apresentam um movimento ascendente e muito similar ao ano de 2003, quando a safra de grãos do Estado alcançou um pico de produção. Destacam-se, no que diz respeito a produção e a produtividade, respectivamente, o feijão (24,9 % e 25,6%), o milho (21,3% e 24,7%), a soja (21,1% e 20,6%) e o trigo¹⁸ (37,9% e 20,5%). O destaque negativo, entretanto, é

¹⁸ Cabe ressaltar que as informações do trigo são referentes à intenção de plantio, pois a semeadura do grão inicia somente no mês de maio.

o arroz, que, após enfrentar quedas significativas dos preços comercializados em 2006, tem uma previsão de redução de 12,3% no volume produzido, 8,6% na área colhida e 4,1 no rendimento médio.

A Pecuária Gaúcha

Ao longo do período de 2003 a 2006, a produção animal no Rio Grande do Sul progrediu 5,8%. Os dados revelam que, ao contrário da intermitência apresentada na lavoura do Estado, o subsetor mantém uma evolução positiva, isto é, o produto da pecuária exibiu avanços durante todo o quadriênio: cresceu 1,9% em 2003, 2,4% em 2004, 0,4% em 2005 e 1,0%, em 2006.

Entre 2003 e 2006, ocorreram incrementos nas produções de mel (45,56%), aves (11,69%), ovos (9,51%), leite (7,93%), e redução na produção de lã (-9,17%).

Os dados da pecuária de corte mostram, por sua vez, que no período de janeiro de 2003 a abril de 2006, o volume de abates de bovinos, de ovinos, de aves e de suínos avançou significativamente, isto é, 70,4%, 20,9%, 9,0% e 5,4%, respectivamente. Entretanto, o excepcional desempenho da pecuária do Rio Grande do Sul no período deve ser analisado levando em consideração a situação crítica do setor entre 2001 e 2002, em que a incidência da febre aftosa no rebanho do Estado acabou prejudicando as vendas e, conseqüentemente, o número de abates, entre eles o abate de bovinos, ovinos e suínos.

Entre os destaques positivos ressaltam-se os números de bovinos abatidos nos anos de 2004 e 2005: 1,671 e 1,721 milhão de cabeças, respectivamente, sendo que, em 2004, o incremento em relação ao ano anterior foi da ordem de 35,6%. Contudo, vale salientar também a redução gradual no número de ovinos abatidos nos últimos anos. Enquanto que entre 1998-2000 a média de abates foi de 191.807 animais, em 2003-2005, a média foi de 102.064 animais, ou seja, uma queda de 46,8% nos abates.

1.2.3. O Setor Gaúcho de Serviços

O setor terciário cresceu 1,2% em 2003, 2,4% em 2004, em 2005 recuou 0,5% e em 2006 o crescimento foi de 2,2%. Quanto à participação do setor terciário no valor adicionado bruto estadual, nos



dois primeiros anos do período manteve-se a tendência de queda observada a partir de 2000: 40,99% em 2003 e 39,12% em 2004. Porém, em 2005, o setor de serviços voltou a aumentar a sua participação na economia gaúcha (44,0%), retornando aos patamares observados no início da década.

A reversão em 2005, que rompeu uma trajetória de resultados positivos desde 1991, deve-se à convergência de uma série de fatores. Primeiramente, pode-se creditá-la aos resultados negativos da indústria e da agropecuária no ano, que em razão da própria composição do setor terciário, possui atividades que em sua maioria são complementares aos demais setores. Além disso, dada a importância do comércio na composição dos serviços (22%) e seus vínculos dependentes do mercado interno, a baixa performance de 2005 pode ser explicada pela queda do poder aquisitivo da população, consequência do desemprego, dos juros altos e das baixas taxas de investimento. Também concorreram para isso a redução da massa de rendimento no campo, associada à estiagem, e na região metropolitana, associada ao desemprego provocado pelos efeitos do câmbio valorizado.

Analisando por ano, o comércio cresceu 0,3% em 2003, 3,4% em 2004 e decresceu 2,5% em 2005. Comparando com o resto do País, enquanto no Brasil, o volume de vendas no varejo cresceu 20,13% de janeiro/2003 a junho/2006, no Rio Grande do Sul, o crescimento foi inferior: 6,17%.

Destaca-se também a queda de 11,0% nos serviços de transportes e armazenagem em 2005 em razão da estiagem ocorrida naquele ano e o crescimento em 2004 dos subsetores alojamento e alimentação (8,5%) e comunicações (7,1%) que se beneficiaram do aquecimento da economia no ano. Em 2006, a maioria das atividades teve bom desempenho: transportes e armazenagem (4,7%), comércio (3,4%) e administração pública (1,1%).

1.2.4. Relações Comerciais do Rio Grande do Sul com o Exterior

O setor externo da economia gaúcha obteve melhores resultados no período que aqueles apresentados pelo restante de sua

atividade econômica. A evolução da balança comercial do Rio Grande do Sul acumula um saldo positivo de aproximadamente US\$ 15.998 milhões de 2003 a 2006. Com exceção de 2004, cujo saldo positivo atingiu um montante de US\$ 4.588 milhões, nos demais anos o superávit da balança comercial mantém-se relativamente estável: US\$ 3.823 milhões em 2003, US\$ 3.762 milhões em 2005 e US\$ 3.826 em 2006.

Esse comportamento estacionário diverge da tendência de crescimento do superávit da balança comercial brasileira no período. A transferência de empresas para outros Estados, a limitação do uso do crédito tributário nas exportações, a quebra de safra em decorrência da estiagem e a baixa competitividade da produção gaúcha no mercado internacional, baseada fortemente na relação preço (US\$)/custos (R\$), são alguns fatores que repercutiram mais desfavoravelmente sobre o setor externo gaúcho, devido à configuração de sua matriz produtiva.

Exportações

As exportações gaúchas passaram de US\$ 8.013 milhões em 2003 para US\$ 9.879 milhões em 2004 e US\$ 10.454 milhões em 2005, com taxas anuais de crescimento de, respectivamente, 23,3% e 5,8%. Em 2006, o valor alcançou US\$ 11.774 milhões, o que corresponde a uma ampliação de 13% em relação a 2005. Já em 2007, de janeiro a março, as exportações somam US\$ 2.782 milhões, uma expansão de 26% sobre o mesmo período do ano anterior.

A expansão das exportações, entre janeiro de 2003 e outubro de 2006, obedece a dois diferentes momentos. O primeiro, entre 2003 e 2005, mostra a variável preço como principal explicação, uma vez que esta cresce 69%, enquanto o quantum observa uma retração de 22,8%. O segundo momento, a partir de 2006, destaca a variável quantum, a qual eleva-se 40,6% entre janeiro-outubro e os dez primeiros meses de 2005, enquanto o preço sofre uma queda de 19,4%.

Embora o Rio Grande do Sul tivesse obtido um bom desempenho exportador, sua taxa de crescimento ficou bem abaixo da equivalente para o Brasil (46,9% contra 88,1% entre 2003 e 2006). Em consequência, a importância das exportações gaúchas no contexto



nacional apresentou tendência declinante no período analisado. Em 2003, a participação relativa do Rio Grande do Sul nas vendas externas do Brasil alcançou 10,9%, o que lhe permitiu colocar-se na segunda posição entre os Estados da Federação. No ano seguinte, sua contribuição à atividade exportadora do Brasil decresceu para 10,2%, cedendo a condição de segundo pólo nacional para Minas Gerais, este já com 10,4% do total exportado pelo País. Novas quedas registradas em 2005 e nos dez primeiros meses de 2006 asseguraram, respectivamente, uma participação gaúcha de 8,8% e 8,6%, mantendo-o atrás do Estado mineiro, cujas taxas de 11,4% sobre as exportações brasileiras em ambos os anos de 2005 e 2006 demonstram um desempenho superior.

Em relação à pauta de exportações do Rio Grande do Sul, as mercadorias mais comercializadas em todos os anos observados foram fumo não-manufaturado, calçados de couro e soja, cuja participação média anual entre 2003 e 2006 foi, respectivamente, de 11,11%, 10,07% e 7,17%. Entretanto, todas as três apresentaram uma queda na participação relativa entre o início e o fim do período: fumo não manufaturado com -15,5%; calçados de couro, -30,1%; e soja, -39,4%.

A análise por categorias de uso final permite concluir que não houve alterações significativas na composição da pauta de exportações do Rio Grande do Sul ao longo do período. Os bens intermediários (exclusive combustíveis e lubrificantes) foram aqueles que contribuíram de forma mais intensa com a exposição de produtos gaúchos nos mercados internacionais. Sua representação média na pauta de exportações entre janeiro de 2003 e outubro de 2006 alcançou 53,2%, seguidos de importância pelos bens de consumo com 32%. O setor de Bens de capital alcançou uma presença tímida de 12,6%, enquanto Combustíveis e Lubrificantes, embora de pouca expressão na participação relativa, com apenas 0,8%, tenha obtido a maior taxa de crescimento na representação média, saindo de 0,1% em 2003 para 1,7% em janeiro-outubro de 2006, devido à escalada no preço internacional do petróleo.

Também em termos de exportações por fator agregado não foram constatadas alterações na composição da pauta. Os produtos manufaturados são significativamente os mais representativos,

atingindo uma participação média no período de 53,7%. Por sua vez, os produtos básicos mostraram uma contribuição de 34,6% no período, enquanto os produtos semimanufaturados tiveram uma presença média de 11,7%.

Em relação aos principais destinos comerciais, União Européia, Estados Unidos, Argentina e China constituíram, nessa ordem, os principais clientes de produtos gaúchos nos últimos quatro anos, atingindo uma participação média, respectivamente, de 19%, 18,8%, 9,2% e 6,5%. Porém, os dois primeiros apresentaram uma trajetória de queda na sua importância enquanto mercado comprador entre 2003 e os dez primeiros meses de 2006: a União Européia detinha 20,7% de representação no primeiro ano e encerra com 18,4% no último período; os Estados Unidos atingiam 22,2% no primeiro ano e somente 15,4% de representação em janeiro-outubro de 2006. Por outro lado, observa-se presença crescente da Argentina como terceiro principal destino das exportações gaúchas, com uma participação inicial no período de 7,6% e uma participação final de 9,2%. Por sua vez, a China, grande comprador de soja do Estado, mostrou importância decrescente no período: 9% em 2003 e 6,5% em janeiro-outubro de 2006. Esse comportamento pode ser atribuído ao embargo à soja gaúcha pelo país asiático em 2004, paralisando o comércio internacional do grão para o País, e à quebra de safra pela estiagem no ano seguinte. No entanto, os esforços para a reversão desse cenário surtiram efeito. Considerando janeiro-outubro de 2006 em relação a igual período de 2005, as vendas para a China apresentaram crescimento de 124,2%.

Verificou-se também a continuação do processo de concentração das exportações gaúchas nas grandes empresas, sendo que esse processo se mostrou mais intenso no Estado do que no resto do país. Considerando as 20 principais empresas exportadoras, observa-se que estas alcançaram uma representação média de 43,6%, entre janeiro de 2003 e outubro de 2006, enquanto que, este mesmo indicador, em nível nacional, expressa 30% para o período.

Importações

As importações do Estado avançaram de um montante de US\$ 4.191 milhões no ano de 2003, para US\$ 5.291 milhões em 2004 e US\$ 6.692 milhões no ano seguinte, o que representa um crescimento



de 60% em dois anos. Em 2006, foram alcançados US\$ 7.948 milhões, um valor 18,8% superior ao mesmo período no ano anterior. Observa-se que o crescimento das importações do Estado, em termos de valor comercializado no período (129,2%), é muito superior ao crescimento em termos do volume transacionado (17,0%), o que repercute na elevação do preço dos produtos importados em 95,9%.

Em relação ao desempenho das importações por categoria de uso final, percebe-se um crescimento na participação dos combustíveis e lubrificantes de 35,7% em 2003 para 47,2%, considerando janeiro a outubro de 2006. Já os bens intermediários, em especial os insumos industriais, apresentaram uma retração em termos de participação sobre o total no período. Enquanto que em 2003, 41,4% dos bens importados se referia aos bens intermediários, no ano de 2006 (de janeiro a outubro) a mesma participação caiu para 28,9%. É importante destacar que o significativo avanço em termos de valores dos combustíveis e lubrificantes foi da ordem de 219,1% de janeiro de 2003 a outubro de 2006. Complementando os setores, os bens de capital e os bens de consumo mantiveram uma participação média estável de 16,1% e 6,0%, respectivamente.

Analisando pelo critério de fator agregado, a pauta de importações manteve grosso modo a mesma estrutura durante o período: os produtos básicos responderam por cerca de 37,3%, os produtos manufaturados por 58% e os semimanufaturados por 5,6%.

Entre os parceiros comerciais do Rio Grande do Sul destacam-se, por sua participação média na pauta de importação no período, Argentina (25,3%), Nigéria (14,5%), Argélia (11,8%) e Estados Unidos (7,9%). Em termos de blocos econômicos, ressalta-se a importância da África (exclusive Oriente Médio) com participação média de 30,7%, Mercosul com 28,4% e União Européia com 14%. Vale salientar que o crescente aumento da participação dos países africanos na pauta de importações gaúchas se deve, sobretudo, ao incremento no preço dos combustíveis¹⁹ que subiu 184,9% no período analisado.

¹⁹ NCM 27 – combustíveis minerais, óleos minerais, etc., ceras minerais: óleos brutos de petróleo, naftas para petroquímica e outras naftas

Assim como nas exportações, verificou-se no quadriênio um processo de concentração das importações gaúchas nas grandes empresas. Enquanto que em 2003, as 20 principais empresas importadoras representavam 62,2% do valor importado, entre janeiro a outubro de 2006 essa participação passou para 71%.

1.3. Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Este capítulo tratará o tema das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Vão ser apresentados os principais dados e informações sobre a evolução da gestão fiscal no período anterior e suas perspectivas. O texto também busca chamar a atenção para outros desdobramentos, como a política fiscal adotada pela União na situação financeira do Estado.

Preliminarmente, cumpre destacar que a situação das finanças do Estado é, por todos conhecida, muito delicada. Apesar dos esforços dos recentes governos para implantar políticas de ajustamento do resultado primário, o Rio Grande do Sul permanece com sérias dificuldades orçamentárias e financeiras.

Conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado do Rio Grande do Sul apresenta dentre, aos demais entes federativos, o maior gasto com pessoal, o maior endividamento, o pior resultado orçamentário e a mais baixa taxa de investimento em relação à Receita Corrente Líquida e, ainda, a maior participação de gasto de pessoal com inativos.

Com o objetivo de deixar transparente a real situação das finanças desse Estado, os superávits primários consolidados ocorridos nos exercícios de 2004, 2005 e 2006, respectivamente de R\$ 38 milhões, R\$ 572 milhões e R\$ 454 milhões, não foram suficientes para garantir a reversão dos déficits orçamentários, que oscilaram perto da casa do bilhão anual. Ademais, sobressai a preocupação constante pela gestão do déficit financeiro.

Para 2007, com a não-prorrogação da lei que aumentou as alíquotas de ICMS sobre produtos e serviços seletivos, vigente desde



abril de 2005 até dezembro de 2006, e com os aumentos salariais concedidos em 2005, 2006 e 2007, a situação das finanças estaduais agravar-se-á sobremaneira.

A austeridade da gestão fiscal deve pautar as decisões para o período do “Plano Plurianual 2008-2011”. No que tange às finanças estaduais, dois objetivos claros marcarão fortemente esse período.

O primeiro é o equilíbrio orçamentário. As despesas somente deverão ser empenhadas a partir de estimativas prudentes e com elevado grau de certeza quanto ao ingresso das receitas correspondentes.

O segundo é o esforço pela retomada da capacidade de investimento público, tendo em vista as demandas reprimidas do setor de infra-estrutura, tão importante para a dinamização da economia gaúcha, cabe dar-lhe condições adequadas que atribuam competitividade a nossas empresas. Ademais, compete ao Estado recuperar a capacidade de financiamento para as políticas sociais de modo a permitir a ampliação e qualificação dos serviços nas áreas de educação, saúde e segurança.

1.3.1. Da Situação das Finanças Públicas

A principal evidência do quadro de dificuldades estruturais que afeta as finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul é o fato de que o déficit orçamentário vem se mantendo em patamares elevados há, pelo menos, três décadas e meia. Nesse período, gastou-se mais do que se arrecadou.

Essa situação de déficit continuado fez com que houvesse deterioração gradual das contas públicas. O equilíbrio orçamentário é uma necessidade premente. As despesas empenhadas no ano não podem ser maiores que as receitas arrecadadas. Caso isso ocorra, geram-se compromissos para honrar em exercícios futuros. A situação torna-se crítica visto a impossibilidade do Estado de recorrer às fontes tradicionais de financiamento utilizadas ao longo do tempo.

O cumprimento das regras impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem progressivamente obrigado a um ajuste expressivo das contas, conforme se pode verificar adiante

quando da apresentação da evolução dos resultados primários, sendo, contudo, insuficientes para a solução dos problemas orçamentários e de caixa do Estado.

O enquadramento das finanças nos princípios da LRF, que parecia distante de ser alcançado, vai ser perseguido incansavelmente por este Governo, além da perspectiva de melhoria na arrecadação das receitas e controle maior das despesas, com mecanismos que promovam a sua eficiência. Com isso, já em 2010, vislumbra-se que se alcance o tão desejado equilíbrio orçamentário, gerando caixa suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos e, principalmente, dando ao Estado a capacidade para retomar em níveis adequados seus investimentos e a aplicação no desenvolvimento social.

Pelo lado da receita pública, cabe destacar que o ICMS, principal tributo arrecadado pelo Estado, em relação ao seu PIB, é um dos mais baixos entre os demais entes federativos. Em 2002, 2003 e 2004, manteve-se, respectivamente, na 6ª, na 7ª e na 4ª posição com menor percentual. Embora, em 2005 e 2006, essa situação tenha sofrido pequena modificação devido à elevação de algumas alíquotas de ICMS, para o ano de 2007 e para o “Plano Plurianual 2008-2011”, o cenário é o Estado estar dentre as piores colocações.

No contexto federativo são necessárias alterações profundas na política tributária nacional, notadamente uma ampla reforma que, em respeito e em consonância com os princípios do equilíbrio entre os entes, venha a tornar mais eqüitativas as regras de repartição do bolo tributário.

Nesse aspecto, em particular, é importante ressaltar que a carga tributária federal em relação ao PIB cresceu significativamente no Brasil, porém se concentrou, exclusivamente, nas mãos da União, calcada em contribuições sociais não repartidas aos demais entes. O equacionamento definitivo do desajuste estrutural das contas estaduais também supõe uma mudança nos critérios de distribuição da carga tributária nacional.

É fundamental, da mesma forma, a criação de mecanismos de neutralização dos aspectos negativos presentes na política de sustento às exportações, com a adoção de compensações adequadas às



desonerações fiscais aos Estados pelas perdas no ICMS sobre produtos exportados, ocasionadas pela Lei Kandir.

Igualmente importante para os interesses do Rio Grande do Sul é que sejam efetivadas políticas que ponham fim à guerra fiscal entre os estados. Assim, incentivos fiscais às empresas que se instalem no Estado seriam mais seletivos e, no curto e no médio prazo, traria maior incremento de receitas.

1.3.2. Do Financiamento do Déficit ao Longo do Tempo

Como já mencionado acima, as contas públicas do Estado vêm apresentando déficits fiscais expressivos e recorrentes há, pelo menos, três décadas e meia. Esses desequilíbrios foram cobertos ora com endividamento suportado com operações de crédito, ora com a emissão de títulos públicos. E em outras oportunidades, com o "financiamento inflacionário".

Já no período mais recente, recorreu-se às privatizações, às antecipações de receitas tributárias, ao atraso no pagamento de fornecedores e de precatórios, ao financiamento interno no âmbito do caixa único e dos recursos provenientes dos depósitos judiciais, além do parcelamento do 13º salário de parte dos servidores junto ao Banrisul.

Ao final de 2004, com vigência a partir de abril de 2005 até dezembro de 2006, buscou-se também o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos selecionados.

A Tabela 2 mostra de forma sucinta como foi enfrentado o déficit fiscal pelos governos ao longo do tempo.

Tabela 2 - Enfrentamento do déficit público pelos governos

Período	Governo	Enfrentamento do Déficit
1971-1974	TRICHES	Endividamento
1975-1978	GUAZELLI	Endividamento
1979-1982	AMARAL	Endividamento e Inflação
1983-1986	JAIR	Débitos de tesouraria e inflação
1987-1990	SIMON	Inflação
1991-1994	COLLARES	Inflação
1995-1998	BRITTO	Venda de ativos
1999-2002	OLÍVIO	SIAC, menor volume de investimentos, venda de ativos e antecipação de impostos
2003-2006	RIGOTTO	SIAC, depósitos judiciais, antecipação de impostos, menor volume de investimentos, parcelamento do 13º salário de parte de servidores junto ao Banrisul e aumento de tributos

FONTE: Balanço do Estado do Rio Grande do Sul.

Já se recorreu a um variado e esgotado conjunto de fontes de financiamento. Contudo, a situação orçamentária permaneceu com déficit expressivo. Isso significa que, não obstante toda a compressão sobre investimento e sobre o custeio da máquina pública, não se atingiu o equilíbrio entre receitas e despesas.

O problema do déficit orçamentário tem que ser enfrentado com medidas inovadoras, firmes e eficazes, buscando a solução definitiva dos problemas estruturais no longo prazo. Sem isso, não se visualiza no curto e no médio prazo o equilíbrio orçamentário, muito menos alívio do estrangulamento do caixa.



1.3.3. Da Evolução de Indicadores das Contas Públicas

Adiante se destaca a evolução de alguns indicadores contábeis, no intuito de mostrar como se encontram as finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Na Tabela 3 lista-se o resultado Primário²⁰ e o Orçamentário²¹, conforme a fórmula da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre os anos de 1971 e 2006. Consta-se a frequência de resultados negativos.

Tabela 3 - Resultados Primário e Orçamentário -1971/2006 - IGP-DI médio R\$ 1,00

Ano	Resultado Primário - IGP-DI médio	Resultado Orçamentário - IGP-DI médio
1971	-34.704.819	-107.557.802
1972	-224.210.238	-195.798.548
1973	-420.992.089	-364.420.292
1974	-794.742.571	-317.182.820
1975	-1.039.703.290	-538.707.669
1976	-1.186.739.031	-1.173.685.888
1977	-22.261.602	-419.214.938
1978	-512.146.359	198.122.853
1979	-850.374.014	-357.511.727
1980	-500.596.257	-421.081.444
1981	-1.080.244.154	-441.988.728
1982	-1.447.549.469	-1.133.096.043
1983	-1.378.875.705	-4.440.172.757
1984	-1.089.760.593	-1.905.060.699
1985	-1.823.513.598	-7.394.778.982
1986	-1.316.364.039	-2.165.409.119
1987	-718.805.659	-791.391.358
1988	-1.115.090.820	-627.596.440
1989	-3.324.713.339	276.102.592
1990	-2.780.532.697	-891.971.050
1991	-346.030.043	-339.903.797
1992	-3.619.562.535	-847.599.027
1993	-2.669.266.881	-372.593.322
1994	-706.118.074	-633.413.819
1995	-547.859.572	-1.263.731.931
1996	-1.795.688.672	-71.242.022
1997	-1.228.776.299	1.342.666.903
1998	-3.202.781.620	862.234.159
1999	-846.188.082	-1.707.594.829
2000	-764.579.732	-1.126.408.087
2001	-484.532.194	-1.191.424.723
2002	-93.730.996	-551.951.504
2003	-117.435.699	-450.968.960
2004	38.803.455	-991.904.585
2005	581.972.161	-934.144.296
2006	454.597.000	-899.599.000

Notas Importantes:

(1) Entre 1971 e 1983, o Resultado Primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias;

(2) Entre 1984 e 2006, o Resultado Primário refere-se à Administração Pública Consolidada;

(3) O cálculo do Resultado Primário, em todo o período considerado, foi feito segundo o critério atual, conforme a Portaria SOF nº. 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente dos Balanços Gerais do Estado do RS, publicados pela CAGE.

(4) O Resultado Primário menor que o Orçamentário, verificado em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas financeiras na cobertura de despesas orçamentárias. Em outras palavras, o Estado financiou suas despesas correntes com operações de crédito e alienação de bens.

²⁰ Resultado Primário: É o resultado que decorre da diferença entre as receitas e despesas não-financeiras (não considera os juros recebidos e já incorridos). Consideram-se como despesas financeiras aquelas que não pressionam ou aumentam o endividamento líquido do Governo em termos de resultado primário no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam para o ente da Federação um direito junto ao setor privado interno e/ou externo, tais como concessão de empréstimos e financiamentos, aquisição de títulos de crédito e representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas e pagamento de juros e amortização. Fonte: Portaria SOF nº. 4, de 08/03/2001.

²¹ Resultado Orçamentário: É o resultado da conta da execução orçamentária, tomando por base as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, estas da competência originária de um determinado exercício financeiro.



Cumpra assinalar que a série de desajustes orçamentários verificados não pode simplesmente ser debitada ao descaso dos gestores públicos e afronta aos bons princípios da gestão pública. Muito se deve à prevalência dos compromissos em função de necessidades econômicas objetivas e de carências e pressões sociais legítimas e inquestionáveis.

Vale exemplificar, com efeito, que a vocação exportadora da economia gaúcha fez com que, nos últimos anos, incidisse em cheio sobre as contas estaduais o custo da política nacional de estímulo ao comércio exterior, cujo principal instrumento é a desoneração tributária dos produtos exportados.

Do mesmo modo, o Rio Grande do Sul desfruta hoje de indicadores educacionais de ponta no contexto brasileiro e isso se deve à ampla rede de ensino público montada no Estado ao longo do tempo, o que não ocorreu sem pesada pressão sobre a despesa pública.

Importa ressaltar ainda que, em vista da posição meridional do Rio Grande do Sul e da localização de seu principal escoadouro exportador ao extremo-sul do Estado (Porto de Rio Grande), fica mais afastado dos grandes centros produtores de matérias-primas e consumidores dos produtos finais do País.

Combina-se a isso a grande diversificação da matriz produtiva estadual, ao mesmo tempo em que, por um lado, pressiona por fortes serviços em infra-estrutura e em logística, por outro, torna crítica a atração de novos investimentos, fazendo da política de incentivos fiscais uma variável chave com relação à preservação do dinamismo da economia estadual.

Também os padrões de excelência no âmbito da prestação jurisdicional e os bons serviços de segurança e de saúde pública foram sempre fatores que pressionaram fortemente o incremento da despesa pública no Estado.

A politização da sociedade rio-grandense tem feito com que as pressões e reivindicações sociais e setoriais tenham se sobreposto aos limites que a prudência fiscal recomendaria.

Se, por um lado, não se tem mais admitido aumentos de impostos, por outro, mantém-se as pressões por incentivos fiscais, ampliação dos serviços de saúde, segurança e educação, além dos clamores por mais recursos em infra-estrutura. Instala-se, assim, o impasse, que terá de ser discutido entre a sociedade e os governantes acerca do novo tamanho do Estado e decidir a respeito do fio condutor da política fiscal do Rio Grande do Sul.

Ao se analisar a situação econômico-financeira do Estado a partir da ótica patrimonial, a Situação Líquida Financeira, assim como a Situação Líquida Financeira Potencial e a Situação Líquida Financeira Real, evoluíram negativamente.

A Tabela 4 mostra que, entre 1998 e 2006, a Situação Líquida Financeira passou de R\$ 211,9 milhões positivos para R\$ 3.397,9 milhões negativos. Já a Situação Líquida Financeira Potencial, nesse mesmo período, variou de R\$ 1.048,0 milhões negativos para R\$ 1.379,4 milhões negativos. A Situação Líquida Financeira Real passou de R\$ 836,1 milhões negativos para R\$ 4.777,3 milhões negativos.

A Situação Líquida Financeira Real Ajustada passou de R\$ 836,1 milhões negativos, em 1998, para R\$ 4.477,3 milhões negativos em 2006. A Situação Financeira Líquida Ajustada corrigida pelo IGP-DI, entre 2003 e 2006, está estabilizada em patamares inferiores aos de 2001 e 2002, assinalando parecer certa contenção da crise financeira.

Com relação ao índice de liquidez corrente, podemos ver que a situação também se deteriorou muito nos últimos anos. Em 1998, a cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo que o Estado possuía, havia R\$ 1,15 no caixa. Já em 2006, a cada R\$ 1,00 de dívida, havia somente R\$ 0,13 no caixa.



Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Financeiro da Administração Direta do Estado do RS (em R\$ milhões)

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ativo Financeiro	1.618,0	730,0	779,0	803,0	612,3	623,9	618,7	421,6	490,5
Passivo Financeiro	1.406,1	1.285,0	1.896,0	2.476,0	2.139,8	2.146,1	2.873,0	3.304,5	-3.888,4
Situação Líquida Financeira	211,9	-555,0	-1.117,0	-1.673,0	-1.527,5	-1.522,2	-2.254,3	-2.882,9	-3.397,9
Situação Líquida Financeira Potencial	-1.048,0	-1.065,0	-967,0	-1.335,0	-1.048,7	-1.228,1	-1.023,1	-959,8	-1.379,4
Situação Líquida Financeira Real	-836,1	-1.620,0	-2.084,0	-3.008,0	-2.576,2	-2.750,3	-3.277,4	-3.842,7	-4.777,3
Dívidas Pendentes de Registro	-	-	-	-	-672,5	-585,2	-495,0	-271,9	-
Cancelamento de Registro	-	-	-	-	-169,0	-301,0	-120,3	-170,7	-
Outras Dívidas Identificadas	-	-	-	-	-369,8	-	-	-	-
Situação L.F.R. Ajustada Nominal	-836,1	-1.620,0	-2.084,0	-3.008,0	-3.787,5	-3.636,5	-3.892,7	-4.285,3	-4.777,3
Situação L.F.R. Ajustada pelo IGP-DI	-1.969,0	-3.178,1	-3.723,5	-4.868,0	-4.862,2	-4.336,0	-4.139,4	-4.447,7	-4.777,3
Índice de Liquidez Corrente	1,15	0,57	0,41	0,32	0,29	0,29	0,22	0,13	0,13

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: Índice de Liquidez Corrente – Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro

1.3.4. Das Receitas Públicas

Tabela 5 - Balanço Orçamentário Consolidado das Receitas Públicas (IGP-DI dez/06) – em R\$ 1,00

Especificação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
RECEITAS CORRENTES	16.225.000.371	17.383.929.782	18.261.171.517	19.072.080.938	16.348.477.126	15.639.561.796	17.288.236.105	18.319.749.194
Receita Tributária	10.727.338.441	11.353.346.354	12.310.752.796	11.829.339.136	12.139.302.855	12.030.211.554	13.130.566.814	13.787.526.328
Receita de Contribuições	146.889.346	1.041.290.170	984.808.683	959.017.860	1.060.772.750	1.246.265.733	1.187.775.023	1.251.211.436
Receita Patrimonial	396.605.417	341.904.988	285.619.763	356.980.224	408.065.294	212.611.861	267.548.588	397.827.346
Receita Agropecuária	1.581.155	1.314.606	2.990.919	746.646	858.902	779.266	594.158	746.356
Receita Industrial	5.411.996	3.946.413	6.023.576	3.762.675	3.324.544	6.266.132	2.798.841	2.074.489
Receita de Serviços	228.759.427	209.741.149	236.786.381	210.396.189	195.910.704	180.311.593	179.695.280	167.905.055
Transferências Correntes	3.653.773.477	3.870.884.329	3.782.000.262	4.112.264.990	2.874.834.060	3.169.678.133	3.433.220.938	3.819.276.523
Outras Receitas Correntes	1.064.641.111	561.501.773	652.189.137	1.599.573.219	1.487.295.803	568.069.747	605.453.313	435.693.183
Deduções Receita Corrente	-	-	-	-	-1.821.887.787	-1.774.632.222	-1.519.416.850	-1.542.511.522
RECEITAS DE CAPITAL	803.786.802	1.783.195.205	1.071.196.591	818.353.704	515.962.764	480.870.812	193.555.202	341.522.069
Operações de Crédito	328.100.561	544.474.278	212.110.793	202.883.978	338.368.211	252.876.733	131.751.715	30.364.900
Alienação de Bens	1.897.333	793.008.341	504.809.459	274.163.408	157.507.319	186.570.832	30.310.655	232.146.371
Amortização Empréstimos	126.870.328	91.883.489	49.597.354	34.579.171	5.847.741	11.346.486	12.785.669	53.074.874
Transferências de Capital	346.918.580	353.829.096	304.678.985	306.727.147	14.239.492	30.076.761	18.707.163	25.935.925
TOTAL DE RECEITA	17.028.787.173	19.167.124.987	19.332.368.107	19.890.434.643	16.864.439.891	16.120.432.608	17.481.791.306	18.661.271.263

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.



A Tabela 5 mostra a evolução das receitas orçamentárias consolidadas do Estado do RS, a partir de 1999.

É importante ressaltar que as receitas tributárias tiveram uma trajetória ascendente de crescimento de arrecadação. Muito do incremento, em 2005 e 2006, foi em função da majoração de alíquotas do ICMS dos setores de telecomunicação, energia elétrica e combustível. Em 2007, a não-prorrogação da Lei prejudicará fortemente a evolução dessa receita. Estima-se uma perda em torno de R\$ 720 milhões anuais, média de R\$ 60 milhões mensais.

As transferências da União ao Estado, entre 1999 e 2006, ficaram praticamente estáveis. Outro ponto relevante nessa discussão é o fato das operações de crédito, que já foram muito utilizadas para a cobertura do déficit financeiro, hoje estarem praticamente inviabilizadas por conta do descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que o Estado está comprometido com mais de duas vezes a Receita Corrente Líquida com a dívida fundada consolidada, ficando

impossibilitado de se candidatar a novos financiamentos internos e externos.

1.3.4.1. Do ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual. No grupo das Receitas Tributárias, tal imposto representa, em média, 90% sobre o total arrecadado, como demonstrado na Tabela 6.

O ICMS concentra-se notadamente nas áreas de combustível, energia elétrica, telecomunicações, bem como nas de bebidas e de fumo.

A Tabela 7 mostra a evolução desse imposto. Verifica-se que o ICMS total arrecadado cresceu 194,84%, entre 1997 e 2006, em termos nominais, passando de R\$ 4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 11.813,3 milhões, em 2006. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de arrecadação de 23,47%. Em 2006, comparado com 2005, o crescimento nominal do ICMS representou 3,78%, contudo, pelo IGP-DI, houve aumento de 1,99%.

Tabela 6 - Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária Consolidada (em R\$ milhões)

Especificação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ICMS total Arrecadado	9.814,92	10.452,93	11.254,98	10.971,08	10.821,93	10.591,72	11.829,23	12.064,13
Receita Tributária	10.726,98	11.352,96	12.310,34	11.828,94	12.138,89	12.029,81	13.130,13	13.787,53
% ICMS / Receita Tributária	91,50	92,07	91,43	92,75	89,15	88,05	90,09	87,50

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio.



Tabela 7 - Evolução da Arrecadação do ICMS Total (em R\$ milhão)

Ano	Arrecadação Nominal	Varição Nominal sobre Ano Anterior	Arrecadação IGP-DI dez/06	Varição pelo IGP-DI sobre Ano Anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
1997	4.006,70	-	9.812,49	-	5,79
1998	4.232,10	5,63	9.973,80	1,64	6,00
1999	4.659,50	10,10	9.856,82	-1,17	6,18
2000	5.646,80	21,19	10.497,56	6,50	6,63
2001	6.706,30	18,76	11.303,03	7,67	7,13
2002	7.441,50	10,96	11.017,92	-2,52	7,12
2003	8.988,80	20,79	10.868,14	-1,36	7,02
2004	9.637,90	7,22	10.636,92	-2,13	6,75
2005	11.382,70	18,10	11.879,73	11,68	7,84
2006	11.813,30	3,78	12.115,63	1,99	7,57
% 2006 / 1997	194,84%	-	23,47%	-	-
% 2006 / 2005	3,78%	-	1,99%	-	-

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

NOTA: O PIB dos anos de 2005 e 2006 são preliminares.

A arrecadação do ICMS total em relação ao PIB do Rio Grande do Sul, que representou 5,79%, em 1997, cresceu para 7,57%, em 2006. A média do período foi de 6,80%. O salto em 2005 e 2006 em relação a 2004, de 6,75% para 7,84% e 7,57% do PIB, deu-se em função de dois fatores principais.

O primeiro deles é o aumento de alíquotas do ICMS sobre alguns produtos e serviços seletivos. O outro é o fato do Produto Interno Bruto do RS ter tido queda significativa de 5,2% em 2005, diminuição essa causada em grande parte pela valorização do real frente ao dólar e pelo efeito da fortíssima estiagem que causou depressão no campo e no agronegócio gaúcho. Porém, o PIB recuperou-se em 2006, com um crescimento de 2,7%.

O RS tem uma das menores cargas tributárias de ICMS entre os Estados brasileiros. Isso se dá por vários motivos, dentre os quais, dois pesam sobremaneira.

O primeiro é o alto impacto tributário da desoneração das exportações em um Estado que tem sua balança comercial com o exterior altamente superavitária. O segundo é o fato de que, em função da localização geográfica distante dos grandes centros produtores e consumidores do Brasil, é forçosa a adoção de políticas de incentivo fiscal que viabilizem a opção pela permanência no Estado quando das decisões de localização dos grandes investidores.

Mesmo com o aumento das alíquotas de ICMS por conta da Lei 12.209/04, vigente até 2006, o Estado ainda manteve uma das posições de menor arrecadação de ICMS em relação ao PIB, situação que tende a se agravar a partir de 2007, quando as alíquotas de energia elétrica, combustível e telecomunicação voltaram aos patamares anteriores, fazendo com que a posição do RS no ranking dos estados brasileiros piore ainda mais.

A Tabela 8 demonstra de forma analítica a posição do RS entre os Estados brasileiros, entre 2002 e 2005, referente ao ICMS tributo sobre o ICMS arrecadado no montante do país.



Tabela 8 - Participação percentual do ICMS tributo em relação ao ICMS arrecadado no País – em R\$ 1,00

UF	2002			2003			2004			2005		
	ICMS	ICMS/ ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ CMS BRASIL	RANKING
AC	169.482.859	0,16	25	208.225.906	0,18	25	256.894.244	0,19	25	329.757.037	0,22	25
AL	665.566.866	0,65	20	787.086.823	0,67	21	949.553.546	0,70	21	1.093.364.669	0,72	21
AM	1.939.187.137	1,88	12	2.187.808.136	1,87	14	2.584.452.134	1,89	14	2.985.849.341	1,96	13
AP	138.255.500	0,13	26	148.025.069	0,13	26	184.405.627	0,14	26	240.337.645	0,16	26
BA	4.950.531.009	4,81	6	5.712.366.724	4,88	6	6.625.528.016	4,85	6	6.877.126.582	4,51	6
CE	2.368.019.661	2,30	10	2.585.224.347	2,21	11	2.930.037.954	2,15	12	3.097.416.554	2,03	11
DF	1.816.260.591	1,76	14	2.219.995.936	1,90	13	2.631.362.835	1,93	13	2.945.232.930	1,93	14
ES	2.364.263.665	2,30	11	2.897.949.011	2,47	10	3.670.194.688	2,69	9	4.535.688.795	2,98	8
GO	2.914.196.808	2,83	8	3.608.729.118	3,08	8	3.831.705.917	2,81	8	4.078.902.958	2,68	10
MA	897.073.003	0,87	19	965.388.773	0,82	19	1.183.771.405	0,87	18	1.455.053.558	0,95	18
MG	9.397.793.044	9,13	3	10.835.787.774	9,25	3	12.931.305.863	9,47	3	15.184.191.143	9,97	2
MS	1.341.761.976	1,30	16	1.683.459.967	1,44	16	2.117.631.193	1,55	16	2.426.673.917	1,59	16
MT	1.841.745.251	1,79	13	2.372.078.066	2,03	12	2.934.667.166	2,15	11	3.085.602.386	2,03	12
PA	1.702.946.288	1,65	15	2.034.435.649	1,74	15	2.370.520.149	1,74	15	2.801.569.094	1,84	15
PB	914.663.027	0,89	18	1.007.196.337	0,86	18	1.139.712.515	0,83	19	1.317.435.888	0,86	19
PE	2.826.720.789	2,75	9	3.135.393.876	2,68	9	3.628.095.765	2,66	10	4.277.778.270	2,81	9
PI	540.797.416	0,53	23	458.021.271	0,39	24	760.498.179	0,56	23	901.060.847	0,59	23
PR	5.580.692.799	5,42	5	6.679.675.264	5,70	5	7.763.903.923	5,68	5	8.707.026.435	5,71	5
RJ	10.272.525.717	9,98	2	12.036.013.893	10,28	2	14.259.395.542	10,44	2	14.648.234.599	9,61	3
RN	1.014.478.440	0,99	17	1.184.696.940	1,01	17	1.393.620.978	1,02	17	1.614.254.689	1,06	17
RO	639.159.783	0,62	22	866.783.307	0,74	20	1.048.956.864	0,77	20	1.231.116.247	0,81	20
RR	119.578.417	0,12	27	137.625.206	0,12	27	149.909.071	0,11	27	187.486.312	0,12	27
RS	7.213.311.025	7,01	4	8.595.598.947	7,34	4	9.360.613.794	6,85	4	10.900.617.795	7,15	4
SC	3.798.879.314	3,69	7	4.094.441.821	3,50	7	5.175.747.310	3,79	7	5.777.081.563	3,79	7
SE	664.264.811	0,65	21	761.312.031	0,65	22	879.532.991	0,64	22	1.021.126.519	0,67	22
SP	36.453.326.781	35,41	1	39.394.704.049	33,63	1	45.223.078.746	33,11	1	49.988.621.639	32,81	1
TO	406.195.557	0,39	24	537.239.896	0,46	23	595.288.610	0,44	24	658.939.330	0,43	24
BRASIL	102.951.677.537	100,00	-	117.135.264.136	100,00	-	136.580.385.025	100,00	-	152.367.546.741	100,00	-

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional – www.stn.fazenda.gov.br – Finanças estaduais



A Tabela 9 demonstra a posição do Estado do RS entre os demais, no que tange ao ICMS tributo arrecadado em relação ao PIB de cada Estado.

Tabela 9 - Participação percentual do ICMS tributo e posição do Estado do RS em relação ao PIB estadual

UF	2002			2003			2004		
	PIB x 1.000.000	ICMS/PIB UF	RANKING	PIB x 1.000.000	ICMS/PIB UF	RANKING	PIB x 1.000.000	ICMS/PIB UF	RANKING
AC	2.259	7,50	18	2.716	7,67	13	3.242	7,92	13
AL	8.767	7,59	17	10.326	7,62	14	11.556	8,22	11
AM	25.030	7,75	15	28.063	7,80	12	35.889	7,20	19
AP	2.652	5,21	26	3.083	4,80	27	3.720	4,96	27
BA	62.103	7,97	12	73.166	7,81	11	86.882	7,63	16
CE	24.204	9,78	3	28.425	9,09	6	33.261	8,81	8
DF	35.672	5,09	27	37.753	5,88	26	43.522	6,05	26
ES	24.723	9,56	4	28.980	10,00	4	34.488	10,64	3
GO	31.299	9,31	5	36.835	9,80	5	41.316	9,27	6
MA	11.420	7,86	14	13.984	6,90	19	16.547	7,15	20
MG	125.389	7,49	19	144.545	7,50	15	166.586	7,76	14
MS	15.343	8,75	8	18.970	8,87	7	19.954	10,61	4
MT	17.888	10,30	2	22.615	10,49	2	27.935	10,51	5
PA	25.530	6,67	24	29.215	6,96	18	34.196	6,93	22
PB	11.634	7,86	13	13.711	7,35	17	14.863	7,67	15
PE	36.510	7,74	16	42.261	7,42	16	47.697	7,61	17
PI	6.166	8,77	7	7.325	6,25	25	8.611	8,83	7
PR	81.449	6,85	23	99.000	6,75	20	108.699	7,14	21
RJ	170.114	6,04	25	190.384	6,32	24	222.564	6,41	25
RN	11.633	8,72	9	13.696	8,65	8	15.906	8,76	9
RO	7.284	8,77	6	8.492	10,21	3	9.744	10,77	2
RR	1.488	8,04	11	1.677	8,21	9	1.864	8,04	12
RS	104.451	6,91	22	128.040	6,71	21	142.874	6,55	24
SC	51.828	7,33	20	62.214	6,58	22	70.208	7,37	18
SE	9.496	7,00	21	11.704	6,50	23	13.121	6,70	23
SP	438.148	8,32	10	494.814	7,96	10	546.607	8,27	10
TO	3.545	11,46	1	4.190	12,82	1	4.768	12,49	1
BRASIL	1.346.028	7,65	-	1.556.182	7,53	-	1.766.620	7,73	-

FONTES: Secretaria do Tesouro Nacional – www.stn.fazenda.gov.br – Finanças Estaduais / IBGE – www.ibge.gov.br – Contas Regionais



1.3.5. Da Modernização de mecanismos de incremento da Receita

Para fazer frente ao déficit financeiro, estão em curso oito ações no âmbito da receita pública, com o objetivo de aumentar a arrecadação. A modernização da receita envolve:

- I. O “programa de crescimento incentivado – Cresce RS”, para estimular setores econômicos do Estado com a redução de alíquotas setoriais;
- II. A ampliação do controle na fronteira, permitindo a cobrança de 5% do ICMS relativo ao diferencial existente entre as aquisições interestaduais;
- III. A instituição da substituição tributária para novos produtos, ampliando o controle da administração tributária;
- IV. A criação de um grupo de trabalho interinstitucional para a recuperação da dívida ativa;
- V. A modernização da gestão tributária visando à intensificação do controle para a redução da sonegação fiscal.

Para a adequação tributária, três medidas estão sendo adotadas:

- I. A negociação da mudança nos critérios de transferência de saldo credor para o setor exportador;
- II. A equivalência da cobrança de ICMS para o consumo de energia elétrica residencial urbana de baixa renda e rural;

- III. A reavaliação dos benefícios fiscais (isenções, créditos presumidos e reduções de base de cálculo) ao longo de 2007, para vigorar a partir de 2008, preservando a manutenção dos acordos já firmados.

1.3.6. Das Transferências Constitucionais da União

No domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a grandes distorções. Isso transparece quando se observa que o grande incremento da carga fiscal concentrou-se, exclusivamente, na esfera federal com a institucionalização de diversas Contribuições Sociais (CPMF, CIDE, PIS/PASEP, COFINS e CSLL), que não foram repartidas com os demais entes federativos, à exceção da CIDE que, após anos de reivindicação, foi partilhada em percentuais muito reduzidos.

A Tabela 10 mostra o valor arrecadado pela União e pelo Estado. A Tabela 11 demonstra essa evolução, tomando-se como base 100 o ano de 1998. Entre 1998 e 2006, as receitas tributárias da União cresceram 8,6% reais pelo IGP-DI, as contribuições acumularam aumento expressivo de 48,9% reais, as transferências correntes da União ao Estado decresceram 36,6%, e a arrecadação de ICMS cresceu 21,5% reais. Fica comprovada a tese de que a União busca aumento de arrecadação via contribuições sociais, constitucionalmente não obrigada a repartir com os Estados e os Municípios.

Tabela 10 - Arrecadações da União e do Estado do RS, pelo IGP-DI (em R\$ mil)

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Tributária da União	160.040.575	158.115.497	146.426.827	154.489.827	160.276.738	139.357.752	142.296.450	161.817.250	173.883.566
Contribuições Sociais da União	220.992.443	240.758.059	260.017.892	271.700.140	287.536.653	273.490.175	303.055.698	323.368.729	329.029.707
Transferências Correntes ao RS	266.585	230.270	211.126	238.350	211.786	197.205	181.503	180.882	169.014
Arrecadação de ICMS Total no RS	9.973.796	9.856.818	10.497.558	11.303.028	11.017.916	10.868.137	10.636.942	11.879.730	12.115.632

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS (Sistema Cubo) e STN - www.stn-fazenda.gov.br



Tabela 11 - Arrecadações da União e do Estado do RS, pelo IGP-DI - Base 100 o ano de 1998

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Tributária da União	100	98,8	91,5	96,5	100,1	87,1	88,9	101,1	108,6
Contribuições Sociais da União	100	108,9	117,7	122,9	130,1	123,8	137,1	146,3	148,9
Transferências Correntes ao RS	100	86,4	79,2	89,4	79,4	74,0	68,1	67,9	63,4
Arrecadação de ICMS Total no RS	100	98,8	105,3	113,3	110,5	109,0	106,6	119,1	121,5

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS (Sistema Cubo) e STN - www.stn-fazenda.gov.br

Ressalte-se que, enquanto entre 1998 e 2006 o ICMS total arrecadado cresceu nominalmente 179,1%, as transferências constitucionais federais ao Estado, especificamente, a Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a Cota-parte do IPI - Exportação e a Lei Kandir/Fundo às Exportações, cresceram tão-somente 71,7%. É o que demonstra adiante na Tabela 12.

A mesma tendência é demonstrada na Tabela 13, onde se pode verificar que as transferências constitucionais da União ao

Estado, em relação ao PIB estadual, apresentaram, ao longo do tempo, um significativo recuo percentual.

Com efeito, em 1998, as transferências da União representavam 1,63% do PIB do Estado, enquanto que em 2006, estas minguaram para 1,35% do PIB. Com essa diferença de 0,28 pontos percentuais, somente em 2006, a perda monta a mais de R\$ 400 milhões.

Tabela 12 - Arrecadação do ICMS Total e Transferências da União (nominal – R\$ milhões)

Ano	Arrecadação de ICMS Total	Cota-Parte do FPE	Cota-Parte do IPI Exportação	Lei Kandir + Fundo às Exportações	Total das Transferências da União
1998	4.232,10	257,2	294,7	296,7	848,6
1999	4.659,50	284,8	270,2	280,8	835,8
2000	5.646,80	337,5	300,2	291,5	929,2
2001	6.706,30	397,2	318	269,8	985
2002	7.441,50	491,5	311,3	297,8	1.100,6
2003	8.988,80	511,3	292,6	319,6	1.123,6
2004	9.637,90	563,6	310,2	306,8	1.180,6
2005	11.382,70	705,4	351,6	337,8	1.394,8
2006	11.813,30	780,7	377,1	299,6	1.457,4
% 2006/ 1998	179,1%	203,5%	28,0%	1,0%	71,7%

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.



Tabela 13 - Demonstrativo das transferências constitucionais em relação ao PIB gaúcho (valores nominais – R\$ 1,00)

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Cota-parte do FPE	218.579.580	242.084.889	286.872.534	337.595.852	417.803.205	511.343.670	563.643.610	705.428.874	780.710.683
Cota-parte do FPE-FUNDEF	38.572.867	42.720.862	50.624.564	59.575.738	73.729.977	0	0	0	0
Cota-parte IPI Exportação	250.534.120	229.716.402	255.242.980	270.315.178	264.592.662	292.622.754	310.232.550	351.577.252	371.139.674
Cota-parte IPI EXP - FUNDEF	44.211.903	40.538.188	45.042.878	47.702.678	46.692.822	0	0	0	0
Transferências financeiras LC 87/96	249.535.414	241.785.027	247.772.138	229.334.432	253.100.389	319.590.868	256.133.730	256.133.730	146.900.228
Transferências LC 87/96-FUNDEF	47.237.031	38.908.077	43.627.874	40.470.782	44.664.775	0	0	0	0
Auxílio Financeiro-Exportação	0	0	0	0	0	0	50.712.750	81.582.863	152.694.169
IRRF	303.567.169	304.167.732	330.302.522	367.267.444	412.647.132	479.177.859	518.560.808	554.557.376	653.027.638
Total	1.152.238.083	1.139.921.178	1.259.485.491	1.352.262.106	1.513.230.962	1.602.735.151	1.699.283.448	1.949.280.094	2.104.474.398
PIB do RS	70.541.889.405	75.450.458.225	85.137.542.554	94.084.498.446	104.451.257.266	128.039.610.891	142.874.226.327	145.181.521.203	155.971.205.213
% Transferência da União / PIB RS	1,63	1,51	1,48	1,44	1,45	1,25	1,19	1,34	1,35

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda do RS.

Denota-se pelo acima exposto que, enquanto a União aumentou a carga tributária de forma considerável, através de contribuições sociais (mecanismo utilizado para não dividir com o Estado o produto da arrecadação), as receitas de transferências pertencentes a estes tiveram significativo recuo ao longo dos anos.

Por fim, a Tabela 14 mostra a evolução da carga tributária líquida disponível no Brasil, entre 1991 e 2005, onde se auferem as receitas efetivamente recebidas nas diversas esferas federativas. Enquanto a União teve crescimento de 7,68%, os Estados e os Municípios, respectivamente, 2,53% e 1,96%.

Tabela 14 - Carga tributária líquida disponível – 1991/2005

Entes	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005-1991
União	13,96%	14,80%	15,59%	17,62%	16,77%	16,27%	16,62%	17,61%	19,32%	19,87%	19,16%	20,35%	20,05%	20,87%	21,64%	7,68 p.p
Estados	7,10%	7,07%	6,50%	7,70%	8,18%	8,00%	7,72%	7,44%	7,94%	8,34%	9,22%	9,46%	9,22%	9,23%	9,62%	2,53 p.p.
Municípios	4,15%	3,98%	3,63%	4,14%	4,81%	4,71%	4,69%	4,69%	4,88%	4,97%	5,63%	5,80%	5,65%	5,77%	6,11%	1,96 p.p.
Total	25,21%	25,85%	25,72%	29,46%	29,76%	28,97%	29,03%	29,74%	32,15%	33,18%	34,01%	35,61%	34,92%	35,88%	37,37%	12,16 p.p.

FONTE: Site da Secretaria da Receita Federal - www.receita.fazenda.gov.br.



1.3.7. Da Desoneração do ICMS sobre as Exportações

O Rio Grande do Sul é o Estado que apresenta o segundo maior índice exportador per capita do País, atrás do Paraná, e é o terceiro maior exportador brasileiro, atrás de São Paulo e Minas Gerais, conforme dados fechados de 2006, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Em 1994, o RS vendeu US\$ 5,03 bilhões ao exterior, 11,5% do total do Brasil. Em 2006, os valores das exportações totalizaram US\$ 11,78 bilhões, representando 8,6% do total das exportações brasileiras. De outra parte, houve um movimento de crescimento das importações. Enquanto em 1994 o RS importava 7,0% do total brasileiro, em 2006 passou a importar 8,7%.

A Tabela 15 mostra a evolução das contas da balança comercial externa do Rio Grande do Sul.

Tabela 15 - Evolução das exportações e importações gaúcha e brasileira – 1994/2006 (US\$ mil)

Ano	Exportação					Importação					Saldo comercial				
	RS	%	Brasil	%	%RS / Brasil	RS	%	Brasil	%	%RS / Brasil	RS	%	Brasil	%	%RS / Brasil
1994	5.027.113	-	43.545.149	-	11,5	2.308.104	-	33.078.690	-	7	2.719.009	-	10.466.459	-	26
1995	5.181.655	3,07	46.506.282	6,8	11,1	3.017.860	30,75	49.971.896	51,07	6	2.163.795	-20,42	-3.465.614	-133,11	-62,4
1996	5.663.640	9,3	47.746.728	2,67	11,9	3.361.241	11,38	53.345.767	6,75	6,3	2.302.399	6,41	-5.599.039	61,56	-41,1
1997	6.270.130	10,71	52.982.726	10,97	11,8	3.725.029	10,82	59.747.227	12	6,2	2.545.101	10,54	-6.764.501	20,82	-37,6
1998	5.628.516	-10,23	51.139.862	-3,48	11	4.331.713	16,29	57.763.476	-3,32	7,5	1.296.803	-49,05	-6.623.614	-2,08	-19,6
1999	4.998.720	-11,19	48.011.444	-6,12	10,4	3.283.054	-24,21	49.294.639	-14,66	6,7	1.715.666	32,3	-1.283.195	-80,63	-133,7
2000	5.779.942	15,63	55.085.595	14,73	10,5	4.021.791	22,5	55.838.590	13,28	7,2	1.758.151	2,48	-752.995	-41,32	-233,5
2001	6.345.359	9,78	58.222.642	5,69	10,9	4.049.432	0,69	55.572.176	-0,48	7,3	2.295.927	30,59	2.650.466	-451,99	86,6
2002	6.375.446	0,47	60.361.786	3,67	10,6	3.530.815	-12,81	47.240.488	-14,99	7,5	2.844.631	23,9	13.121.298	395,06	21,7
2003	8.013.263	25,69	73.084.140	21,08	11	4.190.663	18,69	48.304.598	2,25	8,7	3.822.600	34,38	24.779.542	88,85	15,4
2004	9.878.602	23,28	96.475.244	32,01	10,2	5.290.642	26,25	62.834.698	30,08	8,4	4.587.960	20,02	33.640.546	35,76	13,6
2005	10.453.684	5,82	118.308.387	22,63	8,8	6.692.181	26,49	73.591.887	17,12	9,1	3.761.503	-18,01	44.716.500	32,92	8,4
2006	11.774.412	12,63	137.469.700	16,20	8,6	7.948.362	18,77	91.395.621	24,17	8,7	3.826.050	1,72	46.074.080	3,04	8,3

FONTE: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) - DEPLA

A Tabela 16 faz um exercício do valor que, em tese, o RS teria direito a arrecadar com o setor exportador, somente em 2006, caso não tivesse sido criada a Lei Kandir. Ressalta-se que, nesse ano, o Estado foi compensado com apenas R\$ 300 milhões, dos quais 25% pertencentes aos Municípios. O crescimento das exportações é, obviamente, salutar e tem como conseqüências virtuosas a maior atividade econômica interna, a geração de empregos, a entrada no

País de divisas e, por conseqüência, uma menor dependência do capital externo. Contudo, é urgente a criação de um fundo permanente e regulamentado, que venha a compensar as perdas tributárias dos Estados exportadores com a desoneração do ICMS sobre as vendas externas.



Tabela 16 - Valor estimado de arrecadação com o setor exportador, em 2006, caso não tivesse sido criada a Lei Kandir (em R\$ mil)

Especificação	Valor não arrecadado pelas exportações	Ressarcimento	Perdas da Lei Kandir	Perda do Estado	Perda dos Municípios
Lei Kandir / IPI – Exportação (Alíquota de 7%)	1.154.000	300.000	854.000	640.500	213.500
Lei Kandir / IPI – Exportação (Alíquota de 12%)	1.978.000	300.000	1.678.000	1.258.500	419.500

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

1.3.8. Dos Grandes Agregados da Despesa Pública

Para fins de obtenção de uma visão mais diferenciada e apurada da situação das contas estaduais, é necessário destacar a evolução das despesas segundo os denominados grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida, Investimentos e Outras Despesas Correntes.

1.3.8.1. Das Despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”

A Tabela 17 mostra a evolução das matrículas de pessoal do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1998 e 2006. Em 1998, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,6% do total e 1,93% da população gaúcha. Já em 2006, os ativos perfaziam 53,4% do total e 1,86% da população.

Note-se ainda que, entre 1998 e 2006, enquanto a população do Rio Grande do Sul cresceu 10,83%, as matrículas do pessoal ativo do Estado do RS cresceram 6,85%; já o número de inativos cresceu 11,43%. Importa ressaltar que, em 1998, havia 99.371 matrículas na Secretaria da Educação e, em 2006, 109.497 matrículas, um aumento de 10.126 matrículas, ou 10,2%. Esse órgão foi responsável por 77,7% do total de novas contratações do Estado.

Adiante, a Tabela 18 mostra a evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo, inativo e pensionista, entre 1996 e 2006. Em 2000, as despesas com inativos e pensionistas ultrapassaram as do pessoal ativo, contribuindo ainda mais para que o Rio Grande do Sul se consolidasse como o Estado que mais gasta com pensões e aposentadorias relativamente às despesas com pessoal. O

comparativo envolve a despesa vinculada diretamente ao gasto com pessoal civil e militar (Elementos da Despesa 11 e 12) e com inativos (Elemento 01) e pensionistas (Elemento 03).

Tabela 17 - Evolução das Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Órgãos	Especificação	1998	2006	2006 - 1998 (9 anos)	% 2006 / 1998 (9 anos)
Administração Direta	Ativos	159.580	173.389	13.809	8,65
	Inativos	99.557	118.860	19.303	19,39
	Pensionistas	2.038	1.512	-526	-25,81
	Total	261.175	293.761	32.586	12,48
Fundações	Ativos	4.845	5.585	740	15,27
Autarquias	Ativos	6.511	3.785	-2.726	-41,87
	Inativos	9.005	5.393	-3.612	-40,11
	Pensionistas	55.753	49.531	-6.222	-11,16
	Total	71.269	58.709	-12.560	-17,62
Sociedade de Economia mista	Ativos	19.923	21.183	1.260	6,32
	Inativos	5.478	2.817	-2.661	-48,58
	Pensionistas	164	177	13	7,93
	Total	25.565	24.177	-1.388	-5,43
Geral	Ativos	190.859	203.942	13.083	6,85
	Inativos	114.040	127.070	13.030	11,43
	Pensionistas	57.955	51.220	-6.735	-11,62
	Total	362.854	382.232	19.378	5,34
População do Estado		9.891.857	10.963.219	1.071.362	10,83

FONTES: Site da Secretaria da Fazenda (www.sefaz.rs.gov.br) / Finanças Estaduais / Documentos / Boletim Informativo de Pessoal e IBGE (A população de 2006 é uma projeção preliminar).



Evidentemente, os números dessa conta representam um dos principais limites das políticas de ajuste fiscal. É verdade que a legislação recente, tornando mais rigorosas e racionais as condições de aposentadoria, deverão contribuir para a redução do desajuste, contudo, surtindo efeitos no longuíssimo prazo.

Tabela 18 - Gastos Empenhados com Pessoal da Administração Pública Estadual Consolidada

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
% Ativos (Elementos 11 e 12)	57,16	55,13	54,88	54,48	49,47	49,81	50,27	49,80	49,48	49,14	48,66
% Inativos / Pensionistas (Elementos 01 e 03)	42,84	44,87	45,12	45,52	50,53	50,19	49,73	50,20	50,52	50,86	51,34

FORNTE: Sistema "Cubo" da Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela 19 mostra a evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo, inativo e pensionista, entre os anos de 2000 e 2006, em relação à RCL. Vê-se assim que, quando se afirma que a crise financeira do Estado tem fortes ingredientes estruturais, de difícil solução no curto prazo, faz-se menção, antes de tudo, à estrutura de gasto com pessoal.

Ao se analisar os dados referentes à evolução do gasto com pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida, verifica-se que o peso desta conta continua a ser excessivamente elevado.

Tabela 19 - Evolução das Despesas Empenhadas Consolidadas com "Pessoal e Encargos Sociais" em Relação à Receita Corrente Líquida – RCL

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
% RCL	75,69	75,69	77,74	76,03	72,94	69,17	71,79

FORNTE: Anos de 2000 a 2004 (Tribunal de Contas do Estado - Relatório sobre as Contas do Governador - Exercício de 2004, p. 68) e 2005 (Tribunal de Contas do Estado - Relatório sobre as Contas do Governador - Exercício de 2005, p. 60). Ano de 2006 (Secretaria da Fazenda do RS)

Sobre o gasto com pessoal sob a ótica de sua distribuição entre os Poderes do Estado, conclui-se que, à luz das evidências constantes da Tabela 20 e da Tabela 21, coube, no período considerado, tão-somente ao Poder Executivo o esforço de contenção da despesa e de ajuste fiscal.

Essa situação instalada no Poder Executivo se aproxima do ponto em que novas reduções de despesa criam deficiências na prestação de serviços públicos essenciais. Neste contexto, parece claro que, em nome da prudência fiscal, os demais Poderes do Estado devem dar sua parcela de contribuição no sentido de estabilizar o crescimento de suas respectivas despesas, inclusive as de pessoal. A Tabela 20 mostra as despesas empenhadas totais do grupo de "Pessoal e Encargos Sociais" dos diversos Poderes, entre 2000 e 2006.

A Tabela 21 reflete os valores da tabela anterior, demonstrando a evolução do percentual gasto com pessoal pelos Poderes, em relação à Receita Corrente Líquida, tomando-se como base 100 o ano de 2000.



Tabela 20 - Despesas Empenhadas de “Pessoal e Encargos Sociais” dos Poderes, em valores nominais (em R\$ 1,00)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indireta	753.879.856	939.283.085	1.193.666.968	1.416.083.777	1.437.601.443	1.535.060.167	1.769.454.548
Ministério Público	141.508.248	171.119.706	214.505.884	273.357.192	310.013.682	364.654.478	398.502.531
Poder Executivo	3.548.608.218	3.740.002.513	4.248.112.725	4.692.434.057	4.844.279.113	5.174.838.230	5.765.490.084
Poder Judiciário	474.381.332	576.111.389	690.073.006	791.120.286	911.616.558	1.070.911.758	1.179.733.241
Poder Legislativo	198.315.603	260.396.060	306.968.185	323.241.791	327.612.081	396.154.081	444.247.941
Total	5.116.693.256	5.686.912.752	6.653.326.768	7.496.237.105	7.831.122.877	8.541.618.713	9.557.428.344
RCL	6.657.894.000	7.714.865.000	8.414.927.000	9.660.540.000	10.736.730.000	12.349.352.000	13.312.373.000

FONTE: Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: As despesas de Pessoal foram ajustadas subtraindo a rubrica 1301 (dupla contagem do IPERGS).

Tabela 21 - Despesas Empenhadas de Pessoal dos Poderes em relação à RCL – Ano de 2000 – Base 100

Poderes / Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indireta	100,0	107,5	125,3	129,5	118,3	109,8	117,4
Ministério Público	100,0	104,4	119,9	133,1	135,9	138,9	140,8
Poder Executivo	100,0	91,0	94,7	91,1	84,7	78,6	81,3
Poder Judiciário	100,0	104,8	115,1	114,9	119,2	121,7	124,4
Poder Legislativo	100,0	113,3	122,5	112,3	102,4	107,7	112,0
Total	100,0	95,9	102,9	101,0	94,9	90,0	93,4

FONTE: Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: As despesas de Pessoal foram ajustadas subtraindo a rubrica 1301 (dupla contagem do IPERGS).

Observa-se na tabela acima que, no período considerado, o Ministério Público teve um crescimento real de 40,8%; o Poder Judiciário, 24,4%; o Poder Legislativo, 12,0%; a Administração Indireta, 17,4%; enquanto o Poder Executivo declinou 18,7%.

Assinale-se por derradeiro que, dentre as despesas com o pessoal ativo do Poder Executivo, as funções Educação, Segurança e Saúde responderam, em 2006, por 84,6% do gasto total. Tendo em vista que esses serviços vinculam-se ao atendimento de necessidades sociais absolutamente essenciais, o espaço para

redução do gasto no âmbito do Poder Executivo, sem comprometimento da prestação de serviços públicos, encontra-se muito perto do ponto de exaustão.

1.3.8.2. Da “Dívida Pública”

Para melhor exame do endividamento público é necessário reconstituir o histórico da dívida pública estadual fundada consolidada (interna e externa com vencimento de longo prazo), no período



compreendido entre os governos Peracchi e Rigotto. É o que se faz na Tabela 22.

Em valores reais, entre 1971 e 2006, a dívida cresceu 26,9 vezes. O estoque é atualizado mensalmente pelo IGP-DI ou pela taxa SELIC (esta utilizada caso haja atraso no pagamento mensal) mais juros de 6% ao ano.

Tabela 22 - Evolução do Estoque da Dívida Fundada (em R\$ milhões)

Governo	Final de Governo	Dívida (IGP-DI)	Referência	Varição percentual	Dívida / PIB
Peracchi	1971	1.183	1,00	-	2,23
Triches	1974	2.590	2,19	118,93	2,95
Guazelli	1978	4.740	4,01	83,01	4,20
Amaral	1982	8.490	7,18	79,11	8,35
Jair	1986	11.785	9,96	38,81	8,28
Simon	1990	11.803	9,98	0,15	15,50
Collares	1994	14.569	12,32	23,43	14,13
Britto (*)	1998	32.390	27,38	122,32	19,02
Olívio	2002	32.305	27,31	-0,26	23,55
Rigotto	2006	31.782	26,87	-1,62	20,39

FONTE: Balanço Geral do Estado do RS / Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: A variável estoque da dívida foi corrigida pelo IGP-DI.

(*) Inclui a Operação PROES no BANRISUL, de R\$ 5,97 bilhões (corrigida pelo IGP-DI até dez/06).

A Tabela 23 mostra que a dívida consolidada líquida, em 2002, era de 2,95 vezes a RCL e, em 2006, decresceu para 2,54 vezes a RCL.

Tabela 23 - Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Corrente Líquida	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS.

Se o saldo da dívida pública atesta um lado da gravidade do problema, o desembolso suportado pelo Estado à União é insustentável nos níveis atuais, em um período de inflação estabilizada e sem a captação de novos empréstimos. Em 2006, empenhou-se R\$ 1,775 bilhão, uma média mensal de R\$ 148 milhões, o equivalente a 04 (quatro) folhas de pessoal de todo o Poder Executivo.

É urgente encontrar um novo equacionamento do endividamento público estadual junto ao Governo Federal, cujos mecanismos de indexação e taxas de juros sejam condizentes com a realidade por que passa o Estado.

Ressalta-se, na Tabela 24, que a evolução do estoque da dívida em relação ao PIB do Rio Grande do Sul mantém certa estabilidade. Contudo, os desembolsos são manifestamente superiores à capacidade real de pagamento do Estado.

A Tabela 25 mostra os valores empenhados para o pagamento da dívida pública. É indiscutível o tamanho do peso dessa dívida para os cofres estaduais. No período entre 2000 e 2006, despendeu-se para o pagamento do serviço da dívida, em média, o equivalente a 13,6% da Receita Corrente Líquida e 16,4% da Receita Líquida Real.



Tabela 24 - Estoque da Dívida Fundada da Administração Direta em relação ao PIB gaúcho (em R\$ mil)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Dívida Interna	16.601.567	18.892.745	23.110.688	25.148.846	27.603.012	29.095.416	30.837.838
Dívida Externa	738.775	942.221	1.491.045	1.316.382	1.301.043	1.121.521	944.626
Total de Dívida	17.340.342	19.834.966	24.601.733	26.465.228	28.904.055	30.216.937	31.782.464
PIB do RS	85.137.543	94.084.498	104.451.257	128.039.611	142.874.226	145.181.521	155.971.295
% DÍVIDA s/ PIB	20,37	21,08	23,55	20,67	20,23	20,81	20,38

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS e FEE/RS.

NOTA: Os PIBs/RS de 2005 e 2006, divulgados pela FEE/RS, são preliminares.

Tabela 25 - Valores empenhados em relação à RCL e RLR (Em R\$ mil)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Serviço da Dívida	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460
Receita Corrente Líquida - RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373
Receita Líquida Real - RLR	5.542.419	6.349.442	7.307.079	8.251.493	8.622.683	9.952.821	10.917.190
% Serviço da Dívida / RCL	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3
% Serviço da Dívida / RLR	15,4	15,3	16,7	17,3	16,9	17,2	16,3

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

1.3.8.3. Dos "Investimentos Amplos"

As dificuldades fiscais vêm pesando sobre a capacidade de investimento do Estado. Nos últimos dois governos, houve forte compressão desses gastos sem que houvesse redução no tamanho do déficit orçamentário, gerando consideráveis repercussões sobre a prestação de serviços básicos, como a saúde, segurança e educação,

além de afetar de maneira robusta melhorias do setor de infraestrutura.

A Tabela 26 demonstra os investimentos efetivados em relação à RCL.



Tabela 26 - Evolução de Investimentos empenhados (em R\$ mil)

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Investimentos Amplos	642.496	633.556	445.794	772.194	658.227	615.367	664.375
RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373
% INVESTIMENTOS / RCL	9,7	8,2	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

NOTA 1: Os investimentos englobam também o grupo de inversões financeiras.

NOTA 2: Em 2000, foram excluídos R\$ 180,6 milhões do grupo "Inversões Financeiras", da rubrica 6501.

Denota-se na tabela acima que, no período de 2000 a 2002, a média de investimentos em relação à RCL foi de 7,7%. De 2003 a 2006, este percentual reduziu-se para 6,0% da RCL.

A Tabela 27 demonstra a evolução dos investimentos por Poder/Órgão, em relação à RCL, tendo o ano 2000 como base 100. Entre 2000 e 2006, coube ao Executivo a maior compressão, seguido pela Administração Indireta. Destaca-se o avanço dos investimentos do Ministério Público que alcançaram 234,5%.

Tabela 27 - Investimentos amplos em relação à RCL – Ano 2000 base 100

Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
INDIRETA	100,0	95,3	56,1	96,3	58,5	61,0	71,2
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	90,0	198,2	232,7	369,0	343,5	334,5
PODER EXECUTIVO	100,0	81,2	42,2	62,2	55,2	34,2	26,1
PODER JUDICIÁRIO	100,0	49,7	120,0	139,9	108,4	88,8	94,7
PODER LEGISLATIVO	100,0	195,5	182,0	166,1	176,1	112,7	124,1
Total	100,0	85,1	54,9	82,8	63,5	51,6	51,7

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Faz-se urgente recuperar a capacidade de investimento do Estado. Para isso ocorrer, é condição essencial o estabelecimento de situação de equilíbrio orçamentário e financeiro. A disciplina fiscal austera com certeza permitirá a retomada por maiores volumes de investimentos nas áreas mais deprimidas de recursos.

Convém ressaltar, porém, que as restrições orçamentárias não permitem ao poder público dar conta de implementar a totalidade de projetos necessários para sanear os gargalos e elos faltantes de infraestrutura do Estado. Contudo, essa necessidade poderá abrir um caminho novo para realização de Parcerias Público-Privadas, um instrumento a ser colocado à disposição do gestor público para alavancar setores carentes de infra-estrutura que o projeto privado esteja disposto a investir.

1.3.8.4. Das "Outras Despesas Correntes"

O grupo "Outras Despesas Correntes" engloba, basicamente, os gastos com manutenção e custeio da máquina pública, serviços prestados à população na área da saúde, educação e segurança, transferências legais e constitucionais aos Municípios, Gestão Plena do SUS e encargos financeiros. As Tabelas 28 e 29 mostram a evolução dos gastos por Poder, comparando-se com a Receita Corrente Líquida.



Tabela 28 - "Outras Despesas Correntes" por Poder – em valores nominais empenhados (Em R\$ mil)

Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indireta	681.433	761.427	782.324	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546
Ministério Público	9.351	13.527	19.404	27.532	32.024	34.761	38.401
Poder Executivo	2.808.561	3.461.106	3.634.675	4.288.831	5.093.175	5.400.4721	5.657.920
(-) Transf. Const. e Legais a Municípios	1.837.033	2.225.945	2.398.7255	2.354.712	2.444.559	3.316.561	3.473.862
(-) Gestão Plena SUS	0	0	0	29.157	394.922	412.274	457.612
(+) Perdas FUNDEF	0	0	0	347.088	372.904	0	0
Poder Executivo Ajustado	971.528	1.235.160	1.235.950	1.557.874	1.880.791	1.671.638	1.726.446
Poder Judiciário	58.765	65.127	86.736	115.182	116.793	128.430	154.759
Poder Legislativo	39.997	44.404	47.902	53.008	58.915	66.177	63.585
Total	1.761.074	2.119.644	2.172.315	2.498.424	2.976.230	2.974.733	3.072.737
RCL	6.657.894	7.714865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373
% Total Gasto / RCL	26,45	27,47	25,82	25,86	27,72	24,09	23,08

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 29 - "Outras Despesas Correntes" em relação à Receita Corrente Líquida – Ano 2000 com base 100

Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indireta	100,0	96,5	90,9	75,4	80,8	84,9	80,0
Ministério Público	100,0	128,6	164,3	200,0	214,3	200,0	207,1
Poder Executivo Ajustado	100,0	109,7	100,7	110,6	120,1	92,8	88,9
Poder Judiciário	100,0	95,5	117,0	135,2	123,9	118,2	131,8
Poder Legislativo	100,0	96,7	95,0	91,7	91,7	90,0	80,0
TOTAL	100,0	103,9	97,6	97,8	104,8	91,1	87,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

O Poder Executivo tem feito um grande esforço de contenção de gastos, sendo acompanhado pela Administração Indireta e pelo Poder Legislativo. Contudo, foram verificadas as maiores elevações de gastos correntes no âmbito do Ministério Público e do Poder Judiciário,

que apresentaram, entre 2000 e 2006, respectivamente, elevação de 107,1% e 31,8% em relação à Receita Corrente Líquida.

Um estudo feito pela Secretaria do Planejamento demonstra que em 2006 do total gasto compreendido no grupo "Outras Despesas



Correntes”, deduzidas as despesas dos Poderes e Órgãos (Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria Pública), as transferências constitucionais, o IPERGS, os encargos financeiros, as despesas com vinculação a convênios e as demais despesas com previsão legal,

restam apenas 22,04% do montante do grupo sob controle direto do administrador e, portanto, como contas passíveis de gerenciamento de curto prazo, conforme demonstrado na Tabela 30.

Tabela 30 - Detalhamento do grupo “Outras Despesas Correntes” – em valores nominais (em R\$ 1,00)

1. Total com "ODC" Consolidado da Administração Pública Estadual	7.004.210.957
2. (-) Com os demais Poderes	260.869.383
3. (-) Com as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	3.473.863.551
4. (-) Com o Instituto de Previdência do Estado do RS (IPERGS)	578.640.070
5. (-) Com Encargos Financeiros	344.649.355
6. (-) Com Vinculação a Convênios	551.200.483
7. (-) Com demais Previsões Legais	251.160.067
8. (=) Total Despesas Administráveis (1-2-3-4-5-6-7)	1.543.828.048
Percentual de Despesas consideradas Administráveis	22,04%

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

1.3.9. Das Considerações Finais

As Tabelas 31 e 32 mostram os valores empenhados nos diversos grupos da despesa e em relação à Receita Corrente Líquida. A intenção é demonstrar o percentual de quanto foi empenhado a mais

do que a RCL, face às limitações que impossibilitam ao Estado recorrer aos mecanismos de contratação de operações de crédito.

Tabela 31 - Valores empenhados nominais nos diversos grupos da despesa (em R\$ 1,00)

Grupo de Despesas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal e Encargos Sociais Ajustado	5.116.693.256	5.686.912.752	6.653.326.768	7.496.237.105	7.831.122.877	8.541.618.713	9.557.428.344
Serviço da Dívida	853.200.847	973.716.855	1.218.957.519	1.423.761.978	1.459.007.078	1.714.304.068	1.775.459.872
Investimentos Ajustado	642.505.523	633.555.707	445.794.230	772.194.145	658.226.742	615.366.901	664.375.415
Outras Despesas Correntes Ajustado	1.761.073.637	2.119.644.040	2.172.315.473	2.498.423.704	2.976.230.403	2.974.733.030	3.072.736.000
Receita Corrente Líquida	6.657.894.000	7.714.865.000	8.414.927.000	9.660.540.000	10.736.730.000	12.349.352.000	13.312.373.000

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS – Sistema Cubo



Tabela 32 - Percentuais empenhados em relação à Receita Corrente Líquida

Grupo de Despesas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal e Encargos Sociais Ajustado	76,9	73,7	79,1	77,6	72,9	69,2	71,8
Serviço da Dívida	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3
Investimentos ajustado	9,7	8,2	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0
Outras Despesas Correntes Ajustado	26,5	27,5	25,8	25,9	27,7	24,1	23,1
Total dos Grupos sobre a RCL	125,8	122,0	124,7	126,2	120,4	112,1	113,2

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS – Sistema Cubo

O processo de ajustamento, em curso desde 2000 e com maior intensidade a partir de 2004, não foi suficiente para solucionar a situação fiscal do Estado do Rio Grande do Sul. Faz-se necessária a implementação de políticas definitivas de ajuste das finanças estaduais. O déficit estrutural tem que ser combatido até que se alcance o equilíbrio orçamentário e, principalmente, o financeiro.

Para 2007 e para o “Plano Plurianual 2008-2011”, é preciso buscar esse objetivo, colocando em prática um conjunto eficaz de medidas, que seguem a Lei de Responsabilidade Fiscal e aprofundam os esforços sugeridos pelo “Pacto pelo Rio Grande”.

Esse esforço persistente deve inserir ações e objetivos no contexto da receita e da despesa. Pelo lado das receitas, entre outras medidas:

- Impulsão ao crescimento e dinamismo da economia gaúcha rumo a uma maior diversificação de sua matriz produtiva com maior valor agregado;
- Esforços de combate à sonegação;
- Repartição justa dos tributos da União, através do firmamento de um novo pacto federativo;
- Maior ressarcimento pela União das perdas da Lei Kandir;
- Implementação da reforma tributária, que ponha fim à guerra fiscal entre os Estados.

Tendo em vista às dificuldades reais de melhora substancial no desempenho da receita – nesse sentido, não se vislumbram fatos relevantes concretos no curto e no médio prazo - o equilíbrio terá que

se efetivar, obrigatoriamente, pelo controle de despesas, levando-se a cabo os programas e ações vigentes do “Plano Plurianual 2008-2011” da maneira mais eficaz possível.

Adiante, sinteticamente, analisar-se-á o grupo da despesa (pessoal, outras despesas correntes, serviço da dívida e investimento), buscando o realismo orçamentário e o estabelecimento de indicadores de resultado.

- Quanto ao “Pessoal e Encargos Sociais” - este item equivale a dois terços do total das despesas realizadas, após a subtração das transferências aos municípios. Por isso, é de suma importância um controle responsável dos compromissos para que se possa alcançar o equilíbrio orçamentário.
- Quanto ao “Serviço da Dívida” - o Estado despense à União mensalmente valores acima da capacidade no pagamento de juros e encargos e amortização da dívida. São enviados a tal título aos cofres federais mais de 13% da Receita Corrente Líquida e mais de 16% da Receita Líquida Real. Faz-se necessário um rearranjo no afã de remeter valores em volume compatíveis com as condições financeiras do Estado ou buscar alternativas que amenizem os desembolsos no fluxo previsto para os próximos anos.
- Quanto às “Despesas de Manutenção e Custeio” - estas devem continuar a sofrer controle rigoroso. A Administração precisa rever seus processos e estruturas ajustando-se para que se ofereça cada vez mais como menos custo.



- d. Quanto aos “Investimentos” - estes já se encontram reduzidos a patamares ínfimos em relação à Receita Corrente Líquida. É imprescindível a retomada da capacidade de investimento, tendo em vista as demandas reprimidas nos setores de infra-estrutura econômica, o que cerceia progresso econômico, e a qualificação e acompanhamento dos projetos, para que se assegure a sua associação a uma estratégia de desenvolvimento e a maior efetividade dos investimentos.

Portanto, a obtenção do equilíbrio orçamentário dependerá de diversas variáveis, algumas endógenas e outras exógenas. Fazem-se necessários esforços para se obter resultados satisfatórios naqueles itens em que há gerência efetiva, especificamente sobre os gastos, mediante o esforço compartilhado dos diversos Poderes e Órgãos. A sociedade gaúcha não espera outra coisa senão o controle rigoroso de cada gasto e a superação dos obstáculos à retomada da capacidade de financiamento do Estado.



2 O CENÁRIO PARA A PROJEÇÃO DO PPA 2008-2011

2.1. O Cenário Macroeconômico

O cenário macroeconômico, que sustenta a elaboração da programação de receitas e despesas do PPA 2008-2011, está descrito na Tabela 33 abaixo.

Tabela 33 - Percentuais projetados de crescimento da economia do Estado do RS e do Brasil, da inflação e do câmbio

Parâmetros	2008	2009	2010	2011
PIB/BR	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
PIB/RS	5,1%	5,1%	5,1%	5,1%
INFLAÇÃO (IPCA/IBGE)	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
CÂMBIO	2,23	2,33	2,37	2,48
TAXA SELIC REAL	6,3%	5,6%	5,2%	4,8%

Os indicadores acima projetados foram determinados da seguinte forma:

- O percentual de crescimento do PIB do Brasil, de 5,0% para o período do PPA 2008-2011, está em conformidade com a expectativa de crescimento da economia brasileira, tendo por base a projeção do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2008;
- O percentual de crescimento do PIB do RS será de 5,1%, em média, para todo o período do PPA 2008-2011, tomando-se por base estudo desenvolvido pela consultoria (Análises Consórcio Booz Allen – Fipe – HLC) do projeto “RUMOS-2015”, no qual apontava que a economia gaúcha reagiria com elasticidade levemente superior à da economia brasileira para o novo modelo econômico vigente. Segundo o estudo, a maior expansão da economia brasileira deverá advir do mercado interno. Essa expansão será benéfica à

economia gaúcha, segundo a modelagem adotada, pois indústrias gaúchas detêm maior capacidade de integração interindustrial, em particular as indústrias do complexo metal-mecânico e eletrônica (indústrias metalúrgicas, fabricação e manutenção de máquinas e tratores, fabricação de material elétrico e eletrônico, indústria de material de transportes) e a indústria química. No estudo em questão a diferença de taxas entre a economia brasileira e gaúcha é superior à que estamos adotando para o PPA 2008-2011. O mesmo estudo aponta uma diferença média estimada para o período de 0,8% em favor da economia gaúcha. Por prudência, em se tratando de projeções de receitas e despesas que embasam um conjunto de decisões alocativas no âmbito do Plano e dos futuros orçamentos, foi assumida a hipótese que a economia RS terá crescimento superior a da brasileira, todavia, com aderência de 0,1%.

- O percentual de inflação, medida pela variação do IPCA/IBGE, para todo o período do PPA 2008-2011, de 4,5%, é o mesmo projetado e adotado como meta para efeitos da condução da política econômica pelo Governo Federal, assim como a projeção de câmbio e taxa de juros.

2.2. O Financiamento do PPA

2.2.1. As Receitas e Despesas orçamentárias

A Tabela 34 mostra de forma detalhada a evolução dos diversos itens das receitas e despesas para o “Plano Plurianual 2008-2011”, da Administração Pública Estadual consolidada.



Tabela 34 - Projeção de Receitas e Despesas da Administração Pública Estadual consolidada - "PPA 2008-2011"

Receitas	Período PPA 2008 -2011	% do Total Receita
Receita Tributária	71.578.914	73,1
Receita de Contribuições	4.822.943	4,9
Receita Patrimonial	1.229.164	1,3
Receita Agropecuária	3.914	0
Receita Industrial	10.816	0
Receita de Serviços	907.324	0,9
Transferências Correntes	21.874.370	22,3
Outras Receitas Correntes	1.971.182	2
Contribuições Intra-Orçamentárias	3.840.430	3,9
Deduções da Receita Corrente	-10.250.874	-10,5
Total das Receitas Correntes	95.988.181	97,8
Operações de Crédito	1.238.554	1,3
Alienação de Bens	74.221	0,1
Amortização de Empréstimos	56.773	0,1
Transferências de Capital	609.365	0,6
Total das Receitas de Capital	1.978.913	2
Total Consolidado das Receitas	97.967.094	100

FONTE: Secretaria do Planejamento e Gestão.

Em 2006, o déficit orçamentário foi de R\$ 900 milhões, já para 2007, projeta-se que esse déficit seja em torno de R\$ 850 milhões. Para o PPA 2008-2011, os pressupostos são de manutenção do esforço fiscal que assegure, ao longo dos próximos anos, as condições necessárias para que seja **zerado** o déficit orçamentário no período, cenário este plenamente compatível com as metas a serem estabelecidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Nas receitas, importante destacar que a "Receita Tributária" e as "Transferências Correntes" totalizam a maior parte da arrecadação. Ressalva-se que, as Receitas de Capital, que já foram responsáveis pelo financiamento do déficit público, representam somente 2,0% do total a ser arrecadado pelo Estado.

Despesas	Período PPA 2008 -2011	% do Total Despesa
Pessoal e Encargos Sociais	47.834.711	48,8
Juros e Encargos da Dívida	1.531.836	1,6
Outras Despesas Correntes	35.028.413	35,8
Total das Despesas Correntes	84.394.960	86,1
Investimentos	6.073.802	6,2
Inversões Financeiras	42.371	0,0
Amortização da Dívida	7.455.960	7,6
Total das Despesas de Capital	13.572.133	13,9
Total consolidado das Despesas	97.967.094	100,0

FONTE: Secretaria do Planejamento e Gestão.

Nas despesas, o grupo de pessoal deverá consumir quase a metade do orçamento. O serviço da dívida, mais de 9%. As outras despesas correntes, em torno de 36%. Já os investimentos e inversões financeiras, 6% sobre o total do orçamento.

Por intermédio da obtenção do equilíbrio orçamentário, a recuperação da capacidade de investimento do Estado se dará de forma progressiva ao longo dos próximos anos. Foram estabelecidas metas anuais, que embasaram as projeções de investimentos constantes do Plano Plurianual, em relação à Receita Corrente Líquida, conforme apresentadas na Tabela 35 a seguir:



Tabela 35 - Investimentos em proporção da Receita Corrente Líquida

Item	2008	2009	2010	2011
Investimentos	5,0%	7,5%	10,0%	10,0%

Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão do RS

Além disso, não menos importante e de grande significado, é a expectativa de ampliação das aplicações em vinculações constitucionais e legais para a área social, que constituem hoje obstáculo para a ampliação e melhoria dos serviços ao cidadão, principalmente nas áreas de Saúde e Educação. Os recursos a serem aplicados em Saúde deverão ser aumentados de modo significativo, atingindo cerca de R\$ 8,5 bilhões nos quatro anos do PPA. Também em relação aos gastos com Educação a ampliação de valores permitirá atingir um montante de R\$10,4 bilhões, no mesmo período.

2.3. As Demais Fontes de Financiamento

Além das fontes orçamentárias de financiamento, a proposta de Plano Plurianual contempla os recursos a serem aplicados pelas empresas estatais e adicionalmente identifica os recursos a serem mobilizados mediante parceria, seja de municípios ou do setor privado (organizações sociais, empresas, etc.).

Dessa forma, pretende-se que o elenco de programas e ações a serem implementadas pelo setor público indique o caminho para o desenvolvimento social e econômico, sem perder de vista o envolvimento cada vez maior da sociedade organizada no diagnóstico e na definição de uma agenda estratégica de ações.

O Governo, ao incorporar no seu planejamento os principais pontos que embasaram a construção de estratégias transformadoras da realidade, fruto dos esforços já empreendidos pela sociedade nos diversos fóruns de discussão sobre o futuro do Estado, evidencia a sua disposição de buscar ao máximo a sinergia e a complementariedade das ações públicas e privadas e de incentivar a participação, em parceria, do investimento privado e dos setores da sociedade organizada no financiamento do desenvolvimento.

Para o período do PPA, foi estimado pelos diversos órgãos da administração o montante de R\$ 2,4 bilhões de recursos a serem mobilizados por intermédio de parcerias com o setor privado, organizações sociais e municípios. No caso de municípios, estão estimados em torno de R\$ 100 milhões. A maior concentração de recursos de parcerias é prevista para investimentos no setor de infraestrutura econômica e social, conforme discriminado na Tabela 36.

Tabela 36 - Previsão de aporte de recursos de parcerias por área

Área	Valor
Transportes e Energia	1.398.475,0
Urbanismo e saneamento	412.982,0
Habitação	407.906,0
Cultura	24.600,0
Demais	21.998,0
Total	2.265.961

Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão do RS

Não menos relevante é a projeção de aplicação de recursos para o período por parte das empresas públicas estatais, em apoio às estratégias e programas governamentais e contribuindo para o alcance das metas propostas. Estima-se que esse montante total deva atingir através da utilização dos mais variados instrumentos de ação cerca de R\$ 32,4 bilhões.

Desses recursos, R\$ 16,9 bilhões referem-se ao financiamento dos setores agrícola e de serviços, do microcrédito, da exportação e da infra-estrutura municipal, dentre outras linhas de crédito que serão disponibilizadas pelas agências oficiais de fomento; e cerca de R\$ 2 bilhões referem-se a serviços financeiros e de administração do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), pelo Bannrisul.

Os demais recursos previstos pelas empresas públicas estatais deverão ser aplicados principalmente na operação de sistemas, R\$ 11,1 bilhões; e em investimentos diretos das empresas estatais na infra-estrutura econômica, em complementação as estratégias de ação governamental, nos setores de energia elétrica, gás natural,



saneamento e mineração, entre outros, que devem atingir cerca de R\$ 2,3 bilhões, de 2008 a 2011, conforme Tabela 37 abaixo, especificado por empresa:

Tabela 37 - Previsão de investimentos das empresas públicas estatais

Empresa	Valor previsto
Energia Elétrica - CEEE	1.296.217
Abastec. de água e Saneamento - CORSAN	679.099
Mineração - CRM	191.370
Gás natural - SULGAS	104.308
DEMAIS	58.855
Total Setor Produtivo	2.329.849

Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão do RS

De forma global, é apresentada na Tabela 38, a previsão de aplicação de recursos de todas as fontes do PPA para o período dos próximos quatro anos:

Tabela 38 – Previsão de fontes de financiamento do PPA 2008-2011

Recursos	Valor
Orçamentários	97.823.364,0
Empresas Públicas	32.370.515,8
Parcerias	2.366.503,9
Recursos Totais	132.560.383,7

Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão do RS



3 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO ESTADO

São apresentadas abaixo, organizadas por eixo de ação, as estratégias básicas que orientaram a elaboração do conjunto de programas e ações, finalísticos e de gestão de Estado.

Desenvolvimento econômico sustentável: mais e melhores empregos para os gaúchos

1. Ampliar a capacidade de inovação tecnológica gaúcha
2. Intensificar a atração e promoção de investimentos privados ambientalmente sustentáveis
3. Aumentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio
4. Implantar o Plano Estadual de Irrigação e otimizar os usos múltiplos das águas
5. Promover o turismo com ênfase na infra-estrutura e no turismo sustentável
6. Aumentar a eficiência dos órgãos reguladores ambientais e fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão ambiental e de recursos hídricos
7. Ampliar os investimentos na infra-estrutura econômica e superar os principais gargalos de transporte
8. Priorizar a diversificação da matriz energética, com ênfase nas energias renováveis
9. Atrair e promover investimentos nas regiões em apoio aos sistemas de produção local com base em planejamento estratégico
10. Estimular o empreendedorismo, associativismo e parcerias com o terceiro setor

Desenvolvimento social: mais qualidade de vida para todos

11. Oferecer educação escolar de qualidade, com universalização do acesso, redução da repetência e da evasão escolar
12. Garantir os níveis de aprendizagem apropriados no ensino fundamental e médio, com avaliação da aprendizagem e capacitação dos agentes educacionais

13. Assegurar a alfabetização de todas as crianças ao final do segundo ano do ensino fundamental
14. Ampliar e diversificar as oportunidades de acesso a cursos profissionalizantes de nível médio ou pós-médio e a cursos tecnológicos de nível superior
15. Implantar sistemas de atendimento às famílias abaixo da linha da pobreza com abordagem integrada
16. Orientar e ampliar o acesso ao sistema de saúde pública por intermédio do Programa de Saúde da Família – PSF
17. Focalizar o atendimento integral de saúde nos primeiros anos de vida e na terceira idade
18. Ampliar a capacidade e a regionalização da prestação de serviços de saúde especializada
19. Estimular a conexão de novos domicílios à rede de esgotamento sanitário e ampliar as estações de tratamento
20. Promover condições básicas de habitabilidade em parceria com o governo federal, municípios e organismos sociais
21. Intensificar a prevenção à violência e à criminalidade
22. Reduzir a criminalidade
23. Reformar o sistema prisional
24. Estimular a prática do esporte com foco nos jovens
25. Oferecer perspectivas promissoras de futuro à juventude gaúcha
26. Viabilizar o acesso da sociedade à cultura

Finanças e gestão pública: um Estado a serviço do cidadão

27. Modernizar a gestão da receita do Estado
28. Iniciar a reforma do sistema previdenciário estadual
29. Racionalizar a despesa com esforço compartilhado entre todos os Poderes e reestruturar a dívida pública com a União
30. Implantar um modelo de gestão pública pautado em resultados
31. Modernizar os serviços públicos
32. Implantar uma gestão de recursos humanos focada na qualificação do servidor



3.1. Desenvolvimento econômico sustentável: mais e melhores empregos para os gaúchos

A volatilidade econômica decorrente da sazonalidade climática e flutuações cambiais impõem restrições ao crescimento econômico gaúcho. Nossa base produtiva primária e o segmento exportador são fundamentais para o desenvolvimento do Estado.

Compreender os mecanismos, a jusante e a montante, torna-se essencial para a manutenção e incremento da cadeia produtiva que gera emprego e renda. Estes fatores, associados a uma política monetária austera, que, nos últimos anos, impactou negativamente nossa pauta de exportações, colocaram o Rio Grande à mercê de fatores exógenos de crescimento.

A economia gaúcha oscila, em determinados períodos crescemos acima da média nacional, em outros abaixo. Este movimento de alta e baixa impõe insegurança ao mercado o que, em última instância, se reflete no nível de investimento do Estado. Quebrar este ciclo torna-se imprescindível, na medida em que já estão identificados os fatores que deprimem nosso desempenho.

Tais dificuldades provocam a criatividade de nossa gestão e, a partir daí, propusemos o Plano Estadual de Irrigação, a diversificação de nossa base exportadora e a agregação de valor aos nossos produtos. Estamos propondo o estabelecimento de bases sólidas para nossa economia que - não obstante os percalços ultimamente experimentados - ainda é expressiva na composição do Produto Interno Bruto nacional.

O Rio Grande sabe onde quer chegar. O PPA 2008-2011 apresenta os principais elementos para a mudança de rumo. O saneamento deste Estado passa, necessariamente, pelo desenvolvimento econômico e outros diversos fatores, como nossa mão-de-obra qualificada, inovação, fomento e atração de investimentos, que são capazes de transformar nossos sonhos em realidade.

3.1.1. Ampliar a capacidade de inovação tecnológica gaúcha

É prioridade do Governo contribuir substancialmente para a expansão da capacidade gaúcha de transformar conhecimentos em novos produtos, processos ou serviços que possam ser colocados no mercado em níveis competitivos, tendo a empresa como motor do processo de inovação em estreita articulação com universidades e institutos de pesquisas.

Dentro desta prioridade o Governo do Estado enfatizará iniciativas que:

- gerem novos empreendimentos e oportunidades de trabalho de qualidade em setores de tecnologia de ponta, como tecnologia da informação e comunicação, microeletrônica, saúde, biotecnologia e agronegócio e energia;
- aumentem a competitividade da economia na indústria, nos serviços e na agropecuária;
- elevem o valor agregado da produção e das exportações; e
- estimulem a formação, qualificação e atualização da inteligência local.

A inovação tecnológica é um requisito fundamental para o novo modelo de desenvolvimento da economia do Estado, agregando valor aos produtos e processos produtivos, aumenta a competitividade, através de maior valor agregado dos produtos e otimização dos processos de produção. A inovação propicia crescimento da produtividade, do capital e trabalho, abreviando o ciclo de obtenção de resultados, com maior eficiência e eficácia.

Este modelo deve promover a integração dos diversos atores da cadeia de produção de C&T&I, para fins de geração de conhecimento através da pesquisa local e intercâmbios nacionais e internacionais, transferência de tecnologia ao setor produtivo, mais especificamente na indústria e serviços e criação de novos mecanismos de comercialização e exportação de produtos e serviços.



No sentido de garantir o efeito multiplicador e o crescimento não linear para o Estado, as Redes Tecnológicas contribuem de forma efetiva, abreviando o ciclo de desenvolvimento econômico. Redes tecnológicas nas áreas da saúde, biotecnologia, energia e tecnologia da informação e comunicação serão apoiadas de forma a diminuir as desigualdades regionais e sociais.

Projetos inovadores cooperativos, voltados para essas áreas, consideradas estratégicas pelo atual Governo, serão incentivados através do apoio aos Centros Tecnológicos de Excelência em Inovação.

A integração entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo e o estímulo à criação e atração de novas empresas nacionais e internacionais de base tecnológica se dará por meio do apoio aos Pólos Tecnológicos, Parques e Unidades Regionais.

Será incrementada a articulação entre empresas e instituições públicas e privadas para ampliar a capacidade de inovação tecnológica do Estado através da atração estratégica de investimentos em tecnologia de ponta, como os de florestamento e energia. Serão aproveitadas as potencialidades geradas pela implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), que propiciará, a estruturação do segmento da microeletrônica através da produção de chips, mediante a manutenção da união dos esforços públicos de diferentes entes federados - União, Estado do Rio Grande do Sul, município de Porto Alegre, empresas privadas e Academia, que motivaram a sua criação.

Também serão implementados novos instrumentos de apoio financeiro para a promoção dos produtos gaúchos no mercado internacional, através da disponibilização de R\$ 20 milhões em linhas de financiamento pela CaixaRS.

Serão realizados investimentos para capacitar RH em cursos de pós-graduação, graduação, ensino médio e técnico através da concessão de mais de 1.200 bolsas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) para apoiar a fixação do capital humano no setor empresarial, em instituições de nível superior e centros de pesquisa.

Para o progresso do nosso parque industrial, até 2011 a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec) realizará mais de 200 mil determinações de Tecnologia Industrial Básica, com serviços de análises, testes, calibrações, inspeções e ensaios laboratoriais para empresas nas áreas de alimentos, construção civil, química, engenharia de processos, geotecnia, metal-mecânica e eletro-eletrônica. Executando projetos e prestando serviços de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, em geral com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), agregará valor em produtos e processos industriais.

As demandas de tecnologia da produção do setor agropecuário e do agronegócio do Estado serão atendidas através de 109 projetos de pesquisa nas áreas de recursos naturais e qualidade ambiental, recursos genéticos e produção de grãos, sistemas de produção de frutas e hortaliças, florestas, sanidade animal, produção animal e zootecnia a serem atendidas pela Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro).

3.1.2. Intensificar a atração e promoção de investimentos privados ambientalmente sustentáveis

O Governo do Estado ampliará o seu esforço na busca, viabilização e realização de investimentos privados para aumentar, dinamizar e diversificar a capacidade produtiva, visando a estimular a competitividade das empresas e o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, priorizará a:

- valorização dos novos elementos de atração de capital que o Rio Grande do Sul tem: logística, qualidade da força de trabalho e uso racional dos recursos naturais;
- revisão e atualização da política pública de atração de investimentos privados, alinhando-a aos mais modernos conceitos e às boas práticas adotados no mundo;
- identificação de oportunidades de negócios competitivas e a formulação proativa de projetos de atração de investimentos



privados, integrando todos os órgãos estaduais envolvidos desde o início de cada iniciativa de atração; e

- manutenção de investimentos no Estado e de promoção comercial.

Serão ampliadas as ações de fomento à exportação através do aperfeiçoamento dos instrumentos existentes para inserção competitiva dos produtos e das empresas gaúchas no comércio internacional. Como exemplos, estão:

- o apoio à participação empresarial em feiras e eventos;
- o assessoramento nas diversas etapas do comércio exterior; e
- a divulgação de oportunidades de negócios disponibilizadas através da Sala do Exportador.

Dentro da política de atração de investimentos industriais, o Governo do Estado opta pela manutenção de incentivos fiscais através do financiamento de até 75% do ICMS incremental devido mensalmente pelo estabelecimento incentivado. Além do financiamento de parte do ICMS incremental concedido através do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (Fundopem/RS), é oferecido o incentivo adicional denominado Integrar/RS, com o objetivo de promover a descentralização industrial e o desenvolvimento regional.

Este incentivo, na prática, consiste na concessão de um percentual de abatimento incidente sobre o valor de cada parcela de amortização do financiamento do Fundopem/RS, inclusive encargos, se paga até a data de vencimento.

Dentre os critérios utilizados para a análise técnica das concessões dos benefícios está o número de empregos diretos gerados pelo projeto. Este valor, em termos de pontuação para a análise do projeto poderá contribuir em até 40% do total.

3.1.3. Aumentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio

Para aumentar a competitividade de todos os elos do agronegócio, setor de fundamental importância na economia gaúcha, o Governo priorizará as iniciativas que aumentem a produtividade dos processos e estimulem a agregação de valor dos produtos, em especial daqueles destinados a exportações, enfatizando:

- a certificação da qualidade de produtos;
- o controle da sanidade animal e vegetal; e
- a disseminação da boa governança aos produtores rurais, a fim de assegurar-lhes a preservação da renda.

Para termos uma agricultura e uma pecuária fortes, incluímos no conjunto de ações estratégicas, iniciativas que possibilitem aos produtores gaúchos, grandes ou pequenos, impulsionar a economia do Estado com um menor grau de incerteza a respeito dos resultados de seus investimentos e de seu trabalho.

Junto com um programa de irrigação, que se nos afigura como a medida estrutural mais importante para agricultura no momento, propomos importantes medidas nas áreas de biotecnologia, sanidade animal, diversificação de culturas agrícolas e cooperativismo entre produtores.

Em 2005, a queda da agropecuária apresentou uma taxa negativa de 15,2%. Além dos efeitos diretos sobre o PIB gaúcho (R\$ 18 bilhões nos últimos 20 anos), as conseqüências sobre a produtividade das lavouras de verão são dramáticas: estima-se uma perda sobre o produto potencial, entre 1970 e 2004, equivalente a US\$ 11,4 bilhões, no milho e US\$ 24,7 bilhões na soja.

Assim, serão implantados o Programa Estadual de Irrigação, com ações específicas por microrregiões do Estado e o Projeto 10 do IRGA, com o objetivo de aumentar a produtividade das lavouras de arroz de 6,5 para 10 toneladas por hectare, assegurando mercados para o produto gaúcho.



Também será formada e apoiada uma rede de pesquisa em biotecnologia que contemple a estrutura de pesquisa das universidades do Estado e dos órgãos públicos da área. Igualmente está previsto maior investimento em controle da sanidade animal e vegetal, priorizando o fortalecimento de órgãos como o Departamento de Produção Animal da Secretaria da Agricultura.

Para assegurar a competitividade e inserção nos mercados cada vez mais exigentes, quanto à qualidade dos produtos e segurança alimentar será usado a rastreabilidade como ferramenta moderna que permite às cadeias ligadas ao Agronegócio, monitoramento completo dos produtos de origem animal e vegetal, desde a sua origem até o consumidor final, ou seja, um acompanhamento informatizado de todas as etapas produtivas.

A regularização e o reordenamento fundiário são de suma importância à qualidade de vida da população rural, face à proposição de um desenvolvimento sustentável do setor e ao seu progresso social e econômico. Essas ações visam viabilizar e operacionalizar os assentamentos, reassentamentos, indenizações, crédito fundiário, efetivando as titulações e contribuindo com a interiorização do desenvolvimento econômico e social para o incentivo da agricultura familiar sustentável.

3.1.4. Implantar o Plano Estadual de Irrigação e otimizar os usos múltiplos das águas

O Plano Estadual de Irrigação é prioritário e sua implementação deverá ser viabilizada por meio de projetos específicos e territorialmente bem definidos.

Serão enfatizados os projetos que melhor atendam ao seguinte conjunto de critérios:

- aderência às especificidades das microrregiões;
- maior contribuição à eliminação ou redução de perdas, aumento da produção e da produtividade; e
- otimização do uso dos recursos hídricos, especialmente os usos múltiplos das águas.

Embora o problema das secas no Rio Grande do Sul seja previsível, a falta de políticas para seu enfrentamento tem causado danos consideráveis. A FEE apontou, para o ano de 2005, uma estimativa de queda no PIB gaúcho de 4,8% sendo que, pelos cálculos de impactos setoriais, 3,03% seria causado por efeitos da estiagem.

As estatísticas de precipitações pluviométricas mostram que a cada cinco anos devemos esperar duas secas, uma de média e outra de forte intensidade. O enfrentamento deste problema é viável, exigindo a combinação de financiamento de recursos do tesouro e Parcerias Público Privadas - PPPs.

O Rio Grande do Sul tem um regime hidrológico irregular, mas isso não significa que a água seja escassa. O princípio básico a ser seguido é universal: acumular na abundância, para poder usar na escassez temporária.

O Programa Estadual de Irrigação tem o objetivo de ampliar a área irrigada do Estado em 200 mil hectares, aumentando a produtividade do agronegócio do Rio Grande do Sul. Para alcançar este objetivo estão previstas ações para a construção de barragens, açudes e microaçudes, além da capacitação de 36 mil agricultores até 2011.

Duas barragens, Taquarembó e Jaguari, serão construídas na bacia hidrográfica do Rio Santa Maria com previsão de início ainda em 2007, trazendo um benefício direto para o abastecimento das populações urbana e rural dos municípios de Dom Pedrito e Rosário do Sul, Lavras e São Gabriel, de cerca de 80 mil gaúchos. O aumento da área irrigável obtido com estas duas barragens será de 80 mil hectares e o abastecimento de água para estes municípios terá regularização na vazão.

Além das barragens, está prevista a construção de açudes e microaçudes que irão beneficiar cerca de 36 mil famílias de produtores rurais, em particular ligados a produção familiar. A garantia de acesso à água irá aumentar a produtividade e reduzir os riscos da atividade rural.

Para que a utilização deste recurso natural seja economicamente sustentável e para que o Programa seja realizado



com responsabilidade sócio-ambiental, é indispensável que sejam observadas as diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos, que prevêem uma maior racionalidade no uso da água, mediante a adoção de tecnologias modernas e mais eficientes.

A construção de açudes e microaçudes irá beneficiar pequenos produtores rurais através da redução dos efeitos das estiagens e da regularidade do abastecimento de água. Os agricultores terão aumento de produtividade e garantia de renda pela produção de excedentes.

3.1.5. Promover o turismo com ênfase na infra-estrutura e no turismo sustentável

O Governo do Estado dedicará um esforço diferenciado à promoção do turismo no Rio Grande do Sul, priorizando:

- a provisão de adequada infra-estrutura turística, especialmente por meio de parcerias com o setor privado e com organismos internacionais, visando assegurar os investimentos necessários;
- as iniciativas que demonstrem maior potencial de sustentabilidade e de respeito ao meio ambiente; e
- projetos e iniciativas que valorizem vocações regionais e especificidades culturais do Estado.

Nesta gestão, com o objetivo de gerar mais empregos, aumentar o fluxo turístico e a ocupação hoteleira, além da continuidade da divulgação, promoção e comercialização dos produtos turísticos gaúchos, o Governo do Estado, através da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, dedicará um esforço diferenciado à infra-estrutura turística.

Especialmente por meio de parcerias com o setor privado e com organismos internacionais, trabalhará na busca de investimentos, visando assegurar os investimentos necessários às iniciativas que demonstrem maior potencial de sustentabilidade e de respeito ao meio ambiente.

Ações para Promoção e Divulgação

- elaboração do planejamento estratégico;
- consolidação das comemorações da Semana Farroupilha como um produto turístico nacional e internacional;
- regulamentação do turismo de aventura;
- participação em feiras regionais, nacionais e internacionais, como forma de comercialização dos destinos turísticos do Rio Grande do Sul;
- coordenação do grupo de trabalho para que o Rio Grande do Sul seja uma das sedes da Copa do Mundo de 2014;
- incentivo para inclusão do porto de Rio Grande no roteiro internacional e nacional de navios turísticos;
- consolidação de roteiros turísticos integrados entre Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai.

Ações para Melhoria da Infra-estrutura Turística

- como prioridade: a revitalização do Cais do Porto da Capital, construção do aeroporto regional da Serra e a facilitação para construção de condomínios residenciais no Litoral Norte;
- conclusão da estrada de ligação ao Parque do Itaimbezinho e construção da estrada de acesso ao Salto do Yucumã.

O Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (Prodetur-Sul) mobiliza ações de diversos órgãos da administração estadual com o objetivo de reforçar o potencial turístico priorizando ações de infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra, valorização do patrimônio histórico-cultural, conservação e recuperação da qualidade ambiental.

No âmbito das ações propostas pelo programa, cujos investimentos previstos para o período 2008-2011 totalizam mais de R\$ 12,5 milhões, podem ser citadas a proteção ambiental, a ocupação ordenada do solo, adequações em sistemas de saneamento – envolvendo ampliação e implantação de redes de esgotamento



sanitário e a construção e conservação de rodovias relacionadas ao programa.

3.1.6. Aumentar a eficiência dos órgãos reguladores ambientais e fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão ambiental e de recursos hídricos

Neste terreno, a prioridade do Governo consiste em imprimir celeridade ao licenciamento ambiental, por meio da adoção de um sistema simplificado e da unificação e integração da gestão ambiental, a fim de facilitar o atendimento da crescente demanda por esses serviços, sem, contudo, gerar perdas para a qualidade do meio ambiente.

No âmbito das instituições do próprio Estado, será implementada a "janela única" para o acesso dos usuários aos serviços ambientais, através da adequação dos conceitos e da modernização dos processos, instrumentos e ferramentas, buscando a gestão ambiental integrada, culminando com a administração digital.

O órgão central de meio ambiente será fortalecido, com a concentração das funções de planejamento, coordenação e articulação, conferindo-lhe caráter estratégico.

Serão também incentivados os instrumentos de licenciamento e fiscalização ambientais descentralizados, com o compartilhamento do controle ambiental entre os órgãos de meio ambiente estadual e municipais.

Para agilização dos processos, até 2011 mais de 70% dos municípios do RS estarão qualificados para realizar os licenciamentos de impacto local. A descentralização promovida pelo Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA-RS) proporciona uma maior interação entre os diferentes agentes envolvidos nas questões ambientais, buscando soluções que garantam um desenvolvimento equilibrado do ponto de vista ecológico, social e econômico. O objetivo é a integração da gestão nos planos federal, estadual e municipal, de forma a garantir maior agilidade, especialmente nas decisões que envolvam

licenciamento, mobilizando os municípios a gerir as questões ambientais locais.

O efetivo implemento da gestão compartilhada consistirá no apoio e capacitação dos técnicos e gestores dos municípios já habilitados, na qualificação dos municípios que ainda não realizam o licenciamento das atividades e empreendimentos considerados como de impacto local e no aprimoramento dos instrumentos legais que regulam a matéria.

A integração de sistemas e a consolidação da descentralização da gestão, com participação qualificada dos municípios, entretanto, não gerará perdas para a qualidade do meio ambiente, pois serão acompanhadas das devidas qualificações de gestores e técnicos.

A proteção ambiental se completa com as ações de preservação e conservação do ambiente natural, como a recuperação de ativos ambientais degradados, a implantação de unidades de conservação, a exigência dos parâmetros legais para as áreas de preservação especial e a utilização dos instrumentos da política de meio ambiente, como o monitoramento, controle e fiscalização das fontes de poluição ou de utilização de recursos naturais.

A educação ambiental compartilhada, realizada de forma integrada reunindo esforços, recursos e resultados na busca de uma cultura preventivista, terá a participação de gestores, educadores e comunidades envolvidas. Projetos socioambientais serão realizados de forma a estimular as parcerias com instituições públicas responsáveis pela execução das políticas de educação, de gestão ambiental e com as demais instituições públicas e privadas que tenham interface com o meio ambiente.

O plano de ação emergencial da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) foi elaborado, com o apoio técnico da Secretaria do Planejamento e Gestão, para dinamizar o estoque de solicitações de licenciamento ambiental e tem como meta zerar o passivo de 12 mil processos até 31 de outubro de 2007. A partir disso, deu-se início à estratificação e detalhamento do estoque de licenciamento por divisões da Fepam, sendo criadas forças-tarefa para implementação das ações de liberação das licenças em estoque nas



áreas prioritárias. Após a extratificação e decisões já implementadas, resultou em um estoque de 5.092 pedidos de licenciamento a serem analisados.

Aliado a essas ações de curto prazo será realizado o planejamento estratégico ambiental, buscando estabelecer também metas de médio e longo prazo, bem como o redesenho e a modernização do processo de licenciamento, em consonância com a estratégia de governo, estimulando o desenvolvimento sustentável.

3.1.7. Ampliar os investimentos na infra-estrutura econômica e superar os principais gargalos de transporte

A ampliação dos investimentos em infra-estrutura (transportes, energia e comunicação) deverá priorizar:

- a implantação de projetos integrados e adaptados às exigências internacionais, em parceria com o Governo Federal, setor privado e agências multilaterais; e
- as soluções multimodais mais eficientes para a superação dos principais gargalos de transporte do Estado (rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aéreo).

Um dos maiores gargalos para o aumento da competitividade da economia gaúcha é o atual estado de conservação das estradas estaduais.

A persistência da crise financeira do Tesouro e a falta de uma solução alternativa aos investimentos puramente públicos resultam na protelação de medidas capazes de ampliar a competitividade da produção gaúcha e qualificar a segurança dos usuários das rodovias.

A Tabela 39 mostra que, do total dos 11.023km de rodovias estaduais, 4.430 ainda não são pavimentadas. A meta é construir e restaurar 687km de rodovias estaduais.

Tabela 39 - Rodovias no RS

	Em Km			
	Municipais	Estaduais	Federais	Total
Não Pavimentadas	136.556	4.430	366	141.352
Pavimentadas	699	6.593	5.316	12.608
Total	137.255	11.023	5.682	153.960

Fonte: Daer

A importância de ligação de estradas estaduais pavimentadas às sedes municipais é evidente quando se constata que existem 137.255km de rodovias municipais onde apenas 699km são pavimentados. Reivindicações antigas também serão atendidas, com o início de programa para pavimentação de acessos aos municípios ainda não contemplados, com vistas ao desenvolvimento, minimizando as desigualdades regionais.

Para melhorar as condições de circulação nas rodovias estaduais, serão priorizados investimentos que viabilizem o melhor escoamento da produção agrícola. A intenção é assegurar a interconexão apropriada entre as regiões produtivas e os eixos do sistema nacional intermodal de transporte.

Dentro da ótica de não iniciar obras novas sem completar trechos de estradas inacabados, será concluída a RS-471, que vai deixar a zona produtiva da Serra Gaúcha mais próxima do Porto do Rio Grande, tornando-a mais competitiva, graças à agilização e ao barateamento do custo de transporte, contribuindo para a diminuição do preço final dos produtos.

Da mesma forma a conclusão da Rota do Sol, que há décadas é esperada pelos gaúchos, vai alavancar o turismo numa das regiões mais belas do Estado. A obra permitirá a ligação da Serra com a BR-101 melhorando a trafegabilidade e um fluxo de veículos previsto de mil caminhões por dia, transportando 3,9 milhões de toneladas de cargas.

As duplicações, intersecções, passagens de nível visando aumentar e modernizar a rede rodoviária pertencente ao Estado - inclusive a construção de terceiras e quartas faixas, pontes, viadutos e passarelas - deverão mobilizar recursos na ordem de R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 1,1 bilhão em parcerias.



Também estão previstos investimentos de R\$ 107 milhões nas rodovias sob administração do DAER que, através dos pedágios comunitários, geram recursos para investimentos e melhorias nas respectivas estradas, nas quais se prevê a extensão de trechos na ordem de 215km.

As obras devem ser realizadas primeiramente nos trechos mais utilizados com o objetivo de manter a uniformidade nas condições de segurança e conforto das estradas, além de incentivar a economia das respectivas regiões de abrangência.

As ações de Governo focadas no Porto do Rio Grande têm por objetivo adequar a infra-estrutura às exigências logísticas atuais, a fim de acompanhar a evolução das operações de transportes. A meta é aumentar a capacidade de movimentação de carga, primando pela segurança, qualidade e eficiência para redução de seus custos, com o objetivo de tornar o Porto do Rio Grande o principal Porto do Mercosul.

Além da dragagem de manutenção, serão implementadas obras de aprofundamento dos canais de acesso, permitindo o recebimento das grandes embarcações, no limite de suas capacidades de carga.

A estratégia para o Porto do Rio Grande é afinar o investimento do tesouro ao orçamento da União, permitindo o aumento da eficiência e tornar o Porto do Rio Grande referencia na costa atlântica da América do Sul.

O eixo Região Metropolitana de Porto Alegre-Porto do Rio Grande será dotado de melhores condições de logística, favorecendo o escoamento da produção industrial, redundando em redução de custos, aumento da eficiência, de segurança, do transporte e do armazenamento, contribuindo para aumentar a competitividade dos produtos gaúchos.

A expansão da geração, principalmente, através, não só das fontes tradicionais, mas também das alternativas auto-sustentadas serão fundamentais e garantidoras do crescimento econômico do Estado. A Secretaria de Infra-Estrutura e Logística estará coordenando e apoiando novos empreendimentos, sendo eles através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE ou de agentes privados disponibilizados a esse fim.

Para garantir o fornecimento energético ao Estado serão desenvolvidos três grandes programas (Expansão e manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica; Distribuição de energia elétrica e Geração de energia elétrica). Para isso está sendo proposto, ao longo dos próximos quatro anos pela CEEE, sem a inclusão dos investimentos das demais concessionárias e investidores privados, o montante da ordem de R\$ 1,2 bilhões (CEEE).

Operar e manter o sistema de distribuição, visando garantir o aproveitamento ótimo das instalações, minimizando a ocorrência de falhas e defeitos dos equipamentos e instalações reduzindo significativamente os custos operacionais e, ao mesmo tempo, aumentando o nível de segurança. Este ponto de vista deve ser também replicado na eficiência do sistema de geração de energia elétrica. Neste sentido, não serão medidos esforços para estar em conformidade com as exigências da ANEEL atendendo a legislação do setor elétrico nos procedimentos do Operador Nacional do Sistema (OMS).

A expansão e manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica têm por objetivos:

- garantir o fornecimento de energia elétrica aos mercados atendidos pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - Distribuição (CEEE-D), com confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade, atendendo às exigências sócio-ambientais dos órgãos reguladores e demais órgãos setoriais;
- garantir a universalização do acesso aos serviços de energia elétrica; e
- incentivar a efficientização do uso da energia elétrica como forma mais eficaz de contribuir com o meio ambiente e reduzir os desperdícios.

A expansão e manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica têm por meta:

- garantir e aumentar a capacidade de transmissão de energia elétrica no Estado;



- incrementar mais elos de conexão com o sistema interligado nacional, com confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade, atendendo a exigências socioambientais dos órgãos reguladores de proteção ambiental e demais órgãos setoriais;
- permitir o acesso de novos agentes, usuários e produtores de energia elétrica.

Está prevista a geração de 5.340Mw adicionais até 2020, considerando a necessidade de aumento da demanda em 5% ao ano, como projetado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Dado o potencial gaúcho estão sendo propostas as seguintes fontes de geração, onde se incluem as fontes renováveis:

- 225Mw em PCH's – Pequenas Centrais Hidroelétricas;
- 225Mw em PCT's – Pequenas Centrais Termoelétricas;
- 1.465Mw em Parques Eólicos e usinas de grande porte;
- 1.100Mw em Termoelétricas a carvão fóssil; e
- 2.225Mw em Hidroelétricas projetadas e/ou em implantação.

Nosso Governo tem por objetivo expandir, através da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), em 33% a rede de distribuição de gás natural, atingindo 580 km de rede, o que permitirá aumentar a competitividade da indústria, do comércio e do custo do transporte estadual.

3.1.8. Priorizar a diversificação da matriz energética, com ênfase nas energias renováveis

Enfatizar a atração de investimentos orientados para a diversificação da matriz energética, visando reduzir a dependência de combustíveis fósseis por meio do aumento de geração de energia proveniente de fontes renováveis.

Ao criar o Programa RS Energia para Investidores, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul pretende promover o fornecimento de insumos energéticos necessários para o desenvolvimento

ambientalmente responsável de sua economia, contribuindo para o crescimento sustentável.

O Programa busca criar um ambiente adequado à atração de empreendedores/investidores nacionais e internacionais. Dentre os produtos do Programa RS Energia para Investidores destaca-se a disseminação de todas as informações sobre a matriz energética do Rio Grande do Sul e a suas perspectivas de mercado, a partir da operacionalização de um banco de dados constantemente atualizado.

Através da CaixaRS será operacionalizado um fundo de participação que tem a finalidade de viabilizar a implementação de um portfólio de projetos estratégicos vinculados ao RS Energia para Investidores, previamente analisados por equipe técnica, considerando o potencial de mercado, importância ambiental, inserção na matriz energética, além da necessária articulação com investidores nacionais ou internacionais.

A CaixaRS também irá disponibilizar, através de sua política de crédito, R\$ 150 milhões em financiamentos na área de energia renovável.

A consolidação de um setor elétrico eficiente, seguro e competitivo, por meio do uso de fontes energéticas renováveis e locais, assim como a produção de biocombustíveis – álcool, biodiesel e biogás – colocam o Estado na rota do desenvolvimento sustentável. Importante que tudo isso seja planejado de modo que os benefícios socioeconômicos priorizem a preservação ambiental, reafirmando a preocupação do governo em investir no desenvolvimento do Estado sem descuidar da qualidade de vida da população gaúcha.

O programa objetiva a auto-suficiência da matriz energética do Estado, dando ênfase aos seus potenciais energéticos, ampliando a participação das fontes renováveis de energia.

Na produção de etanol de cana-de-açúcar, a meta é a auto-suficiência em 2015, fornecendo cerca de 1 bilhão de litros/ano. Para o biodiesel, as quatro usinas em fase final de construção produzirão 400 milhões de litros anuais. Com a meta de produção de mais 900 milhões de litros/ano, oportunizará ao Estado suprir 20% do mercado nacional



projetado para 2020, tendo como insumos a soja, o girassol, a canola, a mamona, além de materiais graxos de origem animal.

Com a segunda maior produção de soja do Brasil (8 milhões de toneladas), o Rio Grande do Sul apresenta condição climática ideal e tecnologia de ponta com *know-how* para a fabricação do biodiesel à base de óleos vegetais.

Os resíduos agrícolas, como cascas de arroz e cana-de-açúcar; e florestas, como lenha e resíduos de serraria, são muitos importantes para a geração de energia limpa. Atualmente, o RS é o maior produtor de arroz irrigado do Brasil. Em breve, o RS deve se tornar o segundo maior pólo florestal-industrial brasileiro.

Considerando as diferentes fontes energéticas disponíveis no Estado, o potencial de demanda para a geração de energia elétrica e produção de combustíveis, que visam à auto-suficiência de seu balanço energético em 2020, os investimentos atingirão a cifra de US\$ 6,5 bilhões.

3.1.9. Atrair e promover investimentos nas regiões em apoio aos sistemas de produção local com base em planejamento estratégico

Orientar o esforço de atração de promoção de investimentos nas regiões em apoio aos arranjos de produção local, com base nos seguintes critérios de prioridade:

- fundamentação em planejamento estratégico;
- foco predominante nas vocações econômicas, culturais e regionais, com o objetivo de promover o dinamismo econômico e o aumento da produtividade de setores tradicionais;
- aproveitamento de oportunidades promissoras de diversificação da produção; e
- contribuição à redução das disparidades regionais.

Por serem aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm

vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros agentes, instituições de ensino e pesquisa e de governo, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são um importante instrumento de desenvolvimento regional.

A Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai), através de seu programa de apoio aos setores produtivos, promoverá a articulação de empresas e instituições públicas e privadas, incentivando a cooperação entre os agentes e o aprendizado, de forma a inovar, consolidar e dinamizar os arranjos produtivos locais.

A ação de apoio aos APLs é realizada em parceria e se caracteriza pelo envolvimento do conjunto de agentes atuantes nas diferentes etapas do fluxo produtivo, com a finalidade de criar um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, fortalecendo o crescimento de empresas locais através da inovação e da cooperação e somando os esforços de outros programas daquela Secretaria e de outros órgãos do Governo do Estado.

A regionalização das ações ocorrerá na elaboração dos Cadernos de Regionalização que será feito pelos Órgãos do Governo em parceria com os Conselhos Regionais, através da realização de Fóruns Regionais.

O Governo do Estado irá propiciar a qualificação tecnológica e organizacional nas empresas, agregando competitividade com geração de emprego e renda, através dos Centros Gestores de Inovação (CGIs), criados através de convênios, para garantir a articulação entre os parceiros locais e otimizar recursos e esforços com vistas ao desenvolvimento do arranjo produtivo local.

3.1.10. Estimular o empreendedorismo, associativismo e parcerias com o terceiro setor

O Governo do Estado priorizará iniciativas de apoio e de estímulo ao desenvolvimento de arranjos associativos de pessoas, empresas e organizações do terceiro setor, como forma de inserir na economia segmentos relevantes da sociedade gaúcha, especialmente aquelas que:



- tenham os pequenos e médios produtores rurais como público-alvo;
- fortaleçam os negócios do cooperativismo;
- propiciem a democratização de conhecimentos e competências relevantes para o desenvolvimento sustentável dos negócios;
- incluam parcerias sólidas com o terceiro setor; e
- contribuam em grau expressivo para a redução da pobreza e das desigualdades e a melhoria das condições de vida no campo e nas cidades.

O programa Redes de Cooperação é uma iniciativa do Governo do Estado para desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados. Existem, atualmente, 215 redes no Estado, e serão constituídas, até 2011, 130 novas redes.

O programa é coordenado pela Sedai e tem o objetivo de reunir empresas com interesses comuns em redes de cooperação, constituindo uma entidade juridicamente estabelecida, que mantenha a independência legal e a individualidade de cada empreendimento participante.

A formação de uma rede permite a realização de ações conjuntas, facilitando a solução de problemas comuns e viabilizando novas oportunidades que isoladamente não seriam possíveis. As empresas integradas conseguem reduzir e dividir custos e riscos, conquistar novos mercados, qualificar produtos e serviços e acessar novas tecnologias.

3.2. Desenvolvimento social: mais qualidade de vida para todos

Priorizar a formulação de políticas que levem a transformação da economia e da sociedade gaúcha rumo ao desenvolvimento

sustentável e com redução das desigualdades e das injustiças, são pilares estratégicos deste Governo.

Combater a pobreza é uma tarefa que exige um conjunto amplo de esforços, mas pode e deve ser realizado sem a marca de programas assistencialistas. Programas deste tipo dependem de transferências contínuas de renda e não capacitam as pessoas para saírem permanentemente do nível de pobreza. O moderno enfrentamento deste problema remete à política de capacitação do ser humano, sendo a única que pode gerar resultados duradouros.

O combate às desigualdades regionais, assim como a redução da pobreza urbana e rural, são elementos fundamentais na manutenção e na melhora do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) gaúcho. Há que se reconhecer também que boa parte da situação privilegiada do Estado em termos de indicadores de qualidade de vida, decorre da constituição, no passado, de uma gama de serviços públicos relativamente qualificados em relação à média nacional, principalmente no que diz respeito à educação e à saúde.

Não se pode deixar de avaliar que nos últimos anos, a qualificação dessa e de outras redes de serviços (como a da segurança pública) vêm sofrendo deterioração constante e se esta tendência continuar, em breve o Rio Grande do Sul deixará de ser referência nacional em termos de qualidade de vida. Neste sentido, nosso Governo tem buscado a elaboração de políticas de desenvolvimento social pautada no “Duplo Planejamento”, ou seja, ações de curto prazo focadas no longo prazo.

Acreditamos que seja necessário resolver gargalos imediatos como o equilíbrio orçamentário das contas públicas para poder voltar a investir mais na área social e qualificar os serviços principalmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

É nesse sentido que nosso Governo passa a elencar, adiante, um conjunto de medidas de desenvolvimento social pautadas naquilo que acreditamos ser factível e equânime. Nosso esforço será pautado pelas metas a serem atingidas e nossa realização será traduzida pelo incremento de bem-estar social aos gaúchos.



3.2.1. Oferecer educação escolar de qualidade, com universalização do acesso, redução da repetência e da evasão escolar

O Governo, em parceria com municípios e a iniciativa privada, dará prioridade à melhoria da qualidade da educação escolar do ensino fundamental e médio oferecido no Estado, e enfatizará:

- o acesso a todas as crianças e jovens (4 a 17 anos) à rede de ensino;
- a redução da repetência e da evasão escolar no ensino fundamental e médio.

Embora ainda esteja bem, comparativamente à maioria dos estados brasileiros, o nível de desempenho dos estudantes gaúchos nas últimas avaliações de aprendizagem realizadas pelo MEC vem caindo, e o Rio Grande do Sul vem perdendo posição frente a outras unidades da federação. Superar esta tendência, garantir o acesso dos gaúchos a uma escola básica de qualidade, constitui-se em tarefa prioritária da Secretaria da Educação.

A melhoria da qualidade da educação básica passa, necessariamente, pela valorização profissional dos professores e sua articulação com a elevação dos níveis de aprendizagem dos alunos. Para isso, a Secretaria da Educação irá capacitar os gestores das escolas e dos órgãos da administração e criar mecanismos para incentivar o aprimoramento profissional dos professores.

A Secretaria da Educação irá realizar concursos públicos para admissão de professores e servidores, em conformidade com os resultados produzidos por estudos de aperfeiçoamento do processo de seleção e do estágio probatório.

Em relação à gestão do sistema educacional, é imprescindível a sua informatização. Para isto, o Governo do Estado irá colocar todas as escolas estaduais em rede com as coordenadorias e a Secretaria da Educação.

A consolidação do ensino fundamental de nove anos se inicia pela garantia de acesso. Pretende-se alcançar uma taxa de

atendimento de 98%, até 2011, de crianças de 6 a 14 anos, sendo que estas taxas atualmente são de 92,1% para crianças de 6 anos e de 97,8% para crianças de 7 a 14 anos.

Por falta de vagas no ensino médio diurno, tem aumentado o número de jovens gaúchos entre 15 e 17 anos fora da escola. Isso porque, nos últimos anos, mudou o perfil dos potenciais alunos de ensino médio, o que exige uma adequação da oferta de vagas ao novo tipo de demanda. Neste contexto, serão ampliadas as matrículas de ensino médio diurno na rede pública estadual em 8 mil vagas.

O transporte também é condição essencial para assegurar que a criança frequente a escola. A fim de garantir a estabilidade do serviço de transporte escolar que atualmente atende a 92.155 alunos e requer convênios anuais para operacionalização, o Governo do Estado, em parceria com prefeituras, pretende, formular proposta para criação de um Programa Estadual de Transporte Escolar, com o objetivo de tornar desnecessária a negociação anual de critérios e a assinatura de convênios individualizados com cada município.

Para melhorar o fluxo escolar, é preciso elevar os níveis de aprendizagem dos alunos e reduzir a repetência. No Rio Grande do Sul, as taxas de repetência e evasão que vinham diminuindo voltaram a subir.

Para enfrentar este problema, é importante a revisão dos currículos escolares com base nos parâmetros nacionais, nas competências e habilidades cognitivas das matrizes de referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e da Prova Brasil, nunca perdendo de vista a formação de cidadãos conscientes para uma sociedade democrática. Neste sentido, o Governo Estadual irá estabelecer escalas de habilidades e competências cognitivas a serem desenvolvidas para cada ano do ensino fundamental e médio, em língua portuguesa, matemática e em alfabetização.

Em termos de inclusão digital, a Secretaria da Educação pretende implantar laboratórios de informática em todas as escolas da rede pública estadual que ainda não possuem computadores, ampliando de 48% para 100% o número de escolas com laboratórios



de informática, garantindo o acesso à Internet, o que deverá representar investimentos da ordem de R\$ 20 milhões nos próximos 4 anos.

3.2.2. Garantir os níveis de aprendizagem apropriados no ensino fundamental e médio com avaliação da aprendizagem e capacitação dos agentes educacionais

É prioridade intensificar e imprimir maior qualidade ao ensino fundamental e médio por meio das seguintes ações estratégicas:

- implantação de um sistema de avaliação externa que permita aferir os níveis de aprendizagem na rede de ensino gaúcha comparado a padrões nacionais internacionais; e
- criação de incentivos às escolas e professores e capacitação de professores e gestores escolares visando à melhoria da qualidade do ensino e da gestão escolar.

A tradição gaúcha de alta qualidade da educação pública está lentamente se perdendo ao longo dos últimos anos. O desempenho escolar vem caindo, especialmente nas primeiras etapas da vida escolar. Se não houver uma rápida reversão desta tendência declinante, é quase certo que o Rio Grande do Sul perderá posições na 8ª série do ensino fundamental e a liderança no 3º ano do ensino médio.

Em parceria com as redes municipais e particular, o Sistema Estadual de Avaliação Externa do Rendimento Escolar será implantado, em 2008 e 2010, avaliando 536.674 alunos da rede estadual nas 2ª e 5ª séries do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio.

Será oferecida a formação continuada aos professores vinculada ao trabalho em sala de aula para o efetivo aumento dos níveis de aprendizagem de seus alunos. Ao todo serão 50.000 professores capacitados até 2011, o que representa a totalidade dos professores em sala de aula nas áreas de língua portuguesa, matemática, química, física, biologia e dos alfabetizadores.

3.2.3. Assegurar a alfabetização de todas as crianças ao final do segundo ano do ensino fundamental

É prioridade do Governo do Estado assegurar a alfabetização de todos os alunos nos dois primeiros anos do ensino fundamental, em parceria com os municípios, com ênfase em:

- capacitação e apoio intensivos aos alfabetizadores; e
- avaliação de métodos alternativos de alfabetização e disseminação do padrão de habilidades e competências cognitivas a serem desenvolvidas pelos alunos.

Pesquisas científicas comprovam a importância da educação infantil para o desenvolvimento integral do indivíduo e o sucesso ao longo de toda a sua vida escolar.

Em 2007, todas as escolas da rede estadual de ensino estarão recebendo matrículas para o primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos.

O projeto piloto de alfabetização para crianças de seis anos está sendo implantado desde o início do ano letivo de 2007 em parceria com os institutos Ayrton Senna, Alfa e Beto e o Grupo de Estudos Sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação (Geempa), que serão os responsáveis pela aplicação de métodos pedagógicos em turmas do 1º ano do ensino fundamental. O Instituto Cesgranrio, do Rio de Janeiro, ficará responsável pela avaliação do desempenho dos alunos participantes.

Os programas possuem metodologias de ensino diferenciadas, a partir da capacitação dos professores, utilização de materiais didáticos adequados e acompanhamento dos professores e estudantes ao longo do ano. A Secretaria da Educação, juntamente com a Unesco e com a Undime/RS, também estará supervisionando as atividades. Farão parte do projeto piloto 600 turmas de escolas estaduais e municipais de três regiões do Estado. Além disso, serão avaliadas mais 200 turmas que não farão parte da iniciativa.

Já o processo de estabelecimento de escalas de habilidades e competências cognitivas será iniciado pela definição dos padrões de



alfabetização que garantam que as crianças ao final da 2ª série do ensino fundamental saibam ler e escrever, já que é nesta etapa que se conclui o processo de alfabetização.

3.2.4. Ampliar e diversificar as oportunidades de acesso a cursos profissionalizantes de nível médio ou pós-médio e a cursos tecnológicos de nível superior

O Governo do Estado priorizará iniciativas que multipliquem as oportunidades de acesso dos jovens gaúchos a cursos profissionalizantes de nível médio ou pós-médio e/ou a cursos técnicos e tecnológicos de nível superior, com ênfase em:

- ampliação e diversificação da oferta de cursos profissionalizantes de nível médio ou pós-médio, intensificando as parcerias entre escolas estaduais e instituições comunitárias e o Sistema "S"; e
- ampliação e diversificação da oferta de cursos técnicos e tecnológicos de nível superior, levando em conta as demandas e oportunidades de trabalho nas diversas regiões do Estado.

Estarão entre as prioridades do Governo o desenvolvimento da educação superior e educação profissional como indutoras do desenvolvimento.

Enquanto a taxa de desemprego da população em geral é de 15%, para a faixa etária de 16 a 24 anos a taxa alcança 30%. A educação profissionalizante possui importância fundamental na superação deste quadro, auxiliando a inserção profissional destes jovens.

Para atuar nesta realidade, a Secretaria da Educação, através da Superintendência da Educação Profissional (Suepro/RS), irá expandir o acesso ao ensino profissionalizante mediante a ampliação em 30% do número de matrículas e a criação de 12 novos cursos de educação profissional até 2011, além de atualizar técnica e pedagogicamente mais 40 cursos e realizar a avaliação externa e acompanhamento de egressos das redes que compõem a educação

profissional (federal, estadual, particular e comunitária) em 238 escolas, ações que visam abranger cerca de 50% do número total de escolas profissionalizantes do Estado.

Também se investirá na qualificação dos profissionais que atuam no ensino profissionalizante até 2011 pela habilitação de 240 professores em ações de cooperação com instituições de ensino superior e capacitação técnica e pedagógica de 1.000 professores e gestores em atuação.

Serão oportunizados a trabalhadores, cursos de formação inicial e continuada em parceria com outras Secretarias de Estado, aproximando as comunidades das escolas da rede de educação profissional.

Serão implantados 9 centros de referência nas áreas de saúde, indústria, química, informática, meio ambiente, gestão, telecomunicações, turismo e hospitalidade e agropecuária, atuando como pólos irradiadores do conhecimento tecnológico e da formação pedagógica, como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Cabe ao Governo Estadual manter e melhorar a qualidade das atividades da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) como instituição de ensino e pesquisa tecnológica, nos níveis de graduação e pós-graduação, diretamente vinculada às demandas dos atores sociais responsáveis pela promoção do desenvolvimento nas diferentes regiões do Estado.

Serão mantidas as 3.570 vagas nos 25 cursos de graduação nas regiões onde a UERGS atua e ampliados, até 2011, em 50% os cursos de pós-graduação oferecidos.

As atividades do Núcleo de Ensino à Distância serão ampliadas de 50 para 80, e os Projetos de Pesquisa elaborados e aprovados pela Comissão de Avaliação de Projetos da UERGS e os Projetos de Extensão serão aumentados de 120 para 170 e de 36 para 39, respectivamente, durante o período do PPA 2008-2011.

Está prevista a constituição de uma rede, integrada por institutos de pesquisa, cujo agente facilitador seja a UERGS, fomentando a capacidade de realização de pesquisas, principalmente



em áreas prioritárias do governo, a divulgação de seus resultados e o uso de processos tecnológicos desenvolvidos com o objetivo de qualificar o processo de elaboração e implementação de políticas públicas estaduais e municipais.

O Governo do Estado pretende desenvolver, através da UERGS, a capacitação em nível de Especialização, beneficiando quadros para qualificar ações como auditoria e fiscalização de obras públicas.

Serão criadas na Universidade unidades que congreguem ações de ensino, pesquisa e extensão sob a égide de áreas do conhecimento, com o objetivo de transformar as atuais "unidades" da estrutura da UERGS em "pólos de ações da Universidade". Desta forma, esses pólos se tornarão *campus* avançados, facilitando a integração à Rede Nacional de Ensino à Distância, como a Universidade Aberta do Brasil.

3.2.5. Implantar sistemas de atendimento às famílias abaixo da linha da pobreza com abordagem integrada

Promover a abordagem integrada das políticas sociais voltadas às famílias abaixo da linha da pobreza, por meio de projetos específicos e com foco territorial e público-alvo bem definidos, enfatizando ações articuladas de educação, saúde, qualificação, assistência técnica, acesso ao crédito, entre outros, a partir das determinações emanadas da Câmara Setorial de Desenvolvimento Social.

Atender às disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e Adolescente, da Lei Orgânica de Assistência Social e demais legislações, cabendo ao Estado, promover e efetivar políticas públicas inclusivas que garantam a plenitude dos Direitos Humanos para a totalidade da sua população.

Entre os segmentos sociais com mais vulnerabilidade e maior violação de seus direitos destacam-se: crianças e adolescentes, comunidades indígenas, comunidades negras, afro-descendentes e

quilombolas, pessoas com deficiências e altas habilidades, a mulher, os idosos, os consumidores, entre outros.

Desse modo, constata-se que as demandas de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos crescem de forma significativa sem, contudo, o Estado conseguir responder satisfatoriamente às necessidades dos diversos segmentos sociais. O Programa de Proteção aos Direitos Humanos torna-se fundamental como política de Governo que contribui, em conjunto com os municípios, para a promoção dos direitos fundamentais da população gaúcha.

Entre as metas destacam-se:

- capacitar 7,6 mil atores sociais para promover a prevenção da violência, através de seminários e grupos operativos, visando à valorização da pessoa, a fim de prevenir a solução violenta de conflitos. Esta ação participa do Programa Estadual de Prevenção da Violência e tem como ênfase à realização de atividades culturais e o fomento ao desenvolvimento sócio-econômico do indivíduo;
- atender a 12 mil mulheres vitimadas, prestando apoio jurídico, psicológico e encaminhamento aos demais serviços da rede pública, bem como oportunizando cursos de capacitação profissional a 2,5 mil mulheres, buscando o resgate de auto-estima, propiciando condições para a conquista da cidadania;
- apoiar projetos de atenção à criança e ao adolescente, que tem como meta atender 400 projetos;
- execução de medidas de proteção de abrigo e de apoio e orientação para aproximadamente 1,1 mil crianças e jovens; e
- atendimento a 4,8 mil pessoas portadoras de deficiência e altas habilidades.

Quanto à alimentação para as pessoas abaixo da linha da pobreza, funcionam no Estado 16 restaurantes populares, que servem



uma média de 350 refeições diárias cada. Até 2011, está prevista a implantação de mais quatro restaurantes populares.

Nesse contexto, o Terceiro Setor é de importância estratégica para o Estado, devido ao seu potencial na geração de capital humano e social, o que possibilita o enriquecimento individual e coletivo da sociedade. Além disso, é fundamental implantar-se um novo paradigma - desenvolvimento social - baseado na valorização de grupos e indivíduos para a transformação e realização de seu potencial humano e produtivo, através da profissionalização do setor social e da criação de novas ferramentas, que otimizarão os esforços realizados pela sociedade civil organizada em prol das causas que propiciam maior qualidade de vida para todos os gaúchos. Entre as principais ações estão:

- estimular o crescimento, qualificação e profissionalização do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul, através da multiplicação de projetos sociais no Estado, como parcerias privadas, através do Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social (PAIPS) - Lei da Solidariedade -, e outros, com otimização da atuação em rede. Dentro deste contexto, a previsão é atender 1,7 mil projetos, capacitar 3,4 mil gestores, instalar um banco de dados e a realizar 26 eventos;
- manter o Programa “A Nota é Minha”, que irá beneficiar entidades habilitadas no programa solidariedade, na área de Assistência Social;
- criar o Prêmio “Justiça e Desenvolvimento Social” - o Governo do Estado pretende incentivar em nível individual, institucional e empresarial, as iniciativas voltadas para as questões sociais; e
- promover o Desenvolvimento Social Sustentado, através do assessoramento a municípios, da articulação dos recursos sociais e econômicos, da elaboração de diagnósticos das necessidades e potencialidades locais. A meta é atender 210 comunidades.

A família cumpre funções essenciais para o bem-estar coletivo, sendo importante fonte para o desenvolvimento do capital humano. É, por excelência, o núcleo provedor de cuidados, necessitando também ser protegida, considerando ser a mediadora das relações entre o sujeito e a coletividade, assim geradora de estratégias comunitárias de sobrevivência.

A concepção de família adotada pelo Programa de Atenção e Promoção à Família refere-se a um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, abrigados sob o mesmo teto. É nesta perspectiva que se pretende promover atenção prioritariamente às famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza no Estado do RS, através das ações intersetoriais articuladas e integradas. Entre as principais ações do Programa estão:

- criar rede de proteção social à família, através da implantação Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializadas da Assistência Social (CREAS). Está prevista a implantação de 160 centros, para o de atendimento a 95.000 famílias;
- estimular o desenvolvimento do artesanato como fonte de renda, prevendo atender 13.800 artesãos;
- fomentar o empreendedorismo para atender 5.200 trabalhadores em frentes de trabalho e dar assistência a 10.736 empreendedores;
- intermediar o emprego formal no mercado de trabalho a 301.709 mil pessoas, emissão de 732.150 carteiras de trabalho e previdência social e realização de 48 pesquisas de emprego e desemprego; e
- promover a qualificação social e profissional, através da realização de cursos para 23.200 pessoas.



3.2.6. Orientar e ampliar o acesso ao sistema de saúde pública por intermédio do Programa de Saúde da Família – PSF

Dar prioridade ao Programa de Saúde da Família – PSF, para aprimorar a assistência primária buscando, sobretudo, a redução das internações hospitalares. O papel do Estado no PSF estará focado na valorização das equipes técnicas envolvidas na ponta da ação: os municípios.

A Atenção Integral à Saúde tem o desafio de organizar as políticas públicas que possibilitem a integralidade da atenção ao cidadão, à família e à comunidade, através de ações que levem em conta as diversas realidades nas quais estão inseridos, respeitando suas necessidades e problemas.

Nesta lógica há necessidade de mudança de paradigma do modelo de atenção, que deve estar voltado para a vinculação do usuário aos serviços, promovendo o desenvolvimento de ações desde o pré-natal, passando pelos ciclos de vida, contemplando, inclusive, a saúde do idoso, através da integração de ações de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde.

Para que isso seja efetivado, se faz necessária a implantação da Estratégia de Saúde da Família, a integração das políticas setoriais, a centralização do cuidado no indivíduo e na família, a qualificação dos recursos humanos do setor saúde e a implementação de políticas intersetoriais para o desenvolvimento global das famílias e comunidades.

A ampliação da cobertura populacional das equipes de saúde da família no Rio Grande do Sul, articulada com os municípios, tem por objetivo garantir ações de atenção integral à saúde, direcionadas à criança nos primeiros anos de vida, à criança em idade escolar, ao adolescente, à mulher, à gestante, ao adulto e ao idoso, através do desenvolvimento de projetos e atividades nas diversas áreas na lógica da integralidade da atenção à saúde, com apoio de uma rede regionalizada e hierarquizada de serviços, tendo como foco a atenção básica.

Por atenção básica, entende-se que são as Unidades ou Postos de Saúde. Devem estar o mais próximo possível da residência

do cidadão, atuando para promover a saúde, desenvolver ações e programas preventivos e oferecer serviços assistenciais, respeitando a integralidade das necessidades da população. Essas Unidades têm capacidade para resolver mais de 80% dos problemas de saúde, além de garantir a continuidade do atendimento nos demais níveis de complexidade (ambulatórios, clínicas e hospitais), quando necessário.

Vale lembrar que se pretende atender também aquelas populações de maior vulnerabilidade, quais sejam, as indígenas e prisionais, dentre outras.

Destaca-se, entre as políticas desenvolvidas, que permeiam todos os ciclos de vida, a Saúde Mental e as DST/AIDS.

A Estratégia de Saúde da Família, eixo central para o fortalecimento da Atenção Básica, trabalha com Equipes de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal, Equipes Municipais de Saúde Indígena e Equipes de Saúde Prisional, além do Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

As ações de saúde são de responsabilidade direta do gestor municipal, ficando a SES com as atribuições de co-financiar, garantir a equidade na oferta de serviços, promover cooperação técnica, orientar a organização dos serviços com a incorporação de novos cenários epidemiológicos, além de promover a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos.

3.2.7. Focalizar o atendimento integral de saúde nos primeiros anos de vida e na terceira idade

O Governo do Estado priorizará os dois extremos da pirâmide etária da população no atendimento integral de saúde. De um lado, as pessoas que estão nos primeiros anos de vida com o objetivo de reduzir a padrões internacionais os índices de mortalidade infantil e propiciar o desenvolvimento saudável da população gaúcha. De outro lado, será também foco da atenção da estrutura de saúde do Estado, a população idosa, tendo em vista a evolução da expectativa de vida e a existência de doenças crônico-degenerativas como principais causas de mortes no Rio Grande do Sul.



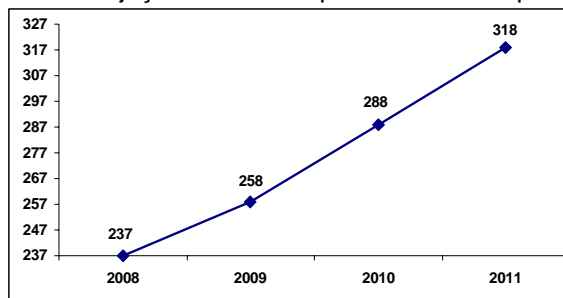
A atenção integral à saúde passa, necessariamente, pela atenção à criança e ao idoso. Promover ações desde a gestação até os primeiros anos de vida é fundamental para reduzir a mortalidade infantil e prevenir problemas de saúde da criança. Esse enfoque, portanto, é prioridade de Governo, cujo objetivo é reduzir o coeficiente de mortalidade infantil, qualificando as ações de saúde, especialmente as de prevenção e promoção destinadas a esta faixa etária.

Além dos ganhos oriundos da prevenção, é preciso também que as políticas públicas enfatizem questões relacionadas às habilidades voltadas para a inteligência humana e habilidades socioemocionais como fatores determinantes do sucesso socioeconômico e da redução dos índices de desigualdade social para maior qualificação do ser humano e promoção de melhor qualidade de vida.

Nesse sentido, a política voltada para Primeira Infância revela o compromisso do Governo do Estado com o período mais importante para o desenvolvimento infantil. Nos primeiros anos de vida, a criança tem o maior potencial para adquirir conhecimento e desenvolver habilidades, pois suas estruturas anatômicas, fisiológicas e psicológicas estão em pleno processo de formação e maturação, delineando aspectos da personalidade do indivíduo.

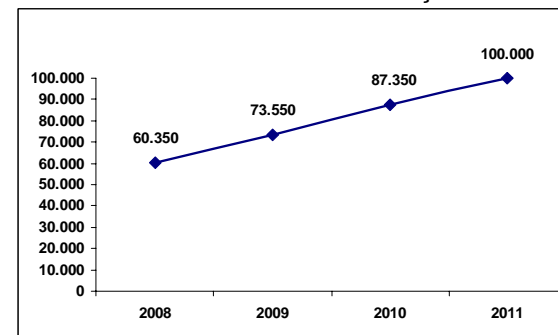
O Programa Primeira Infância Melhor (PIM) está projetado para orientar diretamente 100 mil famílias nos próximos anos, através de 4 mil visitantes, em 64% dos municípios gaúchos.

Gráfico 1 - Projeção dos municípios com PIM implantados



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde

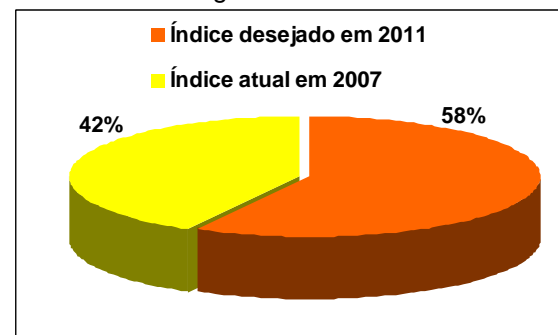
Gráfico 2 - Famílias atendidas e crianças beneficiadas



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde

Pretende-se, nesse período, ampliar os índices dos ganhos de desenvolvimento infantil, de 42% em 2007 para 58% em 2011, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Índice de ganhos de desenvolvimento infantil



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde

A evolução da expectativa de vida e a necessidade de prestar assistência à população idosa fazem com que o Governo defina políticas públicas destinadas a esta faixa etária. Destaca-se a importância de garantir o acesso aos serviços de saúde através da construção de Rede de Serviços, promovendo qualidade e dignidade à vida da população da terceira idade.



3.2.8. Ampliar a capacidade e a regionalização da prestação de serviços de saúde especializada

O Governo do Estado dará prioridade à descentralização do tratamento de média e alta complexidade, fortalecendo os hospitais integrantes dos Pólos Regionais, o que tornará a política de saúde mais eficiente e possibilitará o fim das filas no atendimento. O elevado número de pacientes oriundos de municípios do interior e que buscam atendimento nos hospitais da capital é um problema histórico.

Complementarmente, deverá assegurar e otimizar o suprimento de medicamentos básicos de forma gratuita, reduzindo consideravelmente o retorno recorrente dos pacientes aos centros de atendimento.

A regionalização é uma diretriz do Sistema Único de Saúde e o Governo do Estado a tratará como prioridade, com descentralização da gestão para os municípios, conforme estipula a Lei Orgânica da Saúde, e do atendimento ambulatorial e hospitalar, fortalecendo as Unidades Ambulatoriais e Hospitalares integrantes dos Pólos Regionais.

Essa evolução se dará através de processos de negociação e pactuação com os gestores municipais, nas Comissões Intergestoras, criadas em todas as Regionais do Estado. Implantará juntamente com os municípios, Centrais de Regulação Assistenciais para garantir o acesso equitativo, resolutivo e de qualidade aos usuários do sistema a consultas, exames e internações hospitalares de referência, cuja complexidade e contingente populacional extrapole o do município.

A regionalização garantirá a integralidade da atenção à saúde, ampliando o conceito da assistência para as ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, com garantia de acesso a todos os níveis de complexidade do Sistema, racionalizando os gastos e otimizando recursos, possibilitando ganhos em escala nas ações e serviços de saúde de abrangência regional.

Com o fortalecimento das regiões de saúde será possível alcançar a conformação das redes regionalizadas e hierarquizadas que garantirão a assistência de média e alta complexidade, bem como a assistência complementar, a assistência farmacêutica, a urgência e

emergência entre áreas de responsabilidade compartilhada entre os gestores do SUS.

3.2.9. Estimular a conexão de novos domicílios à rede de esgotamento sanitário e ampliar as estações de tratamento

Na área de saneamento, o vetor prioritário da ação do Governo, visando à saúde pública e à conservação ambiental, será o estímulo à conexão de novos domicílios à rede de esgotamento sanitário existente e à ampliação das estações de tratamento, gerando maiores índices de despoluição na devolução da água ao meio ambiente e aumentando o retorno dos investimentos já realizados.

No Rio Grande do Sul, podemos considerar, aproximadamente, 3,04 milhões de domicílios em 2000. Destes, 80,6% eram atendidos com água potável e 27% por redes públicas de esgoto, sendo que deste total, 73,4% apresentavam tratamento final (CENSO 2000). Pela Constituição Brasileira, a responsabilidade pelos serviços de saneamento é dividida entre a União, Estados e Municípios. Embora as melhorias no saneamento básico sejam atribuições comuns a todas as esferas, sua concretização exige esforços e articulação do Estado através de apoio técnico e financeiro.

Desta forma, o Programa Gaúcho de Saneamento tem por objetivo apoiar os municípios do Estado no sentido de que seja atingida a universalização dos serviços através da implementação da Política Estadual de Saneamento, racionalizando as propostas de intervenção bem como maximizando a aplicação dos recursos. As demandas da sociedade e as ações já realizadas no âmbito do saneamento deverão estar inseridas no Sistema de Informações em Saneamento (SIGS –) instrumento em fase final de consolidação e fundamental para organizar as propostas a serem elencadas para esta área.

O Programa Gaúcho de Saneamento propõe diversas ações convergentes no âmbito da Política Estadual de Saneamento, promovendo o esforço conjunto entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Saneamento, universidades e os diversos municípios do Rio Grande do Sul, com apoio da FAMURS, com o intuito de regulamentar o setor através da



ação conjunta e coordenada da gestão ambiental, dos recursos hídricos e do saneamento, evidenciando a necessidade de que sejam propostas políticas regionais para a gestão das nossas bacias hidrográficas. Neste sentido, serão aplicados R\$ 4,3 milhões no período 2008-2011.

Deverão ser implantadas, junto aos municípios, 8 oficinas para elaboração de projetos de saneamento e elaborados para o mesmo período 6 planos de saneamento de bacias, como por exemplo, os Planos de Saneamento das Bacias Hidrográficas dos rios Gravataí, Taquari-Antas e Uruguai. Estas ações convergem no objetivo de qualificar as políticas de gestão do meio ambiente, que envolvem tanto saneamento quanto recursos hídricos.

A parceria com as Prefeituras Municipais continuará sendo implementada através da proposta de Perfuração de Poços e Redes de Abastecimento de Água, prevendo a implantação de 1.280 sistemas de abastecimento de água para consumo humano, com a perfuração ou o aproveitamento de poços artesianos profundos como fonte de abastecimento. Estão sendo previstos investimentos na ordem de R\$ 29 milhões para os próximos quatro anos, com reflexos diretos na redução da mortalidade infantil e na incidência de doenças de veiculação hídrica.

No que diz respeito ao abastecimento de água, cuja situação encontra-se muito próxima da universalização dos serviços, as ações para ampliação, implantação e execução de melhorias diversas nos sistemas operacionais serão coordenadas pela Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano - em parceria com os municípios - ou através da atuação direta da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), elevando a qualidade ambiental e dos recursos hídricos disponíveis.

A Corsan irá investir mais de R\$ 679 milhões em recursos próprios nos sistemas a ela concedidos, sendo R\$ 316 milhões para ampliação, implantação e melhorias operacionais nos sistemas de abastecimento de água, atendendo mais de 2 milhões de economias; R\$ 190 milhões em obras de expansão, manutenção e melhorias do sistema de esgotamento sanitário existentes. No que diz respeito à modernização da gestão e apoio técnico para formulação e execução

das ações do setor de saneamento, a Corsan deverá investir R\$ 172 milhões.

O lançamento de esgotos domésticos é apontado como uma das principais causas do comprometimento da qualidade da água e da saúde da população.

As execuções de novas redes coletoras e estações de tratamento de esgotos sanitários (ETEs) serão priorizadas através da atuação direta ou participação da Corsan, em obras de implantação e ampliação dos sistemas de tratamento de esgotos em grandes aglomerados urbanos, como é o caso das bacias dos rios dos Sinos e do Gravataí, cujos investimentos estimados em mais de R\$ 285 milhões em parceria com o governo federal. Os projetos elaborados foram encaminhados ao Governo Federal e encontram-se em fase de análise para fins de inclusão no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promovido pelo Governo Federal.

Estas ações nas bacias dos Sinos e do Gravataí, que representam a conjugação de esforços coordenados pelo Governo do Estado, irão atender à demanda da sociedade por soluções satisfatórias que equacionem o problema de mais de 2,5 milhões de pessoas, oferecendo melhores condições de saúde e de qualidade de vida para esta considerável parcela da população gaúcha.

Na maioria dos municípios das bacias dos Sinos e do Gravataí a situação dos esgotos sanitários é considerada crítica. A mortandade de peixes registrada em outubro de 2006 no Rio dos Sinos evidenciou a urgência dos investimentos na área de saneamento e gestão ambiental.

No âmbito da consolidação das políticas de gestão ambiental, saneamento e recursos hídricos, a gestão dos resíduos sólidos apresenta-se como de fundamental importância para a preservação da qualidade do meio ambiente, buscando a implantação do Sistema Estadual de Resíduos Sólidos, através do diagnóstico da realidade existente nos 496 municípios do Estado e implantação de soluções alternativas sustentáveis em parceria com a população usuária, setores produtivos e prefeituras municipais, prevendo a aplicação de mais de R\$ 30 milhões.



O Programa Gaúcho de Saneamento prevê intervenções regionalizadas de coleta e destino final dos resíduos sólidos, propostas através de uma Política Estadual de Resíduos Sólidos definida, que permita a elaboração dos diversos Planos Diretores Regionais para manejo de resíduos sólidos. Dentre as ações previstas, pode ser destacada a revisão do Plano Diretor de Resíduos Sólidos para a Região Metropolitana de Porto Alegre, com recursos da ordem de R\$ 5 milhões.

Os "lixões" continuam sendo o destino da maior parte dos resíduos produzidos no Brasil, com graves prejuízos ao meio ambiente, à saúde e à qualidade de vida da população. Mesmo nas cidades que implantaram aterros sanitários, o rápido esgotamento de sua vida útil mantém evidente o problema do destino dos resíduos sólidos. A situação exige soluções para a destinação final a fim de reduzir o seu volume. A coleta seletiva e a reciclagem são soluções indispensáveis, por permitir a redução do volume de lixo para a disposição final. Com isso alguns objetivos importantes são alcançados: a vida útil dos aterros sanitários é prolongada e o meio ambiente é menos contaminado. Além disso, o uso de matéria-prima reciclável diminui a exploração dos recursos naturais. Os maiores beneficiados por esse sistema são o meio ambiente e a saúde da população.

3.2.10. Promover condições básicas de habitabilidade em parceria com o Governo Federal, Municípios e organismos sociais

O Governo do Estado terá participação ativa na viabilização de projetos habitacionais, sobretudo se desenvolvidos em parceria com a União, os Municípios e organizações do terceiro setor, enfatizando:

- o incentivo ao sistema de cooperativas municipais para a construção de moradias para famílias de baixa renda;
- a promoção do acesso da população de menor renda aos programas de habitação de interesse social; e
- ações relacionadas à legalização da posse e à regularização fundiária.

O Governo do Estado, ao propor o Programa Integrado de Habitação e Desenvolvimento Social, procura enfrentar as desigualdades e a exclusão social garantindo às populações de menor renda – preferencialmente até três salários mínimos – o direito básico à moradia.

Para as famílias situadas abaixo da linha de pobreza e sem capacidade de pagamento, prevê-se subsídio total; para as demais, que possuem condições de suportar uma política de financiamento, subsídio parcial.

A Política de Habitação se insere no contexto de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe apenas à casa, mas incorpora o conceito de "habitabilidade", que significa o direito à legalização fundiária, à infra-estrutura, ao saneamento ambiental, à mobilidade e ao transporte coletivo, bem como aos equipamentos e serviços urbanos, buscando garantir o direito à cidade e à cidadania.

A Fundação João Pinheiro estima que exista um déficit habitacional de 309,3 mil moradias no Estado, sendo 260 mil em áreas urbanas. Apenas na região metropolitana de Porto Alegre o déficit é de 116 mil.

Para a integral viabilização das propostas habitacionais, o Governo do Estado prevê a disponibilização de assessoria técnica e termos de cooperação com municípios e universidades visando à integração de conhecimentos para a promoção de ações de regularização fundiária e reassentamento da população.

A meta prevista no PPA 2008-2011 é reduzir em torno de 15% o déficit de moradias. O investimento total deste projeto é de R\$ 710 milhões, através de execuções diretas e convênios com municípios, cooperativas, iniciativa privada e governo federal, sendo que o montante da participação do Estado deverá atingir R\$ 98 milhões.

O Programa de Habitação e Desenvolvimento Social prevê a execução de mais de 75 mil ações em habitação, no período de 2008-2011, sendo 27 mil ações em construção de novas moradias, 11 mil ações de melhorias em habitações existentes, mais de 6,8 mil lotes urbanizados produzidos e mais de 30 mil em legalizações fundiárias



com a implantação de serviços de infra-estrutura e equipamentos públicos. Os investimentos previstos somam mais de R\$ 650 milhões, considerando as parcerias do Estado com municípios, cooperativas habitacionais e governo federal.

Complementando as ações que integram o Programa de Habitação e Desenvolvimento Social, o Estado se propõe a incrementar a produção de unidades habitacionais e galpões comunitários para a população indígena, em parceria com órgãos estaduais, municipais e a sociedade civil bem como promover ações educativas de convívio social e de geração de renda, investindo R\$ 4,2 milhões.

As questões referentes à habitação remetem-se às necessárias ações de promoção e desenvolvimento regional e urbano. Neste âmbito, o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, propõe estudos de soluções alternativas e de execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana em áreas de interesse social, identificadas nos planos municipais de desenvolvimento ou através de projetos de integração regional.

A maioria da população do Rio Grande do Sul vive hoje em áreas urbanas. Seguindo uma tendência nacional, nas últimas décadas tem havido um processo continuado de migração das populações rurais para os centros urbanos. Tal realidade leva o nosso Governo a planejar o crescimento das áreas urbanas a fim de dotá-las de infra-estrutura capaz de oferecer boa qualidade de vida às populações, através de um sistema de planejamento e gestão competentes.

Para tanto serão formuladas diretrizes de desenvolvimento, visando fortalecer as relações regionais, implementar ações integradas, prever e aglutinar recursos institucionais e financeiros de diferentes órgãos públicos.

Dessa forma, no plano ora apresentado, o Governo do Estado pretende:

- realizar, em parceria com os municípios, ações integradas de infra-estrutura urbana, como a implementação do Projeto Linha Rápida – que irá facilitar a mobilidade, em transporte

coletivo na Região Metropolitana, bem como a recuperação de áreas urbanas degradadas, totalizando R\$ 63 milhões em investimentos no período 2008-2011;

- institucionalizar o processo de planejamento e gestão territorial e mobilidade urbana, em conjunto com as instâncias Federal, Regional e Municipal, fornecendo apoio técnico aos Comitês de Bacias, elaborando o Plano Integrado de Transportes Rodo-ferroviário e o de Transporte e Mobilidade Urbana. Através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, propor Sistemas de Planejamento e Gestão Municipais reestruturados e implantados bem como implementar o Sistema Metropolitano de Avaliação do Parcelamento do Solo;
- promover a qualificação de instrumentos para o planejamento e gestão, capacitando gestores e técnicos municipais para compartilhar e qualificar a gestão regional, simplificando as rotinas buscando um novo ordenamento territorial.

Em termos de transporte coletivo, a SEHADUR/Metroplan pretende realizar, em conjunto com prefeituras municipais, população usuária e empresas operadoras, racionalização e melhorias operacionais no sistema metropolitano de transporte através da implantação de bilhetagem eletrônica, da renovação da frota, da revisão da política tarifária e da permanente avaliação dos serviços prestados, no âmbito da região Metropolitana de Porto Alegre e Aglomerações Urbanas, investindo mais de R\$ 3,7 milhões.

3.2.11. Intensificar a prevenção à violência e à criminalidade

O Governo do Estado dará prioridade às ações preventivas segundo diretrizes emanadas da Câmara Setorial de Segurança e Prevenção da Violência com ênfase:

- na intensificação da articulação e da integração das ações de Governo relativas à segurança pública e à prevenção da violência; e



- no fortalecimento das parcerias com a União, Estados, Municípios, organismos internacionais, iniciativa privada e entidades do terceiro setor.

O Programa Estadual de Prevenção da Violência (PPV) integrará esforços articulados de sete secretarias (da Saúde, da Justiça e do Desenvolvimento Social, da Cultura, do Turismo, Esporte e Lazer, da Ciência e Tecnologia, da Segurança Pública e da Educação), bem como da sociedade civil organizada. Contribuirá para a redução dos índices de violência através da construção de uma rede social que identifique, integre, articule e promova programas e ações governamentais e não-governamentais de prevenção da violência por causas externas, com vistas à redução dos índices de violência no Rio Grande do Sul.

A Secretaria Estadual da Saúde fará o alinhamento estratégico entre os atores envolvidos no Programa. Realizará capacitações, seminários, congressos e espaços de reflexão sobre a temática. Articulará e operacionalizará a rede social para a criação dos comitês municipais do PPV. Realizará audiências públicas municipais para a implementação da rede, sensibilização e mobilização dos gestores municipais para adesão aos programas da Secretaria da Saúde que fazem parte da Rede Estadual de Prevenção da Violência (PIM, PSF, CAPS, CEVS Hospitais Sentinela).

A Secretaria da Educação, através do Projeto Escola Aberta, busca o envolvimento dos jovens em atividades esportivas, culturais, educacionais, de lazer, entre outras, contribuindo para a diminuição da violência.

As ações da Política de Segurança Pública terão como base as Diretrizes Estratégicas do Governo. Dentro deste contexto, foram estabelecidas, pela Secretaria da Segurança Pública (SSP), 23 “Medidas Prioritárias de Ações de Gestão da Segurança Pública”. Das medidas, destacam-se, como ações externas:

- o fortalecimento de convênios entre a União e o Estado;
- a reativação do Gabinete de Gestão Integrada, que fará a interface com o Sistema Único de Segurança;

- a divulgação dos resultados das ações através de 12 indicadores de Segurança Pública;
- o reaparelhamento policial e a capacitação dos Servidores;
- a gestão da Inteligência Integrada entre as Polícias; e
- o fortalecimento das ações das corregedorias de Polícia.

Os investimentos na área de segurança pública serão realizados em parceria com o Governo Federal. Dos 66 projetos apresentados pela Secretaria da Segurança Pública ao Governo Federal, 55 estão orientados no combate e prevenção à violência e na melhoria de qualificação e reaparelhamento operacional e demandam recursos na ordem de R\$ 219,4 milhões através do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Os outros 11 projetos se referem à melhorias para o sistema prisional referidos no item 3.2.13.

No combate e prevenção à violência, além de ações próprias, como o Projeto Bombeiro Mirim – que tem como propósito atender crianças em vulnerabilidade social – também participa de ações conjuntas com outras Secretarias de Estado.

3.2.12. Reduzir a criminalidade

Igual prioridade será dada à redução da criminalidade, com ênfase no fortalecimento do sistema de inteligência policial e na qualificação dos profissionais da segurança pública.

Frente ao crescente aumento nos índices de criminalidade, a sociedade gaúcha clama por um Estado mais seguro.

Para reverter a sensação de insegurança e de impunidade, o Governo do Estado priorizará ações visando à prevenção e a repressão à criminalidade, formulando as políticas de segurança pública, estabelecendo suas diretrizes, metas e prioridades, racionalizando recursos e otimizando resultados, com ênfase:

- no fortalecimento do sistema de inteligência policial;
- na qualificação dos profissionais da segurança pública;
- na redução dos desvios de conduta;



- na modernização por meio da tecnologia da informação;
- no reaparelhamento dos órgãos vinculados à Secretaria da Segurança Pública;
- na reestruturação de processos internos; e
- no controle gerencial de indicadores.

Registre-se que todas essas ações dar-se-ão em observância ao direito, à justiça, à qualidade de vida das comunidades e à cidadania, e, sobretudo, à defesa e à promoção dos direitos humanos.

Outra linha de ação buscará o fortalecimento das parcerias com a União, Estados, Municípios, organismos internacionais, iniciativa privada e entidades do terceiro setor.

Para uma ação efetiva de prevenção e repressão ao crime organizado e à violência, o Governo do Estado investirá na ampliação do Sistema de Inteligência Digital. Com a reinstalação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI/RS), segmento que faz a interface com o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), as ações de inteligência dos organismos estaduais, federais, municipais, dentre outros, contra o crime organizado, serão executadas de forma integrada e qualificada.

A qualificação dos profissionais da segurança pública será viabilizada por meio de capacitações, cursos e atividades correlatas de atualização de conhecimentos teóricos e práticos integrados, assim como pelo aprimoramento da política de saúde dos servidores.

A qualificação dos servidores será viabilizada por meio da construção de uma moderna Academia Integrada, objetivando selecionar, formar e especializar os profissionais da área de Segurança Pública, contendo linhas de tiro, alojamentos, refeitório, ginásio de esporte, biblioteca, auditório, salas de aula e administração.

A qualificação dos profissionais proporcionará, também, a prevenção e conseqüente redução dos desvios de conduta. De outro lado, será enfatizado o combate à corrupção, a ser enfrentada com o aumento da capacidade operacional das Corregedorias das Instituições vinculadas à Secretaria da Segurança Pública, além de se mudar a

abordagem da disciplina, que hoje é mantida abaixo da repressão e, nestes tempos, deve ser em cima da prevenção.

Para a modernização da tecnologia da informação, mostra-se imprescindível a informatização das Delegacias de Polícia e a continuidade na implementação do Sistema de Polícia Judiciária. Neste sentido, o Governo estará adquirindo equipamentos e acessórios de informática para os principais Órgãos de Polícia, possibilitando, assim, informatização de todos os seus cartórios e procedimentos. A comunicação é outro ponto fundamental para o sucesso do policiamento ostensivo, onde será investido em sistemas modernos de comunicação por rádio.

No que diz respeito ao reaparelhamento, destacam-se a renovação da frota de veículos para patrulhamento, investigação, transporte de presos e tropas, por meio da apresentação de projetos específicos. Na mesma linha, serão investidos recursos para aquisição de armamentos modernos e equipamentos de proteção individual.

Para a repressão à criminalidade, está em planejamento a criação e instalação de delegacias de polícia itinerantes, instaladas em microônibus, tendo como objetivo atender localidades onde não haja delegacia de polícia instalada e para o acompanhamento de grandes eventos.

Para fortalecimento da imagem da polícia, serão desenvolvidos projetos de reformas prediais, aquisição de mobiliário e de identificação visual em 41 delegacias de polícia.

3.2.13. Reformar o sistema prisional

O sistema prisional do Estado será profundamente revisto para evitar o convívio de detentos responsabilizados por crimes de diferentes graus e natureza e a ociosidade dos presidiários, o que propicia a formação de facções criminosas e favorece a criminalidade. Na reforma do sistema prisional serão enfatizadas:

- a segregação por natureza e gravidade do delito cometido (“aprisionamento por tipo de crime”); e



- a promoção de atividades laborais e educacionais para o detento para permitir que o sistema prisional exerça sua função de ressocialização do preso e preparo do mesmo para reingresso na sociedade.

O aprimoramento do tratamento penal, com ênfase na promoção de atividades laborais, deverá envolver 70% dos presos. Atividades educacionais serão desenvolvidas para 30% dos detentos.

O Programa de Administração e Aperfeiçoamento de Sistema Prisional estabelecerá os meios necessários para:

- construção, ampliação e reforma de estabelecimentos prisionais que irão gerar 10.200 vagas, reduzindo o atual déficit;
- aquisição de equipamentos de segurança e de vigilância;
- renovação e readequação da frota de veículos por meio da aquisição de viaturas para o transporte de presos e para serviços administrativos; e
- aquisição de equipamentos de informática, entre outros.

Os investimentos no sistema prisional, incluindo os recursos de parcerias com o Fundo Penitenciário Nacional –(Funpen), da ordem de R\$ 42,3 milhões, são distribuídos em 11 projetos.

3.2.14. Estimular a prática do esporte com foco nos jovens

O Governo do Estado estimulará a prática de esporte, dando maior ênfase ao desenvolvimento dos jovens, visando especialmente a redução da violência e a inclusão social.

A Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer, por meio da Fundação de Esporte e Lazer do RS (Fundergs), busca em seus projetos, estimular a prática esportiva, tendo como principais metas:

- desenvolver o esporte amador, incentivando as práticas esportivas de rendimento e a construção de equipamentos esportivos;
- investir em eventos esportivos que potencializem o turismo;

- formar, avaliar e capacitar recursos humanos, através do apoio a projetos destinados a formar alunos e professores na prática de diversas modalidades de esporte;
- desenvolver e apoiar tecnicamente as modalidades esportivas preparando os clubes para representar o RS em eventos nacionais e internacionais, razões que levam a Fundação a firmar parcerias com associações esportivas, federações e clubes; e
- firmar parcerias com federações esportivas e entidades comunitárias sem fins lucrativos, para o desenvolvimento do esporte amador, social e de rendimento .

3.2.15. Oferecer perspectivas promissoras de futuro à juventude gaúcha

O Governo do Estado orientará as políticas de educação, emprego, esporte e lazer para a juventude, visando sua inclusão no mercado de trabalho e ampliação de suas perspectivas de futuro.

As Políticas Públicas devem permitir ao jovem conhecer-se e incorporar-se como elemento ativo do desenvolvimento, garantindo-lhes acesso à cidadania. Nessa perspectiva, o Programa de Atenção à Juventude, como Política Pública de Juventude visa, inicialmente, a implantação e implementação de ações voltadas ao fortalecimento da auto-estima dos jovens gaúchos.

Entre as principais ações estão:

- estimular a criação de grupos de convivência para 1.000 jovens com suporte em atividades esportivas, culturais e de lazer;
- apoiar e estimular o empreendedorismo, a geração de renda e inserção no mercado de trabalho;
- executar as medidas socioeducativas para jovens em conflito com a lei;
- criar e desenvolver programas de apoio aos egressos do sistema socioeducativo;



- coordenar a criação e a organização, bem como supervisionar o desenvolvimento, em nível municipal, de programas para a execução das medidas de meio aberto aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional;
- implantar unidades para execução de medidas socioeducativas de internação nos municípios de Santa Cruz e Osório;
- instalar, em Porto Alegre, Centro de Referência de Atenção à Juventude; e
- estender ao âmbito estadual o Programa Pró-Jovem.

A Secretaria Estadual da Saúde, em conjunto com os municípios, prestará assistência à criança e ao adolescente com ações de promoção e proteção à saúde, diagnóstico e tratamento de doenças, em especial as de maior prevalência e as de sócio-reabilitação e com o atendimento especializado a crianças e adolescentes vítimas de abuso e violência sexual.

Dentre as ações voltadas para a juventude, a Secretaria da Educação irá reorganizar a modalidade de oferta de Educação de Jovens e Adultos presencial e manter a alfabetização de 9 mil jovens e adultos por meio do "Programa Alfabetiza Rio Grande". Também serão assegurados recursos para o aperfeiçoamento do "Programa Escola Aberta para a Cidadania" composto por 160 escolas.

3.2.16. Viabilizar o acesso da sociedade à cultura

O Governo do Estado implementará um novo modelo de gestão de políticas públicas para a cultura, voltado para o acesso de toda a sociedade aos bens culturais. Este novo modelo enfatizará a:

- implementação da ação cultural em todos os segmentos da sociedade de forma a promover a inclusão social e a geração de postos de trabalho e de renda;
- consolidação e aprimoramento do sistema estadual de financiamento e incentivo às atividades culturais e implementação do fundo de apoio à cultura;

- modernização de estruturas e equipamentos de forma a viabilizar o acesso da sociedade; e
- capacitação e formação de quadro técnico especializado para os setores culturais de forma a garantir a efetiva prestação de serviços culturais à comunidade.

O programa Inclusão Social Pela Ação Cultural colocará a cultura como um instrumento importante para a inclusão social. Tendo como seu objetivo implementar, de forma a promover a cidadania com inclusão social, contribuir para a prevenção da violência e criar possibilidades de geração de postos de trabalho e renda pessoal, atendendo como público-alvo a comunidade carente e população em geral.

Voltada à prevenção da violência, terá desenvolvimento de programas e ações culturais nos diversos municípios do RS, com ênfase especial às ações de prevenção à violência naqueles em que se tem comprovado a elevação dos índices de criminalidade.

Mediante projetos de descentralização cultural, serão desenvolvidas atividades, programas e ações culturais nos diversos municípios do Estado, nas áreas de artes cênicas, artes visuais, música, artesanato e folclore, acervo e patrimônio, literatura, cinema e vídeo. Estão sendo programadas 500 ações culturais.

Também haverá estímulo à educação cultural e à formação de público nas diferentes camadas sociais, voltadas ao desenvolvimento cultural e geração de renda, através da promoção de ações culturais geradoras de postos de ocupação e de renda pessoal e, ainda, mediante incentivo à criação de novos grupos artísticos em comunidades carentes.

A necessidade de conservação e manutenção dos bens móveis e imóveis do patrimônio histórico, artístico, paisagístico, ambiental e cultural do Estado é perfeitamente constatada e justifica plenamente a efetivação, como forma eficaz de preservação patrimonial, com o objetivo de promover a revitalização, conservação, manutenção e restauro do patrimônio histórico-artístico-cultural do Estado, bem como construir novos equipamentos culturais.



Também estão previstas no Plano Plurianual 2008-2011 ações voltadas à conservação do legado cultural que deverá cuidar da conservação do acervo bibliográfico, discográfico, museológico, museográfico, cenográfico, audiovisual, fotográfico, cinematográfico e cênico-cultural, assim como da conservação do patrimônio cultural que deverá cuidar do acervo móvel e imóvel das Instituições da Secretaria da Cultura (SEDAC) e prédios estaduais tombados.

A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - até hoje não possui uma sede própria, onerando o Estado com pagamentos de aluguéis para ensaios e apresentações. A construção de um Teatro novo, conforme as mais modernas tecnologias internacionais, deverá oferecer condições para a incorporação da administração e da escola de música e propiciará melhores condições de trabalho aos integrantes da Orquestra e mais conforto aos espectadores, estabelecendo novo marco arquitetônico, artístico e cultural na capital dos gaúchos. O custo estimado para construção da sede é da ordem de R\$ 24 milhões e poderá ser financiada pela iniciativa privada utilizando as leis de incentivos fiscais, principalmente a Lei Rouanet.

Serão promovidas apresentações artísticas e culturais da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) na Capital, no Interior e no País, para a divulgação do repertório sinfônico da orquestra ao público, através de apresentações. Será buscado assegurar a continuidade das programações artísticas e culturais da OSPA nas séries de concertos no seu próprio teatro, concertos para a juventude, concertos didáticos, concertos nas Igrejas e concertos no Interior do Estado.

O projeto do Multipalco Theatro São Pedro permitirá a ampliação física em 15.000 m², com a implantação de um teatro italiano, teatro oficina, concha acústica, sala para corpo de baile, salas de ensaios, sala para orquestra, restaurante, café e bar, lojas, praças e estacionamento com 220 vagas. As obras serão executadas mediante a captação de recursos privados.

No que se refere ao folclore e às tradições gaúchas, as ações visam à promoção de pesquisas, estudos e eventos, capacitação de recursos humanos, formação e manutenção de acervos e outras iniciativas voltadas à preservação e divulgação da cultura gaúcha e dos

valores que lhe são inerentes, especialmente no que concerne ao folclore, tradição, arte, história, civismo e sociologia.

A produção e manifestação de expressões artístico-culturais, bem como a promoção e difusão do resultado do fazer cultural rio-grandense receberão atenção especial. Com o objetivo de fomentar a produção, a integração e a expansão das atividades culturais nas áreas da música, cinema, folclore, literatura, artes cênicas e visuais e proporcionar o acesso à cultura e ao fazer cultural, serão incentivadas para a difusão e intercâmbio entre as regiões do Estado e as Unidades da Federação.

Diante do avanço tecnológico e da fragmentação da audiência pelo crescimento de alternativas, como TVs a cabo e Internet, tem-se a oportunidade para a reestruturação e qualificação do parque técnico da TVE-RS e Rádio FM Cultura. Isso permitirá aumentar a área de cobertura dos veículos da Fundação, qualificar os sinais transmitidos pelas duas emissoras e disponibilizar mais recursos técnicos para a execução dos seus programas, reforçando seus papéis junto à sociedade, de modo a ampliar a sua atuação como agentes integradores nos processos de desenvolvimento social do Estado, mais especificamente nas comunidades onde são captadas.

3.3. Finanças e gestão pública: um Estado a serviço do cidadão

O Governo assumiu em 2007 diante de um quadro de déficit orçamentário estrutural, que vem comprometendo a capacidade de investimentos públicos. Por outro lado, além do estrangulamento orçamentário, práticas burocráticas persistem no setor público estadual, comprometendo seus resultados, agilidade e padrões de qualidade. Desta forma, dois desafios fundamentais se impõem no eixo de Finanças e Gestão Pública: promover o ajuste fiscal, de forma a permitir o aumento dos investimentos; e reformar a gestão pública, ofertando um serviço público de qualidade à população gaúcha.

Uma Administração Pública com focos definidos, indicadores mensurados, servidores qualificados e que se utilize de modernas



práticas de gerenciamento, permitirá que sejam alcançados ganhos de efetividade e qualidade, concomitantemente ao esforço de modernização da gestão das receitas e racionalização das despesas. Para isto, são traçadas seis estratégias, que são a seguir expostas.

3.3.1. Modernizar a gestão da receita do Estado

Será realizado um esforço intensivo de modernização da estrutura arrecadadora do Estado em duas vertentes. De um lado, melhorando e agilizando seus procedimentos, por meio do uso de novas tecnologias, como a Nota Fiscal Eletrônica e, de outro, reavaliando as constantes anistias de débitos fiscais.

O objetivo das medidas, abaixo descritas é o de incentivar a competitividade e o crescimento econômico no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo preservar as condições para que esse crescimento resulte em aumento da arrecadação do ICMS. A estimativa é que a receita adicional seja de R\$ 500 milhões, dos quais R\$ 200 milhões virão da modernização da receita e R\$ 300 milhões de adequação tributária.

Modernização da Receita: Meta de R\$ 200 milhões

- Programa de Crescimento Incentivado (Cresce RS) - Vai estimular os setores econômicos com reduções de alíquotas setoriais, desde que haja a garantia de crescimento da arrecadação;
- ampliação da adoção da Nota Fiscal Eletrônica - O Rio Grande do Sul emite 60% das Notas Fiscais Eletrônicas no Brasil. A Secretaria da Fazenda está buscando ampliar o número de empresas cadastradas nesse sistema;
- ampliação da cobrança do diferencial de alíquota na Fronteira - Permitirá a cobrança de 5% do ICMS relativo ao diferencial de alíquota existente entre as aquisições interestaduais (tributadas a 12%) e as aquisições internas (tributadas a 17%);
- instituição da substituição tributária para novos produtos;

- Modernização da Gestão da Administração Tributária: Melhorar as condições da receita estadual com a intensificação da utilização das ferramentas e dos controles existentes sobre os contribuintes com vistas à redução da sonegação fiscal, ampliando a arrecadação potencial;
- aumento da fiscalização e das autuações: Há um esforço para ampliar o número de atuações e as ações de fiscalização, em especial com a utilização do conceito de "inteligência fiscal". Nos primeiros meses do ano de 2007, a Receita Estadual ampliou em 98% sua meta de autuações, atingindo R\$ 115 milhões, contra uma expectativa inicial de R\$ 58 milhões em autuações no período;
- para combater crimes contra a ordem tributária, também está sendo intensificada parceria com o Ministério Público;
- o governo também buscará recuperar parte da dívida ativa de cerca de R\$ 17 bilhões e intensificará as negociações com o Governo Federal.

Medidas de adequação tributária: Meta de R\$ 300 milhões

- negociação com setores da mudança nos critérios de transferência de saldo credor de exportação;
- equivalência da cobrança de ICMS para o consumo de energia elétrica residencial urbano de baixa renda e rural. Fica preservada a isenção para o produtor rural do consumo superior a 100Kw;
- reavaliação dos benefícios fiscais (isenções, créditos presumidos e reduções de base de cálculo) ao longo de 2007 para vigorar a partir de 2008, preservando a manutenção dos acordos já firmados.

3.3.2. Iniciar a reforma do sistema previdenciário estadual

Tendo em vista a redução do déficit público, será iniciada a reforma do sistema previdenciário estadual para propiciar a redução



progressiva das despesas com inativos como proporção da despesa total do Estado. Para isto, serão tomadas as seguintes medidas:

- contenção das reposições de vagas abertas por aposentadorias de servidores, com exceção da área de segurança, através do aumento da produtividade dos servidores e mecanismos de estímulo à permanência do servidor ativo;
- constituição do Fundo de Aposentadorias para os novos servidores, o que, embora não gere impacto imediato no Tesouro Estadual, é essencial para o financiamento futuro da previdência pública estadual.

Fundamental é a reestruturação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), que busca um estado de excelência, tendo como aspectos relevantes o posicionamento estratégico e a profissionalização da gestão para gerir as suas atividades fins: previdência e saúde. Dentro desse processo de reorganização, está incluída a valorização dos servidores do instituto, bem como a adoção de um programa de treinamento e implantação do Projeto Eficiência IPE-SAÚDE.

Este projeto tem a preocupação da eficiência dos valores desembolsados pelo IPERGS, já que o sistema de saúde tem suas receitas vinculadas à massa salarial dos servidores públicos do Estado, enquanto que a curva das despesas é movimentada pelas demandas dos beneficiários, pela evolução tecnológica da medicina e pelas variações de preço dos insumos médico-hospitalares.

A otimização das despesas anuais com a assistência médica permitirá a qualificação dos atendimentos, além de ajustes, se necessários, nos valores das tabelas de remuneração das coberturas do plano.

3.3.3. Racionalizar a despesa com esforço compartilhado entre todos os Poderes e reestruturar a dívida pública com a União

O trabalho de racionalização da despesa terá prioridade máxima e exigirá esforço compartilhado de todos os Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público.

O principal objetivo é o estabelecimento de processos que melhorem a qualidade do gasto. Ou seja, em vez de realizar os pagamentos, como tradicionalmente acontece no Estado, a Secretaria da Fazenda, através do seu Departamento da Despesa Pública, assume um papel mais estratégico, colaborando para a definição de políticas para a redução de custos. O aprimoramento dos sistemas de compras eletrônicas e a maior utilização da tecnologia de informação, por exemplo, devem contribuir nesse sentido.

Todos os órgãos do Poder Executivo Estadual deverão estabelecer, implementar, medir e comunicar metas e programas de melhoria da qualidade do gasto e de aumento da produtividade e eficiência nas suas atividades, visando racionalizar o custeio e otimizar os investimentos.

A adoção de medidas austeras de contenção ou redução das despesas do Estado deverá ser complementada com a busca de menores encargos mensais com a dívida pública, especialmente por meio de processo negociado de reestruturação com o governo federal.

Para garantir a efetivação do ajuste fiscal, a administração orçamentária será controlada pela Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira (JUNCOF). A programação orçamentária será revisada ao final de cada bimestre em função do efetivo ingresso de receita como dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A fixação das cotas dá continuidade à revisão da programação financeira, tendo como base os demonstrativos da receita e da despesa do primeiro bimestre de 2007, que atendeu de forma pioneira no Estado ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um dos principais avanços visando o ajuste fiscal foi a obtenção do aval condicionado da União para um empréstimo do



Estado junto ao Banco Mundial (BIRD) e fazer um programa de reestruturação da dívida pública. O RS está acima do limite de endividamento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, por isso, não pode assumir novas operações de crédito. O objetivo do programa é conseguir um financiamento internacional de pelo menos US\$ 500 milhões para refinar parte da dívida extralimite. Com esses recursos, será possível diminuir o desembolso mensal. Como contrapartida, o Estado teria de cumprir metas fiscais, tal como zerar o déficit estrutural e modernizar a gestão pública – esforços são prioridades para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

3.3.4. Implantar um modelo de gestão pública pautado em resultados

Será implantada uma nova postura de gestão, marcada pela administração orientada pela busca dos resultados almejados pelos cidadãos. Tal gestão será exercida com o monitoramento dos indicadores de resultados institucionais, finalísticos, e de metas de esforço em cada programa e/ou projeto estruturante, associado a um sistema de avaliação da gestão pública.

O Programa de Modernização da Gestão Pública prevê a ênfase nos resultados, a definição das estratégias de Governo de curto e de médio e longo prazo, promovendo o desdobramento dessas em metas e indicadores nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e o alinhamento ao modelo de gestão do Governo.

A partir desse alinhamento da gestão e, considerando as expectativas dos usuários e da população rio-grandense em relação aos serviços públicos, serão contratualizados os resultados esperados, firmando contratos de gestão, com ênfase nos projetos estruturantes. Estes contratos serão negociados entre o Estado e os Órgãos do Poder Executivo e terão reconhecidos os melhores resultados e as melhores práticas da gestão pública.

Concomitantemente, serão estimuladas e disseminadas as aplicações de governo eletrônico, especialmente aquelas que resultem em melhores serviços ao cidadão e redução de custos ao Estado.

Será praticado o “duplo planejamento”, que combina agendas de curto prazo e longo prazo. A primeira centrada no equilíbrio orçamentário e na reforma administrativa, estratégias implantadas e imprescindíveis a curto prazo; e outra que busca transformar a capacidade do Estado, com a construção de uma agenda de desenvolvimento de longo prazo, centrado em investimentos que aponte a construção do futuro almejado.

As Câmaras Setoriais, colegiados que agregam os Secretários de Estado, são instâncias decisórias da administração, instituídas para tratar de temas de interesse fundamentais à população e se destinam a discutir e estabelecer as políticas de governo.

Funcionam como fóruns de discussão, nos quais os secretários debatem, analisam e definem programas e ações integradas em torno dos mesmos objetivos. As câmaras constituem-se em um moderno instrumento de gestão pública, pois, reunindo organismos afins, conferem mais agilidade à solução de problemas, ampliam a transparência e o diálogo, bem como viabilizam a convergência de esforços.

3.3.5. Modernizar os serviços públicos

Um novo paradigma orientará e regulará a prestação de serviços pelo Estado que, de forma eficiente, com atuação regionalizada e dentro de seus limites e possibilidades financeiras, deverá assegurar a incorporação de inovações e a adequação dos serviços às demandas da sociedade gaúcha.

Avaliação da qualidade dos serviços através de pesquisas com usuários servirão de instrumento para orientar ações de melhoria no atendimento. O marco institucional que orienta e regula a prestação de serviços exclusivos e não exclusivos pelo Estado deverá ser revisto e atualizado, de forma a assegurar boas práticas já desenvolvidas e testadas com sucesso, como também regular e universalizar critérios de parceria entre Estado e entidades da sociedade civil na formação da rede de prestação de serviços não exclusivos do Estado.



Será considerada ainda a racionalização das estruturas regionalizadas de atuação do governo com vistas à melhoria da prestação de serviços à população.

A melhoria de processos-chave dos Órgãos da Administração também é uma prioridade da modernização da gestão, possibilitando a redução de custos, o foco nas expectativas dos usuários e a implementação das diretrizes de Governo. Além disso, torna-se um excelente instrumento de cunho gerencial e otimização da operação, gerando resultados auxiliares ao ajuste fiscal do Estado.

Além dessas práticas gerenciais, serão desenvolvidos projetos relacionados às Parcerias Público-Privadas, a co-gestão de serviços públicos em parceria com o Terceiro Setor, a implementação do conceito de Governo Eletrônico, aproximando o cidadão ao Estado, disponibilizando maior número de serviços à distância, e a integração e otimização dos serviços presenciais.

3.3.6. Implantar uma gestão de recursos humanos focada na qualificação do servidor

O Governo do Estado implementará, de forma progressiva, práticas de qualificação dos servidores e premiações pelo aumento da eficiência na prestação de serviços públicos nas suas diferentes áreas, tendo por base o desempenho institucional da unidade avaliada.

A Escola de Governo é prioridade no sistema de gestão de pessoas do Estado, que, incorporando práticas de “gestão por competências”, irá oferecer oportunidades de capacitação e educação continuada aos servidores e outros colaboradores do setor público estadual. Sempre com o objetivo de maior eficácia nas políticas públicas, será investido no desenvolvimento de conhecimentos específicos, habilidades gerenciais e reflexão sobre políticas públicas. A qualificação dos servidores, aliada à prática de gestão de desempenho institucional, cria condições para um futuro sistema de avaliação de desempenho centrado no trabalho em equipe e no desempenho institucional. Tais iniciativas possibilitarão o aprimoramento dos profissionais, a qualificação técnica dos processos de trabalho, a solução criativa e responsável para os variados problemas públicos.

3.4. Outras funções essenciais ao Estado: Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e as relações institucionais do Governo

O PPA 2008-2011 contempla os programas e ações dos Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público, que, junto com o Executivo, cumprem seus deveres constitucionais de Estado. O Estado do Rio Grande do Sul busca um relacionamento próximo e construtivo com os demais entes federados, União, Estados e Municípios, e também com suas entidades representativas. No âmbito das relações internacionais, busca a integração e a cooperação, bem como o acompanhamento das questões fronteiriças.

3.4.1. Poder Legislativo

São ações destacadas pela Assembléia Legislativa, no exercício pleno da democracia e permanente aproximação com a sociedade:

- Fórum Democrático: voltado ao desenvolvimento regional, tem como objetivos fortalecer a cidadania; qualificar a democracia; adequar a democracia direta com a representativa, por intermédio da participação da comunidade nos diferentes momentos do processo legislativo;
- Ouvidoria Parlamentar: meio de comunicação entre o cidadão e o Poder Legislativo, proporciona à sociedade a responsabilidade de co-atuar junto a seus representantes. Incentivadora do exercício de cidadania;
- Escola do Legislativo: espaço da Assembléia Legislativa voltado à qualificação dos servidores e ao aperfeiçoamento da Instituição, à experiência vivencial do processo legislativo pelos estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior e ao debate com lideranças políticas e comunitárias.



O Tribunal de Contas do Estado, por sua vez, através da fiscalização financeira e orçamentária externa, busca qualificar a gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, em conformidade com os princípios constitucionais, tendo em vista a plena satisfação do interesse público. Suas diretrizes estratégicas, metas e prioridades são:

- realizar processos de Tomada de Contas, Pareceres de Prestação de Contas, Auditorias, com qualidade e agilidade;
- implementar ações para realização de auditoria social;
- realizar auditorias operacionais;
- dar continuidade ao controle de custos e avaliação de resultados dos programas, nos termos da LC 101/2000;
- melhorar a gestão de carreiras dos servidores do Tribunal de Contas;
- dar continuidade ao sistema de gestão pela qualidade, visando manter a certificação na norma internacional de garantia da qualidade "ISO 9001:2000";
- ampliar e aprimorar o uso de tecnologia da informação;
- expandir e atualizar serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas, inclusive sua estrutura regional;
- aperfeiçoar quadro técnico e administrativo do Tribunal de Contas, administrações estaduais e municipais.

3.4.2. Poder Judiciário

No âmbito do Poder Judiciário, estão previstos programas e ações que buscam a modernização, reestruturação e conseqüente agilização na prestação de serviços jurisdicionais, que se caracterizam como exigências decorrentes da crescente demanda da sociedade na busca de soluções para seus conflitos.

Como prioridades, destacam-se a agilização da Justiça de 1º Grau, com a ampliação das atividades dos Juizados Especiais, assim como a ampliação da informatização do Poder Judiciário, melhorias em

suas instalações físicas e adequação de quadros da magistratura e auxiliares à demanda jurisdicional das comarcas.

3.4.3. Ministério Público

O Ministério Público está dedicado à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo como prioridade atender com eficácia às demandas pertinentes.

Para o cumprimento de suas funções legais e constitucionais, o Ministério Público busca prover recursos humanos, materiais e instalações adequados à demanda.

São prioridades:

- dar seguimento às atividades de combate aos crimes contra a Administração Pública, defesa do meio-ambiente, patrimônio cultural e direitos do consumidor;
- facilitar o acesso da sociedade a todas as suas áreas de atuação e ampliar espaços de interlocução com bases comunitárias;
- ampliar parcerias com os conselhos municipais e estaduais, universidades, escolas e organizações sociais;
- promover o aprimoramento técnico, profissional e cultural dos membros e servidores do Ministério Público;
- preservar a memória da Instituição, por meio do Memorial do Ministério Público;
- dar continuidade ao Plano de Informatização, estabelecendo a cultura da informação digital e uso racional dos meios.



3.5. Programas Transversais: políticas públicas para segmentos sociais em vulnerabilidade

As políticas públicas, voltadas a segmentos sociais específicos em situação de vulnerabilidade, serão realizadas por meio de ações em diferentes Secretarias de Estado, porém integradas na busca de objetivos maiores que estas próprias estruturas funcionais. Serão tratadas em cadernos de políticas transversais específicas, que, após publicados, passam a fazer parte do Plano Plurianual 2008-2011.

Os programas transversais buscam focalizar as ações voltadas para o atendimento de necessidades de segmentos específicos, de forma integrada. Visam o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igual, envolvendo iniciativas em todas as secretarias.

As atividades ou ações serão realizadas sob uma ótica multissetorial abrangendo questões altamente relevantes como é o caso do apoio à juventude e igualdade de gênero nos seus mais amplos e diferentes aspectos.

3.5.1. Juventude

O foco na juventude é um marco na visão de futuro do plano de Governo e deverá pautar um leque de ações e enfoques multissetoriais que, entre outras, abrangem questões relacionadas ao desenvolvimento do jovem no que diz respeito à:

- saúde, desde o período gestacional, na primeira infância e adolescência;
- educação, incluída a pré-escola, alfabetização, transporte e merenda escolar;
- segurança social e alimentar;
- inclusão social através de programas de incentivo à prática de esportes, inserção ao mercado de trabalho, cursos de formação e capacitação adequados à realidade sócio-econômica e vocação regional;
- estímulos ao empreendedorismo e à vinculação do jovem em suas regiões geoeconômicas e culturais;

- direitos humanos.

É importante destacar que a adoção dessas políticas abrangentes representará a criação de ambiente propício e oportunidades diferenciadas para a juventude gaúcha, habilitando-a a obter meios para exercer sua cidadania numa forma mais plena e equânime.

3.5.2. Igualdade de gêneros

A despeito dos avanços das últimas décadas, estamos longe da efetiva igualdade de gêneros. As mulheres ainda ganham, por um mesmo trabalho, apenas 70% do que o homem ganha, além de sofrerem mais com o desemprego. O preconceito, muitas vezes, as impede de avançar na carreira, mesmo havendo conquistado o mérito do crescimento.

Com a finalidade de atuar nos programas de governo, visando à promoção dos direitos da mulher para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, foi instituída pelo Decreto nº 44.987, de 02 de abril de 2007, a Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM), vinculada ao Gabinete da Governadora.

A CEM tem como principal atividade realizar a interface com os demais órgãos do Estado, fazendo um recorte transversal de gênero nos programas de Governo, a fim de buscar políticas públicas para as mulheres, realizar programas, capacitação e eventos, dando visibilidade a toda e qualquer discriminação sofrida pelas mulheres, sempre envolvendo os movimentos organizados, ONGs e entidades envolvidas nesta questão.

A Coordenadoria Estadual atuará na implementação das políticas públicas de gênero, buscando a integração e unicidade das ações governamentais, estimulando uma mudança de cultura nos órgãos públicos que prestam atendimento às mulheres, reconhecendo as situações discriminatórias e elaborando políticas que combatam a discriminação e promovam a cidadania feminina.



Integrando as Casas de Governo, a CEM pretende viabilizar o atendimento às demandas regionais relativas à questão da mulher, facilitando os encaminhamentos necessários.

Com o estabelecimento do Programa Estadual de Combate e Prevenção à Violência, foram criadas condições objetivas para a implementação de ações contra a violência doméstica, potencializando a Rede de Apoio e Atendimento à mulher vítima, já existente.

A abordagem na questão da violência contra a mulher se dará em três aspectos:

- formação e sensibilização, buscando a formação e a capacitação dos servidores que atendem às mulheres nas escolas, postos de saúde, delegacias, postos policiais e centros regionais de trabalho e renda;
- informação, através de campanhas em conjunto com a sociedade civil organizada para que as mulheres tenham acesso às informações sobre seus direitos;
- prevenção e proteção, em conjunto com as Coordenadorias Municipais da Mulher nos municípios integrantes do Programa Estadual de Combate e Prevenção à Violência - inicialmente Novo Hamburgo, Alvorada, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul e Pelotas - priorizando as demandas femininas com a finalidade de prevenir a violência doméstica.



4 O PLANO PLURIANUAL – APERFEIÇOAMENTO E REGIONALIZAÇÃO

4.1. Aperfeiçoamentos Introduzidos no PPA 2008-2011

O Plano Plurianual 2008-2011 apresenta diversos níveis de aperfeiçoamentos que, de forma positiva e determinante, caracterizam-se como significativos avanços na forma de gestão do Estado. A partir dos três eixos do Governo, e, de forma transparente e alinhada às orientações estratégicas do Governo, o PPA apresenta os programas e ações do Poder Público Estadual.

A consolidação da base estratégica para o PPA 2008-2011 considerou diversos fatores que compõem o atual cenário político-econômico e social do Rio Grande do Sul. Podemos elencar os seguintes condicionantes para sua elaboração:

Políticos - o Plano de Governo elaborado pela atual administração do Estado, bem como o Pacto pelo Rio Grande, firmado entre a sociedade e os poderes da administração pública;

Estudos e Planos de Desenvolvimento foram considerados os mais relevantes elaborados até o momento, quais sejam: o “Rumos 2015”; e a “Agenda Estratégica 2020”, onde foi privilegiada a regionalização dos programas e ações propostos no Plano em articulação com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento – (Coredes).

Financeiros: o realismo da atual fase restritiva das finanças e da economia do Estado são fatores determinantes para as escolhas que deverão ser implementadas na busca de consistência dos cenários econômico e fiscal.

A análise destes cenários propostos permitiu que fosse elaborada a estratégia de Governo, fundamentada em uma visão de futuro, que resultou no estabelecimento de objetivos validados nas instâncias das esferas administrativas do Governo.

O PPA 2008-2011 pretende se constituir em elemento central para implantação do novo modelo de gestão, organizando todas as ações do Governo em um número menor de programas, nos quais são declarados os resultados para os quais os esforços do Governo devem se voltar, otimizando as condições de gerenciamento e estimulando a intersetorialidade na resolução de problemas.

O aperfeiçoamento dos indicadores de resultado dos programas, e dos instrumentos de monitoramento e avaliação, bem como a identificação dos recursos necessários - inclusive parcerias com a União, empreendedores da iniciativa privada ou terceiro setor -, demonstra claramente o aprofundamento dos processos de gestão deste PPA 2008-2011.

4.2. Regionalização do PPA e Participação da Sociedade

Para efeito da elaboração do Plano Plurianual 2008-2011, a regionalização das ações está definida por três escalas de abrangência: estadual, pelas 9 regiões funcionais identificadas no Rumos 2015 e pelos 26 Coredes. A organização destes níveis escalares tem como referência a divisão regional dos Coredes, correspondendo as Regiões Funcionais de Planejamento, definidas no estudo Rumos 2015, a agregações dos mesmos.

A participação dos Coredes no processo de elaboração do PPA se dará em dois momentos: na elaboração do Projeto de Lei que será enviado à Assembléia Legislativa e através dos Fóruns Regionais de Planejamento.

Em um primeiro momento, os Coredes realizaram uma avaliação do PPA 2004-2007, em cada Conselho Regional. Os resultados foram debatidos em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Gestão. As contribuições resultantes, organizadas através de objetivos, metas e ações, foram encaminhadas à Secretaria, que repassou aos demais Órgãos de Governo para avaliação, incorporação e ajustes, em face às restrições fiscais.

Em um segundo momento, a sinalização inicial da regionalização será confirmada e detalhada com a elaboração dos Cadernos de Regionalização, em conjunto com os órgãos do Governo



e com a participação dos Conselhos Regionais, através da realização de Fóruns Regionais. Os Cadernos serão estruturados por Região Funcional de Planejamento e seu conteúdo dará conta da abrangência territorial dos programas e/ou ações, devendo ser apresentados e debatidos com os COREDEs integrantes de cada Região Funcional.

Deve-se ressaltar que o Plano Plurianual espelha a política estadual e, portanto, as contribuições elaboradas pelas regiões, além de considerar as especificidades de cada região, devem estar articuladas com base estratégica construída para o Estado como um todo.

Na presente conjuntura, aonde se aponta como princípio o ajuste das contas públicas e a reversão de déficits orçamentários persistentes, a escolha das ações estratégicas se impõe com muito mais exigência e intensidade para o Governo do Rio Grande do Sul.

Em face disso a presente proposta de Plano Plurianual para o período de 2008-2011, ora submetida à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado, foi elaborada a partir de bases realistas, que, entretanto, possibilitam ao Estado, a partir do resultado das medidas de coragem e responsabilidade adotadas ao longo deste ano, apontar para uma clara visão de futuro e determinação de fazer pelo Rio Grande e para os gaúchos.

A proposta de Plano Plurianual 2008-2011 está baseada na busca de superação de grandes desafios.

Busca-se, também, que os resultados possam ser acompanhados pela coletividade e seja estabelecido um diálogo aberto, franco e permanente, pois sem o conhecimento das ações governamentais, e, sobretudo, de seus objetivos e metas, por parte da sociedade e sem o seu apoio, quase nada poderá ser feito com sucesso.

Por isso o Governo se propõe a ser transparente e mobilizador e vem apresentar com clareza e racionalidade à população quais as ações que impulsionarão o Rio Grande do Sul e lhe permitirão enfrentar e reverter a difícil e persistente situação que hoje atravessa.

Esse conjunto de ações propicia uma estratégia coerente com os desafios atuais e consistente com as potencialidades do Estado, além de ponderar suas limitações. O PPA 2008-2011 contém as iniciativas que receberão atenção especial de todos os gestores públicos estaduais e que devem produzir resultados que se somam, sinergicamente, para apontar o desenvolvimento e começar a construir o futuro desejado.

O Plano Plurianual estará sendo apresentado conforme os três eixos formulados no Plano de Governo Rio Grande Afirmativo e busca contemplar 32 estratégias identificadas no Planejamento Estratégico que foi discutido e validado por toda a equipe de Governo. Para cada uma das estratégias, são indicados os principais programas, ações e os projetos ou atividades que serão implementados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE LEI

PLANO PLURIANUAL

2008 – 2011



PROJETO DE LEI

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual - PPA, para o período 2008-2011, conforme o disposto no artigo 149, parágrafos 1º e 2º, da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº. 10.336, de 28 de dezembro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº. 11.180, de 25 de junho de 1998, no que não contrariar as normas estabelecidas pela União.

Art. 2º As diretrizes estratégicas da administração pública estadual, direta ou indireta, orientadoras do planejamento plurianual para o período 2008-2011, constituem-se nos seguintes eixos:

I. “Desenvolvimento econômico sustentável: mais e melhores empregos para os gaúchos”

II. “Desenvolvimento social: mais qualidade de vida para todos”

III. “Finanças e gestão pública: um Estado a serviço do cidadão”

Art. 3º O conteúdo do Plano Plurianual 2008-2011 encontra-se explicitado no anexo desta Lei, no qual são apresentados os programas e ações.

Art. 4º Os programas, no âmbito da Administração Pública Estadual, como instrumentos de organização das ações de Governo, ficam restritos àqueles integrantes do Plano Plurianual.

Art. 5º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I. programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução ou à atenuação de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II. programa finalístico, aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade e destina-se à solução ou atenuação de problemas da sociedade ou, ainda, ao aproveitamento de oportunidades;

III. programa de gestão das políticas públicas, aquele que abrange ações relacionadas à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas;

IV. programa de serviços ao estado, aquele cujo público-alvo é o próprio Estado;

V. programa de política de crédito, o programa destinado a expressar as operações das instituições de crédito do Estado, caracterizado por não comportar programação de dispêndio e por conter metas quantificadas pelo volume de crédito concedido;

VI. programa de apoio administrativo, aquele que engloba ações de natureza administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos demais programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação àqueles programas;

VII. ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para o alcance dos objetivos do programa;



VIII. produto, bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;

IX. meta, quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

Art. 6º A programação constante do PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro do Estado, das suas autarquias, fundações e empresas estatais, das operações de crédito internas e externas, dos convênios com a União, e, subsidiariamente, poderá apontar recursos de parcerias com municípios e com a iniciativa privada.

Parágrafo Único Os valores financeiros previstos nesta Lei são referenciais e não se constituem limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais que dela advirão.

Art. 7º As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2008-2011 se constituem referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Art. 8º Mediante lei específica, o PPA poderá ser alterado, para criação ou exclusão de programas, bem como para alteração de seus atributos, tendo em vista adequá-lo a novas circunstâncias.

§ 1º As leis de diretrizes orçamentárias, ao estabelecer as prioridades para o exercício seguinte, poderão promover ajustes no PPA, como a inclusão, alteração ou exclusão de programas, desde que esses ajustes guardem consonância com as diretrizes estratégicas previstas no art. 2º desta Lei e com o cenário de financiamento do Plano, mantendo-se os ajustes efetuados nos exercícios subseqüentes.

§ 2º A inclusão, alteração ou exclusão de ações em programas constantes do PPA, inclusive seus atributos, poderão ser efetuadas por

decreto do Poder Executivo, quando compatíveis com os objetivos dos programas existentes e na hipótese de manutenção do cenário de financiamento do Plano.

§ 3º As alterações do PPA previstas no § 2º deste artigo somente poderão ser realizadas mediante o remanejamento dos recursos programados nos respectivos programas, respeitadas as fontes e as categorias econômicas.

§ 4º As alterações do PPA resultantes da mudança do cenário de financiamento do Plano deverão ser objeto de projeto de lei específico a ser encaminhado à Assembléia Legislativa, juntamente com a devida fundamentação.

§ 5º Os projetos de leis orçamentárias poderão conter programação compatível com os projetos de leis de alterações do Plano Plurianual 2008-2011 encaminhados à Assembléia Legislativa, nos termos do Art. 9º.

Art.9º O Poder Executivo revisará anualmente o Plano Plurianual, e poderá, conseqüentemente, encaminhar à Assembléia Legislativa, até 15 de agosto, projeto de lei de revisão geral do PPA.

Art. 10 Os órgãos responsáveis pelos programas e ações indicarão os servidores que se responsabilizarão pela execução e pelo fornecimento de informações necessárias ao acompanhamento e à execução do Plano.

Art. 11 O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base nas informações de execução financeira e de realização das metas anuais de cada ação.

Art. 12 A avaliação dos programas do PPA será realizada com base no desempenho dos indicadores, no que couber, e das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.



§ 1º Anualmente, o Poder Executivo enviará à Assembléia Legislativa do Estado, concomitantemente com o envio do projeto de lei das diretrizes orçamentárias, relatório de avaliação dos programas e ações do PPA, o qual conterá as informações relativas aos indicadores, quando couber, às metas físicas e à execução orçamentária.

§ 2º Os responsáveis pela execução dos programas, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário deverão registrar, na forma determinada pela Secretaria do Planejamento e Gestão, as informações referentes aos indicadores dos programas, no que couber, e à execução física das ações.

Art. 13 O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Gestão, divulgará por meio eletrônico, num prazo de até 60 dias após a aprovação desta Lei, bem como após cada alteração no Plano Plurianual, documento consolidando o PPA com suas atualizações.

Art. 14 O Poder Executivo procederá, num prazo de até 60 dias após a aprovação desta Lei, à programação da regionalização do PPA, mediante a especificação das metas físicas das ações, quando couber.

§ 1º A regionalização referida no caput deste artigo terá como produto final os “Cadernos de Regionalização”, elaborados por Região Funcional de Planejamento e que, depois de publicados, integrarão o Plano Plurianual 2008-2011.

§ 2º Entende-se por Região Funcional de Planejamento o agrupamento de regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, estabelecido com base no Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o Estado do Rio Grande do Sul – Rumos 2015.

Art. 15 É facultado ao Poder Executivo, após a publicação desta Lei, elaborar e publicar cadernos de políticas transversais, que integrarão o PPA, depois de publicados, os quais conterão a

consolidação das políticas públicas dirigidas a diferentes segmentos sociais em situação de vulnerabilidade, de forma a garantir seus direitos de cidadania.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 Revogam-se as disposições em contrário



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO – PROGRAMAS E AÇÕES

**PLANO PLURIANUAL
2008 – 2011**



**Desenvolvimento Econômico Sustentável:
mais e melhores empregos para os gaúchos**

PROGRAMA: AEROPORTOS DO RIO GRANDE DO SUL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
 OBJETIVO: ADEQUAR AS ESTRUTURAS FÍSICAS E GERENCIAIS DO SISTEMA AEROPORTUÁRIO ESTADUAL, MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DE VÔO E DE UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DOS AEROPORTOS. OPERAR E MANTER AS AERONAVES DE PROPRIEDADE DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	11.395.014	11.476.481	22.871.495	Capacidade de transporte aéreo de passageiros e de carga	%	30	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS	Em andamento	SEINFRA	Executar projetos e obras de implantação de pista de pouso e decolagem, taxi-way, pátios de aeronaves, de cargas e de aviação agrícola, estacionamento de veículos, urbanização, parques de abastecimento de aeronaves e obras de segurança de sítios aeroportuários.	10.630.797	Aeroporto implantado	Unidade (aeroporto)	1
INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO AO VÔO E SEGURANÇA AEROPORTUÁRIA	Em andamento	SEINFRA	Aquisição e instalação de sistemas de proteção ao vôo e auxílio à navegação aérea para operação noturna visual e/ou por instrumentos; de equipamentos de inspeção de usuários, bagagens e veículos para garantir a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita e de equipamentos contra incêndio.	1.387.698	Aeroporto com equipamento de combate a incêndio instalado	Unidade (aeroporto)	5
					Aeroporto com equipamento de inspeção de pessoas, bagagens e veículos instalado	Unidade (aeroporto)	8
					Aeroporto com sistema de auxílio à navegação aérea para operações visual noturna e/ou por instrumentos instalado	Unidade (aeroporto)	10
MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS AEROPORTOS DO ESTADO	Em andamento	SEINFRA	Contratação de projetos e/ou consultoria e execução de obras de construção civil e reformas nos prédios, hangares e terminais, objetivando a ampliação da infra-estrutura aeroportuária para o aumento da capacidade de transporte de cargas e de passageiros.	4.903.000	Projeto, consultoria e obra de construção civil e reforma de prédio, hangar e terminal realizado	Unidade (aeroporto)	14
					Serviço de manutenção e de guarda e segurança realizado	Unidade (aeroporto)	9
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AERONAVES DO ESTADO	Em andamento	SEINFRA	Operar, manter e guardar as aeronaves de propriedade do Estado.	5.950.000	Aeronave operada, mantida e guardada	Aeronave	3

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CARVÃO MINERAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
 OBJETIVO: ATENDER O MERCADO CONSUMIDOR DE CARVÃO MINERAL, EM ESPECIAL O ABASTECIMENTO DAS USINAS TERMELÉTRICAS, OPERANDO, MANTENDO E AMPLIANDO SUAS INSTALAÇÕES, DE MODO A GARANTIR A PRODUÇÃO COM A QUANTIDADE, QUALIDADE E REGULARIDADE REQUERIDAS EM CONDIÇÕES AMBIENT

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	380.101.500	192.870.000	572.971.500	Quantidade de carvão produzida	Toneladas/ano	2.059.865	4.945.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA MINA DE CANDIOTA	Em andamento	CRM	Ampliar a capacidade instalada de produção das atuais 2.400.000 t/ano para 5.000.000 t/ano de carvão run-of-mine visando atender, também, a Fase C da Usina Termelétrica Presidente Médici da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).	45.000.000	Projeto implantado	Percentual (realização física)	100
IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE SÃO VICENTE NORTE NA MINA DO LEÃO	Nova	CRM	Implantar uma nova área de mineração, denominada São Vicente Norte, na Mina do Leão, visando atender o atual mercado de carvão CE 4.200, carvão de abastecimento da UTSJ/CGTEE, e produzir carvão CE 5.500 para atendimento do mercado industrial e termelétrico do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.	2.370.000	Área de mineração implantada	Área de mineração	1
IMPLANTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO NA MINA DO IRUÍ	Nova	CRM	Implantar um aterro sanitário em antiga cava de mineração da Mina do Iruí, Município de Cachoeira do Sul, visando atender o recolhimento de resíduos sólidos urbanos gerados por uma população de 200.000 habitantes, por um período estimado em 30 anos. Além disto, o processo operacional do aterro sanitário propiciará a recuperação ambiental das áreas mineradas no passado.	1.500.000	Aterro sanitário implantado	Aterro	1
IMPLANTAÇÃO DE PÁTIO DE ESTOCAGEM OPERACIONAL NA MINA DE CANDIOTA	Nova	CRM	Implantar um pátio de estocagem de carvão com capacidade de armazenagem e manuseio de 460.000 toneladas de carvão, visando garantir o abastecimento contínuo da Usina Termelétrica Presidente Médici (UPME) Fases A + B + C, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).	54.000.000	Pátio de estocagem implantado	Percentual (realização física)	100
IMPLANTAÇÃO DE USINA DE BENEFICIAMENTO NA MINA DE CANDIOTA	Nova	CRM	Implantar uma usina de beneficiamento para o carvão run-of-mine da Mina de Candiota, com capacidade de alimentação de 800 t/hora, visando produzir um carvão com poder calorífico de 3.500 kcal/kg e reduzir em 40% o seu teor de enxofre. Este processo de beneficiamento objetiva contribuir para que os padrões de emissão acordados entre o IBAMA e a CGTEE no processo de licenciamento ambiental da UPME Fase C sejam atendidos.	90.000.000	Usina de beneficiamento implantada	Percentual (realização física)	100
PRODUÇÃO DE CARVÃO CE 3.300 NA MINA DE CANDIOTA	Em andamento	CRM	Produção de carvão mineral com poder calorífico de 3.300 Kcal/kg, na Mina de Candiota, para abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici (UPME) da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), Fases A + B, até a entrada em operação da Fase C, prevista para janeiro de 2010.	76.029.500	Carvão CE 3.300 - Carvão mineral britado, produzido na Mina de Candiota, com poder calorífico de 3.300 kcal/kg	Tonelada por ano (t/ano)	1.650.000
PRODUÇÃO DE CARVÃO CE 3.500 NA MINA DE CANDIOTA	Nova	CRM	Produção de carvão mineral com poder calorífico de 3.500 Kcal/kg, na Mina de Candiota, para abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici (UPME) da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), Fases A + B + C, a partir da entrada em operação comercial da Fase C, prevista para janeiro de 2010.	259.600.000	Carvão CE 3.500 - Carvão mineral beneficiado, produzido na Mina de Candiota, com poder calorífico de 3.500 kcal/kg e redução de 40% no teor de enxofre	Tonelada por ano (t/ano)	4.000.000

PRODUÇÃO DE CARVÃO CE 4.200 NA MINA DO LEÃO	Em andamento	CRM	Produção de carvão mineral com poder calorífico de 4.200 Kcal/kg, na Mina do Leão, para abastecimento da Usina Termelétrica São Jerônimo (UTSJ) da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).	27.092.000	Carvão CE 4.200 - Carvão mineral beneficiado, produzido na Mina do Leão, com poder calorífico de 4.200 kcal/kg	Tonelada por ano (t/ano)	78.000
PRODUÇÃO DE CARVÃO CE 5.500 NA MINA DO LEÃO	Nova	CRM	Produção de carvão mineral com poder calorífico de 5.500 Kcal/kg, na Mina do Leão, área de São Vicente Norte, para atender o mercado industrial e termelétrico do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em função do maior raio econômico deste produto.	17.380.000	Carvão CE 5.500 - Carvão mineral beneficiado, produzido na Mina do Leão, com poder calorífico de 5.500 kcal/kg	Tonelada por ano (t/ano)	60.000

PROGRAMA: ARTICULAÇÃO E APOIO AOS SETORES PRODUTIVOS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
OBJETIVO: AGREGAR COMPETITIVIDADE À ECONOMIA GAÚCHA, PROMOVENDO A DIVERSIFICAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO ESTADO, APOIAR A INOVAÇÃO DE SETORES PRODUTIVOS TRADICIONAIS E A ESTRUTURAÇÃO DE SETORES PORTADORES DE FUTURO, APOIAR O DESENVOLVIMENTO

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	5.746.955	1.004.000	6.750.955	Apoio à implantação de novos projetos nos Distritos Industriais de propriedade do Estado	Novo projeto apoiado	14	20
				Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	Arranjo produtivo apoiado	7	9
				Apoio aos municípios na implantação de área industrial	Município	6	6
				Desenvolvimento de projetos setoriais e/ou estratégicos	Setor produtivo apoiado	1	5
				Promoção do Estado e fomento à implantação de novos investimentos	Projeto aprovado	108	120

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO A INICIATIVAS MUNICIPAIS	Em andamento	SEDAI	Assessoramento aos municípios na escolha da área e na elaboração do plano diretor. Repasse de recursos para apoiar a implantação de infra-estrutura na área industrial, com contrapartida do município de 20% do custo total.	201.216	Município apoiado	Município	24
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SETORIAIS E/OU ESTRATÉGICOS	Em andamento	SEDAI	Desenvolvimento de projetos de apoio aos setores produtivos, como o têxtil/confeccões, e estratégicos, como a cadeia produtiva de base florestal, energias renováveis e alta tecnologia, entre outros.	2.740.000	Setor produtivo apoiado	Setor produtivo	5
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS)	Em andamento	SEDAI	Articulação de empresas e instituições públicas e privadas, incentivando a cooperação entre os agentes e o aprendizado com vistas à inovação, de forma a consolidar e dinamizar os APLs de Conservas, Coureiro-Calçadista, Gemas e Jóias, Máquinas e Implementos Agrícolas/Pré-Colheita, Colheita e Pós-Colheita, Metal Mecânico/Automotivo, Moveleiro, Vitivinícola, bem como os arranjos produtivos de Base Florestal e Bioenergia, entre outros.	1.676.000	Demanda priorizada pelos agentes locais nos APLs apoiados atendida	Demanda atendida	36
ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO COM OS SETORES PRODUTIVOS	Em andamento	CEAF	Articulação e integração permanente com os setores produtivos visando, a partir das políticas governamentais de desenvolvimento, consolidar e operacionalizar instrumentos e ações que darão suporte ao conjunto de atividades de fomento e crédito, priorizando investimentos nos setores tradicionais, reestruturação de economias regionais, estruturação de setores portadores de futuro, energia para investidores (RS Energia) e administração de fundos estaduais.	707.111	Fundo estadual administrado Projeto implantado na área de energia para investidores Projeto implantado na área de estruturação de setores de futuro Projeto implantado para modernização de setores tradicionais Projeto implantado para reestruturação de economias regionais	Unidade Unidade Unidade Unidade Unidade	8 12 8 8 8
ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	Em andamento	SEDAI	Atração e apoio à diversificação e desconcentração regional dos investimentos, promovendo a complementação das cadeias produtivas e a atração de investimentos estratégicos para a economia gaúcha, mediante instrumentos como o FUNDOPEM/RS e FUNDOPEM-INTEGRAR/RS, entre outros.	204.000	Novo projeto de investimentos contemplado com incentivos do FUNDOPEM/RS e FUNDOPEM-INTEGRAR/RS	Projeto aprovado	120
IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS	Em andamento	SEDAI	Implantação, administração, manutenção e comercialização dos Distritos Industriais de propriedade do Estado.	1.222.628	Novo projeto nos Distritos Industriais de propriedade do Estado aprovado	Projeto aprovado	80

PROGRAMA: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
OBJETIVO: CATALISAR A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS MEDIANTE CONHECIMENTOS QUE NORTEIEM BENEFÍCIOS SOCIAIS EM SEU COTIDIANO. EMPREENDER A EDUCAÇÃO, O APOIO E A DIVULGAÇÃO DE TECNOLOGIAS QUE POSSIBILITEM OBTER MAIOR PRODUÇÃO A PARTIR DOS RECURSOS

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	390.266.860	0	390.266.860	Número de famílias beneficiadas pela assistência técnica e extensão rural	Família	246.646	271.311
				Taxa de famílias do segmento da agricultura familiar atendidas pela assistência técnica e extensão rural	Percentual	62	70

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	Em andamento	SEAPA	Processo de intervenção socioeducativa baseado em metodologias de comunicação e ações compartilhadas mediante as quais busca-se a construção dos conhecimentos, com o objetivo de alcançar-se um desenvolvimento rural sustentável pautado pela equidade.	390.266.860	Família de agricultor familiar beneficiada	Família	271.311
					Família de assentado atendida	Família	6.230
					Família de indígena atendida	Família	3.540
					Família de pescador atendida	Família	5.360
					Família de quilombola atendida	Família	1.550

PROGRAMA: ASSUNTOS INTERNACIONAIS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
 OBJETIVO: QUALIFICAR AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO GOVERNO DO ESTADO E ESTIMULAR O COMÉRCIO INTERNACIONAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	3.262.800	0	3.262.800	Qualificação da inserção internacional das empresas gaúchas	Empresa qualificada	906	1.657
				Relacionamento com o Exterior	Ação realizada	73	80

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AGENDA DA NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	Em andamento	CEAF	Participar na articulação institucional de ações para elaboração da Agenda de Negócios Internacionais, congregando os diversos atores públicos e privados envolvidos, como SEDAI, FIERGS, SEBRAE, entre outros.	542.800	Newsletter para venda das oportunidades e potencialidades de negócios do RS produzida	Unidade	93.300
					Site de oportunidades de negócios implantado	Nº de acessos pela internet	120.500
FOMENTO AO COMÉRCIO INTERNACIONAL	Em andamento	SEDAI	Qualificação para a inserção de empresas gaúchas no comércio internacional através do apoio à participação em feiras comerciais e eventos similares no Brasil e no Exterior; disponibilização de serviço de atendimento ao público (Sala do Exportador) com assessoria nas questões do comércio exterior e oferta de oportunidade de negócios, entre outros.	2.520.000	Acesso ao Portal Sala do Exportador	Acesso	84.233
					Atendimento realizado pela Sala do Exportador	Atendimento	3.620
					Empresa apoiada na participação em feiras comerciais internacionais	Empresa	400
					Empresa cadastrada no sistema Redes de Negócios	Empresa	2.041
					Oportunidade de negócios oferecida pelo sistema Redes de Negócios	Oportunidade	10.335
FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	Em andamento	SEDAI	Envio e recebimento de missões governamentais e empresariais; definição e gerenciamento das políticas de intercâmbio com os Estados-Irmãos; divulgação e orientação, às instituições do Estado, de ofertas e demandas de cooperação técnica internacional; interação com o corpo diplomático; acompanhamento das questões fronteiriças, nas esferas estadual e federal, entre outros.	200.000	Ação de integração e cooperação internacional realizada	Ação	160
					Missão internacional enviada e recebida	Missão	175

PROGRAMA: CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
 OBJETIVO: MANTER E CONSERVAR AS RODOVIAS ADMINISTRADAS PELO ESTADO, GARANTINDO NÍVEIS DE QUALIDADE CONDIZENTES COM AS MELHORES PRÁTICAS DO SETOR, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DOS NÍVEIS DE SEGURANÇA E REDUZINDO OS CUSTOS COM A RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	502.121.837	0	502.121.837	Taxa de crescimento da malha rodoviária conservada	Percentual	1,58	24
				Taxa de crescimento da malha rodoviária conservada não pavimentada	Percentual	1	4
				Taxa de crescimento da malha rodoviária conservada pavimentada	Percentual	3	12
				Taxa de crescimento da malha rodoviária conservada restaurada	Percentual	2	8

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ABRANGIDAS PELOS PEDÁGIOS ADMINISTRADOS PELO DAER	Em andamento	DAER	Conservar e manter as rodovias com pedágio administrado pelo DAER: ERS-135, trecho entr. ERS-324 (Passo Fundo) - entr. BRS 153 (Erechim), extensão de 78 km; ERS-239, trecho entr. BRS-116 (Novo Hamburgo) - Riozinho (fim da extensão urbana), extensão de 74 km; ERS-122/240, trecho entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - entr. ERS-446 (São Vendelino), extensão de 40 km e entr. ERS-287/470 (Montenegro)-entr. BRS-116 Vila Scharlau, extensão de 34 km.	48.000.000	Rodovia conservada e mantida	km	880
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	Em andamento	DAER	A conservação e manutenção das rodovias estaduais pavimentadas ou não pavimentadas pertencentes à malha estadual e de suas faixas de domínio é feita periódica e sistematicamente, envolvendo serviços de forma direta (realizados pelo DAER) e indireta (através de contratos com empresas, convênios firmados com outros órgãos de governo e interfaces com outras Secretarias de Estado), compreendendo: conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada (manual ou mecânica), terraplenagem, sinalização horizontal e vertical, drenagem, obras-de-arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, bem como manutenção e melhoramentos de trevos e travessias urbanas.	448.280.837	Extensão de rodovia conservada Rodovia conservada mediante convênio	km km	31.591 153
PLANEJAMENTO, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	Em andamento	DAER	Planejamento, estudos, desenvolvimento tecnológico visando dar suporte à conservação, à manutenção e à restauração da malha rodoviária pavimentada e não pavimentada.	5.841.000	Extensão de rodovia avaliada tecnologicamente	km	10.620

PROGRAMA: CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
 OBJETIVO: EXPANDIR A MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL PAVIMENTADA, INTEGRANDO E REDUZINDO A DISTÂNCIA ENTRE OS VÁRIOS NÚCLEOS POPULACIONAIS E PROPICIANDO MELHORES CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS, PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	0	4.364.147.444	4.364.147.444	Taxa de crescimento da malha rodoviária construída	Percentual	3	12

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DE RODOVIAS	Em andamento	DAER	Executar obras destinadas a ampliar a capacidade dos eixos rodoviários através de duplicação das rodovias arteriais existentes e implantação das 3ª e 4ª faixas, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando as suas condições de mobilidade. Compreende a execução de todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras-de-arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares e fiscalização ou supervisão de obras.	2.348.315.245	Extensão de rodovia ampliada	km	737
CONSTRUÇÃO DE ACESSOS MUNICIPAIS COM INTEGRAÇÃO À MALHA RODOVIÁRIA	Em andamento	DAER	A construção de acessos municipais consiste em aumentar a extensão da rede rodoviária existente, beneficiando mais comunidades e, conseqüentemente, mais usuários. Envolve todos os serviços referentes à construção: terraplenagem, pavimentação, obras complementares, desapropriações de terras, custos referentes ao meio ambiente e serviços de fiscalização de empreiteiras.	933.406.681	Extensão de acesso construído Município ligado à malha rodoviária	km Município	1.250 200
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	Em andamento	DAER	A construção de rodovias, seja de forma direta ou através de contratação de empresas, consiste na execução de todos os serviços destinados a expandir a extensão do sistema rodoviário estadual, incluindo a "Rota do Litoral", visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, beneficiando o maior número de comunidades. Compreende a construção e a restauração de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras-de-arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares e fiscalização.	969.084.518	Extensão de rodovia construída	km	687
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS ABRANGIDAS PELOS PEDÁGIOS ADMINISTRADOS PELO DAER	Em andamento	DAER	Construção e restauração das rodovias abrangidas pelo Decreto de criação dos pedágios comunitários mediante o aporte de recursos financeiros arrecadados para aplicação nas rodovias e acessos principais aos municípios limieiros: ERS-135 - trecho entr. ERS-324 (Passo Fundo) - entr. BRS-153 (Erechim), extensão de 78 km; ERS-239 - trecho entr. BRS-116 (Novo Hamburgo) - Riozinho (fim da extensão urbana), extensão de 74 km; ERS-122/240, trechos entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - entr. ERS-446 (São Vendelino), extensão 40 km e entr. ERS-287/470 (Montenegro) - entr. BRS-116 (Vila Scharlau), extensão de 34km.	107.500.000	Extensão de rodovia construída	km	215
PLANEJAMENTO, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	Em andamento	DAER	Planejamento, estudos e desenvolvimento tecnológico (por administração direta, conveniada ou contratada) visando dar suporte à construção da malha rodoviária pavimentada e não pavimentada.	5.841.000	Extensão de rodovia avaliada tecnologicamente	km	10.620

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
 OBJETIVO: VIABILIZAR E OPERACIONALIZAR OS ASSENTAMENTOS, REASSENTAMENTOS, INDENIZAÇÕES, CRÉDITO FUNDIÁRIO, EFETIVANDO AS TITULAÇÕES E CONTRIBUINDO COM A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	12.300.000	29.775	12.329.775	Taxa de agricultores beneficiados pelo crédito fundiário	Percentual	64	80
				Taxa de agricultores indenizados	Percentual	15	25
				Taxa de agricultores reassentados	Percentual	11,6	25
				Taxa de atendimento de assentamentos e reassentamentos pelo serviço de extensão rural	Percentual	50,7	60
				Titulação	Título	0	480

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
VIABILIZAÇÃO DO ACESSO À TERRA	Em andamento	SEAPA	Indenizar e reassentar agricultores desalojados, bem como proporcionar acesso ao crédito fundiário.	2.029.775	Família beneficiada pelo crédito fundiário	Família	16.000
					Família reassentada e/ou indenizada	Família	4
					Titulação	Título	480
VIABILIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS ASSENTAMENTOS E REASSENTAMENTOS	Em andamento	SEAPA	Promover o acesso de agricultores assentados e reassentados aos meios de produção, permitindo-lhes progresso social e econômico.	10.300.000	Agricultor assentado e reassentado capacitado	Agricultor	4.000
					Projeto agropecuário implantado nos assentamentos e reassentamentos	Projeto	120

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
 OBJETIVO: COMBATER A POBREZA, A DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DIMINUIR O ÊXODO RURAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, MELHORANDO SUA CAPACIDADE PRODUTIVA, RENDA E A SUA QUALIDADE DE VIDA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	108.032.748	66.744.848	174.777.596	Comunidade indígena e quilombola atendida	Comunidade	99	148
				Poço tubular perfurado, com água, no meio rural	Poço/ano	178	300
				Produção anual dos produtores participantes da ação de desenvolvimento da piscicultura e pesca	Tonelada	19.800	21.780
				Produção da avicultura	Cabeça	636.184.385	690.000.000
				Produção da suinocultura	Cabeça	6.018.494	8.480.288
				Produção de culturas frutícolas	Tonelada	2.283.310	2.500.000
				Produção de feijão	Tonelada/ano	75.004	150.000
				Produção de mandioca	Tonelada/ano	1.130.000	1.800.000
				Produção de mel	Tonelada/ano	7.200	11.000
				Produção de uva	Tonelada/ano	644.000	826.500
				Produtividade bovina no extrato da pecuária familiar	Kg/ha/ano	45	150
				Produtividade do maquinário agrícola	Hora/ano	300	500
				Produtividade leiteira	Litros/vaca/dia	4,87	8
				Taxa de atendimentos do Departamento de Comandos Mecanizados	Percentual	30	50
				Taxa de estabelecimentos familiares cobertos pelo seguro agrícola do Estado do Rio Grande do Sul	Percentual	6,3	10
				Taxa de sementes híbridas utilizadas no troca-troca	Percentual	50	60

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR	Em andamento	SEAPA	Desenvolver atividades que permitam progressos econômicos e sociais da Agricultura Familiar, tais como: diversificação das explorações, desenvolvimento de pesquisas, incorporação de tecnologias, visando principalmente o aumento da produtividade e redução de custos e estímulo à agroindustrialização, objetivando uma maior agregação de valor aos produtos.	92.637.596	Agricultor familiar capacitado Agroindustrialização Cadastro da agroindústria familiar Estrada rural melhorada ou conservada Mecanização associativa rural	Agricultor Família atendida Agroindústria km Associações de máquinas no RS	200.000 3.500 3.200 5.700 16
RS-RURAL	Em andamento	SEAPA	Projetos integrados de desenvolvimento sustentável que propiciam geração de renda, manejo dos recursos naturais e infra-estrutura social básica, para comunidades indígenas e quilombolas e agricultores familiares, bem como a capacitação de técnicos e beneficiários.	16.400.000	Poço tubular comunitário perfurado Beneficiário e técnico capacitado ou treinado Família beneficiada por projetos de manejo e conservação dos recursos naturais, geração de renda e infra-estrutura social Projeto executado para agricultores familiares Projeto executado para indígenas e quilombolas	Poço Pessoa Família Projeto Projeto	1.050 5.100 5.100 130 75
SEGURO AGRÍCOLA	Em andamento	SEAPA	Proteger os agricultores contra os riscos de perdas e frustrações em suas atividades agropecuárias, em casos de ocorrência de fenômenos naturais adversos.	20.000.000	Agricultor segurado	Agricultor	25.071
TROCA-TROCA DE SEMENTES	Em andamento	SEAPA	Distribuição de sementes e insumos para suprir a dificuldade que têm os pequenos produtores rurais de acesso a sementes de boa qualidade.	45.740.000	Quantidade de sementes distribuídas	Tonelada	11.000

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
 OBJETIVO: FOMENTAR O AGRONEGÓCIO PELA PROMOÇÃO SETORIAL E DE CADEIAS PRODUTIVAS, E PELA QUALIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	171.136.472	106.890.019	278.026.491	Agroindústria de produtos de origem animal sob inspeção estadual	Estabelecimento	2.500	2.700
				Área plantada de florestas no Estado do Rio Grande do Sul	ha	500.000	700.000
				Consumo aparente de produtos lácteos no Rio Grande do Sul	Litro/habitante/ano	196	215
				Incremento da arrecadação de ICMS sobre a carne no Rio Grande do Sul	R\$/ano	64.361.378	70.000.000
				População pecuária no Rio Grande do Sul	Cabeça	14.000.000	18.000.000
				Produção da lavoura de trigo do Rio Grande do Sul	Tonelada/ano	817.097	2.500.000
				Produção de biodiesel no Rio Grande do Sul	Tonelada/ano	0	240.000
				Produção de etanol no Rio Grande do Sul	Tonelada/ano	7.000	50.000
				Produção de leite sob inspeção no Rio Grande do Sul	Bilhão de litros/ano	2,15	2,8
				Produtividade da lavoura de arroz do Rio Grande do Sul	Tonelada/ha	6,6	7
				Produtividade da lavoura de cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul	Tonelada/ha	30	80
				Produtividade da lavoura de canola no Rio Grande do Sul	Tonelada/ha	1,2	2
				Produtividade da lavoura de girassol no Rio Grande do Sul	Tonelada/ha	1,3	2,2
				Produtividade da lavoura de milho no Rio Grande do Sul	Tonelada/ha	3	4,8
				Produtividade da lavoura de soja no Rio Grande do Sul	Tonelada/ha	2,4	3,6
				Taxa de bovinos, bubalinos e ovinos abatidos sob inspeção estadual	Percentual	90	90
				Taxa de cobertura vacinal dos rebanhos	Percentual	90	90
				Vacas ordenhadas no Rio Grande do Sul	Vaca	1.200.000	1.600.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ARROZ RS	Em andamento	IRGA	Desenvolvimento de cultivares de arroz com alto potencial produtivo, difusão de tecnologias de manejo da cultura, acompanhamento de mercado, realização de estudos socioeconômicos, apoio à comercialização, treinamento, capacitação de técnicos, assistência técnica e extensão rural.	84.470.497	Assistência técnica prestada à lavoura de arroz	Atendimento	2.000
					Experimento científico realizado	Unidade	860
					Material técnico publicado	Material impresso	126.000
					Merendeira escolar capacitada para o uso do arroz e seus derivados	Pessoa	600
					Nova cultivar de arroz lançada	Unidade	3
					Palestra e encontro técnico realizado	Evento	1.150
					Produtor e trabalhador rural capacitado e treinado	Pessoa	6.000
					Produtor participante em Dias de Campo e Roteiros Técnicos	Pessoa	13.500
					Semente básica de arroz produzida	Saco 40kg	89.500
					Semente certificada de arroz produzida e comercializada	Saco 40kg	1.000.000
					Técnico capacitado e treinado	Pessoa	400

DEFESA AGROPECUÁRIA	Em andamento	SEAPA	Manter e promover a saúde animal e vegetal, de forma a garantir a sanidade e genuinidade e a inocuidade dos produtos agropecuários, visando manter a competitividade e o livre acesso aos mercados nacional e internacional, com ganhos adicionais de preço e renda.	146.598.126	Produto vegetal analisado	Produto	2.000					
					Barreira para controle e fiscalização realizada	Dia de barreira	4.000					
					Bovino vacinado	Percentual	90					
					Estabelecimento comercial fiscalizado	Estabelecimento	2.500					
					Evento agropecuário inspecionado	Evento	500					
					Guia de trânsito emitida	Guia	800.000					
					Indústria e unidade de beneficiamento fiscalizada	Estabelecimento	2.500					
					Produto de origem animal analisado	Produto	1.000					
					Produto de origem animal inspecionado	Abate fiscalizado	1.000.000					
					Propriedade fiscalizada no tocante a produtos de origem animal	Propriedade	350.000					
					Propriedade fiscalizada no tocante a produtos de origem vegetal	Propriedade	1.000					
					FOMENTO AO AGRONEGÓCIO	Em andamento	SEAPA	Desenvolver o agronegócio gaúcho em todos os seus segmentos, visando sempre a produção sustentável e agregadora de desenvolvimento e renda. Fomentar as principais cadeias produtivas através da identificação de suas demandas, oferecendo soluções, tais como: promoção e articulação das atividades de produção, promoção do consumo de produtos de origem animal e vegetal, apoio à pesquisa e adoção de novas tecnologias, visando gerar competitividade e renda, montagem de banco de dados, estímulo à formação de agroindústrias e formalização de unidades já existente, estruturação de arranjos produtivos e capacitação tecnológica para os produtores rurais.	33.252.868	Arranjo produtivo apoiado	Arranjo	25
										Estabelecimento habilitado pelo Agregar/RS	Estabelecimento	140
Indústria de lácteos cadastrada	Indústria	200										
Indústria de madeira cadastrada	Indústria	115										
Palestra de estímulo ao consumo de lácteos na rede estadual de escolas	Palestra	400										
Produtor cadastrado - pecuária de corte	Produtor	8.000										
Produtor cadastrado - pecuária de leite	Produtor	60.000										
Produtor cadastrado - silvicultura	Produtor	2.000										
Viveiro para mudas de árvores construído	Viveiro	105										
FOMENTO ÀS CULTURAS LIGADAS À BIOENERGIA	Nova	SEAPA	Promover e articular ações que resultem no aumento da oferta de matéria-prima destinada à produção de bioenergia, através do apoio ao desenvolvimento da pesquisa e adoção de novas tecnologias, montagem de banco de dados, capacitação tecnológica de produtores e a viabilização de parcerias público-privadas visando a estruturação de arranjos produtivos.	13.505.000						Arranjo produtivo apoiado	Arranjo	15
					Pesquisa apoiada	Pesquisa	15					
					Produtor cadastrado	Produtor	20.000					
PUBLICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO	Nova	SEAPA	Promoção das culturas ligadas à bioenergia.	200.000	Material divulgado	Material	20					

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TURISMO, ESPORTE E LAZER

OBJETIVO: DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS PARA A EXPANSÃO E MELHORIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS COM VISTAS À AMPLIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	7.446.807	836.000	8.282.807	Empresa, empreendimento e equipamento cadastrados	Unidade	2.827	5.627
				Fluxo de turistas	Número	642.325	1.000.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO TURÍSTICO	Em andamento	SETUR	Elaborar projetos com vistas a desenvolver a oferta e a qualificação dos serviços do setor de modo a ampliar a demanda por destinos turísticos gaúchos e a captação de eventos.	2.377.855	Projeto elaborado	Unidade	3
FISCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO TURÍSTICO	Em andamento	SETUR	Executar o Programa de Qualificação dos Serviços de Turismo, do Ministério do Turismo, no tocante a cadastrar, classificar, controlar, arrecadar receitas e fiscalizar as empresas prestadoras de serviço, empreendimentos e equipamentos do setor.	2.060.849	Empresa, empreendimento e equipamento fiscalizado	Unidade	2.800
INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DO TURISMO	Em andamento	SETUR	Informatizar a SETUR e os Centros de Informações Turísticas (CENINTURs)	354.256	Equipamento de informática adquirido	Equipamento	10
PARTICIPAÇÃO E APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS	Em andamento	SETUR	Participar e apoiar a realização de eventos turísticos de nível regional, nacional e internacional.	2.559.847	Evento apoiado e realizado	Unidade	50
REVITALIZAÇÃO DO CAIS MAUÁ	Nova	SPH	Elaborar Termo de Referência da área a ser revitalizada no porto de Porto Alegre, conforme definido no seu Plano de Desenvolvimento e Zoneamento.	430.000	Termo de referência elaborado	Termo de referência	1
SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	Em andamento	SETUR	Dotar os roteiros e rotas turísticas de sinalização turística nas estradas estaduais e federais, identificando os atrativos conforme determinação da legislação do Ministério do Turismo.	500.000	Estrada sinalizada	Unidade	3

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL (PRODETUR) Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TURISMO, ESPORTE E LAZER
OBJETIVO: AUMENTAR O FLUXO TURÍSTICO, A TAXA DE PERMANÊNCIA, O GASTO DE TURISTAS NO ESTADO, REFORÇAR O POTENCIAL TURÍSTICO PRIORIZANDO AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA, QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA, VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	5.366.952	7.260.000	12.626.952	Equipamentos e prestadores de serviços turísticos cadastrados	Unidade	786	2.500

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Em andamento	CORSAN	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário em Canela, Gramado e implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário em São José dos Ausentes.	2.760.000	Obra concluída	Obra	3
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ECOLÓGICO, RURAL E HISTÓRICO-CULTURAL	Nova	SEMA	Promover ações de proteção ambiental, ocupação ordenada do solo, preservação de sítios paleontológicos e do patrimônio natural e cultural, além de adequações em sistemas de saneamento em apoio ao desenvolvimento do turismo ecológico, rural e histórico-cultural.	14.452	Turismo ecológico, rural e histórico-cultural apoiado	Unidade	1
CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS RELACIONADAS AO PROGRAMA PRODETUR	Em andamento	DAER	Construção e conservação de rodovias relacionadas ao Programa PRODETUR	4.500.000	Extensão de rodovias construídas e conservadas relacionadas no Programa PRODETUR	Percentual	100
DIAGNÓSTICO E ELABORAÇÃO DE PLANO DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - PRODETUR SUL	Em andamento	FZB	Diagnosticar e elaborar planos de manejo em Parques Estaduais com vistas a permitir o desenvolvimento econômico sustentável.	4.000	Plano de manejo elaborado	Plano	1
ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PLANO DIRETOR DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APAS)	Nova	SEMA	Realizar diagnósticos para a elaboração e implantação de planos de manejo de Unidades de Conservação e de plano diretor de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), no âmbito do PRODETUR, com vistas à adequação para visitação e uso sustentável, quando legalmente permitidos.	35.500	Plano de manejo e plano diretor elaborado	Plano	18
IMPLANTAÇÃO DO PRODETUR SUL	Em andamento	SETUR	Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado, ampliar as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas.	5.313.000	Programa implantado	Unidade	1

PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
OBJETIVO: GARANTIR O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AOS MERCADOS ATENDIDOS PELA COMPANHIA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE-D), COM CONFIABILIDADE, QUALIDADE, SEGURANÇA E RENTABILIDADE, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS SÓCIOAMBIENTAIS, DOS ÓRGÃOS REGULADORES E DEM

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	7.959.262.000	514.841.999	8.474.103.999	DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Energia Elétrica por Consumidor do conjunto considerado	Horas	26,57	18,6
				EI st - Energia Interrompida na Subtransmissão	Percentual	0,0172	0,016

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EXPANSÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE SUBTRANSMISSÃO	Em andamento	CEEE	Construção, implantação, conservação, manutenção e operação das instalações de subtransmissão.	1.637.498.540	Expansão, manutenção e operação das linhas de transmissão	km	2.012
					Expansão, manutenção e operação das subestações	MVA	1.880
EXPANSÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO	Em andamento	CEEE	Construção, implantação, conservação, manutenção e operação das redes de distribuição.	6.836.605.459	Expansão, manutenção e operação da transformação das redes do Sistema de Distribuição	MVA	4.598
					Expansão, manutenção e operação das redes do Sistema de Distribuição	km	30.668
					Uso dos serviços de energia elétrica universalizado	Consumidor acrescido	158.907

PROGRAMA: FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Política de crédito

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
 OBJETIVO: INTERAGIR COM OS SETORES PRODUTIVOS DO ESTADO, ATUANDO NA EXPANSÃO OU NA ATRAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS, DISPONIBILIZANDO UMA SÉRIE DE LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA CONTORNAR OS PROBLEMAS CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS DA ECONOMIA ESTADUAL, AGREGANDO COMPETI

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	0	0	0	Grau de impacto econômico nos financiamentos concedidos	ICMS gerado em R\$	6.358.963,82	21.610.082,45
				Grau de impacto social nos financiamentos concedidos	Emprego gerado	760	1.445
				Grau de utilização dos limites anuais de crédito disponibilizado pelo BNDES à CaixaRS	Percentual	85,83	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
FINANCIAMENTO À INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS E AGROPECUÁRIA	Em andamento	CEAF	Disponibilizar uma série de linhas de financiamento, visando contornar os problemas conjunturais e estruturais da economia estadual.	0	Financiamento liberado	R\$	515.000.000

PROGRAMA: FOMENTO À ESTRUTURAÇÃO COMPETITIVA DA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Política de crédito

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
 OBJETIVO: PARTICIPAR DA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, GERADOR DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO E IMPULSIONADO PELA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, COM A DIVERSIFICAÇÃO E O ADENSAMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS E O AUMENTO DO VALOR AGREGADO DO

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	0	0	0	Grau de fomento à tecnologia e à inovação	%	0	7,34
				Grau de utilização do limite de 45% do Patrimônio de Referência-Resolução 2827 BACEN	%	61,52	100
				Número de municípios apoiados pela CaixaRS	Unidade	133	200
				Participação da CaixaRS na atração incentivada de novos investimentos no Estado	%	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ENERGIA PARA INVESTIDORES	Em andamento	CEAF	Atração de investimentos para geração de energia e produção de combustíveis renováveis e criação de condições de infra-estrutura para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.	0	Financiamento Liberado	R\$	150.000.000
ESTRUTURAÇÃO DE SETORES PORTADORES DE FUTURO	Em andamento	CEAF	Investimentos na estruturação de setores portadores de futuro, através da alta tecnologia - tecnologia da informação, indústria eletrônica, etc - e da nanotecnologia aplicada à indústria têxtil, eletrônica, etc.	0	Financiamento Liberado	R\$	40.000.000
EXPORTA RS	Em andamento	CEAF	Construção e administração de database de informações, identificação e articulação com fontes de financiamento, articulação extra e intra-governo, tais como, municipais e federais, câmaras de comércio estrangeiras, MERCOSUL e outros agentes atuantes no comércio internacional, além de apoio financeiro visando à promoção comercial de produtos gaúchos no mercado global.	0	Financiamento Liberado	R\$	20.000.000
MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS	Em andamento	CEAF	Investimentos na modernização de setores tradicionais através da agregação de valor e reconversão competitiva de segmentos produtivos como calçados, móveis, metal-mecânico, vitivinicultura, leite, arroz, carne, soja, etc.; consolidação e ampliação das cadeias produtivas tais como a fruticultura da Metade Sul, florestamento, etc.	0	Financiamento Liberado	R\$	105.000.000
REESTRUTURAÇÃO DE ECONOMIAS REGIONAIS	Em andamento	CEAF	Investimentos na melhoria da infra-estrutura territorial, na modernização da administração pública municipal, no saneamento e no meio ambiente.	0	Financiamento Liberado	R\$	230.000.000

PROGRAMA: FOMENTO EMPRESARIAL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
 OBJETIVO: IMPLEMENTAR E CONSOLIDAR PROCESSO PERMANENTE DE APOIO ÀS EMPRESAS, ESPECIALMENTE ÀS MICRO E PEQUENAS, ATRAVÉS DE INSTRUMENTOS DE FOMENTO, ASSESSORIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL, ACESSO AO CRÉDITO, PROFISSIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE COM BASE

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	23.086.903	3.195.721	26.282.624	Número médio de implementações efetuadas por empresa atendida via Extensão Empresarial	Unidade	2,91	3
				Percentual de empresas participantes do curso de gestão empresarial que iniciaram processos de controle	Percentual	20,31	25
				Percentual de empresas que apresentaram aumento no faturamento após entrada na rede	Percentual	54,5	60
				Percentual de empresas que apresentaram aumento no recolhimento de impostos	Percentual	50,5	60
				Percentual de empresas que apresentaram aumento nos investimentos	Percentual	53,9	60
				Percentual de empresas que tiveram aumento no número de funcionários após o ingresso na rede	Percentual	36,3	40
				Percentual de empresas que tiveram redução de custos após o ingresso na rede	Percentual	42,2	50
				Percentual de empresas satisfeitas com o atendimento das Gerências de Extensão Empresarial	Percentual	95,76	90
				Taxa de sobrevivência das empresas organizadas em rede	Percentual	0	90
				Tempo médio de atendimento na constituição e encerramento de empresa	Dia	30	10

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ACESSO AO CRÉDITO	Em andamento	SEDAI	Apoio à Sociedade de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha criada para facilitar o acesso ao crédito para as micro, pequenas e médias empresas associadas, através do complemento das garantias exigidas pelos Bancos, possibilitando o incremento de outros benefícios como suporte técnico e gerencial, menores taxas de juros em função da diluição do risco, além do desenvolvimento de uma cultura associativa entre os beneficiários.	204.000	Empresa beneficiada com a tomada do crédito na AGC	Unidade	120
CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL	Em andamento	SEDAI	Trabalho de capacitação em gestão empresarial direcionado para grupos de pequenos empreendedores, realizado por equipes habilitadas em metodologia específica com enfoque na vivência empresarial e no desenvolvimento de características empreendedoras para o tratamento dos diversos temas que envolvem o gerenciamento dos negócios.	644.000	Curso executado Pessoa capacitada	Unidade Pessoa	160 2.720
EXTENSÃO EMPRESARIAL	Em andamento	SEDAI	Disponibilização de profissionais com elevado conteúdo técnico e preparo metodológico para identificação de problemas técnico-gerenciais e encaminhamento de soluções capazes de promover a manutenção dos empreendimentos no mercado, mediante introdução de melhorias de gestão.	400.000	Empresa atendida	Unidade	300
MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA JUCERGS	Em andamento	SEDAI	Manutenção e reestruturação da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul mediante seu reaparelhamento (parque de informática), com vistas ao rápido atendimento do empresariado gaúcho e à disponibilização de novos serviços a um número maior de usuários.	16.562.624	Acervo de documentos digitalizado Empresa registrada Ficha digitalizada Processo protocolado relativo à constituição de empresas, alterações de contratos, entre outros atos, matrícula de leiloeiros oficiais, tradutores públicos e intérpretes comerciais	Folha Registro Ficha Protocolo	27.900.000 168.000 620.000 720.000

PORTAL DE NEGÓCIOS	Em andamento	CEAF	Desenvolver processo permanente de integração com empresas atuantes, tanto no mercado nacional, quanto internacional, com recepção de projetos através de um portal WEB, e disponibilizar informações sobre a infra-estrutura de ciência e tecnologia articulada com a Rede de Atendimento à Indústria (RAI) e com outras redes vinculadas à área.	472.000	Escritório de projetos criado Rede do Plano Diretor de Informática acessada	Unidade Acesso pela internet	12 69.700
REDES DE COOPERAÇÃO	Em andamento	SEDAI	Fomentar a cooperação entre empresas com características semelhantes, a partir de estratégias coletivas capazes de oferecer melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados.	8.000.000	Empresa em rede Nova rede constituída Rede assistida	Empresa Rede Rede	5.000 130 710

PROGRAMA: GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
 OBJETIVO: OPERAR E MANTER AS USINAS DO PARQUE GERADOR DA COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE-GT), PRODUZIR, MANTER, OPERAR E COMERCIALIZAR ENERGIA ELÉTRICA COM CONFIABILIDADE, QUALIDADE, SEGURANÇA E RENTABILIDADE, ATENDENDO ÀS EXI

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	687.849.000	234.375.000	922.224.000	DGH - Disponibilidade da Geração Hidroelétrica	%	97,66	97,05

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EXPANSÃO DA GERAÇÃO	Em andamento	CEEE	Ampliar a capacidade de produção de energia, objetivando a ampliação do mercado e da rentabilidade.	202.375.000	Aumento da potência instalada (tendo como base a potência prevista para 2007 que é de 1.093,6MW)	MW	1.238,6
FONTE RENOVÁVEL DE ENERGIA ATRAVÉS DE PCHS	Nova	CEEE	Ampliar os projetos de fontes renováveis de energia, através de ações que viabilizem sua implantação.	862.025	Aumento da capacidade instalada (as metas físicas representam a capacidade final instalada no período)	MW	250
FONTE RENOVÁVEL DE ENERGIA EÓLICA	Nova	CEEE	Ampliar os projetos de fontes renováveis de energia, através de ações que viabilizem sua implantação.	862.025	Aumento da capacidade instalada (as metas físicas representam a capacidade final instalada no período)	MW	220
FONTE RENOVÁVEL DE ENERGIA PROVENIENTE DE BIOMASSA E BIOCOMBUSTÍVEL	Nova	CEEE	Ampliar os projetos de fontes renováveis de energia, através de ações que viabilizem sua implantação.	862.025	Aumento da capacidade instalada (as metas físicas representam a capacidade final instalada no período)	MW	78
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA GERAÇÃO	Em andamento	CEEE	Manter e operar o parque gerador, objetivando a melhoria da confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica.	717.262.925	Taxa equivalente de indisponibilidade forçada - TEIF	Percentual	0,7

PROGRAMA: GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
OBJETIVO: COORDENAR A EXECUÇÃO, O ACOMPANHAMENTO E A ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO, ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA E DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PERPASSANDO PELA ADEQUAÇÃO DOS CONCEITOS E MODERNIZAÇÃO DOS PROCES

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	20.790.263	16.323.756	37.114.019	Fração da população beneficiada com a gestão ambiental integrada (população dos municípios qualificados / população do Estado)	Percentual	61,9258	90
				Taxa de implemento de ferramentas de planejamento e gestão (planos diretores implementados/planos diretores elaborados)	Percentual	0	30
				Taxa de implemento de ferramentas de planejamento e gestão (projetos implementados /projetos elaborados)	Percentual	0	50

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADEQUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS PARA A INTEGRAÇÃO COM A SEMA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS	Nova	FEPAM	Concentrar as ações de prestação de serviços ambientais com a focalização nas funções de articulação institucional, conferindo à SEMA caráter estratégico na integração dos Sistemas – Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA) e Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH), possibilitando a implementação de "janela única" para o acesso dos usuários aos serviços ambientais, potencializando a efetividade da Gestão Ambiental Integrada. A ação abrange a adequação dos conceitos e a modernização dos processos, instrumentos e ferramentas de trabalho, na FEPAM.	525.000	Sistema de licenciamento integrado implantado - parcela FEPAM	Parcela do sistema	1
APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	Nova	FZB	Estabelecer parâmetros, diretrizes, conteúdos, linhas de ação e outros elementos fundamentais à execução da Política Estadual de Educação Ambiental; fomentar a transversalidade por meio da internalização e difusão da dimensão ambiental nos projetos governamentais e não-governamentais de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida; promover a articulação, a coordenação, a supervisão, a captação de recursos financeiros e o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento e a execução de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, balizados pelas diretrizes do SISEPRA e do SERH, contribuindo, desta maneira, para as mudanças comportamentais e das formas de consumo e produção, bem como para a eficácia na aplicação dos instrumentos da Gestão Ambiental.	4.000	Programa Estadual de Educação Ambiental apoiado	Programa	1
CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	Nova	SEMA	Desenvolver e implementar um programa de capacitação que divulgue os conceitos que estruturam a doutrina da gestão de recursos hídricos no Brasil e no Rio Grande do Sul, bem como o papel e as potencialidades dos diferentes grupos de atores que participam do processo de gestão das águas.	400.000	Grupo social capacitado	Grupo social	8
CONSOLIDAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO GUAÍBA (PRÓ-GUAÍBA)	Em andamento	SEMA	Atualizar o diagnóstico ambiental; atualizar e priorizar os princípios norteadores; elaborar e executar projetos que consolidarão as propostas do Módulo II do Pró-Guaíba; sistematizar os indicadores, possibilitando projeções de cenários atuais e futuros; promover e articular a participação dos agentes públicos e da sociedade; conceber uma estratégia de planejamento contínua e integrada para a gestão sustentável da Região Hidrográfica do Guaíba.	3.000.000	Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica do Guaíba (Pró-Guaíba) elaborado Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica do Guaíba (Pró-Guaíba) implementado	Plano Plano	1 0,8

CONSTITUIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DAS BACIAS LITORÂNEAS (PRÓ-MAR-DE-DENTRO)	Em andamento	SEMA	Consolidar diagnóstico do conjunto dos impactos socioambientais gerados por atividades antrópicas e aglomerações urbanas. Indicar medidas de ação institucional, de prevenção e mitigação dos danos ambientais. Estabelecer bases técnicas, instrumentos e ferramentas para o planejamento e a gestão ambiental compartilhada na área de abrangência do Pró-Mar-de-Dentro e da Região Hidrográfica Litorânea, balizados pelas diretrizes do SISEPRA e do SERH, dispondo, assim, de um instrumento de gestão ambiental contemplando ordenamento de problemas, conceitos e mecanismos para o seu manejo e um conjunto de ações a serem implementadas a curto, médio e longo prazos. Dar início à implementação das ações previstas no Plano Diretor.	3.299.263	Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas (Pró-Mar-de-Dentro) elaborado Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas (Pró-Mar-de-Dentro) implementado	Plano Plano	1 0,1
ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES DE SUPORTE AO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMPARTILHADO DA SEMA (PEAC) E SIGA	Nova	FEPAM	Desenvolver ações de capacitação em escolas e comunidades organizadas em apoio à implantação do Programa de Educação Ambiental Compartilhado (PEAC), desenvolvido pela SEMA. Desenvolver ações de capacitação de quadros técnicos dos municípios, integrados ao Sistema Municipal de Meio Ambiente (programa SIGA/SEMA).	155.000	Atividade de formação e capacitação realizada em escolas, comunidades e municípios (programas PEAC e SIGA)	Atividade	60
ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, COMPATÍVEL COM O PROGRAMA PRÓ-RIO URUGUAI	Em andamento	SEMA	Realizar diagnóstico do conjunto dos impactos socioambientais gerados por atividades antrópicas e aglomerações urbanas. Indicar medidas de ação institucional, de prevenção e mitigação dos danos ambientais. Estabelecer bases técnicas, instrumentos e ferramentas para o planejamento e a gestão ambiental compartilhada na área de abrangência da Região Hidrográfica do Rio Uruguai, balizados pelas diretrizes do SISEPRA e do SERH, dispondo, assim, de um instrumento de gestão ambiental contemplando ordenamento de problemas, conceitos e mecanismos para o seu manejo e um conjunto de ações a serem implementadas a curto, médio e longo prazos. Dar início à implementação das ações previstas no Plano Diretor.	2.060.000	Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica do Rio Uruguai elaborado Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica do Rio Uruguai implementado	Plano Plano	1 0,1
FORTALECIMENTO DA AÇÃO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DO LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	Em andamento	FEPAM	Desenvolvimento de ações de descentralização do licenciamento ambiental, conforme Resolução 08/2006- FEPAM, que estabelece as normas para a delegação de competência em licenciamento e fiscalização ambiental entre a FEPAM e municípios do Rio Grande do Sul, mediante assinatura de convênios. Além da delegação de competências, esta ação inclui também a qualificação municipal para o exercício do licenciamento ambiental em nível local, via análise e assessoramento técnico de documentação para homologação no CONSEMA, conforme Resolução CONSEMA 04/2000.	460.000	Equipe municipal qualificada Município habilitado	Equipe Município	170 170
IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE RECURSOS HÍDRICOS, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE AGÊNCIAS DE REGIÃO HIDROGRÁFICA	Em andamento	SEMA	Complementar os estudos de viabilidade já desenvolvidos e estabelecer as bases políticas, jurídicas, legais, técnicas e econômico-financeiras para a implementação das Agências de Região Hidrográfica. O arranjo institucional do Sistema de Recursos Hídricos do Estado, previsto na Lei nº 10.350/94, contempla a criação das Agências de Região Hidrográfica, entidades com responsabilidade técnica de apoio ao Sistema.	1.400.000	Agência de Região Hidrográfica implantada	Agência	3
IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, ATRAVÉS DA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE BACIA HIDROGRÁFICA	Em andamento	SEMA	Desenvolver os processos de planejamento e realizar, em conjunto com os Comitês de Bacia, os Planos de Bacia Hidrográfica. A sustentabilidade do uso das disponibilidades hídricas no Rio Grande do Sul, ou seja, um pouco para todos para sempre, passa por um processo de planejamento de futuro, que considere todas as variáveis (ambientais, culturais, sociais, econômicas e financeiras) e que envolva todos os atores (usuários, sociedade e governo).	505.000	Plano de Bacia Hidrográfica elaborado	Plano	9

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMPARTILHADO, ATRAVÉS DA CAPACITAÇÃO DE AGENTES PREVENICIONISTAS E EXECUÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	Em andamento	SEMA	Promover, coordenar e implementar o Programa de Educação Ambiental Compartilhado (PEAC), estimulando a manutenção e ampliação de parcerias público-privadas necessárias à sua execução. Planejar e realizar ações integradas, tendo como ferramenta a Educação Ambiental, compartilhando esforços, recursos e resultados na busca de uma cultura prevenicionista, através da capacitação de Agentes Prevenicionistas, da elaboração e implementação de projetos socioambientais com a participação de gestores, educadores e comunidades envolvidas, mediante a integração das instituições públicas responsáveis pela execução das Políticas de Educação (SE) e de Gestão Ambiental (SEMA), dos demais órgãos públicos com interface ambiental e das instituições privadas que desenvolvem a Gestão Ambiental, tendo como gestor financeiro a Federação das Associações e Círculos de Pais e Mestres do RS (ACPM Federação).	5.500.000	Atividade de formação e capacitação realizada Projeto elaborado Projeto implementado	Atividade Projeto Projeto	42 480 240
IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Em andamento	SEMA	Estabelecer parâmetros, diretrizes, conteúdos, linhas de ação e outros elementos fundamentais à execução da Política Estadual de Educação Ambiental. Fomentar a transversalidade por meio da internalização e difusão da dimensão ambiental nos projetos governamentais e não-governamentais de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida. Promover a articulação, a coordenação, a supervisão, a captação de recursos financeiros, o estabelecimento de parcerias e a execução de planos, programas e projetos socioambientais, balizados pelas diretrizes do SISEPRA e do SERH. Conduzir a elaboração e implementação do Programa Estadual de Educação Ambiental, contribuindo, desta maneira, para as mudanças comportamentais e das formas de consumo e produção, bem como para a eficácia na aplicação dos instrumentos da Gestão Ambiental.	2.000.000	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul (CIEA-RS) em funcionamento Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental em funcionamento Programa Estadual de Educação Ambiental elaborado Programa Estadual de Educação Ambiental implementado	Comissão Órgão Programa Programa	1 1 1 0,2
INTEGRAÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS	Nova	SEMA	Consolidar e implementar a Política Estadual de Meio Ambiente. Fortalecer o Órgão Central de Meio Ambiente com a concentração das funções de planejamento, coordenação e articulação, conferindo-lhe caráter estratégico na integração dos Sistemas - Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA) e Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH). Implementar "janela única" para o acesso dos usuários aos serviços ambientais, potencializando a efetividade da Gestão Ambiental Integrada, através da adequação dos conceitos e da modernização dos processos, instrumentos e ferramentas, buscando a Administração Digital.	12.015.756	Sistema de licenciamento integrado implantado	Sistema	1
PROMOÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA NO PRÓ-MAR-DE-DENTRO, ATRAVÉS DA CAPACITAÇÃO E DA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E PESQUISAS	Em andamento	SEMA	Captar recursos, identificar parceiros, elaborar, desenvolver e implementar projetos, pesquisas e atividades necessárias à gestão ambiental local ou regional, à melhoria socioambiental e ao desenvolvimento sustentável nos meios urbanos e rurais da área de abrangência do Pró-Mar-de-Dentro, promovendo ou apoiando, desta maneira: a gestão local do meio ambiente e dos recursos hídricos; a implementação do saneamento ambiental; a recuperação e proteção dos ecossistemas e de sua biodiversidade; o manejo ambiental sustentável de atividades agrícola, pecuária, florestal, pesqueira, turística (turismo ecológico, rural e histórico-cultural) entre outras atividades tradicionais da Região; a adoção de tecnologias limpas; as mudanças comportamentais e das formas de consumo e produção. Busca-se, também, inserir a dimensão ambiental nos diversos setores e políticas vigentes.	2.600.000	Atividade de formação e capacitação realizada Projeto elaborado Projeto implementado	Atividade Projeto Projeto	32 48 24
PROMOÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL, ATRAVÉS DA QUALIFICAÇÃO E APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	Em andamento	SEMA	Promover e coordenar o implemento da gestão ambiental compartilhada Estado/Município, com o comprometimento dos municípios na aplicação de todos os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente e do Código Estadual de Meio Ambiente; inserir a dimensão ambiental nos diversos setores e políticas vigentes, contribuindo com as mudanças comportamentais que levem a desenvolvimento social justo e ecologicamente sustentado.	3.000.000	Atividade de capacitação realizada Gestor ambiental capacitado Município qualificado	Atividade Gestor Município	48 2.200 350

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DIRETORES DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS	Nova	FEPAM	Elaborar diretrizes ambientais, com base no uso de ferramentas de gestão ambiental, de apoio à construção dos Planos Diretores de Gestão Ambiental Integrada das Regiões Hidrográficas - das Bacias Litorâneas, do Guaíba e do Rio Uruguai.	190.000	Proposta realizada para a elaboração dos Planos Diretores	Proposta	3

PROGRAMA: GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
 OBJETIVO: FORMULAR POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA, ESTABELECIDAS DIRETRIZES, COORDENANDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ATINENTES AOS SETORES DE TRANSPORTE, ENERGIA, COMUNICAÇÃO, MINERAÇÃO E LOGÍSTICA DE MODO A DOTAR O ESTADO DAS CONDIÇÕES

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	2.400.000	1.200.000	3.600.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA	Em andamento	SEINFRA	Planejar e coordenar políticas de infra-estrutura e logística. Atrair, incentivar, criar condições favoráveis, agindo como meio facilitador à realização de empreendimentos.	1.200.000			
PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS NAS ÁREAS DE ENERGIA, TRANSPORTES, COMUNICAÇÃO E MINERAÇÃO	Em andamento	SEINFRA	Orientar e promover a formação do conhecimento nas áreas de energia, transporte, comunicação e mineração de modo a produzir informações técnicas para o desenvolvimento nas respectivas áreas.	600.000			
PROMOÇÃO DE BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DO ESTADO	Nova	SEINFRA	Posicionar a logística do Estado como um agente incentivador de investimentos e promotor de desenvolvimento, salientando as vantagens de sua situação geográfica e potencializando sua infra-estrutura atual e futura.	800.000	Estudo de avaliação da integralidade dos processos que envolvem a atividade logística dos setores mais representativos para a economia e desenvolvimento do Estado	Estudo	40
SISTEMAS LOGÍSTICOS MULTIMODAIS	Em andamento	SEINFRA	Estudar, projetar e selecionar sistemas logísticos multimodais, formatando os respectivos empreendimentos.	1.000.000	Projeto de sistema logístico elaborado	Projeto	1

PROGRAMA: OFERTA DE GÁS NATURAL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
 OBJETIVO: AMPLIAR O USO DO GÁS NATURAL PARA A MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO CUSTO DO TRANSPORTE ESTADUAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.300.000	104.308.000	105.608.000	Extensão da rede de distribuição	km	437	580
				Volume de gás natural comercializado	m3/dia	1.203.580	1.520.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	Em andamento	SULGÁS	Expansão da rede física de gasodutos, considerando todos os diâmetros e tipo de material (aço e PAD -polietileno de alta densidade).	93.308.000	Expansão dos ramais de distribuição de gás natural dedicados ao segmento urbano, em percentual de domicílios atendidos para conjunto considerado	NU = % domicílios urbanos	20
					Expansão dos ramais de distribuição de gás natural medidos pelo tempo médio de construção (dias/km)	TMCEr = dias/km	308
MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	Em andamento	SULGÁS	Manutenção da rede de gasodutos e dos sistemas de distribuição do gás natural.	11.000.000	Estabilidade no fornecimento do gás natural por consumidor do conjunto considerado	DEG = Duração Interrupção (h)	3,2
					Manutenção dos níveis de pressão de fornecimento de gás natural aos consumidores	PGI = % Pressão Inadequada	1,3
PLANEJAMENTO, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	Em andamento	SULGÁS	Pesquisa e planejamento nas área de energia, alternativas e em geral, associadas ao negócio gás natural: - Centro de Referência Gás Automotivo, em Caxias do Sul; - Gás Seguro; - Motor à Gás p/ Ônibus; - Produção de Biogás (dejetos animais e aterros sanitários).	1.300.000	Projeto em energia, renovável ou em geral	Projeto realizado	4

PROGRAMA: OPERAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
 OBJETIVO: CONTRIBUIR COM AÇÕES DE PLANEJAMENTO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, GERENCIAMENTO, SEGURANÇA E QUALIDADE NAS RODOVIAS ESTADUAIS E NOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	149.533.818	4.765.000	154.298.818	Fiscalização de Excesso de Peso e Cargas de Produtos Perigosos	Veículo fiscalizado	23.293	27.591
				Fiscalização de Pedágios das Rodovias Concedidas e Administradas pelo DAER	Veículo passante em pedágios	43.475.000	43.909.750
				Fiscalização de Trânsito e Educação para o Trânsito	Autuação de descumprimento	228.573	256.001
				Gerenciamento do uso da Faixa de Domínio das Rodovias	Total de permissões concedidas	600	720
				Redução do Número de Acidentes em Rodovias Estaduais	Acidente	9.594	8.634
				Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros	Passageiro transportado no RS	58.096.602	61.001.432

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE RODOVIAS	Em andamento	DAER	Gerenciar e fiscalizar o cumprimento dos contratos, pelas empresas concessionárias, das rodovias a elas concedidas, para cumprimento das ações estabelecidas em contrato.	11.845.000	Concessão fiscalizada	Concessão	7
FISCALIZAÇÃO DE EXCESSO DE PESO E CARGAS DE PRODUTOS PERIGOSOS	Em andamento	DAER	Fiscalizar os veículos de carga em rodovias estaduais e federais delegadas, com finalidade de coibir o transporte de carga, superior à capacidade do veículo, multando os veículos com excesso de peso. Fiscalizar veículos de carga que transportam produtos perigosos em rodovias estaduais e federais delegadas.	15.220.000	Veículo fiscalizado	Veículo	31.002
FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, EDUCAÇÃO, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE ACIDENTES	Em andamento	DAER	Fiscalizar, eletronicamente ou por agente de autoridade de trânsito, os usuários das rodovias estaduais e federais delegadas que se deslocam na condução de veículos, no cumprimento das normas de circulação estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito.	118.133.818			
GERENCIAMENTO DO USO DA FAIXA DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS	Em andamento	DAER	Essa ação objetiva o gerenciamento e fiscalização de instalação de qualquer objeto (publicidade, condução, travessia), ao longo das rodovias estaduais e federais delegadas.	5.325.000	Permissão de Uso Oneroso concedida para instalação de engenhos, ao longo das rodovias, predominantemente na faixa de domínio	Permissão	720
TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DE LONGO CURSO	Em andamento	DAER	Fiscalização (como poder concedente) das concessões de linhas de ônibus e estações rodoviárias, no cumprimento das responsabilidades delegadas desses serviços, cuja ação é em todas as rodovias e cidades do Rio Grande do Sul.	3.775.000	Passageiro transportado em linhas intermunicipais de longo curso, em todas as rodovias do Estado do Rio Grande do Sul	Passageiro transportado	59.856.968

PROGRAMA: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO APLICADOS À INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 OBJETIVO: AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO GAÚCHO EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL, ATRAVÉS DE: ESTÍMULO À CAPACITAÇÃO E INOVAÇÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, DESENVOLVIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS INOVADORAS; AUMENTO DO VALOR AGREGADO DOS PRO

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	72.500.892	13.400.645	85.901.537	Número de empresas beneficiadas	Empresa	0	48
				Número de registros de propriedade intelectual	Registro	20	80
				Percentual de empresas que detêm mais de 40% de suas vendas composta por produtos inovadores	Percentual	6	20
				Percentual do PIB gaúcho investido em Pesquisa e Desenvolvimento	Percentual	0,07	1,5
				Processo desenvolvido, dominado ou transferido apoiado pelo Estado	Processo	10	20
				Produto desenvolvido apoiado pelo Estado	Produto	7	20

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO AOS CENTROS TECNOLÓGICOS DE EXCELÊNCIA EM INOVAÇÃO	Em andamento	SCT	Incentivar a criação e apoiar os Centros Tecnológicos de Excelência em Inovação, composto por grupos de pesquisa e laboratórios de reconhecida produção focados nas respectivas áreas. Os Centros deverão desenvolver projetos inovadores cooperativos voltados preferencialmente para as áreas estratégicas de Biotecnologia, Energia, Saúde, Tecnologia da Informação e Comunicação, e outras que estejam em consonância com o Plano Estratégico de Inovação Tecnológica. Os Centros de Excelência poderão se localizar nos Institutos de Pesquisas ou Instituições de Ensino e Pesquisa (IEPs).	3.211.173	Projeto apoiado	Unidade	40
APOIO AOS PÓLOS TECNOLÓGICOS: PARQUES E UNIDADES REGIONAIS	Em andamento	SCT	Apoiar e coordenar a integração entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo em nível regional, por meio dos Pólos de Inovação Tecnológica nas regiões dos COREDES e, no âmbito do Estado, pela implementação do Pólo Tecnológico Estadual de Integração de Parques, estimulando a criação e a atração de novas empresas nacionais e internacionais de base tecnológica, no sentido de complementar a cadeia produtiva regional de acordo com o Plano Estratégico de Inovação Tecnológica. Entende-se por Pólo, no âmbito desta Ação, um sistema integrado e denso de geração de conhecimento e transferência para o setor produtivo focado em necessidades regionais.	1.898.207	Estudo desenvolvido Processo desenvolvido Produto inovador desenvolvido Produtor qualificado	Número Processo Unidade Número	60 40 40 2.000
APOIO ÀS REDES TECNOLÓGICAS: SAÚDE, BIOTECNOLOGIA, ENERGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)	Em andamento	SCT	As Redes consistem num esforço de cooperação entre vários grupos de pesquisa e/ou empresas para solucionar problemas específicos. Esta ação apóia as Redes Tecnológicas por meio de projetos estruturantes nas áreas de Saúde, Biotecnologia, Energia e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no sentido de garantir o efeito multiplicador e o crescimento não linear para o Estado, abreviando o ciclo de desenvolvimento econômico, contribuindo de forma efetiva para a diminuição das desigualdades regionais, a redução das desigualdades sociais, a inclusão digital e social e o combate à pobreza. As redes não possuem qualquer restrição geográfica no Estado.	913.983	Evento assistido Evento realizado Missão técnica internacional realizada Projeto executado	Evento Evento Número Projeto	16 16 16 16
CENTRO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EM SAÚDE	Nova	CIENTEC	Implantar Centro de Excelência que promova a inovação tecnológica nas áreas estratégicas e dinâmicas da saúde viabilizando, através de políticas públicas, a criação plena de condições para o desenvolvimento eficaz de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a produção de insumos, em escala industrial, na área médica e farmacêutica, bem como de equipamentos médico-hospitalares e de correlatos em saúde, diminuindo a dependência externa e propiciando aumento da equidade e eficácia do sistema de saúde.	3.970.000	Equipamento produzido/otimizado Insumo produzido	Número Número	4 4

DIFUSÃO, TRANSFERÊNCIA E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A AGROPECUÁRIA	Em andamento	FEPAGRO	Criar condições para adoção das tecnologias e conhecimento gerados pela pesquisa agropecuária com base em três eixos centrais: (1) implementação de ações de difusão adequadas para a socialização de conhecimentos para agropecuária; (2) implementação de ações de difusão de tecnologias adequadas para a adoção de novas tecnologias e processos produtivos para agropecuária; (3) capacitação de técnicos e produtores.	130.000	Curso técnico realizado Dia de campo realizado Material técnico e científico publicado	Curso Dia de campo Número	170 26 20
FOMENTO À FORMAÇÃO E À FIXAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	Em andamento	FAPERGS	Induzir e fomentar a capacitação de recursos humanos em cursos de pós-graduação, graduação, ensino médio e técnico e a fixação de recursos humanos nas empresas, Instituições de Ensino Superior (IES), Institutos de pesquisa, Incubadoras e Parques tecnológicos. Serão priorizadas as áreas de Biotecnologia, Saúde, Energia e Tecnologia da Informação (TI).	15.195.067	Bolsa concedida não contemplada em outros editais Bolsa concedida para apoiar a fixação de doutores em instituições de nível superior, centros de pesquisa e no setor empresarial Bolsa concedida para apoiar a formação de recursos humanos para atuarem em instituições de nível superior, centros de pesquisa e no setor empresarial Bolsa concedida para apoiar a iniciação científica para atuação em instituições de nível superior, centros de pesquisa e setor empresarial Doutor contratado em empresas, instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, incubadoras e parques tecnológicos	Unidade Unidade Unidade Unidade Pessoa	262 190 56 719 40
FOMENTO À PESQUISA, AO DESENVOLVIMENTO E À INOVAÇÃO	Em andamento	FAPERGS	Induzir e apoiar Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em Empresas, Instituições de Ensino Superior (IES), Centros de Pesquisa, Incubadoras e Parques Tecnológicos; consolidar conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento sustentável; estruturar, modernizar e recuperar Centros de Pesquisa e Empresas; apoiar ações voltadas para propriedade intelectual e transferência de tecnologia; induzir e fomentar PD&I através de auxílio a recém-doutor, pesquisador visitante, organização de eventos; participar em eventos nacionais e internacionais, intercâmbios científicos nacionais e internacionais e apoio à estrutura de pesquisa, priorizando as áreas de Biotecnologia, Saúde, Energia e Tecnologia da Informação (TI).	39.021.911	Auxílio concedido ao fomento e formação de recursos humanos em parceria com outras agências financiadoras do Exterior Auxílio concedido para a estruturação do centro tecnológico de inovação em saúde Auxílio concedido para a melhoria da infra-estrutura das universidades, centro de pesquisas etc. Auxílio concedido para apoiar PD&I em grupos de excelência em áreas prioritárias Auxílio concedido para consolidação de tecnologias para o desenvolvimento sustentável, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, participação e organização de eventos etc. Auxílio concedido para o fomento de PD&I em áreas prioritárias Auxílio concedido para o fomento de projetos de pesquisa com a participação do setor empresarial	Unidade Unidade Unidade Unidade Unidade Unidade	81 4 19 14 262 178 168
MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS E CENTROS DE PESQUISA DA FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Capacitação dos diversos laboratórios e centros de pesquisa da FEPAGRO, para o atendimento das demandas de produtos e serviços da agropecuária gaúcha.	5.937.935	Análise laboratorial realizada Receita proveniente de resíduos de pesquisa	Número R\$	617.000 6.729.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	Nova	CIENTEC	Promover melhorias nos subsistemas de gestão da Instituição, estimular a proteção da propriedade intelectual, no âmbito da CIENTEC e no meio empresarial, bem como reequipar os laboratórios dos diversos Departamentos operacionais da Fundação.	1.400.000	Equipamento de pesquisa adquirido Subsistema de gestão melhorado	Número Número	42 8
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARQUE INDUSTRIAL GAÚCHO	Em andamento	CIENTEC	Manter contínuo e permanente esforço no sentido de reduzir o "gap tecnológico" existente em alguns segmentos industriais; melhorar a qualidade de produtos e processos industriais, através da pesquisa e desenvolvimento, induzindo ao aumento da competitividade do parque industrial gaúcho; reduzir o desperdício de energia e matérias-primas, prevenindo a desnecessária poluição ambiental.	3.900.000	Estudo básico ou de viabilidade concluído Produto/processo desenvolvido ou otimizado Tecnologia transferida	Número Número Número	12 20 12
PARQUE TECNOLÓGICO DA CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Manter e ampliar o apoio logístico às incubadoras da Fundação e às empresas nelas residentes bem como criar infra-estrutura, composta por obras e serviços, visando transformar o Campus da CIENTEC, em Cachoeirinha, num verdadeiro "habitat de inovação" capaz de atrair empresas intensivas em conhecimento e laboratórios, complementares aos da Fundação, de Universidades da Região Metropolitana de Porto Alegre.	3.750.000	Empresa graduada pelas Incubadoras Obra civil concluída	Número Percentual	20 20
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO PARA A AGROPECUÁRIA GAÚCHA	Em andamento	FEPAGRO	Criação e execução de uma base de projetos de pesquisa e desenvolvimento (109 projetos) com o objetivo de atender as demandas de tecnologia da produção do setor agropecuário e do agronegócio gaúcho nas áreas de recursos naturais e qualidade ambiental, recursos genéticos e produção de grãos, sistemas de produção de frutas e hortaliças, florestas, sanidade animal, produção animal e zootecnia.	2.973.927	Tecnologia gerada	Unidade	38
PRÊMIO DE INCENTIVO À INOVAÇÃO RS	Em andamento	SCT	Emissão de selos de certificação para produtos inovadores e bolsas tecnológicas de incentivo para pesquisadores e inventores do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando aumentar o valor agregado dos produtos e serviços, ampliando sua competitividade nacional e internacional. Serão priorizadas as áreas de Biotecnologia, Saúde, Energia e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	149.136	Bolsa tecnológica concedida Selo Emitido	Número Número	40 120
TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA (TIB) - CALIBRAÇÕES E MEDIDAS	Em andamento	CIENTEC	Prestação de serviços de análises, testes, calibrações, inspeções e ensaios laboratoriais para empresas, avaliando a qualidade e o desempenho de insumos, produtos, processos e resíduos industriais, contribuindo para o progresso do parque industrial gaúcho.	3.450.198	Ensaio realizado Laudo emitido	Número Número	208.000 54.000

PROGRAMA: PORTO DO RIO GRANDE - PORTAL LOGÍSTICO DO MERCOSUL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
 OBJETIVO: AUMENTAR A CAPACIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA, ATENDENDO AO CLIENTE COM SEGURANÇA E QUALIDADE, DIMINUINDO SEUS CUSTOS, BUSCANDO, PORTANTO, A AFIRMAÇÃO DO PORTO DO RIO GRANDE COMO O PRINCIPAL PORTO DO MERCOSUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	137.122.179	161.563.344	298.685.523	Taxa de crescimento da movimentação no Porto do Rio Grande	Percentual	6,8	30,1
				Taxa de crescimento na movimentação de contêineres em TEUS	Percentual	13,36	65

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DRAGAGEM DOS CANAIS DE ACESSO E BACIA DE EVOLUÇÃO DO PORTO DO RIO GRANDE	Em andamento	SUPRG	Dragagem de manutenção, retificação e aprofundamento dos canais de acesso ao Porto do Rio Grande.	109.709.745	Canal de acesso e bacia de evolução aprofundados e retificados	m3	9.000.000
					Canal e bacia de evolução limpos	m3	5.800.000
GESTÃO AMBIENTAL	Nova	SUPRG	Implementação de ações de gestão ambiental através da implantação de Planos de Prevenção de Resíduos Ambientais (PPRA), Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), qualidade da água, sedimentos, bento e testes ecotoxicológicos.	12.000.000	Porto do Rio Grande organizado, com Licença de Operação mantida	Unidade	4
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO PORTO DO RIO GRANDE	Em andamento	SUPRG	Administrar o Porto do Rio Grande na qualidade de executor da delegação da União ao Estado.	80.684.051	Porto com atividade portuária fiscalizada e mantida, dando continuidade organizacional à mesma	Unidade	4
MODERNIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA NO PORTO NOVO DO RIO GRANDE	Em andamento	SUPRG	Pavimentação de áreas, recuperação de instalações e equipamentos, reconstrução das redes de facilidades, modernização da infra-estrutura e saneamento básico e adaptação do Porto Novo ao Sistema de Segurança nos portos (ISPS-CODE).	96.291.727	Área D3/D4 cercada	m	450
					Área retomada e adquirida no Porto do Rio Grande	m²	1.649.350
					Cais de saneamento recuperado - Porto Velho	m	640
					Canal de acesso modernizado e sinalizado	Canal	30
					Equipamento adquirido, adaptado, recuperado	Equipamento	9
					Extensão de cais modernizada no Porto Novo	m	1.100
					Infra-estrutura mantida, adaptada e recuperada	m²	116.500
					Porto Velho revitalizado, com a recuperação do Acervo Histórico	m²	1.200
					Rede de facilidades reconstruída e saneamento básico, rede elétrica, telefonia e lógica modernizados	m	2.000

PROGRAMA: PORTOS INTERIORES E HIDROVIAS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
 OBJETIVO: OPERAR, MANTER E QUALIFICAR AS ESTRUTURAS DOS PORTOS INTERIORES E HIDROVIAS INTEGRANTES DA BACIA DO SUDESTE, DE MODO A GARANTIR A TRAFEGABILIDADE E CONDIÇÕES OPERACIONAIS, PROPORCIONANDO BAIXOS CUSTOS NO TRANSPORTE DE INSUMOS E MANUFATURADOS CONSUMIDOS E/

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	43.910.972	19.037.355	62.948.327	Aumento na Movimentação de Cargas	Tonelada	4.292.885	5.200.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AQUISIÇÃO DE DEFENSAS	Nova	SPH	Aquisição e instalação de 14 conjuntos de defensas a serem posicionadas junto aos cabeços de amarração na área operacional do cais Navegantes do porto de Porto Alegre.	800.000	Condição operacional do porto de Porto Alegre melhorada	Percentual	100
MANUTENÇÃO DOS CANAIS DE NAVEGAÇÃO	Nova	SPH	Dragagem de manutenção e regularização dos canais de navegação da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí, objetivando normalizar as condições de navegabilidade da hidrovia, permitindo a navegação com segurança das embarcações que demandam o porto de Porto Alegre e Terminais especializados localizados na Bacia do Sudeste no transporte de insumos e manufaturados consumidos e/ou produzidos na planta industrial do Estado do Rio Grande do Sul.	13.439.522	Canal de navegação e hidrovia mantidos	m³	2.000.000
PAVIMENTAÇÃO DA ÁREA OPERACIONAL DO CAIS NAVEGANTES	Nova	SPH	Pavimentação em concreto armado de área operacional utilizada para carga, descarga de mercadorias e circulação de veículos, junto ao cais Navegantes, no porto de Porto Alegre.	2.995.000	Área operacional pavimentada	m2	12.980
PAVIMENTAÇÃO DO TERMINAL DE CONTEINERES	Nova	SPH	Pavimentação, com blocos de concreto articulado, de uma área de 36.000m², no cais Navegantes destinada à implantação de um Terminal de Containeres para atendimento das demandas de carga geral conteneurizada, objeto das navegações de Longo Curso, Cabotagem e Lacustre com origem ou destino na planta industrial do Estado do Rio Grande do Sul.	10.339.195	Terminal pavimentado	m²	36.000
PLANO ESTRATÉGICO DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	Nova	SPH	Desenvolver estudos com vistas à melhoria da logística de transporte de mercadorias em projetos voltados para revisão do Plano Hidroviário do Estado, aprofundamento das hidrovias, melhorias da sinalização náutica, integração com sistema portuário interior com vistas à redução de custos logísticos, desenvolvimento da navegação de Cabotagem, bem como buscar a implantação de plataformas intermodais.	500.000	Estudo realizado	Estudo	1
PLANO INCLINADO DO ESTALEIRO NAVAL DE TRIUNFO	Nova	SPH	Conclusão das obras de implantação do novo plano inclinado (carreira) do Estaleiro Naval de Triunfo, destinado à manutenção preventiva e corretiva das embarcações que integram o parque náutico da Diretoria de Hidrovias da SPH e aos serviços de dragagem e manutenção das hidrovias que integram a Bacia do Sudeste sob a responsabilidade da SPH.	800.000	Plano inclinado implantado	Percentual	100
QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA SPH	Nova	SPH	Qualificação das atividades da SPH, voltadas para a infra-estrutura de serviços portuários, de comunicação, energia, água potável, vigilância, assim como despesas com material de consumo, diárias, passagens, contratação de mão-de-obra por tempo determinado (avulsos), serviços de terceiros, obrigações tributárias, equipamento e material permanente, serviço de consultoria, despesas de exercícios anteriores, amortização da dívida e manutenção preventiva e corretiva de máquinas, equipamentos e instalações em geral.	28.074.610			
RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO NO CAIS NAVEGANTES	Nova	SPH	Recuperação da pavimentação em paralelepípedos de área integrante do sistema viário (faixa portuária, pátios de estocagem, área de manobra e estacionamento) do porto de Porto Alegre.	1.150.000	Pavimentação recuperada	m²	25.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SPH	Nova	SPH	Recuperação do Edifício Sede da Superintendência de Portos e Hidrovias em serviços voltados para reforma da rede elétrica, instalações hidrossanitárias, esquadrias, pisos, revestimentos, informática, telefonia, elevadores, estruturas de concreto, etc.	1.300.000	Edifício recuperado	Percentual	100
SINALIZAÇÃO NÁUTICA DAS HIDROVIAS DA BACIA DO SUDESTE	Nova	SPH	Manutenção da sinalização náutica das hidrovias da Bacia do Sudeste, com aquisição e instalação de novos sinais, de modo a melhorar as condições de navegação nos canais e no acesso aos portos públicos de Porto Alegre, Pelotas, Estrela, Cachoeira do Sul, bem como dos Terminais Privativos localizados na área de administração da SPH.	3.550.000	Sinalização náutica mantida	Percentual	100

PROGRAMA: PROGRAMA BANRISUL DE CRÉDITO E FOMENTO

Política de crédito

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA
 OBJETIVO: OFERECER LINHAS DE CRÉDITO PARA CAPITAL DE GIRO, PARA REALIZAR INVESTIMENTOS, BUSCANDO AMPLIAÇÃO DOS NEGÓCIOS E DA PRODUÇÃO, AUMENTO DE RENDA, GERAÇÃO DE EMPREGOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO. OFERECER SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE C

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	0	0	0	Volume de Crédito por Cliente	R\$	2.173	2.773,36

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ACESSO AOS SERVIÇOS BANCÁRIOS ESSENCIAIS	Em andamento	BANRISUL	Atendimento à população não bancarizada através dos correspondentes bancários e do Banricompras.	0	Operação de crédito liberada	R\$	14.300.000
ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS	Em andamento	BANRISUL	Disponibilização e operacionalização através da rede de agências, para aquisição de bens duráveis móveis, imóveis ou serviços por auto-financiamento aos clientes.	0	Cota de consórcio	R\$	228.000.000
APOIO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA MUNICIPAL	Em andamento	BANRISUL	Repasse de recursos do BNDES, através de linhas de financiamento que visem o apoio e a modernização da infra-estrutura municipal.	0	Operação de crédito liberada	R\$	26.700.000
FINANCIAMENTO AO CUSTEIO AGROPECUÁRIO	Em andamento	BANRISUL	Linhas de crédito destinadas ao custeio de lavouras e comercialização de safras. Disponibilização e operacionalização através da rede de agências e da Unidade de Negócios Rurais.	0	Operação de crédito liberada	R\$	293.202.073
FINANCIAMENTO AO MICROCRÉDITO	Em andamento	BANRISUL	Disponibilização de recursos para os micro e pequenos empreendedores através das linhas de microcrédito.	0	Operação de crédito liberada	R\$	30.850.000
FINANCIAMENTO AO PRODUTOR DA AGRICULTURA FAMILIAR	Em andamento	BANRISUL	Repasse de recursos do BNDES ao produtor, através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).	0	Operação de crédito liberada	R\$	73.195.744
FINANCIAMENTO AO PRODUTOR RURAL	Em andamento	BANRISUL	Repasse de recursos do BNDES ao produtor para investimentos e aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, armazenagem e desenvolvimento agropecuário em geral.	0	Operação de crédito liberada	R\$	20.985.577
FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO	Em andamento	BANRISUL	Linhas de crédito destinadas a suprir a demanda de capital de giro e investimento em modernização de infra-estrutura física e tecnológica das universidades do Estado.	0	Operação de crédito liberada	R\$	308.500.000
FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO	Em andamento	BANRISUL	Atendimento às necessidades de capital de giro das micro, pequenas e médias empresas de todos os segmentos da economia do Estado.	0	Operação de crédito liberada	R\$	2.375.450.000
FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE CASA PRÓPRIA	Em andamento	BANRISUL	Linhas de crédito imobiliário para atender à necessidade de construção, apoio e aquisição de casa própria.	0	Operação de crédito liberada	R\$	306.000.000
FINANCIAMENTO PARA EXPORTAÇÕES	Em andamento	BANRISUL	Linhas de crédito para exportação que visem atender à necessidade de apoio à produção e à comercialização do segmento exportador do Estado.	0	Operação de crédito liberada	R\$	1.513.325.564
FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	Em andamento	BANRISUL	Repasse de recursos obtidos no BNDES, para desenvolvimento econômico, social e urbano do Estado, através de linhas de financiamento para pessoas físicas e jurídicas dos setores industrial, comercial, rural e prestação de serviços.	0	Operação de crédito liberada	R\$	5.000.000
FINANCIAMENTO PARA PAGAMENTO DE ICMS	Em andamento	BANRISUL	Disponibilizar linha de crédito destinada a atender à necessidade de recursos para pagamento do ICMS das empresas.	0	Operação de crédito liberada	R\$	123.400.000
FINANCIAMENTO PARA SAÚDE	Em andamento	BANRISUL	Disponibilização de recursos através de linhas de crédito destinadas a atender às necessidades dos hospitais públicos e privados, clínicas e laboratórios que prestam atendimentos à saúde, com vistas a apoiar a recuperação deste setor.	0	Operação de crédito liberada	R\$	37.000.000

PROGRAMA: PROGRAMA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
 OBJETIVO: FOMENTAR A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL COM APOIO TÉCNICO E INSTITUCIONAL DE INTERESSE RECÍPROCO, BUSCANDO O BEM COMUM DA COMUNIDADE PELO ATENDIMENTO DE SUAS NECESSIDADES.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	2.753.900	0	2.753.900

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO AOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO	Em andamento	SRI	Apoiar e prestar assessoria técnica, jurídica e logística aos COREDEs e COMUDEs.	1.271.390	COMUDE apoiado COREDE apoiado	COMUDE COREDE	496 26
ARTICULAÇÃO DAS RELAÇÕES ESTADO/MUNICÍPIOS	Em andamento	SRI	Fomentar a implementação de ações de desenvolvimento regional ou local com apoio técnico e institucional, promovendo e participando de eventos com a Federação das Associações de Municípios do RS (FAMURS), Associações Regionais de Municípios, Associação Gaúcha Municipalista (AGM), União de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul (UVERGS), Universidades, Coredes, Comudes, Prefeituras Municipais, Câmara de Vereadores e outras entidades representativas da sociedade.	84.500	Ação articulada	Ação	1.040
CONSULTA POPULAR	Em andamento	SRI	Organizar e acompanhar todo o processo da Consulta Popular, bem como estabelecer parcerias com COREDEs, FAMURS, UVERGS, Assembléia Legislativa e outras entidades, para levar o Processo de Participação Popular ao conhecimento da população, buscando o seu engajamento no mesmo.	1.271.410	Consulta Popular realizada	Consulta	4
IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CODES)	Em andamento	SRI	Tomar as medidas administrativas necessárias para a implementação das decisões do Conselho.	84.500	Medida implementada	Medida	24
REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E REGIONAIS	Em andamento	SRI	Participar efetivamente nas Audiências Públicas Municipais e Regionais, bem como prestar apoio técnico e operacional para o sucesso das mesmas.	42.100	Audiência pública municipal realizada Audiência pública regional realizada	Audiência Audiência	496 26

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA
 OBJETIVO: AMPLIAR A ÁREA IRRIGADA, AUMENTANDO A PRODUTIVIDADE DO AGRONEGÓCIO NO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.269.720	248.226.000	249.495.720	Agricultor treinado que passou a utilizar ou aumentou área irrigada	Irrigante/Treinado	0	1
				Área irrigável	Ha	0	80.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES EM MANEJO DE ÁGUA E PROTEÇÃO DOS SOLOS	Nova	SI	Induzir a população rural a utilizar métodos atualizados de manejo da água e proteção dos solos, com a finalidade de aumentar a produtividade e reduzir os riscos da atividade rural. Os agricultores serão treinados por um corpo técnico de 450 extensionistas. Estes, por sua parte, serão treinados por 40 profissionais oriundos da EMATER.	1.269.720	Produtor rural treinado e motivado para utilização de técnicas de uso racional da água na propriedade	Produtor	36.000
INFRA-ESTRUTURA PARA ACUMULAÇÃO DE ÁGUA DE GRANDE PORTE	Nova	SI	Elaboração de estudos, projetos, licitação e supervisão de obras para regularização de vazão, controle de cheias, lazer, piscicultura, abastecimento urbano, preservação ambiental e irrigação com capacidade de acumulação igual ou maior do que 10 milhões de m³ (10hm³).	186.626.000	Acréscimo de área com disponibilidade de água para utilização em sistemas de irrigação	Ha	200.000
RESERVAÇÃO DE ÁGUA MULTIFAMILIAR	Nova	SI	Realização, em conjunto com a EMATER, de estudos, planos, acompanhamento de projetos, detalhamentos, modelagem, licitação, supervisão e outras ações voltadas ao aproveitamento da água para irrigação, usos múltiplos e regularização da vazão de cursos d'água que visem o atendimento multifamiliar, bem como sua gestão, administração, operação e manutenção dos sistemas. A execução da obra será realizada, de acordo com o porte, pela SEI, pelo DCM ou pela Secretaria de Obras.	40.000.000	Açude com capacidade de 1 milhão de m³ até 10 milhões de m³	Açude	100
RESERVAÇÃO DE ÁGUA UNIFAMILIAR	Nova	SI	Apoiar os produtores rurais capacitados e motivados para a implantação de projetos de irrigação e uso racional do solo e água através da construção de micro-açudes com benefício unifamiliar; Este trabalho será centralmente executado com apoio técnico e de equipamento da Secretaria Extraordinária da Irrigação e Usos Múltiplos da Água (SEI) e do Departamento de Comandos Mecanizados (DCM) da Secretaria de Agricultura, em parceria com equipes técnicas das prefeituras.	21.600.000	Açude com capacidade de armazenar até 10.000 m³ de água	Açude	36.000

PROGRAMA: PROTEÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
OBJETIVO: PROMOVER A PRESERVAÇÃO DA FLORA E FAUNA NATIVAS, DO CONJUNTO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, DA INTEGRIDADE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E DAS BELEZAS CÊNICAS DE REGIÕES E LOCAIS COM INTERESSE CIENTÍFICO E CULTURAL. PROMOVER A CONSERVAÇÃO E A RESTAURAÇÃO DOS RECURSOS

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	10.593.260	3.800.463	14.393.723	Espécie da fauna silvestre ameaçada	Unidade	261	255
				Espécie da flora nativa ameaçada	Unidade	607	599
				Taxa de regularização de áreas de Reserva Legal	Percentual	4	25
				Taxa de Regularização Fundiária das Unidades de Conservação de Proteção Integral Estaduais (área regularizada / área UCs existentes)	Percentual	34,75	40

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FAUNA E FLORA E DE PRODUTOS DA BIODIVERSIDADE	Em andamento	FZB	Produzir e manter mudas da flora nativa no Jardim Botânico; adquirir e reproduzir animais do plantel do Parque Zoológico; extrair veneno de serpentes existentes no Núcleo de Ofídios de Porto Alegre do Museu de Ciências Naturais (NOPA/MCN).	260.000	Muda da flora nativa produzida Peçonha extraída Plantel aumentado	Muda Gramma Animal	210.000 132 630
APOIO A ÁREAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Nova	FZB	Avaliar, categorizar, subsidiar a legislação e definição de usos, implementar e dar suporte à manutenção de áreas de conservação ambiental, incluindo a definição legal e implantação de categoria de Unidade de Conservação (UC) que abranja o patrimônio cultural e paleontológico do Estado e apoiar ações que visem preservá-las. Implantar e manter Parque Paleontológico na Região Hidrográfica do Guaíba, com estrutura física adequada ao desenvolvimento de pesquisa científica.	60.000	Área do Parque Paleontológico desapropriada Estrutura física do Parque Paleontológico implantada	ha m²	25 100
CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA (PCMA-RS)	Em andamento	SEMA	Conservar a biodiversidade, promovendo a distribuição equitativa dos benefícios da Mata Atlântica da Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, por meio de atividades que efetivem a implementação de Unidades de Conservação de proteção integral e de uso sustentável nas áreas núcleo e em áreas do entorno. Integrar ações de controle, educação, manejo e uso sustentável; estabelecer parcerias com instituições governamentais, não-governamentais e sociedade civil. Implementar Sistema de Informações Geográficas subsidiado por banco de dados interinstitucional. Estas ações estão previstas no Projeto de Conservação da Mata Atlântica (PCMA-RS), mediante recursos de convênio com o banco alemão KfW.	1.600.000	Plano de Manejo das Unidades de Conservação do PCMA-RS elaborado Sistema de Informações Geográficas do PCMA-RS implementado Unidade de Conservação do PCMA-RS em implementação	Plano Sistema Unidade de Conservação	11 1 11
CONTROLE DA CONTAMINAÇÃO DECORRENTE DA PECUÁRIA INTENSIVA COM VISTAS À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS AMBIENTAIS	Nova	SEMA	Promoção de ações de recuperação de ativos ambientais, em especial de recursos hídricos, degradados pela atividade da pecuária intensiva (suinocultura, avicultura, bovinocultura de leite ou confinamento de gado de corte, piscicultura), através da adequação de unidades produtivas, tornando-as unidades demonstrativas, da capacitação de técnicos e gestores e da disseminação de práticas sustentáveis de uso dos recursos ambientais.	2.180.000	Atividade de capacitação de produtores rurais realizada Atividade de capacitação de técnicos e gestores realizada Unidade Demonstrativa criada	Atividade Atividade Unidade	30 5 30
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS, CONSERVACIONISTAS, EDUCACIONAIS, CULTURAIS, RECREATIVAS, TURÍSTICAS E APOIO À GESTÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS	Em andamento	FZB	Divulgar as atividades realizadas por meio de publicações científicas, informativas e educativas, exposições temporárias, vídeos e multimídia. Promover campanhas educativas, cursos, oficinas e eventos.	90.000	Atividade de Educação Ambiental realizada Trabalho e pesquisa científica publicado Visitante, com Educação Ambiental, monitorado	Atividade Publicação Visitante	50 16 160.000

IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE RESERVA LEGAL EM IMÓVEIS RURAIS	Nova	SEMA	Promover a implantação de Áreas de Reserva Legal em imóveis rurais (propriedades particulares) mediante a utilização dos mecanismos de proteção instituídos pelo Código Florestal Federal, implicando na regularização destes imóveis. A ação contribuirá, ainda, para o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e reabilitação dos processos ecológicos e da biodiversidade e para o abrigo e proteção da fauna e flora nativas.	750.000	Área de Reserva Legal averbada	ha	22.000
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SEUC), ATRAVÉS DA CONSOLIDAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	Em andamento	SEMA	Avaliar as Unidades de Conservação (UCs) estaduais e municipais existentes; efetivar a implementação das UCs estaduais criadas, através da administração, planejamento, fiscalização e manutenção; cadastrar unidades de conservação municipais propostas, após as devidas análises e vistorias. Elaborar e publicar Plano do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), documento plurianual que deverá conter a análise e as diretrizes para a implementação das Unidades de Conservação estaduais e municipais já criadas, bem como a indicação de áreas prioritárias para a criação e implantação de novas Unidades de Conservação, cumprindo, desta forma, as atribuições legais previstas nos Decretos Estaduais nº 34.256/1992 e nº 38.814/1998.	7.950.000	Conselho das Unidades de Conservação estaduais instalado	Conselho	11
					Plano de manejo das Unidades de Conservação estaduais aprovado	Plano	13
					Plano do Sistema Estadual de Unidades de Conservação publicado	Plano	1
					Unidade de Conservação estadual em implementação	Unidade de Conservação	21
					Unidade de Conservação municipal cadastrada	Unidade de Conservação	32
PESQUISA E MONITORAMENTO DA FAUNA E FLORA, ATUAL E FÓSSIL, E DOS ECOSISTEMAS DO RIO GRANDE DO SUL	Em andamento	FZB	Desenvolver estudos taxonômicos, inventários florísticos e faunísticos, dinâmica de populações e comunidades terrestres e aquáticas e de espécies cingéticas e manter coleções científicas.	555.723	Coleção científica taxomizada	Coleção	200
					Pesquisa em campo e monitoramento da fauna e flora do Rio Grande do Sul - estudo de região fisiográfica realizado	Estudo	20
					Pesquisa em campo e monitoramento da fauna e flora do Rio Grande do Sul - expedição realizada	Expedição	200
					Registro e Coleção conservado e ampliado	Unidade	20.000
					Estrutura física criada, ampliada e modernizada	Estrutura	6
REESTRUTURAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO DA FZB	Nova	FZB	Aproveitar e readequar a área disponível, modernizar redes de comunicação físicas e lógicas e utilizar recursos de fundos específicos para ampliação da infra-estrutura, além de implementar banco de dados da biodiversidade do Rio Grande do Sul. Apoiar a implementação e operacionalização dos Sistemas de Proteção Ambiental e de Recursos Hídricos - inclusão de Banco de Dados. Tratar águas de lagos existentes no Parque Zoológico, utilizando recursos do PRÓ-GUAÍBA e FEMA.	648.000	Lago tratado	Lago	2
					Rede de informação e monitoramento da Biodiversidade implementada	Rede	1
					Sistema operacionalizado (apoiado)	Sistema	1
REFLORESTAMENTO COM ESPÉCIES DA FLORA NATIVA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO	Em andamento	SEMA	Promover o reflorestamento com espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, contribuindo para a conservação da biodiversidade e para a retirada da lista de espécies da flora ameaçadas de extinção e buscando ampliar a área de ocorrência natural destas espécies.	100.000	Muda de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção plantada	Muda	212.000
RESTAURAÇÃO DE MATA CILIAR E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	Em andamento	SEMA	Estimular, apoiar e orientar ações de restauração de mata ciliar e de recuperação de áreas degradadas, através de sistemas de revegetação, enriquecimento e/ou densificação, observados os critérios técnicos e a legislação ambiental. Consolidar o Projeto de Restauração de Mata Ciliar e Recuperação de Áreas Degradadas, reconduzindo áreas ou ambientes degradados à sua condição natural, através da adoção de estratégias que visam minimizar ou reverter o potencial degradatório advindo de usos inadequados.	100.000	Muda de espécies da flora nativa plantada	Muda	440.000
					Projeto de recuperação de áreas degradadas aprovado	Projeto	400
					Projeto de restauração de mata ciliar executado	Projeto	16
SANEAMENTO AMBIENTAL EM BACIAS HIDROGRÁFICAS COM ALTA CRITICIDADE COM VISTAS À RECUPERAÇÃO DE ATIVOS AMBIENTAIS	Nova	SEMA	Apoiar, fomentar e implementar ações visando a recuperação da qualidade ambiental de Bacias Hidrográficas críticas, em articulação com outras áreas governamentais.	100.000	Projeto desenvolvido	Projeto	30

PROGRAMA: QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
 OBJETIVO: PROMOVER A QUALIDADE AMBIENTAL NO ESTADO COM BASE NA APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS INFORMACIONAIS E REGULATÓRIOS EMANADOS DAS POLÍTICAS NACIONAL E ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	20.885.678	5.150.000	26.035.678	Incremento médio da regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (lançamentos no cadastro florestal realizados pelo DEFAP)	Percentual ao ano	0	4
				Incremento médio da regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (licenças ambientais emitidas - FEPAM e municípios habilitados no SIGA)	Percentual ao ano	0	11
				Incremento médio da regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (outorgas de uso da água emitidas pelo DRH)	Percentual ao ano	0	32
				Índice de regularização de empreendimentos potencialmente poluidores e atividades utilizadoras de recursos naturais (autorizações de serviços florestais emitidas-DEFAP e municípios habilitados no SIGA)	Unidade	0	100
				Parâmetro monitorado de qualidade da água em desacordo com os padrões estabelecidos	Percentual	30	10
				Parâmetro monitorado de qualidade do ar em desacordo com os padrões estabelecidos	Percentual	50	25
				Redução dos processos administrativos de atividades passíveis de licenciamento ambiental pendentes (processos pendentes / processos solicitados)	Percentual	15	10
				Taxa de licenciamento de atividades passíveis de licenciamento ambiental (licenças emitidas / licenças solicitadas)	Percentual	87	95
				Tempo médio para emissão de licenças ambientais	Dia	300	180

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E DE GESTÃO AMBIENTAL	Em andamento	FEPAM	Elaborar, desenvolver e implementar projetos e pesquisas, mediante convênios, com vistas a melhorias ambientais. Desenvolver projetos para a execução de monitoramentos, diagnósticos, processos, normas e padrões para o planejamento ambiental, a fiscalização e o licenciamento, além de metodologias para estratégias de controle, e análise de projetos de Estudos de Impacto Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica.	408.624	Projeto desenvolvido	Projeto	20
CONSOLIDAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DIGITAL	Em andamento	FEPAM	Implementar e complementar o Licenciamento Ambiental Digital na sua integralidade, via Cadastro de Dados "on line", tramitação (fluxos de trabalho e de documentos eletrônicos), normatização e análise de processos (gestão de conhecimento) informatizada, com vistas à modernização e agilização do Licenciamento Ambiental.	1.696.877	Sistema de Licenciamento Ambiental Digital da FEPAM implementado	Sistema	1
CONTROLE DOS RECURSOS FLORESTAIS	Em andamento	SEMA	Controlar o uso florestal, possibilitando o uso alternativo do solo, propiciando a ampliação ou instalação de empreendimentos considerados potencialmente poluidores ou geradores de degradação ambiental; dar cumprimento à reposição florestal obrigatória e possibilitar o aproveitamento da matéria-prima florestal.	1.813.000	Autorização de serviços florestais emitida	Autorização	14.000

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS	Em andamento	SEMA	Planejar e realizar ações de fiscalização no interior e no entorno das Unidades de Conservação estaduais; analisar solicitações de anuência para o licenciamento ambiental e florestal no interior e no entorno das Unidades de Conservação estaduais.	1.684.000	Documento de fiscalização lavrado Termo de anuência para licenças florestais e ambientais emitido	Documento Termo	240 460
criação e implementação do cadastro técnico estadual de atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais	Nova	SEMA	criar e implementar o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, previsto na Lei 10.165/2000 e na futura legislação estadual, mediante a unificação do Cadastro Florestal Estadual e da base de dados de empreendimentos potencialmente poluidores. Trata-se de banco de informações necessárias à cobrança de Taxa de Fiscalização Ambiental, que integrarão o Sistema Nacional de Informações Ambientais (SINIMA) e o Sistema Estadual de Registros, Cadastros e Informações Ambientais, previstos, respectivamente, na legislação federal e estadual. Manter e atualizar o cadastro de pessoas físicas e jurídicas que transportam, utilizam, produzem ou comercializam, sob qualquer forma, matéria-prima, produto ou subproduto florestal.	150.000	Cadastro técnico criado Lançamento no Cadastro Florestal realizado	Cadastro Lançamento	1 23.000
DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, COM A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL (SIGA-RS)	Em andamento	SEMA	Implementar os instrumentos de licenciamento e fiscalização ambientais descentralizados, com o compartilhamento do controle ambiental entre os órgãos de meio ambiente estaduais e municipais. O efetivo implemento da gestão compartilhada consistirá no apoio e capacitação dos técnicos e gestores dos municípios já habilitados, a qualificação dos municípios que ainda não realizam o licenciamento das atividades e empreendimentos considerados como de impacto local, no âmbito do Rio Grande do Sul, e o aprimoramento dos instrumentos legais que regulam a matéria.	3.000.000	Autorização de serviço florestal municipal emitida Licença ambiental municipal emitida	Autorização Licença	20.000 90.000
ELABORAÇÃO DE NORMAS, DIAGNÓSTICOS E ZONEAMENTOS	Em andamento	FEPAM	Definir, divulgar e regulamentar normas; elaborar diagnósticos e zoneamentos ambientais orientados ao uso sustentável dos recursos ambientais (ar, água e solo) a serem periodicamente disponibilizados.	260.000	Diagnóstico ambiental realizado e periodicamente disponibilizado Norma técnica regulamentada Zoneamento elaborado	Diagnóstico Norma Zoneamento	12 20 4
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA, ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DO PLANO OPERACIONAL DE CONTROLE (POC)	Em andamento	SEMA	Coordenar e promover ações de fortalecimento da defesa e proteção ambiental, através da fiscalização integrada. Potencializar o rendimento dos recursos humanos e materiais de instituições com atribuição de fiscalização no âmbito do Estado. Trata-se de ampliar as ações existentes no Projeto de Conservação da Mata Atlântica - Plano Operacional de Controle (POC) - e no Sistema Integrado de Gestão Ambiental, transformando-as no procedimento preferencial em fiscalização ambiental.	5.295.857	Atividade de fiscalização integrada realizada	Atividade	600
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E FLORESTAIS GEORREFERENCIADO PARA O CONTROLE AMBIENTAL	Nova	SEMA	criar e implantar sistema digital e unificado de gerenciamento de informações ambientais georreferenciadas, voltado à qualificação do controle ambiental e dos processos de gestão florestal, aprimorando a prestação dos serviços de licenciamento, cadastramento e fiscalização ambiental e florestal e servindo como ferramenta para a tomada de decisões estratégicas e operacionais. Os dados integrarão os Sistemas Nacionais de Informações Ambientais e Florestais e o Sistema Estadual de Registros, Cadastros e Informações Ambientais, previstos, respectivamente, na legislação federal e estadual e serão alimentados pelos órgãos ambientais estaduais e municipais.	40.000	Sistema de gerenciamento de informações ambientais e florestais georreferenciado implantado	Sistema	1
IMPLANTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	Em andamento	SEMA	Estruturar e desenvolver a Outorga do direito de uso da água, implantar e operar redes de monitoramento hidrológico, desenvolver e manter atualizados o cadastro de usuários e o Sistema Estadual de Informações em Recursos Hídricos. A administração dos Recursos Hídricos, especialmente a repartição adequada das disponibilidades hídricas, é papel do Estado, uma vez que todas as águas são públicas.	2.590.084	Cadastro de usuários implantado Outorga de uso da água emitida Rede de monitoramento hidrológico implantada Sistema de Outorga implantado Sistema Estadual de Informações em Recursos Hídricos implantado	Cadastro Outorga Rede Sistema Sistema	1 18.500 1 1 1

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
IMPLEMENTAÇÃO DE SEDES REGIONAIS PARA ATIVIDADES DE QUALIDADE E CONTROLE	Em andamento	FEPAM	Promover a desconcentração institucional via regionalização das ações de qualidade e controle para todo o Estado, através da qualificação e instrumentalização das sedes regionais existentes e ampliação da rede.	600.000	Regional em operação	Regional	10
IMPLEMENTAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO ESTADUAL DE ATIVIDADES POLUIDORAS (TFA-RS)	Nova	FEPAM	Implementar o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, previsto na Lei 10.165/2000 e na futura legislação estadual, para a cobrança da Taxa de Fiscalização Ambiental (TFA-RS). Os dados integrarão o Sistema Nacional de Informações Ambientais e o Sistema Estadual de Registros, Cadastros e Informações Ambientais.	1.000.000	Cadastro implantado	Cadastro	1
LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE FONTES DE POLUIÇÃO	Em andamento	FEPAM	Realizar o licenciamento e a fiscalização ambiental de fontes de poluição, garantindo a devida publicidade dos atos.	6.931.236	Licença emitida	Licença	32.000
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR E DA ÁGUA COM USO DE BIOINDICADORES	Em andamento	FZB	Monitorar a diversidade específica em ambiente aquático e aéreo por meio da identificação de espécies de esponjas e líquens, resistentes às alterações ambientais e de cianobactérias tóxicas.	16.000	Sítio avaliado	Sítio	80
REALIZAÇÃO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL COM A DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIOS E BOLETINS	Em andamento	FEPAM	Elaborar e divulgar dados de monitoramento da qualidade dos recursos ambientais (recursos hídricos, atmosféricos e de usos do solo), a serem consolidados e divulgados periodicamente, via relatórios e boletins.	550.000	Relatório e boletim de monitoramento ambiental divulgado	Documento	1.200

PROGRAMA: SEGURANÇA ALIMENTAR NA PRODUÇÃO, NO ARMAZENAMENTO E NO ABASTECIMENTO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
 OBJETIVO: QUALIFICAR OS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL E AS CONDIÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DAS SAFRAS POR MEIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUALIFICADOS PARA O ABASTECIMENTO DOS CENTROS URBANOS E PARA A ESTOCAGEM DE PRODUTOS PERECÍVEIS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	194.678.864	29.622.216	224.301.080	Animal rastreado	Cabeça	13.000	200.000
				Incremento do volume anual de comercialização na CEASA, de produtos selecionados.	Percentual	2	8
				Quantidade de alimentos aproveitados e distribuídos	Kg/mês	50.000	55.000
				Volume de produtos com certificação	Tonelada	7.100.000	8.630.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Em andamento	CEASA	Centralizar o abastecimento de hortifrutigranjeiros do Estado do Rio Grande do Sul, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação de preços saudável através da oferta de um shopping concentrador de oferta e procura, disponibilizando serviços como limpeza, segurança, manutenção, fiscalização de embalagens, classificação e sanidade de produtos, informação de mercado e retorno do ICMS aos municípios, visando à harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e à melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.	33.483.216	Alimento comercializado no Complexo CEASA/RS	Tonelada	559.000
					Alimento distribuído pelo programa assistencial "Tá no Prato"	Kg	2.640.000
					Embalagem de madeira substituída por embalagem plástica	Percentual	80
					Usuário beneficiado pelo complexo da CEASA/RS	Usuário	15.869
ARMAZENAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA GAÚCHA	Em andamento	CESA	Promover a política de armazenagem e segurança alimentar do Rio Grande do Sul, prestando serviços estratégicos na guarda, preservação e beneficiamento de grãos e outros produtos perecíveis e deterioráveis, regulando o fluxo de safras e proporcionando suporte indispensável à comercialização agrícola.	184.567.864	Granel armazenado	Tonelada	5.227.102
					Produto armazenado em frio	Tonelada	570.229
FOMENTO À CERTIFICAÇÃO E À RASTREABILIDADE	Em andamento	SEAPA	Aumentar os índices de certificação e rastreabilidade de produtos no Rio Grande do Sul. Promover e divulgar, junto aos produtores e consumidores, a importância mercadológica que a certificação e a rastreabilidade trazem.	6.050.000	Produto certificado	Tonelada	32.130.000
					Produto rastreado	Tonelada	530.000
PUBLICIDADE PARA A CERTIFICAÇÃO E A RASTREABILIDADE	Nova	SEAPA	Promoção dos benefícios da certificação e da rastreabilidade dos produtos agropecuários.	200.000	Material divulgado	Unidade	20

PROGRAMA:	TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA						Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA						
OBJETIVO:	GARANTIR E AUMENTAR A CAPACIDADE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO COM CONFIABILIDADE, QUALIDADE, SEGURANÇA E RENTABILIDADE, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS SÓCIOAMBIENTAIS, DOS ÓRGÃOS REGULADORES E DEMAIS ÓRGÃOS SETORIAIS. PERMITIR O ACESSO A NOVOS US						
VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.277.433.000	520.000.000	1.797.433.000	EI t - Energia Interrompida na Transmissão	Percentual	0,0109	0,011

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO	Nova	CEEE	Construir linhas de transmissão e subestações de energia elétrica visando aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT.	458.000.000	POTÊNCIA INSTALADA DO SISTEMA	MVA	8.600
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA TRANSMISSÃO	Em andamento	CEEE	Executar as programações de manutenção preventiva e preditiva das subestações e linhas de transmissão e operar a rede básica de transmissão da CEEE-GT, de maneira a garantir o bom funcionamento do sistema.	1.339.433.000	Índice de manutenção preventiva de subestações e linhas de transmissão	Percentual	97,4

PROGRAMA: USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA
OBJETIVO: INCENTIVAR A BUSCA CONSTANTE POR INOVAÇÕES E FAZER FRENTE AOS DESAFIOS TECNOLÓGICOS RELACIONADOS COM O DESENVOLVIMENTO DOS USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INTEGRADO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	536.000	6.574.000	7.110.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BACIAS	Nova	SI	Elaborar o Plano Diretor de programas para o desenvolvimento sustentável de bacias, visando Implantar mecanismos gerenciais e de gestão pública que propiciem melhorar qualidade de vida da população da região e promovam o desenvolvimento sustentável, reduzindo o grau de poluição das águas superficiais, evitando o comprometimento dos recursos hídricos	1.030.000	Plano diretor elaborado	Plano diretor	1
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	Nova	SI	Seleção e avaliação dos melhores métodos, técnicas e equipamentos que facilitem os usos múltiplos da água, a irrigação e auxiliem na proteção dos solos com a finalidade de aumentar a produtividade e reduzir os riscos da atividade rural.	6.080.000	Inventário Hidrológico para usos múltiplos realizado Local selecionado para barramento com fins de usos múltiplos da água	unidades unidades	100 100

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	2.060.031.622	41.293.624	2.101.325.246

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - BANRISUL	Em andamento	BANRISUL	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	474.961.287			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CEAF	Em andamento	CEAF	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	22.500.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	19.267.104			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - DAER	Em andamento	DAER	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	53.014.537			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FAPERGS	Em andamento	FAPERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	1.640.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	9.441.684			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FEPAM	Em andamento	FEPAM	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	39.965.162			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FZB	Em andamento	FZB	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	20.503.585			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SCT	Em andamento	SCT	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	356.284			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEAPA	Em andamento	SEAPA	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	140.068.700			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEDAI	Em andamento	SEDAI	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	4.520.941			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEFAZ	Em andamento	SEINFRA	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	2.525.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEMA	Em andamento	SEMA	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	12.540.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SETUR	Em andamento	SETUR	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	3.600.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SI	Em andamento	SI	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	10.232.022			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - ZOPERGS	Em andamento	ZOPERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	805.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Publicidade Institucional	350.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - DAER	Em andamento	DAER	Publicidade Institucional	1.810.252			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FAPERGS	Em andamento	FAPERGS	Publicidade Institucional	40.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Publicidade Institucional	60.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FEPAM	Em andamento	FEPAM	Publicidade Institucional	800.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FZB	Em andamento	FZB	Publicidade Institucional	424.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SCT	Em andamento	SCT	Publicidade Institucional	46.492			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEAPA	Em andamento	SEAPA	Publicidade Institucional	2.800.000			

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEDAI	Em andamento	SEDAI	Publicidade Institucional	400.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEINFRA	Em andamento	SEINFRA	Publicidade Institucional	400.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEMA	Em andamento	SEMA	Publicidade Institucional	60.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SETUR	Em andamento	SETUR	Publicidade Institucional	7.360.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SI	Em andamento	SI	Publicidade Institucional	782.764			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Publicidade Institucional	3.600.000			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Remuneração do pessoal ativo	72.477.820			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - DAER	Em andamento	DAER	Remuneração do pessoal ativo	438.902.633			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FAPERGS	Em andamento	FAPERGS	Remuneração do pessoal ativo	5.737.694			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Remuneração do pessoal ativo	13.762.578			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEPAM	Em andamento	FEPAM	Remuneração do pessoal ativo	78.404.009			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FZB	Em andamento	FZB	Remuneração do pessoal ativo	38.986.012			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - IRGA	Em andamento	IRGA	Remuneração do pessoal ativo	72.443.510			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SCT	Em andamento	SCT	Remuneração do pessoal ativo	51.036.133			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEAPA	Em andamento	SEAPA	Remuneração do pessoal ativo	158.333.152			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEDAI	Em andamento	SEDAI	Remuneração do pessoal ativo	34.517.662			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEINFRA	Em andamento	SEINFRA	Remuneração do pessoal ativo	30.467.342			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEMA	Em andamento	SEMA	Remuneração do pessoal ativo	16.666.854			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SETUR	Em andamento	SETUR	Remuneração do pessoal ativo	10.303.750			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SI	Em andamento	SI	Remuneração do pessoal ativo	4.062.284			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SPH	Em andamento	SPH	Remuneração do pessoal ativo	151.292.100			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Remuneração do pessoal ativo	89.056.899			



Desenvolvimento Social: mais qualidade de vida para todos

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
OBJETIVO: PROMOVER A REEDUCAÇÃO, A REINTEGRAÇÃO SOCIAL E RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS; ELIMINAR O DÉFICIT DE VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL; REDUZIR O NÚMERO DE FUGAS E EVASÕES DE PRESOS; APRIMORAR AS CONDIÇÕES DE HIGIENE E SAÚDE NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS; RACIONALIZAR

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	293.462.937	321.601.171	615.064.108	Percentual de ocupação de vagas	Percentual	151	100
				Percentual de presos condenados em atividade escolar	Percentual	14,19	30
				Percentual de presos condenados em atividade laboral	Percentual	50,74	70
				Taxa média de fugas para 10.000 presos do Regime Fechado	Taxa	4,5	0

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PROVER O SISTEMA PRISIONAL COM OS MEIOS NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS	Em andamento	SSP	Gestão dos serviços e despesas efetuados pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) em alimentação, saúde, higiene, educação, trabalho, acompanhamento jurídico e psicossocial, bem como com infra-estrutura e comunicações. Construção, ampliação e reforma de estabelecimentos prisionais; modernização dos equipamentos de segurança e vigilância; renovação e readequação da frota de veículos; aquisição de bens patrimoniais, equipamentos de informática e outros.	615.064.108	Casa prisional construída	Número	15
					Preso atendido	Percentual	100
					Vaga criada em estabelecimentos prisionais	Número	10.200

PROGRAMA: ASSISTÊNCIA EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO SISTEMA DE SAÚDE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE

OBJETIVO: EFETUAR A CONFORMAÇÃO DE REDES REGIONALIZADAS E HIERARQUIZADAS DE SERVIÇOS NA ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR, NA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TRANSPLANTES, NO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E NA REGULAÇÃO DA ASSISTÊNCIA, COMO PORTA DE ENTRADA REGULADA PELO SISTEMA

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	273.355.000	86.481.967	359.836.967	Índice de contratualização de unidades conveniadas e contratadas pelo SUS	Percentual	17	100
				Nº de Centrais de Regulação Assistencial implantadas	Central de Regulação	1	19
				Nº de municípios com adesão ao Programa de Urgência e Emergência	Município	30	54
				Nº de Redes Assistenciais implantadas	Rede	6	17
				Nº de transplantes realizados	Transplante	1.344	1.547
				Nº de Unidades de Atenção ao Portador de Deficiências habilitadas	Unidade	36	55

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR	Em andamento	SES	Implantar Redes de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência: Auditiva, Física, Mental, Autismo e Déficit Sensoriomotor. As Redes são constituídas por unidades especializadas descentralizadas e hierarquizadas, com equipes multiprofissionais, atendimentos especializados em reabilitação, com prescrição, adaptação e concessão de órtese, próteses e materiais especiais (OPM). Contempla também o serviço de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) interestadual, disponibilizando deslocamentos aéreos ou rodoviários para fins de tratamento fora do Estado, quando não existe na rede SUS/RS	150.500.000	Órtese, prótese e material especial concedido Paciente atendido e beneficiado Unidade de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência implantada	Concessão Paciente Unidade	1.661.151 53.953 193
CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL E UNIDADE DE REABILITAÇÃO	Em andamento	SES	Construção do Bloco C do complexo hospitalar do Hospital Regional de Santa Maria e aquisição de equipamentos para fins de atendimento de alta complexidade e doenças do aparelho locomotor. As especialidades previstas para o hospital são: clínica médica, clínica cirúrgica, clínica obstétrica, clínica pediátrica, neonatologia, psiquiatria e doenças do aparelho locomotor, garantindo à população do Rio Grande do Sul a instalação de uma Unidade de Reabilitação nos moldes do Hospital da Rede Sarah.	44.481.967	Bloco C do Hospital construído	Percentual	100
DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TRANSPLANTES	Em andamento	SES	A doação de órgãos e transplantes é gerenciada pela Central de Transplantes, que regula, implementa e avalia todas as etapas relacionadas com as atividades de transplantes no Estado do Rio Grande do Sul, adequando-se à legislação federal vigente.	1.655.000	Doador efetivo de órgãos captado Nº de mortes encefálicas notificadas Transplante de órgãos e tecidos realizado	Doador Notificação Transplante	594 1.711 5.875
ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA	Em andamento	SES	Ampliação da rede existente para atendimento das urgências/emergências através da implantação gradual de bases do SALVAR-SAMU em todas as regiões do Estado, tornando resolutivo o atendimento, com conseqüente diminuição da morbi-mortalidade.	83.500.000	Base de Atendimento do Salvar-SAMU implantada	Base	24
IMPLANTAÇÃO DE REDES REGIONALIZADAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	Em andamento	SES	Organização dos serviços assistenciais ambulatoriais e hospitalares do SUS em redes regionalizadas e hierarquizadas, implantando novas redes: de Atendimento Hospitalar, de Unidades de Tratamento Intensivo, de Oftalmologia, de Oncologia, do paciente com obesidade grave, de Neurocirurgia, de terapia nutricional, de Análises Clínicas, de Queimados e de Odontologia. Realização de investimentos em Unidades de Referência para fortalecer a atenção regionalizada secundária.	57.500.000	Rede Assistencial implantada	Rede Assistencial	11

REGULAÇÃO ASSISTENCIAL	Em andamento	SES	Implantação de Complexos Reguladores para prestação de atendimento e regulação pré-hospitalar a cidadãos acometidos por agravos agudos, até serem transportados para os serviços de saúde. Regulação da Internação, a ser iniciada nas internações em leitos de UTI Neonatal, Pediátrica, Adulto, seguida pelas demais internações. Regulação Ambulatorial, a ser iniciada pela Regulação da Terapia Renal Substitutiva (TRS), seguindo-se, após, pela consultas e exames especializados.	22.200.000	Central de Regulação Assistencial implantada	Central	7
------------------------	--------------	-----	---	------------	--	---------	---

PROGRAMA: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
 OBJETIVO: ATUALIZAR MEIOS DE AVALIAÇÃO E CONTROLE, POSSIBILITANDO O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES, OTIMIZANDO O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, PARA ATENDER OS USUÁRIOS DE MEDICAMENTOS, CONFORME CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELOS PROTOCOLOS CLÍNICOS E

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	702.123.000	6.407.000	708.530.000	Atendimento da demanda de dispensação de medicamentos especiais/excepcionais	%	57	100
				Avaliação e orientação dos municípios para a utilização do Sistema de Acompanhamento do Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica (SIFAB)	%	11	100
				Cumprimento das determinações judiciais com entrega dos medicamentos	%	55	100
				Distribuição anual de medicamentos	Medicamento (milhar)/ano	108.000	470.000
				Produção anual de medicamentos	Unid.farmacêutica (milhar)/ano	26.400	300.000
				Tempo decorrido entre a solicitação e o atendimento dos processos administrativos	Dia	50	20

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONCLUSÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO (LAFERGS)	Em andamento	FEPPS	A obra em questão visa a adequação das instalações do LAFERGS às exigências impostas pela legislação sanitária referente à fabricação de medicamentos. A conclusão da obra proporcionará a ampliação da capacidade produtiva do LAFERGS, possibilitando a produção de um elenco maior de produtos, com melhor estrutura para apoiar os programas da Secretaria Estadual de Saúde (SES/RS).	1.600.000	Prédio concluído	% de área concluída	100
DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	Em andamento	FEPPS	Garantir a agilidade na distribuição de medicamentos nos municípios e o ordenamento adequado dos produtos, em áreas apropriadas e nas condições de conservação exigidas para a manutenção da sua integridade, conforme preconizado na legislação vigente sobre as Boas Práticas de Distribuição.	5.746.000	Medicamento distribuído	Unidade farmacêutica (milhar)	1.430.000
GERENCIAMENTO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS, ESPECIAIS E DE AÇÕES JUDICIAIS	Em andamento	SES	Gerenciar e planejar a aquisição de medicamentos. Implementar e expandir os Centros de Referência no Estado. Aprimorar a logística de distribuição de medicamentos. Aprimorar a execução cadastral dos processos administrativos, observando o uso racional dos medicamentos e critérios farmacoeconômicos. Coordenar e acompanhar as demandas dos processos judiciais, subsidiando o Estado nas ações judiciais através das evidências científicas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde (PCDT/MS).	612.155.000	Usuário do SUS com demanda de medicamento atendido	%	100
INCENTIVO À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL	Em andamento	SES	Garantir, através do repasse da contrapartida estadual, o acesso da população a medicamentos essenciais básicos utilizados para o tratamento dos agravos da atenção básica, contribuindo para o aumento da resolutividade do sistema e para a qualidade de vida da população.	56.700.000			
PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS	Em andamento	FEPPS	Após o término das obras de reforma do LAFERGS e obtenção da Certificação de Boas Práticas de Fabricação expedida pela ANVISA, o Laboratório passará a produzir medicamentos conforme elenco definido pela Coordenação de Política de Assistência Farmacêutica da SES, com a colaboração da FIOCRUZ e outras instituições.	32.329.000	Medicamento produzido	Unidade farmacêutica (milhar)	600.000

PROGRAMA: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
 OBJETIVO: GARANTIR AÇÕES DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA POPULAÇÃO, DIRECIONADAS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, À MULHER, AO ADULTO E AO IDOSO, AMPLIANDO A COBERTURA DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL PELA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA. DESENVOLVER PROJETOS E IMPLEMENT

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	242.135.600	94.223.500	336.359.100	Coefficiente de gestação na adolescência (dos 11 aos 19 anos)	1/1000	29	23
				Coefficiente de mortalidade infantil (menores de 1 ano)	1/1000 nascidos vivos	13,1	8,9
				Expectativa média de vida	Ano	73,3	74,5
				Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas	Consulta/habitante/ano	1,17	1,8
				Média mensal de visitas domiciliares por família	Visita/família/mês	0,16	0,28
				População coberta com primeira consulta odontológica programática	Percentual	9,47	17
				Proporção da população coberta pelo Programa de Saúde da Família	Percentual	33	60
				Proporção de altas por abandono de tratamento da tuberculose no total de casos notificados na coorte	Percentual	10	6
				Proporção de mulheres captadas no 1º trimestre de gestação na área coberta pelo PSF	Percentual	81,7	90
				Proporção de nascidos vivos com muito baixo peso ao nascer	Percentual	1,2	0,9
				Razão entre exames preventivos do câncer do colo do útero em mulheres de 25 a 59 anos e a população feminina nesta faixa etária	Exame/mulher de 25 a 59 anos	0,14	0,31
				Taxa de internação por alcoolismo na população de 10 anos ou mais	1/10000 habitantes	4,5	4
				Taxa de internação por AVC na população de 60 anos ou mais	1/10000 habitantes	91	79,95
				Taxa de internação por infecção respiratória aguda em menores de 5 anos de idade	1/1000	33,9	29
				Taxa de internações por AVC na população de 30 a 59 anos	1/10000 habitantes	12,91	11,21

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Em andamento	SES	A criança é prioridade de governo e a mortalidade infantil retrata a qualidade de vida da população. Para diminuir o coeficiente de mortalidade infantil deve-se qualificar as ações de saúde, especialmente, as do pré-natal, parto e puerpério. Na Atenção à Criança e ao Adolescente, desenvolvida em conjunto com os municípios, incluem-se ações e serviços de promoção e proteção à saúde, diagnóstico e tratamento de doenças, em especial as de maior prevalência e as de sócio-reabilitação, além de atendimento especializado a crianças e adolescentes vítimas de abuso e violência sexual.	30.723.900	Óbito em menor de 1 ano investigado Proporção de nascidos vivos com muito baixo peso ao nascer	Percentual Percentual	99 0,9
ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER	Em andamento	SES	A Atenção Integral à Saúde da Mulher envolve prevenção e promoção da saúde, atendimento à doença, reabilitação e alívio do sofrimento, considerando as questões inerentes ao gênero e aos problemas de relevância como: planejamento familiar, estado nutricional, pré-natal, parto, puerpério, climatério, câncer de colo e de mama, além da violência contra a mulher.	6.720.000	Exame citopatológico cérvico-vaginal em mulher de 25 a 59 anos realizado Gestante com 7 ou mais consultas de pré-natal realizadas Mamografia em mulher acima de 40 anos realizada	Exame Percentual Mamografia	2.505.790 87,7 1.711.666

Programa	Situação	Órgão	Descrição	Valor	Objetivo	Indicador	Valor
ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO ADULTO	Em andamento	SES	Atenção Integral à Saúde do Adulto com ênfase nas áreas de promoção e prevenção, acompanhamento e reabilitação da população adulta. Decorrentes da maior prevalência e relevância na população do Rio Grande do Sul, destacam-se as doenças cardio-vasculares, neoplasias, hanseníase, tuberculose, DST/HIV/AIDS, acidentes e violências (causas externas).	26.289.600	Alta por abandono de tratamento da Tuberculose Gestante HIV+ atendida Internação por AVC na população de 30 a 59 anos Paciente com Hanseníase curado	Percentual Percentual Número Percentual	6 100 4.744 100
ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO IDOSO	Em andamento	SES	Implementação, com os municípios, de ações prioritárias do Pacto pela Vida à população acima dos 60 anos, em todos os níveis de atenção. Implantação da Caderneta da Saúde do Idoso e construção da rede de serviços da Pessoa Idosa, enfatizando o acolhimento, a efetiva resolutividade e a qualidade das demandas locais e regionais. Promoção da dignidade, do respeito e da liberdade do idoso, garantindo a manutenção de sua capacidade funcional, autonomia e sua inserção na família e na comunidade.	3.530.000	Internações por AVC na população acima de 60 anos	Número	9.113
ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Em andamento	SES	A Atenção Básica tem sido reconhecida como um dos componentes-chave de um sistema de saúde eficaz. O modelo utilizado para ampliação do acesso da população e qualificação dos serviços oferecidos tem sido a Estratégia de Saúde da Família, além do Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Os serviços de Atenção Básica ficaram sob responsabilidade direta dos municípios, ficando a SES com as atribuições de co-financiar, garantir a equidade na oferta de serviços, promover cooperação técnica com os municípios, além de promover a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos.	210.000.000	Equipe de Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) implantada Equipe de Saúde Bucal implantada Equipe de Saúde Bucal Indígena implantada Equipe de Saúde da Família implantada Equipe de Saúde Indígena implantada Equipe de Saúde Prisional implantada	Equipe Equipe Equipe Equipe Equipe Equipe	141.559 2.052 22 2.052 22 36
SANEAMENTO BÁSICO COMUNITÁRIO (PROSAN)	Em andamento	SES	Realização de ações de saneamento alternativo de baixo custo, envolvendo atividades preventivas e/ou educativas, de maneira ecológica, visando reduzir o número de domicílios no Estado que não possuem água potável encanada e/ou banheiros com esgotamento sanitário. Incentivo da prática de corretos hábitos de higiene antes e durante a implantação das melhorias comunitárias, domiciliares e ambientais.	13.800.000	Extensão de água implementada Módulo sanitário implantado Rede de água implantada	Extensão Módulo Rede	92 1.000 144
SAÚDE MENTAL	Em andamento	SES	Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Saúde Mental corresponde a 12% da necessidade de atenção à saúde da população. Deste total, 25% estão relacionados aos transtornos do humor e em torno de 50% ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Estas patologias acarretam internações psiquiátricas e incapacidade laborativa. A saúde mental deve desenvolver ações que atendam estas doenças, além das demais vinculadas ao sofrimento psíquico, através de uma rede de atenção integral à saúde. Para isto, se faz necessário o apoio técnico e financeiro aos municípios, para a ampliação e qualificação das equipes e da rede existente.	45.295.600	Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em funcionamento	CAPS	645

PROGRAMA: DEFESA CIVIL

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: GOVERNO DO ESTADO
 OBJETIVO: REDUZIR O TEMPO RESPOSTA NO ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR CALAMIDADES. ELABORAR PESQUISAS CIENTÍFICAS, EM PARCERIA COM AS UNIVERSIDADES, VISANDO PLANEJAR AS AÇÕES DE DEFESA CIVIL; ELABORAR O PLANO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, INTEGRANDO OS ÓRGÃOS

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	1.484.332	0	1.484.332

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA A DEFESA CIVIL DO ESTADO	Em andamento	CM	Definição dos materiais e equipamentos a serem adquiridos para atuação preventiva e em situações de emergência; realização de processo licitatório para aquisição dos equipamentos e demais recursos necessários; treinamento dos servidores para uso dos equipamentos; instalação dos equipamentos. A aquisição de veículos específicos para as ações de defesa civil é um dos principais fatores na redução do tempo resposta às comunidades. Para tanto, se faz necessário: reunião com os técnicos para especificação das viaturas ideais para o atendimento às comunidades vítimas de calamidades; desenvolvimento da licitação pública; distribuição das viaturas obedecendo o critério definido pelo CEDEC.	40.000	Kit (conjunto de equipamentos) adquirido Viatura especializada adquirida	Unidade Unidade	20 8
ATENDIMENTO A COMUNIDADES EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA OU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Em andamento	CM	Atendimento às comunidades atingidas por eventos adversos, através de ações de recuperação, assistência e socorro; aquisição de equipamentos e materiais de construção, alimentos, medicamentos, roupas, etc., para auxiliar municípios.	830.000	Demanda atendida	Percentual	100
ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL NA BR-101	Em andamento	CM	Viabilizar um sistema de prevenção e atendimento a emergências ambientais ocasionadas por veículos transportadores de produtos perigosos na BR-101, trecho de Osório a Torres, através da aquisição de material de informática ("software" com bancos de dados toxicológico e de acidentes/rotas de transporte), de materiais de comunicação e de viaturas/reboque especializadas para o atendimento de acidentes com produtos perigosos, para uso das unidades do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar, e de suas unidades, localizadas ao longo da via, que possuem área de ação junto ao trecho conveniado, visando o resgate de vítimas e a contenção de produtos perigosos, minimizando o seu impacto ambiental em caso de acidentes.	534.332	Equipamento de informática adquirido Kit de pronto atendimento para emergências ambientais adquirido	Unidade Unidade	12 11
CONVÊNIOS COM AS UNIVERSIDADES	Em andamento	CM	Planejamento de ações preventivas de defesa civil com base em indicadores oriundos de fontes oficiais, os quais podem ser obtidos através da formação de grupos de estudos junto às Universidades, uma vez que as mesmas dispõem de conhecimento e meios adequados. Mediante celebração de convênios, as universidades desenvolverão pesquisas científicas, visando identificar áreas de risco e subsidiar tomadas de decisões.	30.000	Área de risco mapeada	Percentual	25
REESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA CIVIL DO ESTADO	Em andamento	CM	Ampliação do Centro de Operações da Defesa Civil objetivando atuação eminentemente preventiva; reunião com técnicos da Defesa Civil para verificar os equipamentos e materiais necessários para o desenvolvimento satisfatório do projeto; adequação do espaço físico; aquisição e instalação dos equipamentos; aperfeiçoamento dos servidores do CODEC.	50.000	Centro de Operações de Defesa Civil ampliado e operacionalizado.	Percentual	100

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
 OBJETIVO: MANTER O ACESSO PÚBLICO E GRATUITO AO ENSINO SUPERIOR, COM VISTAS À FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS E ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, ECONÔMICO E SOCIAL DAS DIFERENTES REGIÕES DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	38.965.969	29.661.431	68.627.400	Cursos de Graduação	Quantidade	25	25
				Cursos de Pós-graduação - Especialização- desenvolvidos através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação	Quantidade	4	6

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	Em andamento	SE	Fornecer crédito educativo - PROCRED. Auxiliar as casas de estudantes autônomas.	28.961.900	Casa de estudante autônoma auxiliada Vaga implantada pelo PROCRED	Casa Vaga	7 2.000
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	Em andamento	UERGS	Desenvolver as atividades fins: ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. Atualizar e modernizar recursos técnicos e de apoio ao ensino e pesquisa, capacitando a UERGS com recursos de referências bibliográficas, tais como base de dados internacionais e a atualização do parque computacional, para sua integração a sistemas nacionais e internacionais de Ensino à Distância (EAD), como a Universidade Aberta do Brasil e UNESCO. Manter as atividades de custeio e administrativas.	32.944.410	Atividade do Núcleo de Ensino à Distância-NEAD da Pró-Reitoria de Ensino, voltada às regiões de atuação da UERGS no Rio Grande do Sul Projeto de extensão desenvolvido pela UERGS nos municípios do Rio Grande do Sul, através da Pró-Reitoria de Extensão Projeto de pesquisa elaborado e aprovados pela Comissão de Avaliação de Projetos da UERGS Vaga colocada à disposição das comunidades nas regiões onde a UERGS atua.	Atividade Projeto Projeto Vaga	80 170 39 3.570
INSTITUIÇÃO DE REDE ESTADUAL DE PESQUISA	Em andamento	UERGS	Integrar institutos de pesquisa em uma rede, cujo agente facilitador é a UERGS, fomentando a capacidade de realização de pesquisas, principalmente em áreas prioritárias do governo, a divulgação de seus resultados e o uso de processos tecnológicos desenvolvidos, com o objetivo de qualificar o processo de elaboração e implementação de políticas públicas estaduais e municipais.	135.000	Instituição de pesquisa integrada à rede	Instituição	3
OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO POR MEIO DE PARCERIAS	Em andamento	UERGS	Manutenção de cursos de graduação nas áreas das Ciências Humanas, da Vida e do Meio Ambiente, Exatas e Engenharias.	6.275.000	Curso de graduação realizado em parceria com entidades públicas e privadas	Curso	4
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA NA ÁREA DA ENGENHARIA/ARQUITETURA	Em andamento	UERGS	Desenvolver capacitação em nível de especialização, beneficiando quadros para qualificar ações como: elaboração de projetos, execução de obras, auditoria, fiscalização de obras públicas e outras atividades relacionadas à formação superior respectiva.	135.000	Curso realizado Profissional capacitado	Curso Pessoa	2 100
REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL	Em andamento	UERGS	Criar na Universidade unidades que congreguem ações de ensino, pesquisa e extensão sob a égide de áreas de conhecimento, com o apoio de consultoria internacional. Transformar as atuais "unidades" da estrutura da UERGS, em pólos "campus" avançados, facilitando a integração à Rede Nacional de Ensino à Distância, como a Universidade Aberta do Brasil.	176.090	Unidade criada	Unidade	5

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TURISMO, ESPORTE E LAZER
OBJETIVO: AMPLIAR OS MEIOS E PRÁTICAS DO ESPORTE COM FINS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS E EM PROGRAMAS SOCIAIS. ATRAIR INVESTIMENTOS PRIVADOS PARA O DESENVOLVIMENTO E MASSIFICAÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA. MODERNIZAR A PROMOÇÃO E A GESTÃO DO ESPORTE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	6.378.747	400.000	6.778.747	Número de atletas federados cadastrados	Unidade	70.000	100.000
				Número de medalhas conquistadas	Unidade	600	4.200
				Número de participantes em eventos esportivos	Unidade	100.000	500.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE TREINAMENTO ESPORTIVO E PARQUE NÁUTICO	Em andamento	FUNDERGS	Manutenção e modernização do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) e do Parque Náutico do Estado (PQE).	2.220.000	Espaço mantido	Unidade	2
PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE RENDIMENTO	Em andamento	FUNDERGS	Realização e execução de projetos junto à comunidade esportiva, promovendo e apoiando financeiramente competições e atletas de rendimento.	2.220.000	Atleta preparado	Atleta	500
REALIZAÇÃO DE ESPORTES E LAZER PARA A COMUNIDADE EM GERAL	Em andamento	FUNDERGS	Promoção e apoio a projetos de eventos esportivos e de lazer objetivando a municipalização do esporte.	2.338.747	Evento esportivo e de lazer realizado	Unidade	200

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA HABITAÇÃO, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
OBJETIVO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL, RESGATANDO A QUALIDADE URBANA, IMPLEMENTANDO UM PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, TERRITORIAL E DA MOBILIDADE URBANA ONDE A COMUNIDADE, O SETOR PRODUTIVO E A SEHADUR AJUSTEM AGENDAS INTEGRADAS DE AÇÕES E MEL

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	11.367.191	62.457.139	73.824.330	Colegiado regional de planejamento territorial institucionalizado mediante legislação atualizada	Unidade	1	4
				Estrutura de apoio técnico aos comitês de bacia institucionalizada	Unidade	0	1
				Grau de fiscalização do transporte de passageiros	Percentual	75	100
				Grau de qualificação para gestão municipal através do Plano Diretor	Percentual	50	100
				Grau de satisfação do usuário do transporte coletivo na Região Metropolitana de Porto Alegre e aglomerados urbanos	Percentual	60	75
				Município integrado ao Sistema Metropolitano de Avaliação do Parcelamento do Solo	Unidade	9	31
				Município integrado aos Sistema Regional de Planejamento Territorial	Unidade	10	65

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AÇÕES INTEGRADAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	Nova	METROPLAN	Elaboração de estudos de soluções alternativas e intervenções de obras e serviços de infra-estrutura urbana em áreas de interesse social, identificadas nos planos municipais de desenvolvimento ou através de projetos de integração regional. Implantação de equipamentos urbanos, buscando a integração e a inclusão social, na Região Metropolitana e aglomerados urbanos, destacando entre eles o Programa Integrado de Habitação e Desenvolvimento Social da SEHADUR.	63.379.536	Projeto da Avenida do Litoral elaborado	Projeto	1
					Projeto de engenharia para as vias de circulação do transporte coletivo elaborado	Projeto	32
					Projeto integrado de recuperação das áreas degradadas implantado	Percentual	100
					Projeto Linha Rápida - Trecho Avenida Baltazar de Oliveira Garcia concluído	Percentual	100
					Via de circulação do transporte coletivo pavimentada	km	80
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL E DA MOBILIDADE URBANA	Nova	METROPLAN	Implantação do Sistema de Planejamento e Gestão da RMPA e das aglomerações urbanas, com sua respectiva adequação ao suporte legal. Elaboração de planos estratégicos de organização territorial e mobilidade urbana em conjunto com as esferas federal, regional e municipal em consonância com a política da SEHADUR.	2.640.000	Estrutura de apoio técnico aos Comitês de Bacias institucionalizada	Percentual	100
					Plano de Desenvolvimento Regional elaborado	Unidade	3
					Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana elaborado	Unidade	4
					Plano Integrado de Transporte Rodoviário elaborado	Percentual	100
					Sistema de Planejamento e Gestão reestrurado e implantado	Percentual	100
					Sistema Metropolitano de Avaliação do Parcelamento do Solo implantado	Percentual	100
					PRODUÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO	Nova	METROPLAN
Evento de capacitação de gestores municipais e regionais realizado	Unidade	9					
Sistema de informações e administração de dados georreferenciados implantado	Percentual	100					

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE TRANSPORTES METROPOLITANO DE PASSAGEIROS (SETM)	Nova	METROPLAN	Realizar, em conjunto com prefeituras municipais, população usuária e empresas operadoras, a racionalização e as melhorias operacionais no Sistema Metropolitano de Transporte, através da implantação de bilhetagem eletrônica, da renovação da frota, da revisão da política tarifária, da permanente avaliação dos serviços prestados no âmbito da Região Metropolitana de Porto Alegre e Aglomerações Urbanas.	3.782.397	Ônibus com bilhetagem eletrônica implantada	Unidade	600
					Ônibus da frota do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano renovado e modernizado	Unidade	920
					Projeto de reavaliação das Concessões elaborado	Percentual	100
					SETM gerenciado e avaliado	Percentual	100
					Sistema Hidroviário de Passageiros implantado	Percentual	100

PROGRAMA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
 OBJETIVO: AMPLIAR E QUALIFICAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TODAS AS SUAS MODALIDADES, POR MEIO DA CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS, AMPLIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA DOS JÁ EXISTENTES; DA IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	38.649.950	55.689.955	94.339.905	Índice de titulação (graduação e pós-graduação) do corpo docente em atuação na Rede Pública Estadual	Professor	1,33	1,55
				Número de alunos matriculados nos cursos técnicos da Rede Pública Estadual	Aluno	26.457	34.394
				Número de escolas de Educação Profissional do Estado com avaliação externa	Escola	0	238
				Taxa de crescimento com recursos próprios (FETLSVC)	%	10	13
				Taxa de crescimento de matrículas em cursos técnicos no Rio Grande do Sul	%	100	130
				Taxa de reprovação do ensino (FETLSVC)	%	15	10

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Em andamento	SE	Implementar a execução de obras imprescindíveis, visando a ampliação da oferta de vagas e a melhoria física das escolas de Educação Profissional da Rede Pública Estadual.	14.669.500	Área construída	m²	2.000
					Área reformada	m²	4.000
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA OFERTA DE VAGAS	Em andamento	FETLSVC	Instalar novos cursos e novas modalidades de funcionamento e atender aos alunos matriculados, desenvolvendo os currículos plenos dos cursos técnicos em funcionamento na instituição.	15.501.411	Aluno matriculado	Aluno	3.500
					Nova vaga criada	Vaga	100
					Novo curso - nova modalidade implantada	Unidade	7
AQUISIÇÃO, ATUALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CURSOS TÉCNICOS	Em andamento	SE	Implementar a aquisição e melhoria dos equipamentos fundamentais, inclusive do acervo bibliográfico, para os cursos técnicos de nível médio da Rede Pública Estadual, aprimorando tecnologicamente os recursos pedagógicos existentes.	16.307.391	Escola beneficiada	Escola	72
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INSERÇÃO COMUNITÁRIA E DE FOMENTO INSTITUCIONAL	Em andamento	FETLSVC	Desenvolver projetos institucionais que intensifiquem a inserção e as relações comunitárias, como a Incubadora Tecnológica e outros, captar recursos externos, através de parcerias-estratégicas públicas e privadas e da participação em editais disponibilizados por instituições de fomento à pesquisa e à educação, para ampliar a sustentação final do Órgão. Realizar as 23ª, 24ª, 25ª e 26ª Mostras Internacionais de Ciência e Tecnologia - MOSTRATEC e os 15º, 16º, 17º e 18º Seminários Internacionais de Educação Tecnológica - SIET.	4.575.142	Convênio e parceria estratégica implantada	Unidade	30
					Empresa incubada	Empresa	9
					MOSTRATEC/SIET realizado	Mostra-seminário	2
					Projeto de inserção executado	Projeto	60
FORMAÇÃO DE PROFESSORES, GESTORES E TRABALHADORES	Em andamento	SE	Sistematizar ações de cooperação com instituições de nível superior, preferencialmente a UERGS, visando a formação pedagógica de professores (habilitação) bem como a capacitação técnica e pedagógica de professores e gestores em atuação. Oportunizar a trabalhadores cursos de formação inicial e continuada, visando a requalificação profissional.	4.508.600	Professor habilitado	Professor	240
					Professor/gestor capacitado	Professor	1.000
					Trabalhador qualificado	Trabalhador	4.000
FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS (PROEJA)	Em andamento	SE	Implantar projetos que associem a formação profissional de jovens e adultos à formação básica.	4.000.000	Jovem e adulto qualificado	Pessoa	400

GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Em andamento	SE	Gerenciar a administração do Programa Educação Profissional; realizar pesquisa de inserção profissional; repassar recursos financeiros necessários às escolas com cursos técnicos de nível médio, garantindo a autonomia financeira e pedagógica das escolas, e para projetos pedagógicos e de geração de renda própria; custear as despesas mensais de manutenção com os serviços de energia elétrica, água e esgoto das escolas estaduais de Educação Profissional; difundir e aprimorar ferramentas, métodos e instrumentos de gestão na busca da melhoria da qualidade e no uso racional dos recursos, através de um processo continuado de planejamento e avaliação por resultados	11.991.400	Escola beneficiada com o Programa Geração de Renda (PGR)	Escola	70
					Escola beneficiada com o repasse de recursos financeiros	Escola	142
					Escola com programa de gestão	Escola	70
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA	Em andamento	SE	Implantar Centros de Referência nas áreas de saúde, indústria, química, informática, meio ambiente, gestão, telecomunicações, turismo e hospitalidade e agropecuária, atuando como pólos irradiadores do conhecimento tecnológico e da formação pedagógica, como estratégia do desenvolvimento sustentável.	17.300.000	Centro implantado	Unidade	9
INTEGRAÇÃO DAS REDES COM COMPÕEM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EXPANSÃO DA OFERTA DE VAGAS (FEDERAL, ESTADUAL, PARTICULAR E COMUNITÁRIA)	Em andamento	SE	Implantar processo de avaliação institucional, avaliação externa e de acompanhamento de egressos; estimular o desenvolvimento de pesquisas e projetos como instrumentos pedagógicos; promover mostras regionais de trabalhos das escolas com Educação Profissional na Rede Pública Estadual; promover feira estadual das diferentes redes da Educação Profissional no Rio Grande do Sul; promover a implantação de novos cursos e a atualização didático-pedagógica e expansão no número de vagas dos cursos de Educação Profissional hoje existentes, de acordo com as vocações e aspirações regionais.	4.298.000	Curso existente atualizado técnica e pedagogicamente	Curso	40
					Curso novo implantado na Rede Estadual de Educação Profissional	Curso	12
					Feira estadual realizada	Feira	4
					Instituição pesquisada	Instituição	238
					Mostra regional realizada	Mostra	24
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	Nova	FETLSVC	Implementar o Planejamento Estratégico, garantindo a modernização da gestão, e capacitar professores e pessoal de apoio.	156.216	Plano implantado	Plano	1
					Servidor cadastrado no sistema RHE	Servidor	300
					Servidor capacitado	Servidor	200
MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E DOS RECURSOS E EQUIPAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	Nova	FETLSVC	Adquirir livros, recursos e equipamentos didáticos, conservar o acervo, modernizar os equipamentos dos laboratórios e oficinas e implantar a Editora Liberato.	1.032.245	Editora implantada	Unidade	1
					Laboratório e oficina modernizados	Unidade	50
					Título bibliográfico e equipamento didático adquiridos	Unidade	200

PROGRAMA: GARANTIA DE ACESSO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
OBJETIVO: CRIAR AS CONDIÇÕES IMPRESCINDÍVEIS PARA GARANTIR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE: PARTICIPAR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS; UNIVERSALIZAR O ENSINO FUNDAMENTAL; AMPLIAR A OFERTA DE ENSINO MÉDIO; GARANTIR ATENDIMENTO EDUCACIONAL A PE

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.469.375.171	427.119.257	1.896.494.428	Média dos alunos da 3ª série do Ensino Médio da Rede Estadual na prova de Matemática da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC	Escala SAEB de 0 a 500	300	315
				Média dos alunos da 3ª série do Ensino Médio da Rede Estadual na prova de Português da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC	Escala SAEB de 0 a 500	276,8	285
				Média dos alunos de 4ª série do Ensino Fundamental da Rede Estadual na prova de Matemática da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC	Escala SAEB de 0 a 500	196,7	205
				Média dos alunos de 4ª série do Ensino Fundamental da Rede Estadual na prova de Português da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC	Escala SAEB de 0 a 500	183,2	190
				Média dos alunos de 8ª série do Ensino Fundamental da Rede Estadual na prova de Matemática da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC	Escala SAEB de 0 a 500	253,3	265
				Média dos alunos de 8ª série do Ensino Fundamental da Rede Estadual na prova de Português da Avaliação de Desempenho Escolar do MEC	Escala SAEB de 0 a 500	239,4	245
				Relação matrícula inicial/concluintes na modalidade Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual	%	25	28
				Taxa de abandono no Ensino Fundamental na Rede Estadual	%	3,4	1,9
				Taxa de abandono no Ensino Médio na Rede Estadual	%	16,2	13,2
				Taxa de atendimento educacional de crianças de 6 anos no Sistema Estadual	%	92,1	98
				Taxa de atendimento educacional de crianças e jovens de 7 a 14 anos no Sistema Estadual	%	97,8	98
				Taxa de atendimento educacional de jovens de 15 a 17 anos no Sistema Estadual	%	81,1	85
				Taxa de reprovação no Ensino Fundamental na Rede Estadual	%	19	14
				Taxa de reprovação no Ensino Médio na Rede Estadual	%	21,7	18,7

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ATENDIMENTO EDUCACIONAL A PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	Em andamento	SE	Atender alunos com necessidades educativas especiais em classes regulares Atender alunos com necessidades educativas especiais em classes especiais. Manter parcerias com instituições privadas não lucrativas especializadas neste atendimento.	30.722.400	Aluno atendido em classes especiais Aluno atendido em classes regulares Vaga mantida pelo Estado em instituições privadas	Aluno Aluno Vaga	5.660 7.500 2.276
AUTONOMIA FINANCEIRA E PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS	Em andamento	SE	Transferir às escolas estaduais as verbas da Autonomia Financeira das Escolas. Revisar os critérios de distribuição das verbas da Autonomia Financeira das Escolas para promover equidade na Rede Estadual de Ensino. Implementar mecanismo legal de transferência de recursos para as escolas que atendam alunos com vulnerabilidade socioeconômica, de forma a transformar em política pública o Programa Escola Aberta para a Cidadania.	315.289.184	Escola beneficiada pela Autonomia Financeira e Pedagógica	Escola	2.856

EQUIPAMENTOS E MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS ESTADUAIS	Em andamento	SE	Implantar laboratórios de informática educativa nas escolas estaduais que ainda não dispõem deste equipamento e assegurar o acesso à internet. Adquirir materiais e equipamentos para bibliotecas, laboratórios de ciências e informática, sala de multimeios, etc, em escolas da Rede Estadual. Manter a distribuição, em parceria com o MEC, de livros didáticos para o Ensino Fundamental e Médio. Produzir e divulgar materiais didático-pedagógicos.	90.546.815	Laboratório de informática implantado	Laboratório	1.470
					Material pedagógico distribuído às escolas	Unidade	140.000
					Nova biblioteca instalada	Biblioteca	76
					Novo laboratório de ciências e complementação de laboratórios já instalados	Laboratório	255
					Sala de multimeios beneficiada	Sala	650
GARANTIA DE MERENDA NAS ESCOLAS ESTADUAIS	Em andamento	SE	Transferir recursos financeiros relativos à merenda escolar aos municípios e às escolas estaduais de Educação Infantil e Ensino Fundamental.	130.345.023	Aluno atendido com merenda escolar	Aluno	803.054
GESTÃO ADMINISTRATIVA DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	Em andamento	SE	Qualificar os quadros da Secretaria da Educação e Coordenadorias Regionais de Educação para implementar a política educacional do governo. Qualificar os gestores de escolas da Rede Estadual. Manter cadastro de alunos para os programas do transporte escolar, merenda, repasse financeiro às escolas, bolsa-família, etc.. Manter rede informatizada nas escolas, SE e CREs. Manter sistemas informatizados, sistemas de transmissão de dados e os bancos de dados da SE. Manter o Órgão Central e as Coordenadorias Regionais.	117.760.000	Banco de dados de alunos da Rede Estadual mantido	Banco de dados	1
					Candidato a diretor capacitado	Candidato	5.000
					Escola em rede informatizada com as Coordenadorias e a Secretaria da Educação	Escola	2.856
					Profissional da Secretaria da Educação e das Coordenadorias Regionais de Educação qualificado	Profissional	400
					Sistema informatizado mantido	Sistema	25
GESTÃO DA APRENDIZAGEM COM FOCO NA QUALIDADE DO ENSINO, EM PARCERIA COM OS MUNICÍPIOS	Em andamento	SE	Implementar sistemas de metas e indicadores de resultado e esforço, monitorando taxas de repetência, evasão e distorção série-idade nas escolas estaduais. Criar sistema estadual de avaliação externa do rendimento escolar no Ensino Fundamental e Médio, aberto à adesão das redes municipais e particular. Estabelecer padrões de habilidades e competências cognitivas a serem desenvolvidas em cada ano do Ensino Fundamental e Médio, começando pelos padrões para alfabetização de crianças de 6 anos.	10.997.824	Aluno da Rede Estadual avaliado nos ensinos Fundamental e Médio	Aluno	536.674
					Escalas de habilidades e competências cognitivas estabelecidas para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, em alfabetização, língua portuguesa e matemática	Escala	8
					Sistema informatizado de acompanhamento de indicadores e resultados implementado	Sistema	1
GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS DAS ESCOLAS ESTADUAIS	Em andamento	SE	Redefinir os critérios para a distribuição dos prof. e servidores entre escolas por meio do Programa de Gerenciamento de Recursos Humanos da SE. Realizar estudos para aperfeiçoar o concurso para servidores de escolas. Aperfeiçoar a carreira do magistério estadual para articular valorização profissional e elevação da qualidade da educação de acordo com a legislação e as normas federais vigentes. Incluir conteúdos específicos da futura área de atuação do candidato nas provas dos concursos para o magistério estadual. Estabelecer parceria com a UERGS e outras Inst. de Ens. Superior para a implementação de programas destinados a suprir a falta de prof. de matemática, física e química na Rede Estadual. Oferecer formação continuada aos prof., vinculada ao trabalho em sala de aula e efetivo aumento dos níveis de aprendizagem dos alunos. Disponibilizar recursos financeiros para o PRADEM.	136.068.125	Professor e/ou servidor contratado por municípios através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Estadual no Município/PRADEM para escolas estaduais de difícil provimento	Professor e/ou servidor	600
					Professores de língua portuguesa, matemática, física, química, biologia, história, geografia e alfabetizadores capacitados	Professor	50.000
					Professores de matemática, física e química habilitados	Professor	150
MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E DE SEGURANÇA DAS ESCOLAS ESTADUAIS	Em andamento	SE	Prover a manutenção das atividades escolares. Manter, conservar e, quando for o caso, ampliar espaços escolares da Rede Estadual. Manter segurança em escolas estaduais por meio de guarda escolar ou patrulhas e da revisão do programa PM Residente, visando sua posterior ampliação. Aperfeiçoar o Programa Escola Aberta para a Cidadania, como forma de prevenção da violência. Desenvolver o Programa de Prevenção à Violência em 100 escolas da Rede Estadual, localizadas em comunidades em situação de maior vulnerabilidade social.	847.562.649	Escola atendida com obras e reformas	Escola	2.550
					Escola guarnecida	Escola	1.200
					Escola inserida no Programa Escola Aberta para a Cidadania	Escola	160
					Escola mantida	Escola	2.856
					Pessoal capacitado pelo Programa de Prevenção à Violência	Pessoa	100
					Quadra esportiva construída	Quadra	300

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Em andamento	SE	Reorganizar a modalidade de oferta de Educação de Jovens e Adultos presencial. Oferecer exames supletivos, avaliando a possibilidade de realizar o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), com o objetivo de reduzir as taxas de absenteísmo e reprovação. Manter a alfabetização de jovens e adultos por meio do Programa Alfabetiza Rio Grande.	11.095.824	Aluno participante do Programa Alfabetiza Rio Grande Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) realizado	Aluno Exame	9.000 1
OFERTA DE VAGAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	Em andamento	SE	Consolidar o Ensino Fundamental de 9 anos. Expandir as centrais de vagas, em parceria com os municípios. Realizar cessação de escolas estaduais multisseriadas e/ou com número reduzido de alunos e municipalizar escolas em colaboração com prefeituras, revendo a atual repartição das matrículas do Ensino Fundamental entre escolas municipais e estaduais, de forma que o Estado tenha condições de criar um maior número de turmas de Ensino Médio. Manter o transporte escolar e construir uma programa estadual de transporte escolar. Manter o Programa Escola em Tempo Integral. Ampliar a oferta de ações socioeducativas no turno inverso ao da escola regular, através de parcerias com organizações não-governamentais. Realizar os Jogos Escolares.	140.890.040	Aluno atendido em ações socioeducativas no turno inverso ao da escola regular Aluno atendido pelo Programa Escola em Tempo Integral Aluno participante dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS) Aluno transportado Central de Vagas Escola cessada e/ou municipalizada	Aluno Aluno Aluno Aluno Central de Vagas Escola	2.000 6.500 400.000 92.155 17 100
OFERTA DE VAGAS NO ENSINO MÉDIO	Em andamento	SE	Expandir vagas no Ensino Médio diurno das escolas estaduais de municípios de médio e grande porte, mantendo as do noturno, através de: mais vagas nas escolas existentes e/ou novas escolas e/ou compra de vagas em escolas particulares. Manter o transporte escolar.	65.196.544	Aluno transportado Nova vaga ofertada no diurno Vaga mantida pelo Estado em instituições privadas	Aluno Vaga Aluno	49.408 8.000 1.300
PARTICIPAÇÃO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS	Em andamento	SE	Manter participação na oferta de vagas na Educação Infantil. Participar do debate sobre os temas: universalização do atendimento educacional por meio da educação escolar ou de programas de apoio à família; papel da Instituição Estatal e dos convênios com instituições privadas não lucrativas na oferta da Educação Infantil; papel dos professores e demais profissionais nas instituições de Educação Infantil. Participar da gestão do Programa Estadual Primeira Infância Melhor sob coordenação da Secretaria Estadual da Saúde.	20.000	Participação em reuniões e atividades do Conselho Estadual de Educação para revisar as normas educacionais que regulam a oferta de Educação Infantil. Vaga ofertada	Reunião Vaga	12 44.971

PROGRAMA: GESTÃO E FINANCIAMENTO DO SUS

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE

OBJETIVO: GARANTIR UMA GESTÃO EFICIENTE NO ÂMBITO ESTADUAL, ASSEGURANDO AS PRÁTICAS LEGAIS DE FINANCIAMENTO NO SUS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	2.454.606.372	99.622.457	2.554.228.829

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CO-FINANCIAMENTO DE AÇÕES DE SAÚDE	Em andamento	SES	Desenvolvimento de cooperação técnico-financeira com Unidades Assistenciais de Saúde, Consórcios Intermunicipais e Municípios, através de instrumentos legais celebrados, visando o desenvolvimento de ações estratégicas voltadas para a assistência à saúde.	321.436.806	Instrumento celebrado	Instrumento	200
CONTROLE SOCIAL - CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES (CONEN/RS)	Em andamento	SES	O Conselho Estadual de Entorpecentes tem como competência atuar no controle das políticas referentes ao uso prejudicial de drogas legais e ilegais. Deve acompanhar, promover, apoiar e fiscalizar ações de educação preventiva, de tratamento, de reinserção social e laboral e de aspectos jurídicos. As prioridades são a mobilização, descentralização, ampliação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Entorpecentes (COMENS), bem como a capitalização dos bens apreendidos do narcotráfico através do Fundo Nacional Anti-Drogas.	800.000	Conselho municipal de entorpecentes criado	Conselho	80
CONTROLE SOCIAL NO SUS- CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE (CES)	Em andamento	SES	Fortalecimento das instâncias de controle social no SUS através de organização junto aos movimentos ligados à saúde e de constituição de espaços para discussão de temas que estão na Agenda da Saúde. Intensificação da atuação das Comissões do Conselho Estadual de Saúde, Conselhos Regionais e Municipais de Saúde. Elaboração de materiais de divulgação, realização de capacitações, seminários, conferências, plenárias, fóruns e demais espaços de discussão da agenda política do SUS.	1.920.000	Pessoa informada e capacitada	Pessoa	5.800.000
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Em andamento	SES	O desenvolvimento institucional tem como objetivo a reestruturação da Secretaria Estadual da Saúde, implantando um novo modelo organizacional em consonância com as novas exigências do SUS e do papel do Estado na gestão do SUS.	800.000	Nova estrutura administrativa implantada	Estrutura administrativa	1
GERENCIAMENTO DAS AÇÕES JUDICIAIS	Em andamento	SES	A necessidade legal de cumprir determinações judiciais, em sede de antecipação ou sentença definitiva, tornou imprescindível aperfeiçoar a logística do cumprimento das decisões. A Secretaria Estadual da Saúde vem ampliando a informatização do gerenciamento e da logística de atendimento para superar as dificuldades. Há necessidade de reformular as rotinas de auditoria interna buscando identificar irregularidades e distorções, bem como ampliar a integração com a Procuradoria-Geral do Estado, com a finalidade de formular estratégias conjuntas.	244.967.436	Ações judiciais atendidas	Percentual	100

GERENCIAMENTO DO SERVIÇOS PRÓPRIOS	Em andamento	SES	Qualificação do atendimento ambulatorial e hospitalar na rede própria, garantindo o funcionamento das unidades físicas, das áreas de diagnóstico, assistência e setores de apoio, com ênfase na política de formação de recursos humanos.	121.703.000	Atendimento a pacientes pertencentes à área de cobertura do Centro de Saúde Escola Murialdo	Atendimento	720.000
					Atendimento ambulatorial, no Hospital Psiquiátrico São Pedro, aos pacientes externos portadores de transtornos mentais e do comportamento	Atendimento	8.800
					Atendimento ambulatorial, no Hospital Sanatório Partenon, aos portadores de tuberculose, HIV/AIDS, hepatites virais e assistência para pessoas com necessidade de imunobiológicos especiais	Atendimento	200.000
					Atendimento, no Ambulatório de Dermatologia Sanitária, aos portadores de doenças dermatológicas, hanseníase, DST e HIV/AIDS, aconselhamento e testagem, e apoio para diagnóstico e tratamento	Atendimento	200.000
					Atendimento, no Hospital Colônia Itapuã, a usuários-moradores portadores de transtorno mental, ex-hansenianos institucionalizados e comunidade	Atendimento	745
					Atendimento, no Hospital Psiquiátrico São Pedro, a pacientes asilados portadores de transtornos mentais e do comportamento	Atendimento	71.000
					Paciente internado no Hospital Sanatório Partenon	Paciente	1.264
GERENCIAMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE	Em andamento	SES	Efetuar o gerenciamento dos recursos orçamentários e financeiros oriundos de outras esferas de Governo e do Estado. Contempla recursos para financiamento da atenção básica, média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e qualificação da gestão do SUS. Inclui, também, recursos provenientes da produção dos serviços das Unidades Públicas Estaduais. A SES/RS é responsável pelo pagamento dos serviços prestados, controle, avaliação, regulação e auditoria, de acordo com os instrumentos celebrados.	1.833.932.130	Pagamento efetuado	Pagamento	200.000
INFORMAÇÃO EM SAÚDE	Em andamento	SES	Desenvolver campanhas educativas de prevenção, disseminando informações através da elaboração de materiais impressos (volantes, banners, cartazes, outdoors, entre outros). Utilizar espaços de mídia em rádios, TVs, jornais e revistas, bem como, mobilizar a imprensa para divulgar os programas e ações da SES/RS.	27.400.000	Pessoa informada	Pessoa	11.000.000
MODERNIZAÇÃO GERENCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Em andamento	FEPPS	Reformulação da estrutura institucional através de implantação de sistema informatizado para realização de controle e arquivo de RH, almoxarifado e rede interiorizada. Qualificação dos servidores, possibilitando suporte técnico qualificado para a execução das ações em Saúde.	1.269.457	Projeto de Informatização implantado	Unidade	1
					Servidor qualificado	Pessoa	204

PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
 OBJETIVO: IDENTIFICAR, MONITORAR E PREVENIR DOENÇAS, AGRAVOS E FATORES DE RISCO QUE POSSAM AFETAR A SAÚDE HUMANA. PROMOVER UM CONJUNTO DE ATIVIDADES INTEGRADAS, DESENVOLVIDAS PELAS VIGILÂNCIAS A PARTIR DE ESTUDOS E ANÁLISES DAS INFORMAÇÕES EM SAÚDE E DA IDENTIFICAÇÃO

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	57.686.701	7.512.312	65.199.013	Análises anuais realizadas para a Vigilância em Saúde	Análise laboratorial/ano	694.829	696.200
				Atendimentos anuais em Informações Toxicológicas	Atendimento/ano	22.000	26.000
				Taxa de municípios certificados em ações de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças	Percentual	79,2	100
				Taxa de municípios com equipes de Vigilância Ambiental em Saúde constituídas	Percentual	0	100
				Taxa de municípios com equipes de Vigilância Sanitária constituídas	Percentual	20,2	100
				Taxa de municípios com notificação no Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador	Percentual	40,3	100
				Taxa de municípios com Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) via eletrônica implantado	Percentual	26,4	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ATENDIMENTOS EM VIGILÂNCIA TOXICOLÓGICA	Em andamento	FEPPS	Atender, em regime de plantão permanente, as solicitações feitas ao Centro de Informação Toxicológica, na área de emergência médica e de apoio diagnóstico (laboratorial e identificação de animais e plantas). Possibilitar o tratamento precoce, diminuindo as seqüelas e o risco de vida dos usuários.	1.904.180	Agente identificado	Unidade	7.000
					Análise laboratorial efetuada	Unidade	11.300
					Atendimento realizado	Unidade	98.000
					Programa de Controle de Agravos Tóxicos desenvolvido	Unidade	4
IMPLEMENTAÇÃO DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE	Em andamento	SES	Promover a constituição de equipes municipais de Vigilância Ambiental em Saúde com vistas à vigilância dos agravos, riscos e fatores determinantes e condicionantes da saúde da população relacionados ao ambiente.	11.002.940	Município com Vigilância Ambiental em Saúde implementada	Município	496
IMPLEMENTAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	Em andamento	SES	Implementar a vigilância em ambientes de trabalho, através da adoção do sistema de informações (SIST) pelos municípios, e criação dos centros de referência, permitindo a atenção integral e a atuação preventiva nos processos de trabalho.	1.920.000	Centro de Referência Municipal criado	Centro de Referência	5
					Município com Vigilância do Trabalhador implantada	Município	496
IMPLEMENTAÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Em andamento	SES	Desenvolver atividades descentralizadas de vigilância epidemiológica em todos os municípios para conhecer, detectar ou prevenir fatores de risco, agravos e doenças, bem como para desencadear as medidas de controle pertinentes, visando a promoção da saúde da população. Desenvolver atividades descentralizadas com o objetivo de atingir cobertura de 95% ou mais para a vacina tríplice viral, em 70% dos municípios do Rio Grande do Sul. Implantação do Sistema de Verificação de Óbitos(SVO).	16.159.041	Município com cobertura de 95% ou mais para vacina tríplice viral	Município	347
					Município com vigilância epidemiológica certificado	Município	496
					Serviço de verificação de óbitos implantado	Serviço	1
IMPLEMENTAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO ESTADO	Em andamento	SES	Coordenar a descentralização de ações de Vigilância Sanitária conforme a pactuação e a capacidade instalada municipal.	11.526.852	Vigilância Sanitária descentralizada	Município	496
REALIZAÇÃO DE ANÁLISES LABORATORIAIS EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Em andamento	FEPPS	Realizar análises laboratoriais e exames com vistas a identificar e monitorar os fatores de riscos ambientais (biológicos, físicos e químicos) que tenham relação com a saúde humana. Diagnosticar e controlar doenças, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna e garantir a qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos à vigilância sanitária.	21.708.000	Exame laboratorial em Saúde do Trabalhador realizado	Unidade	9.200
					Exame laboratorial em Vigilância Ambiental realizado	Unidade	1.260.000
					Exame laboratorial em Vigilância Epidemiológica realizado	Unidade	1.480.000
					Exame laboratorial em Vigilância Sanitária realizado	Unidade	33.600

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
REESTRUTURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS MACRORREGIONAIS E SUPERVISÃO DA REDE DE LABORATÓRIOS DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA	Nova	FEPPS	Reestruturar a rede de Laboratórios de Saúde Pública em relação à estrutura física, à metodologia, aos equipamentos e à ampliação da cobertura laboratorial.	978.000	Laboratório estruturado Laboratório supervisionado Profissional capacitado	Unidade Unidade Pessoa	9 160 120

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIAL PELA AÇÃO CULTURAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA CULTURA
 OBJETIVO: IMPLEMENTAR AÇÕES CULTURAIS COMO MEIO DE DEMOCRATIZAR O ACESSO DE TODA A SOCIEDADE AOS BENS CULTURAIS, DE FORMA A PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, CONTRIBUINDO PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E CRIAR POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E RENDA PESSOAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	800.000	81.911	881.911	Oficinas culturais realizadas	Quantidade	0	320

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AÇÕES CULTURAIS VOLTADAS À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	Nova	SEDAC	Desenvolvimento de programas e ações culturais nos diversos municípios do Rio Grande do Sul, com ênfase especial às ações de prevenção à violência nos municípios de comprovada elevação de índice de criminalidade.	340.000	Ação cultural desenvolvida	Ação	500
CULTURA PARA TODOS - DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL	Nova	SEDAC	Desenvolvimento de atividades, programas e ações culturais nos diversos municípios do Rio Grande do Sul nas áreas de artes cênicas, artes visuais, música, artesanato e folclore, acervo e patrimônio, literatura, cinema e vídeo; estímulo à educação cultural e à formação de público nas diferentes camadas sociais.	341.911	Projeto e atividade cultural realizada	Unidade	320
DESENVOLVIMENTO CULTURAL E GERAÇÃO DE RENDA	Nova	SEDAC	Promoção de ações culturais geradoras de postos de ocupação e de renda pessoal; incentivo à criação de novos grupos artísticos em comunidades carentes.	200.000	Projeto e ação cultural realizada	Unidade	400

PROGRAMA: PATRIMÔNIO CULTURAL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA CULTURA
 OBJETIVO: PROMOVER A REVITALIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO-CULTURAL DO ESTADO, BEM COMO INCENTIVAR A CONSTRUÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.306.679	24.744.233	26.050.912	Taxa de conservação de prédios tombados que sediam instituições culturais estaduais	Percentual	0	25
				Taxa de implantação do Multipalco Theatro São Pedro	Percentual	0	100
				Taxa de implantação do Teatro Novo da OSPA	Percentual	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSERVAÇÃO DO ACERVO CULTURAL	Nova	SEDAC	Promover a conservação do acervo bibliográfico, discográfico, museológico, museográfico, cenográfico, audiovisual, fotográfico, cinematográfico e cênico-cultural das Instituições estaduais.	631.534	Acervo conservado	quantidade	40
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	Em andamento	SEDAC	Promover a conservação do acervo móvel e imóvel das instituições da Secretaria da Cultura e incentivar a conservação de prédios estaduais tombados.	661.188	Prédio e equipamento cultural conservados	Prédio e/ou equipamento	8
CONSTRUÇÃO DO TEATRO DA OSPA	Em andamento	FOSPA	A OSPA tem mais de 50 anos e até hoje não possui uma sede própria, onerando o Estado com pagamentos de aluguel para seus ensaios e apresentações. A construção de um Teatro novo, com área construída de 10.500 m2, incorporando a administração e a escola de música, além de resolver esta situação, propiciará melhores condições de trabalho aos integrantes da Orquestra e mais conforto aos espectadores.	24.000.000	Teatro construído	Unidade	1
MULTIPALCO THEATRO SÃO PEDRO	Em andamento	FTSP	Construção do Multipalco Theatro São Pedro, com a ampliação física em 15.000 m2, envolvendo um teatro italiano, um teatro oficina, uma concha acústica, uma sala para corpo de baile, salas de ensaios, sala para orquestra, restaurante, café e bar, lojas, praças e estacionamento com 220 vagas. As obras serão executadas na medida em que for sendo concretizada a captação de recursos.	600.000	Ampliação física concluída	m2	1.500
PRESERVAÇÃO DO FOLCLORE E TRADIÇÃO GAÚCHA	Em andamento	FIGTF	Promoção de pesquisas, estudos e eventos, capacitação de recursos humanos, formação e manutenção de acervos, e outras iniciativas, voltadas à preservação e divulgação da cultura gaúcha e dos valores que lhe são inerentes, especialmente no que concerne ao folclore, tradição, arte, história, civismo e sociologia.	158.190	Acervo musical, de imagens e bibliográfico/documental mantidos, ampliado e qualificado Evento cultural na área do folclore e tradição gaúcha promovido ou apoiado Palestra realizada Pesquisa e estudo sobre o folclore e a tradição gaúcha realizados Pessoa capacitada para a realização de pesquisas ou promoção de oficinas nas áreas do folclore e da tradição Publicação produzida	Acervo Evento Palestra Pesquisa Pessoa Publicação	3 12 120 16 80 4

PROGRAMA: PESQUISA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
 OBJETIVO: DESENVOLVER AÇÕES DE PESQUISA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FORMA DE QUALIFICAR OS PROGRAMAS DE GOVERNO VOLTADOS À MELHORIA DA SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	94.677.603	7.353.465	102.031.068

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AÇÕES DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO TOXICOLÓGICA	Em andamento	FEPPS	Sensibilizar a comunidade, mediante eventos (palestras, encontros, feiras e outros) de Prevenção Toxicológica. Capacitar multiplicadores e profissionais das áreas de saúde e de educação, dentro do Programa de Educação em Toxicologia do Centro de Informações Toxicológicas/RS. Disponibilizar informação técnica para usuários internos e externos através de bases de dados especializados e de material bibliográfico.	499.970	Multiplicador capacitado	Pessoa	14.000
					Pessoa sensibilizada	Pessoa	22.600
					Usuário informado	Pessoa	9.000
DESENVOLVIMENTO DE MEDICAMENTOS	Em andamento	FEPPS	Desenvolver novas formulações de produtos farmacêuticos para fins de obtenção de registros na ANVISA.	11.220.000	Medicamento registrado	Unidade	14
EDUCAÇÃO PERMANENTE	Em andamento	SES	Realização de cursos que contemplem as especificidades das áreas da atenção integral à saúde, vigilâncias em saúde e para o controle social. Implementar programas de aperfeiçoamento do corpo docente e administrativo da SES, com inserção da humanização no atendimento interno e externo, incluindo cursos para gestores, jornalistas, advogados e outros.	35.500.000	Aluno capacitado	Aluno	12.240
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	Em andamento	SES	Realização do Programa de Residência Integrada em Saúde (RIS), composto pelos Programas de Residência Médica (especialidades de Psiquiatria, Dermatologia e Medicina de Família e Comunidade) e Multiprofissional (ênfases em Saúde Mental Coletiva, Atenção Básica em Saúde, Dermatologia Sanitária, Pneumologia Sanitária). Realização dos Cursos de Especialização em Saúde Pública, em Saúde da Família, Enfermagem na Atenção Básica, Saúde Mental Coletiva, Vigilância em Saúde, Saúde Bucal, Gestão de Sistemas e Serviços da Saúde, Direito Sanitário. Qualificação dos recursos humanos da SES através de Mestrado e Doutorado.	32.400.000	Aluno formado	Aluno	1.640
ENSINO PROFISSIONAL	Em andamento	SES	Realização anual do Curso Técnico de Enfermagem. Finalização dos projetos para implementação dos cursos de Técnico Agente Comunitário, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Vigilância em Saúde, Técnico em Registro e Informação de Saúde. Sistematização de demandas para atividades e programas de ensino profissional não oferecidos no Estado.	9.100.000	Aluno formado	Aluno	520
IMPLEMENTAÇÃO DE PESQUISA BIOTECNOLÓGICA EM SAÚDE	Em andamento	FEPPS	Desenvolvimento e implementação de pesquisas em Biotecnologia em Saúde, com vistas a atender a demanda pública de produtos e serviços para a qualificação do diagnóstico de doenças e experimentação animal, melhoria da eficiência dos tratamentos de doenças por problemas genéticos (terapia gênica), desenvolvimento de técnicas de análises de DNA. Qualificação de profissionais em novas tecnologias, colocando o Estado em condições de oferecer à população o mesmo patamar tecnológico dos países desenvolvidos. Qualificação e ampliação de áreas físicas para realização de pesquisas.	7.101.887	Animal transgênico produzido	Unidade	1.300
					Biotério estruturado	% de obra executada	100
					Centro ampliado	% de execução física	95
					Projeto desenvolvido	Projeto	35
PESQUISA EM SAÚDE	Nova	SES	Produção e desenvolvimento de protocolos de pesquisa em saúde, captação de recursos, formalização de convênios e termos de cooperação nacional e internacional, visando inovações tecnológicas. Criação de Centro de Inovação de Pesquisa em Saúde, articulando todos os centros de pesquisa em saúde. Realização de pesquisas reconhecidas e validadas através da produção e publicação de artigos científicos. Captação de recursos junto a agências de fomento à pesquisa, de âmbito nacional e internacional.	350.000	Centro de Inovação de Pesquisa em Saúde implantado	Centro	1
					Pesquisa realizada	Pesquisa	40

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PESQUISA EM VIGILÂNCIA LABORATORIAL	Em andamento	FEPPS	A pesquisa tem como objetivo principal a implantação e implementação de melhorias nos processos analíticos, envolvendo o diagnóstico de agravos e produtos de interesse à saúde pública.	200.000	Pesquisa realizada	Pesquisa	8
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ANÁLISE DE DNA E EXPERIMENTAÇÃO	Em andamento	FEPPS	Disponibilizar produtos e serviços na área de experimentação (produzir animais) e análise de seqüências de DNA. Realizar testes de paternidade em cumprimento do convênio com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.	5.659.211	Análise laboratorial realizada Animal produzido para experimentação	Unidade Animal	45.600 145.000

PROGRAMA:	PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS, BUSCAS E SALVAMENTOS				Finalístico		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA						
OBJETIVO:	PROPORCIONAR UM MELHOR ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CORPO DE BOMBEIROS.						
VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	70.930.041	0	70.930.041	Média mensal de serviços prestados à comunidade	Número de atendimentos	31.925	35.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS, BUSCAS E SALVAMENTOS PELO CORPO DE BOMBEIROS	Nova	SSP	O Corpo de Bombeiros da Brigada Militar é responsável pelas ações de prevenção e combate a sinistros em todo o Estado, realizando também atividades de busca e salvamento e de defesa civil. Visa-se com esta ação a manter as atividades que já são realizadas pelo Corpo de Bombeiros, e implementá-las através da realização de investimentos específicos que possibilitem a constante melhoria dos serviços prestados à comunidade.	70.930.041	Atendimento prestado	Atendimento	1.624.651

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 OBJETIVO: FORMULAR AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E ESTABELECEER SUAS DIRETRIZES E PRIORIDADES, PREVENINDO E REPRIMINDO A CRIMINALIDADE COM MAIOR AGILIDADE, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA, MEDIANTE: AS AÇÕES DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA VIOLÊNCIA; O CONTROLE GERENCIAL DE I

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	815.031.825	301.174.815	1.116.206.640	Taxa de corrupção (ativa/passiva, peculato e concussão)	1/10000 habitantes	0,04	0,18
				Taxa de delitos envolvendo armas de fogo sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar - arts. 12 a 18 da Lei nº 10.826/2003	1/10000 habitantes	1,5	1,36
				Taxa de entorpecentes (posse)	1/10000 habitantes	1,18	0,65
				Taxa de entorpecentes (tráfico)	1/10000 habitantes	0,58	0,68
				Taxa de estelionato	1/10000 habitantes	1,9	2,21
				Taxa de extorsão	1/10000 habitantes	0,21	0,3
				Taxa de extorsão mediante seqüestro	1/10000 habitantes	0	0,06
				Taxa de furto	1/10000 habitantes	52,88	46,9
				Taxa de homicídios	1/10000 habitantes	0,32	0,37
				Taxa de latrocínios	1/10000 habitantes	0,02	0,06
				Taxa de roubos (exceto roubo de veículos e latrocínio)	1/10000 habitantes	14,51	14,7
				Taxa de roubos de veículos (exceto roubo de veículos com morte)	1/10000 veículos	8,54	6,86

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA DE SAÚDE NA SSP	Nova	SSP	Implementar e desenvolver atividades e ações que possibilitem a qualificação do atendimento dos servidores pertencentes aos órgãos de segurança pública, tanto através da administração e instrumentalização das estruturas orgânicas que prestam atendimento, como de políticas de valorização do bem-estar físico e mental de seus servidores.	38.593.590	Atendimento prestado	Número	512.855
APURAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS E EXECUÇÃO DAS DEMAIS FUNÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	Nova	SSP	Realização das atividades atinentes às atribuições de polícia judiciária, estabelecidas na legislação vigente, com fulcro nos objetivos implementados por meio do Programa de Modernização e Melhoria da Gestão Pública (PMMGP), em especial: (a) na redefinição de processos de trabalho e estratégia de implantação das reformas sugeridas, (b) na execução da estratégia de reestruturação e modernização dos processos de trabalho e (c) na implantação e aperfeiçoamento de sistemas de gerenciamento e prestação dos serviços públicos, com base em indicadores, sempre visando à qualificação da utilização do sistema de Inteligência Policial.	295.795.899	Inquérito remetido Procedimento especial para adolescentes remetido Termo Circunstanciado remetido	Inquérito Procedimento Termo Circunstanciado	895.981 117.704 1.025.783
FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA, ESTABELECEENDO SUAS DIRETRIZES E PRIORIDADES	Nova	SSP	Formular as políticas públicas de Segurança, estabelecendo suas diretrizes e prioridades, por meio de um Plano de Metas Anual (PMA), com objetivos a serem atingidos pelos segmentos que integram o sistema no aspecto policial, administrativo e institucional, a curto, médio e longo prazos, com definição de prioridades e comportamentos mensuráveis que evidenciem seu efetivo alcance.	109.534.549	Peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) elaboradas e com execução acompanhada Plano de Metas Operacionais elaborado e acompanhado	Percentual Percentual	100 100
POLICIAMENTO OSTENSIVO E PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	Nova	SSP	Policiamento ostensivo, através da Brigada Militar, cumprimento das missões estabelecidas na legislação vigente. Suporte administrativo e operacional à Brigada Militar para o desempenho de suas atividades.	562.958.657	Estabelecimento inspecionado Pessoa abordada Veículo abordado	Estabelecimento Pessoa Veículo	954.840 142.720.840 112.566.000
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS MUNICÍPIOS	Nova	SSP	Conjunto de ações desenvolvidas pelos órgãos da Secretaria da Segurança Pública, integradas em função de objetivos comuns, visando a redução da incidência do crime e da violência e seus efeitos negativos sobre os indivíduos, famílias, grupos e comunidades.	4.258.398			

REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS CRIMINAIS E DE SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO	Nova	SSP	Operacionalização das rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando a coleta e a produção da prova técnica processual e a confiabilidade dos processos de identificação e emissão da cédula de identidade civil, bem como a implementação de projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	105.065.547 Carteira de Identidade emitida	Carteira de Identidade	239.000
				Laudo Pericial realizado	Laudo	63.000

PROGRAMA: PRODUÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA CULTURA
 OBJETIVO: FOMENTAR A PRODUÇÃO, A INTEGRAÇÃO E A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS NAS ÁREAS DA MÚSICA, CINEMA, FOLCLORE, LITERATURA, ARTES CÊNICAS E VISUAIS, PROPORCIONANDO O ACESSO À CULTURA E AO FAZER CULTURAL ATRAVÉS DA DIFUSÃO E INTERCÂMBIO ENTRE AS REGIÕES DO

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	12.248.447	434.895	12.683.342	Espectáculos da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre com entrada franca	Percentual	50	50
				Espectáculos no Theatro São Pedro com entrada franca	Percentual	11	11
				Programas e Projetos Culturais apoiados	Quantidade	0	460

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À PRODUÇÃO CULTURAL	Nova	SEDAC	Implementação do Fundo de Apoio à Cultura e desenvolvimento de ações integradas e em parceria com o Ministério da Cultura para viabilização da produção cultural e pontos de cultura no Estado do Rio Grande do Sul.	1.618.772	Proposta cultural apoiada	Proposta	270
APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DA OSPA	Em andamento	FOSPA	Divulgação do repertório sinfônico da OSPA ao público, através de apresentações na Capital, no Interior e no País, possibilitando a participação e o aperfeiçoamento cultural da comunidade. Execução da programação artística e cultural da OSPA em Séries de concertos no Teatro da OSPA, concertos para a juventude, concertos didáticos, concertos nas Igrejas e concertos no Interior do Estado.	4.726.706	Público atingido com os concertos da OSPA	Espectador	147.000
EXERCÍCIO DOS DIREITOS CULTURAIS E ACESSO ÀS FONTES DE CULTURA	Nova	SEDAC	Incentivo às áreas de música, artes cênicas, artes visuais, cinema e folclore e intercâmbio de atividades culturais entre as Unidades da Federação e entre as regiões do Estado.	140.000	Projeto e atividade cultural incentivado	Unidade	100
PAUTA DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DO THEATRO SÃO PEDRO	Em andamento	FTSP	Promoção e divulgação de atividades de caráter artístico e fim cultural, viabilizando e incentivando a comunidade em geral a participar de uma programação variada e qualificada nas áreas de música, dança e teatro.	179.254	Público atingido com os eventos artísticos e culturais do TSP	Espectador	320.000
PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	Nova	SEDAC	Desenvolvimento de atividades culturais voltadas à pesquisa, editoração, documentação e publicação.	605.000	Publicação e ação cultural realizadas	Unidade	90
REESTRUTURAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA TVE-RS E RÁDIO FM CULTURA	Nova	FCP-RTV	Reestruturação da programação da TVE e da FM Cultura com vistas à promoção da ampliação da qualidade do produto final e da audiência da emissora de TV e da Rádio. Diante do avanço tecnológico e da fragmentação da audiência, pelo crescimento de alternativas, como TVs a cabo e Internet, as emissoras públicas estatais necessitam reavaliar regularmente seu papel junto à sociedade, de forma a ampliar a sua atuação como colaboradoras nos processos de desenvolvimento social da comunidade onde estão inseridas.	1.624.075	Programa produzido para reestruturação da grade de programação	Programa	4

Projeto	Modalidade	Programa	Descrição	Valor	Objetivo	Indicador	Valor
REESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PARQUE TÉCNICO DA TVE-RS E RÁDIO FM CULTURA	Nova	FCP-RTV	A ampliação e qualificação do parque técnico da TV Educativa e da Rádio FM Cultura permitirá aumentar a área de cobertura dos veículos da Fundação Cultural Piratini, qualificar os sinais transmitidos pelas duas emissoras e disponibilizar mais recursos técnicos para a execução de seus programas. A consecução destes objetivos permitirá que a população do Rio Grande do Sul tenha acesso a uma programação com melhor qualidade técnica e maior garantia de não interrupção do recebimento da programação, tanto da TVE-RS quanto da FM Cultura.	3.789.535	Central Técnica da TVE-RS reformulada	Percentual de obra realizada	100
					FM Cultura reestruturada	Percentual de obra realizada	100
					Mesa de corte digital, exibidor de vídeo digital, nobreak, grupo gerador, transformador e sistema de ar-condicionado adquiridos	Equipamento	40
					Parque de equipamentos de informática ampliado e atualizado	Estação de trabalho	200
					Parque de transmissão no Morro da Embratel reestruturado	Percentual de obra realizada	100
					Quadro técnico da TVE-RS e FM Cultura treinado	Funcionário	200
					Sistema irradiante, unidades de captura externa e antenas para recepção e transmissão adquiridos	Equipamento	51
					Veículos e up-link móvel adquiridos	Veículo	4

PROGRAMA:	PROGRAMA DE ATENÇÃO À JUVENTUDE				Finalístico		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	SECRETARIA DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
OBJETIVO:	COORDENAR, ARTICULAR E EXECUTAR AÇÕES DE ATENÇÃO E PROMOÇÃO À JUVENTUDE, VISANDO SUA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PLENA.						
VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	70.403.560	952.386	71.355.946	Em elaboração	em elaboração	0	0

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
COORDENAÇÃO E APOIO A PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AO EGRESSO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	Em andamento	FASE	Coordenar e apoiar tecnicamente o desenvolvimento de programas de apoio ao egresso do Sistema Socioeducativo através de ações de integração de redes de atendimento, visando sua inserção na comunidade de origem, de acordo com a legislação em vigor.	860.000	Egresso atendido	Pessoa	2.000
ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE GRUPOS DE CONVIVÊNCIA	Nova	SJDS	Estimular o desenvolvimento de grupos de convivência tendo como suporte o esporte, a cultura e o lazer, constituindo novas perspectivas de relacionamento e de valorização da auto-imagem.	210.000	Jovem atendido	Pessoa	1.000
EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE	Em andamento	FASE	Executar o atendimento especializado das medidas de internação e semiliberdade, atendendo 1.100 e 25 adolescentes, respectivamente (situação em 13.04.07), de acordo com o ECA, Sistema Nacional /SINASE e diretrizes de descentralização. A medida de semiliberdade será realizada mediante parceria, a partir dos municípios onde existem recursos da Fundação para esse fim (60 vagas atuais), estendendo-se, posteriormente, aos demais municípios onde já existem unidades de internação (140 novas vagas), e outras localidades, conforme demanda.	67.391.946	Adolescente atendido	Pessoa	1.300
EXECUÇÃO DO PROGRAMA PROJÓVEM	Nova	SJDS	Executar o programa Projovem no âmbito estadual, tendo como finalidade a elevação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias.	650.000	Jovem qualificado	Pessoa	2.780
GERAÇÃO DE OPORTUNIDADE DE TRABALHO E RENDA PARA JOVENS	Nova	FGTAS	Conjunto de projetos e atividades específicas que representem oportunidade de ingresso no mercado de trabalho para jovens, tais como: incentivo financeiro concedido às empresas, durante 6 meses, pela admissão de jovens de 16 a 24 anos, sem experiência profissional comprovada, no primeiro emprego, pelo regime CLT; realização de cursos de qualificação para o trabalho; estímulo a atividades autônomas; fomento ao empreendedorismo individual, associativo ou cooperativo; intermediação de emprego formal; incentivo à retomada de estudos em estabelecimento de ensino formal, na perspectiva de elevação de escolaridade. Esta ação tem por finalidade facilitar a inserção qualificada e a permanência do jovem no mundo do trabalho, viabilizando o acesso à renda, ampliando sua auto-confiança e autonomia.	400.000	Jovem assistido em atividade empreendedora Jovem inserido no mercado formal de trabalho pela intermediação realizada nos postos de atendimento Jovem inserido no Primeiro Emprego Jovem qualificado	Pessoa Pessoa Pessoa Pessoa	2.000 18.509 1.176 2.320
IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	Em andamento	SJDS	Assessorar e apoiar técnica e financeiramente a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, através de parcerias, mediante a mobilização de juizados regionais e promotorias da infância e juventude, prefeituras e participação da sociedade civil.	794.000	Jovem atendido Organizações não-governamentais (ONGs) participantes	Pessoa ONG	5.600 350
INSTALAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENÇÃO À JUVENTUDE	Nova	SJDS	Instalação de Centro Integrado Interdisciplinar de Referência para o jovem, contemplando ações nas áreas de defesa dos direitos, adaptação profissional, cultura, lazer e esporte.	1.050.000	Centro de Referência instalado	centro	1

PROGRAMA: PROGRAMA DE ATENÇÃO E PROMOÇÃO À FAMÍLIA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO: OFERECER SERVIÇOS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL ÀS FAMÍLIAS, EM ESPECIAL AS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	75.403.113	5.274.774	80.677.887	Famílias com renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo	Familia	485.272	442.000
				Pessoas atendidas: cursos de qualificação; colocação no mercado de trabalho; emissão de carteira de trabalho; habilitação ao recebimento seguro-desemprego e artesãos habilitados como profissionais	Pessoa atendida	449.599	600.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ATIVIDADES NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR	Nova	SJDS	Dar a conhecer o conteúdo e significado do planejamento familiar através de encontros, debates e discussões sobre o tema.	370.000	Pessa informada sobre planejamento familiar	peessoa	1.200
COORDENAÇÃO DA POLITICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Em andamento	SJDS	Apoiar tecnicamente, capacitar, assessorar os municípios, os conselhos municipais, os executores municipais para implantar e implementar a política de assistência social de acordo com a Norma Operacional Básica/NOB/SUAS/2005.	2.410.000	Gestor, conselheiro e profissional capacitados para a implementação do Sitema Único de Assistência Social Município habilitado ao Sistema Único de Assistência Social	Pessoa Município	1.380 496
DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO COMO FONTE DE RENDA	Em andamento	FGTAS	Cadastrar e identificar o artesão; habilitar para o exercício da profissão, através de qualificação técnica e empreendedora e da emissão de carteira profissional, possibilitando a venda dos produtos com emissão de Nota Fiscal e isenção de ICMS; organizar o trabalho artesanal no Estado, em grupos associativos ou cooperativos; apoiar a comercialização dos produtos através da organização de feiras, de âmbito municipal a internacional. visando a inserção do artesão no mercado de trabalho e consequente geração de renda.	2.162.014	Artesão formalizado inserido na atividade artesanal Artesão qualificado (através de curso de técnicas específicas, capacitação gerencial ou organização do trabalho em associação ou cooperativa) Evento apoiado e promovido	Pessoa Pessoa Evento	13.800 2.000 88
FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO	Nova	FGTAS	Apoiar o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras de caráter individual ou coletivo, voltadas a trabalhadores em geral, facilitando o acesso ao crédito, disponibilizando assistência técnica e gerencial ao empreendedor, apoiando e fortalecendo a atividade autônoma, inserindo em programas de formação profissional voltados tanto para a atividade meio quanto para a atividade fim. Esta ação deverá propiciar: inserção dos participantes da ação em outros programas articulados; elevação de escolaridade; organização do trabalho de forma individual, associativa ou cooperativa; inserção produtiva, através de Frentes Emergenciais de Trabalho; fomento ao cooperativismo; geração do auto-emprego; geração de novos postos de trabalho para o mercado.	3.093.994	Empreendedor assistido Trabalhador participante de frentes emergenciais de trabalho	Pessoa Pessoa	10.736 5.200
HABILITAÇÃO DE TRABALHADORES AO RECEBIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO	Em andamento	FGTAS	Atender o trabalhador desempregado, empregado doméstico inscrito no FGTS e o pescador artesanal, recebendo, conferindo e encaminhando, através de sistema próprio, a documentação necessária para habilitá-lo ao recebimento do benefício financeiro previsto em lei. O atendimento é prestado em Agências da FGTAS, disponibilizadas ao trabalhador, de acordo com o convênio firmado entre a FGTAS e o Ministério do Trabalho e Emprego.	9.240.783	Trabalhador beneficiado	Pessoa	1.400.000
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NO RIO GRANDE DO SUL	Nova	SJDS	Implantar o Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Estado, exercido de modo sistêmico em consonância com a Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS/2005, que define as responsabilidades dos Estados, executando políticas de recursos humanos, plano de carreira da assistência social, sistemas de informação, de monitoramento e avaliação, específicas da área, para efeito de elaboração do Plano Estadual de Assistência Social, através da execução direta.	490.000	Banco de dados da área de assistência social no Rio Grande do Sul implantado	Sistema	1

INTERMEDIÇÃO DE EMPREGO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO	Em andamento	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da intermediação empregador/empregado, da captação de vagas junto a empresas, da pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada. O atendimento é disponibilizado a trabalhadores de diversos segmentos sociais respeitando as políticas públicas voltadas a essa população, em Agências nas 26 regiões dos COREDEs, sob supervisão técnica. Através desta ação também serão executados: a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do "Informe PED"; e a emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social. O controle é realizado a partir de um sistema informatizado, o SIGAE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informações sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	33.109.631	Carteira do Trabalho e Previdência Social emitida	Unidade	732.150
					Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED realizada	Pesquisa	48
					Trabalhador empregado	Pessoa	301.709
QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	Em andamento	FGTAS	Realizar cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores empregados, desempregados ou subempregados, pessoas em situação de vulnerabilidade de todos os segmentos sociais e membros de Comissões Municipais de Emprego (CME) para o exercício de sua função. Os cursos são realizados através da contratação de entidades executoras de cursos. Essa ação atende demandas das CME para a aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de acordo com as Resoluções do CODEFAT, de Projetos Especiais para a contrapartida do Estado, definida em Cláusula do Convênio firmado entre a FGTAS e o Ministério do Trabalho e Emprego.	15.321.465	Pessoa qualificada	Pessoa	23.200
REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL À FAMÍLIA	Em andamento	SJDS	Estimular a Rede de Proteção Social - Básica e Especial - constituída por um conjunto de programas, serviços e benefícios executados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) implantados nos municípios de acordo com o seu porte e realidade local, com foco nas famílias referenciadas, com atenção voltada à criança, ao adolescente, à pessoa idosa, à pessoa portadora de deficiência, à pessoa adulta, para que superem situações de vulnerabilidade social, tendo a participação do Estado no co-financiamento através de repasse de recursos aos municípios. Estimular as ações integradas de enfrentamento à violência infanto-juvenil e as ações do Programa Estadual Primeira Infância Melhor (PIM), instituído pela Lei 12.544, de 03 de julho de 2006.	14.480.000	CRAS e CREAS implantados e implementados	Unidade	160
					Famílias beneficiadas pelo serviços de proteção social	Família	95.000

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 OBJETIVO: PROMOVER OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA POPULAÇÃO GAÚCHA IMPLEMENTANDO O PLANO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	44.682.501	12.712.768	57.395.269	Em elaboração	em elaboração	0	0

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AÇÕES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA	Nova	SJDS	Capacitar atores sociais para promover a prevenção da violência, através de seminários e grupos operativos, visando a valorização da pessoa, a fim de prevenir a solução violenta de conflitos. Esta ação participa do Programa Estadual de Prevenção da Violência e tem como ênfase a realização de atividades culturais e o fomento ao desenvolvimento socioeconômico do indivíduo.	2.193.925	Pessoa capacitada	Pessoa	7.600
APOIO A PROJETOS DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	Em andamento	SJDS	Convênio com municípios para ações que garantam a execução de deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA) e implementação de programas locais.	2.490.000	Projeto beneficiado financeiramente pelo Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente (FECA)	Projeto	400
APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO À ORGANIZAÇÃO E AO FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES	Nova	SJDS	Desenvolver atividades de formação e produção de materiais destinados ao exercício das funções dos Conselhos Tutelares.	450.000	Conselheiro Tutelar capacitado Conselho Tutelar em funcionamento	Pessoa Conselho	1.400 60
ATENDIMENTO À COMUNIDADE NO VIDA CENTRO HUMANÍSTICO E PARQUE DE RECREAÇÃO DO TRABALHADOR	Em andamento	FGTAS	Desenvolver atividades que promovam a dignidade da pessoa com vistas à convivência com famílias, idosos, adultos, adolescentes e crianças, voltadas para a saúde, educação, cultura, meio ambiente, recreação, lazer, esporte e trabalho, na perspectiva de garantir o acesso aos direitos sociais básicos, preferencialmente aos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, no Vida Centro Humanístico, Espaço Social e Comunitário e Parque de Recreação do Trabalhador.	4.998.192	Atendimento realizado	Atendimento	2.000.000
ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E ALTAS HABILIDADES	Em andamento	FADERS	Promover, implantar e implementar serviços para Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) e Pessoa Portadora de Altas Habilidades (PPAH), visando à produção de conhecimento, ao desenvolvimento de novas metodologias, assessoramento e capacitação de pessoas, processos e estruturas nas questões relativas a esse segmento social, tendo como referência o atendimento prestado nas Unidades de Execução Especializada da FADERS.	3.768.260	Assessoramento técnico prestado Estudo técnico desenvolvido Material didático especializado produzido Passe Livre Intermunicipal distribuído Pessoa capacitada Pessoa Portadora de Altas Habilidades beneficiada Pessoa Portadora de Deficiência beneficiada Portal de acessibilidade instalado PPD acompanhado no mercado de trabalho	Unidade Unidade Unidade Pessoa Pessoa Pessoa Pessoa Unidade Pessoa	500 5 200 20.000 6.000 800 4.000 1 800
CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE RESTAURANTES POPULARES	Em andamento	SJDS	Implantar restaurantes populares que ofereçam refeições equilibradas, nutritivas, em ambientes adequados, a preços acessíveis, em cidades de médio e grande porte, garantindo o direito humano à alimentação e nutrição, através de repasse aos municípios e entidades.	6.750.000	Restaurante popular público implantado	Restaurante	4

COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL	Em andamento	SJDS	Promover a Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) através de ações específicas de apoio técnico, capacitação na área de segurança alimentar, seminários, conferências, campanhas de esclarecimento e sensibilização, diagnósticos, plenárias do Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA), elaboração de textos, informações, material educativo para auxiliar e subsidiar a formulação de ações no contexto da segurança alimentar e na implantação de conselhos municipais de SANS.	192.500	Encontro técnico realizado	Encontro técnico	400
COORDENAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO	Em andamento	SJDS	Promover articulação intersecretarial, bem como estabelecer parcerias com a sociedade civil, visando atender ao disposto na Lei 11.517/00.	330.000	Idoso beneficiado	Pessoa	1.600
COORDENAÇÃO, PROMOÇÃO, MANUTENÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DIRIGIDAS AOS SEGMENTOS SOCIAIS E ETÁRIOS AFETOS À SECRETARIA	Nova	SJDS	Coordenar as políticas de Direitos Humanos com a participação dos diferentes órgãos públicos e sociedade civil, garantindo e promovendo os direitos dos segmentos: criança e adolescente, idoso, mulher, portador de deficiência e altas habilidades, comunidades negras, povos indígenas e igualdade racial.	950.000	Pessoa beneficiada	Pessoa	600 4.700
DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	Em andamento	SJDS	Divulgar informação ou orientar, através de conferências, edição de cartilhas, folders, campanhas educativas, palestras e seminários; sediar reuniões do Fórum Nacional de Programa Estadual de Defesa do Consumidor (PROCON), com utilização do Fundo Estadual do Consumidor (FECON).	80.000	Campanha publicitária realizada	Campanha	15
ESPECIALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DE PORTADORES DE PSICOPATOLOGIAS ABRIGADOS NA FPERGS	Nova	FPERGS	Na FPERGS, 78% da população atendida é portadora de algum tipo de psicopatologia. Sendo assim, é de fundamental importância qualificar os servidores para o atendimento diário e permanente, tendo em vista a gravidade das situações clínicas dos abrigados.	270.000	Servidor qualificado	Servidor	800
ESTÍMULO À RESOLUÇÃO NÃO-VIOLENTA DE CONFLITOS E À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	Nova	SJDS	Estimular o compartilhamento de responsabilidades na busca de solução de conflitos, respeitadas as potencialidades dos indivíduos e as possibilidades do meio social, bem como promover a educação em direitos humanos.	440.000	Escola participante Pessoa atingida	Escola Pessoa	210 105.000
ESTÍMULO E APOIO À CRIAÇÃO DOS FUNDOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS MUNICÍPIOS	Nova	SJDS	Apoiar tecnicamente a criação de Fundos Municipais da Criança e Adolescente destinados à captação de recursos financeiros de pessoas físicas e jurídicas.	130.000	Pessoa capacitada Município assessorado	Pessoa Município	750 100
ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER	Nova	SJDS	Atendimento à população feminina vitimizada, prestando apoio jurídico, psicológico e encaminhamento aos demais serviços da rede pública, bem como oportunizando cursos de capacitação profissional, resgate de auto-estima, propiciando condições para a conquista da cidadania.	560.000	Mulher atendida Mulher qualificada	Pessoa Pessoa	12.000 2.500
EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DE ABRIGO E DE APOIO E ORIENTAÇÃO SOCIOFAMILIAR	Em andamento	FPERGS	Proteção às crianças e adolescentes do Rio Grande do Sul em situação de vulnerabilidade atendidos nos abrigos e centros sociais da Fundação de Proteção Especial, de forma complementar aos municípios.	15.690.696	Criança e jovem atendidos	Pessoa	1.100
GERENCIAMENTO DO PROCON/RS	Em andamento	SJDS	Planejar, coordenar e manter o PROCON/RS.	2.890.000			
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Nova	SJDS	Instalar Centros de Referência Alimentar e Nutricional (CRANs), disponibilizando equipamentos públicos para a elaboração e fornecimento de alimentos, prestação de serviços de utilidade pública e cursos profissionalizantes, em quatro macrorregiões do Estado, através de repasse de recursos financeiros aos municípios.	1.520.000	Centro de Referência implantado	Unidade	4
IMPLANTAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL	Nova	SJDS	O Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) é o resultado de parcerias entre o Governo do Estado/União, prefeituras, associações de municípios e organizações não-governamentais (ONGs), que buscam garantir o acesso das populações vulneráveis aos alimentos e o desenvolvimento local. Os projetos que compõem o Consórcio serão viabilizados através do repasse de recursos aos municípios e/ou ONGs.	1.032.500	Consórcio implantado	Unidade	4

IMPLANTAÇÃO DE COZINHAS, HORTAS COMUNITÁRIAS E BANCO DE ALIMENTOS	Nova	SJDS	Proporcionar espaço para produção, elaboração e fornecimento de alimento saudável, de baixo custo, produzido adequadamente conforme legislação sanitária vigente, como instrumento de garantia da segurança alimentar para populações vulneráveis, propiciando igualmente a oportunidade de trabalho e apropriação de renda e constituindo equipamentos públicos de apoio aos sistemas locais de abastecimento alimentar que arrecadam alimentos provenientes de doações e visam garantir à população em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar o acesso à alimentação digna. Distribuir cestas básicas, através de repasse de recursos financeiros aos municípios e entidades.	3.072.000	Banco de alimentos implantado Cozinha comunitária pública implantada Horta comunitária implantada	Unidade Unidade Unidade	7 120 120
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E PESSOA PORTADORA DE ALTAS HABILIDADES	Em andamento	FADERS	Desenvolver ações integradas e articuladas na diversas áreas de atendimento/atenção à PPD e à PPAH, em parceria com órgãos governamentais, municípios e ONGs, visando a implementação da política pública para esse segmento social, com a participação dos COREDES e da FAMURS.	984.268	Conselho municipal dos direitos das PPD assessorado Fórum realizado para descentralização da política pública para PPD e PPAH Gestor municipal assessorado Município com políticas públicas implementadas Seminário e curso realizados	Conselho Fórum Pessoa Município Evento	180 40 700 100 400
INSERÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS EM FASE DE DESLIGAMENTO DA FPERGS	Em andamento	FPERGS	Acompanhar jovens em fase de desligamento da Fundação de Proteção Especial, após os 18 anos, no processo de retorno à família e comunidade, visando a plena autonomia de vida e efetivação da reintegração.	364.800	Jovem atendido	Pessoa	40
INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	Em andamento	SJDS	Implantar, implementar, coordenar e gerenciar, junto aos Conselhos Tutelares, o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos.	228.000	Município com sistema SIPIA instalado	Município	48
MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DOS SEGMENTOS AFETOS À SECRETARIA	Nova	SJDS	Realizar o mapeamento de dados - banco de dados - manutenção e atualização, referentes aos seguintes segmentos: criança e adolescente com vulnerabilidade social, comunidades indígenas, comunidades negras, pessoas com deficiências e altas habilidades, idosos, mulher, igualdade racial e suas adversidades, consumidor, pobreza e insegurança alimentar.	330.000	Banco de dados criado Pesquisa realizada	Unidade Pesquisa	1 1
MUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR	Em andamento	SJDS	Promover o apoio técnico e financeiro aos municípios visando implantar e desenvolver ações de promoção aos direitos do consumidor.	610.000	Município com PROCON instalado	Município	250
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE DIREITOS E DAS COORDENADORIAS VINCULADAS ÀS ÁREAS AFETAS À SECRETARIA	Em andamento	SJDS	Garantir a estrutura física e recursos humanos necessários à organização e funcionamento dos conselhos e coordenadorias estaduais e fomentar a organização e funcionamento de conselhos e coordenadorias municipais.	1.400.000	Conselho apoiado	Conselho	36
PROMOÇÃO DA GARANTIA DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS	Em andamento	SJDS	Articulação, com os demais órgãos, da garantia dos direitos dos povos indígenas, através do desenvolvimento de projetos que estimulem a etnossustentabilidade; legalização de nascimentos, casamentos, óbitos, etc. com a correspondente documentação legal.	610.000	Família indígena atingida	Família	80
PROMOÇÃO DA GARANTIA DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES NEGRAS, AFRO-DESCENDENTES E QUILOMBOLAS	Nova	SJDS	Articular junto a outros órgãos a elaboração de projetos para a garantia dos direitos humanos das comunidades negras, afrodescendentes e quilombolas.	250.000	Comunidade negra, afro-descendente e quilombola beneficiada	Comunidade	24
PROMOÇÃO DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Em andamento	SJDS	Divulgar nos meios de comunicação os serviços, atos e atividades que assegurem os direitos da criança e do adolescente, com caráter educacional, informativo, institucional e de orientação social, com utilização dos recursos do FECA.	460.000	Peça publicitária produzida	Unidade	20
PROMOÇÃO DE GARANTIA DA IGUALDADE RACIAL	Nova	SJDS	Articular, mobilizar e desenvolver atividades dirigidas às diferentes etnias promovendo a Igualdade Racial.	210.000	Comunidade étnica assistida	Comunidade	200

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PROMOÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO E ESTÍMULO À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	Em andamento	SJDS	Prestar atendimento e orientação aos consumidores, efetuar registro de reclamações, fiscalizar estabelecimentos, apreender produtos, aplicar multas e mediar conflitos de consumo.	540.000	Estabelecimento fiscalizado Pessoa atendida	Estabelecimento Pessoa	20.000 2.500.000
PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	Nova	SJDS	Desenvolver atividades para orientar, fornecer subsídios, apoiar a implementação de serviços e a constituição da rede de atendimento às vítimas de violência, bem como o atendimento da Lei nº 11.340 (Maria da Penha); Lei nº 12.296 (Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil) e outras que contemplem a complexidade da violência de modo geral.	1.440.128	Serviço implementado	Serviço	200
REORDENAMENTO INSTITUCIONAL DA FPERGS	Em andamento	FPERGS	Construir e equipar abrigos residenciais, adequando estruturas físicas e materiais às necessidades da população, conforme princípios apregoados pela Constituição Federal, Art. 227, pelo ECA e Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em seu Art. 13º, bem como suprir e adequar o quadro funcional.	2.160.000	Abrigo residencial instalado	Unidade	9

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
 OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA, ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE UMA REDE SOCIAL QUE IDENTIFIQUE, INTEGRE, ARTICULE E PROMOVA PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, POR CAUSAS EXTERNAS, COM VISTAS À RE

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	16.192.068	1.500.000	17.692.068	Mortalidade por causas externas (acidentes dos transportes, suicídio e homicídios) nos municípios alvo (Índice em apuração)	1/100.000 Casos	0	0
				Número de alunos evadidos da rede escolar nos municípios alvo (Índice em apuração)	Aluno evadido	0	0
				Número de famílias assistidas vítimas de violência nos municípios alvo (Índice em apuração)	Família	0	0
				Registros de ocorrências policiais por violência contra pessoas nos municípios alvo (Índice em apuração)	Nº registros	0	0

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS MUNICÍPIOS	Nova	SES	Alinhamento estratégico entre os atores envolvidos no Programa. Realização de capacitações, seminários, congressos e espaços de reflexão sobre a temática. Articulação e operacionalização da rede social para a criação dos comitês municipais do PPV. Realização de audiências públicas municipais para a implementação da rede. Sensibilização e mobilização dos gestores municipais para adesão aos programas da Secretaria da Saúde que fazem parte da Rede Estadual de Prevenção da Violência (PIM, PSF, CAPS, CEVS Hospitais Sentinela). Elaboração de textos, artigos, manuais de procedimentos e produção científica em geral, com o objetivo de divulgar o conhecimento adquirido.	3.975.000	Família atendida pela Rede de Prevenção da Violência nos municípios	Família	60.000
IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	Nova	SES	Formação do Comitê Estadual de Prevenção da Violência, com a finalidade de integrar esforços articulados de sete Secretarias de Estado (da Saúde, da Justiça e do Desenvolvimento Social, da Cultura, do Turismo, Esporte e Lazer, da Ciência e Tecnologia, da Segurança Pública e da Educação), bem como da sociedade civil organizada. Definição de critérios para a seleção dos municípios alvo. Realização de levantamento dos programas de prevenção da violência já existentes. Elaboração do diagnóstico da violência por causas externas nas áreas selecionadas, com vistas a uma entrada progressiva dos 50 municípios alvo que apresentam os mais altos índices de violência por causas externas.	10.025.000	Rede Social de Prevenção da Violência implantada	Rede	50
PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	Em andamento	FUNDERGS	Contribuir com a redução dos índices de violência oportunizando a ocupação produtiva do tempo ocioso dos jovens, diminuindo a sua situação de risco e vulnerabilidade social.	1.872.068	Núcleo educacional implantado	Unidade	50
RECRIANDO O ESPORTE JOGUE LEGAL	Em andamento	FUNDERGS	Democratizar o acesso à prática desportiva e de lazer a crianças e adolescentes entre 7 e 16 anos, com ação integrada à educação, visando reduzir o tempo de exposição a situação de risco e vulnerabilidade social; contribuir para a redução dos índices de violência.	1.820.000	Núcleo de esporte implementado	Unidade	30

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO, AUXÍLIO E ASSISTÊNCIA A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 OBJETIVO: GARANTIR A PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS OU CONHECEDORAS DE ATOS CRIMINOSOS, CUJO TESTEMUNHO SE REVISTA DE ALTO VALOR PROBANTE; REINSERIR SOCIALMENTE A TESTEMUNHA; AUXILIAR NO COMBATE À CRIMINALIDADE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	2.480.000	80.000	2.560.000	Índice de testemunhas reinseridas socialmente	Percentual	69,05	70
				Número de beneficiários incluídos no Programa por ano	Beneficiário	84	150

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EXECUÇÃO DE MONITORAMENTO E REINSERÇÃO SOCIAL DE TESTEMUNHAS	Nova	SSP	Ações de acompanhamento periódico dos beneficiários, de modo a facilitar e solucionar possíveis problemas decorrentes da nova condição de vida. Verificar as condições de segurança, saúde, trabalho e educação. Manter contato com os novos protetores, seus novos envolvimento e possíveis fontes de risco. Estabelecimento de novas parcerias com pessoas voluntárias e com disponibilidade para servirem de "protetores", facilitando a reinserção social dos beneficiários nas diversas comunidades.	2.520.000			
QUALIFICAÇÃO DOS OPERADORES DO PROTEGE	Nova	SSP	Aprimoramento e consolidação dos conhecimentos técnicos e profissionais dos executores do Programa, capacitando-os para as atividades, através da participação em cursos e treinamentos específicos para ações de proteção e para utilização de equipamentos e recursos tecnológicos e operacionais disponíveis. Ampliação de conhecimento e habilidades, com abordagens de perfis desejáveis e adequados, técnicas avançadas de proteção e enfrentamento de situações criadas pelos elementos adversos.	40.000	Operador capacitado Testemunha beneficiada	Pessoa Pessoa	67 540

PROGRAMA: PROGRAMA GAÚCHO DE SANEAMENTO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA HABITAÇÃO, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 OBJETIVO: APOIAR OS MUNICÍPIOS NO SENTIDO DE ATINGIR OS ÍNDICES CRESCENTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	46.438.904	1.253.949.000	1.300.387.904	Economia com abastecimento de água (total) nos municípios atendidos pela CORSAN	Economia	2.133.984	2.384.936
				Economia servida com esgotamento sanitário (total) nos municípios atendidos pela CORSAN	Economia	228.489	295.439
				Índice de evolução do Projeto de Lei que instituirá a Política Estadual de Resíduos Sólidos	Percentual	10	100
				Município dotado de Planos de Saneamento	Unidade	32	496
				Número de Gestores Públicos Municipais capacitados pelas Oficinas para elaboração de Planos e Projetos na área de Saneamento	Unidade	0	200
				Número de municípios que alimentam o SIGS	Unidade	54	350
				Número de regiões funcionais com plano diretor de resíduos sólidos	Unidade	0	3
				Percentual de implementação dos instrumentos da Política Estadual de Saneamento	Percentual	15	60

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO DOS SINOS E DO RIO GRAVATÁI	Em andamento	CORSAN	Ampliação do sistema de tratamento de esgotos de Canoas, implantação dos sistemas integrados de tratamento de esgotos de Esteio/Sapuçaia do Sul e de Alvorada/Viamão e implantação dos sistemas de tratamento de esgotos de Santo Antônio da Patrulha e Glorinha. Esta ação depende, para sua integral execução, da liberação de recursos do Orçamento Geral da União, referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento.	285.000.000	Obra concluída	Obra	5
APOIO TÉCNICO NA FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DA SEHADUR	Em andamento	CORSAN	Apoio técnico institucional às ações da Secretaria de Habitação e Saneamento Urbano no setor de saneamento	19.591.000			
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL, COMERCIAL E EMPRESARIAL	Em andamento	CORSAN	Reforço da atividade produtiva, competitividade da empresa e sua participação no mercado, com investimentos em fatores estratégicos. Esta ação depende, para sua integral execução, da contratação de financiamentos, junta a agências de crédito, na ordem de 19% do montante indicado.	212.101.250			
EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Em andamento	CORSAN	Investimentos em ampliação, implantação e melhorias operacionais nos sistemas de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água. Esta ação depende, para sua integral execução, da contratação de financiamentos, junta a agências de crédito, na ordem de 28% do montante indicado.	436.198.650	Economia abastecida	Economia	2.384.936
EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Em andamento	CORSAN	Investimentos em ampliação, implantação e melhorias operacionais nos sistemas de coleta, tratamento e disposição final de esgotos. Esta ação depende, para sua integral execução, da contratação de financiamentos, junta a agências de crédito, na ordem de 30% do montante indicado.	270.799.100	Economia servida	Economia	295.439

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Nova	METROPLAN	Produção de conhecimento e implantação de soluções alternativas sustentáveis em conjunto com a população usuária, setores produtivos e prefeituras municipais para a gestão de resíduos sólidos do Estado.	36.097.904	Assessoria na elaboração da Política Estadual de Resíduos Sólidos realizada	Unidade	1
					Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Porto Alegre revisado	Unidade	1
					Plano Diretor de Resíduos Sólidos Regionais elaborado	Unidade	9
					Unidade de processamento e destino final de resíduos sólidos implantada	Unidade	15
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO	Em andamento	SEHADUR	Elaboração de Planos de Saneamento e do Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Sólidos de acordo com a legislação vigente. Apoio às Prefeituras na realização de Oficinas de Projetos e Planos em parceria com a Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e universidades.	4.320.000	Oficina de projetos e planos realizada	Número	8
					Plano de Saneamento de Bacias implantado	Unidade	6
					Política Estadual de Resíduos Sólidos elaborada	Unidade	1
					Projeto de saneamento Básico elaborado	unidade	4
PERFURAÇÃO DE POÇOS E REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Em andamento	SEHADUR	Perfuração de poços tubulares profundos e implantação, via convênio, de pequenos sistemas de abastecimento de água para consumo humano em pequenas localidades	36.280.000	Sistema de informações implantado	Percentual	100
					Poço e sistema de abastecimento de água implantado	Unidade	1.280

PROGRAMA: PROGRAMA INTEGRADO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA HABITAÇÃO, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
 OBJETIVO: ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE MENOR RENDA, COM A CONSTRUÇÃO DE MORADIAS, MELHORIAS NAS HABITAÇÕES, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INFRA-ESTRUTURA, AÇÕES EDUCATIVAS DE CONVÍVIO SOCIAL E DE GERAÇÃO DE RENDA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	45.919.501	612.671.220	658.590.721	Necessidades Habitacionais no Rio Grande do Sul	Unidade habitacional	524.521	450.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO TÉCNICO NA FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DA SEHADUR	Em andamento	METROPLAN	Fornecimento de Assessoria Técnica e estabelecimento de Termos de Cooperação Técnica, que visem a integração de conhecimentos para a promoção de ações de regularização fundiária e reassentamento em áreas prioritariamente do Estado e localizadas na Região Metropolitana e aglomerados urbanos.	969.500	Projeto Integrado de Produção Urbana	Unidade	1
					Projeto Integrado de Regularização Urbana	Unidade	1
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES E GALPÕES COMUNITÁRIOS EM RESERVAS INDÍGENAS	Em andamento	SEHADUR	Produção de casas e galpões comunitários para a população indígena, em parceria com órgãos do Governo do Estado, municipais e a sociedade civil.	4.288.400	Casa construída Galpão comunitário construído	Unidade Unidade	660 30
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES, MELHORIAS HABITACIONAIS E LOTES URBANIZADOS	Em andamento	SEHADUR	Construção de habitações, melhorias habitacionais e lotes urbanizados através de parcerias do Estado com o Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, municípios, cooperativas, associações da sociedade civil e iniciativa privada.	543.016.282	Casa construída	Unidade	27.498
					Lote urbanizado produzido	Unidade	6.873
					Melhoria habitacionai executada	Unidade	11.456
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO	Em andamento	SEHADUR	Promoção de ações de regularização fundiária e reassentamento em áreas prioritariamente do Estado e localizadas na Região Metropolitana, aglomerados urbanos e municípios com mais de 100.000 habitantes, executando levantamento topográfico, cadastro sócio-econômico, Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), projetos e obras de infra-estrutura, individualização e registro de lotes e aquisição e urbanização de áreas para reassentamentos. Dentro das ações será dada prioridade ao reassentamento das famílias, cujas moradias estão impedindo as obras de ampliação da pista do aeroporto de Porto Alegre (Vilas Dique e Nazaré).	110.316.539	Lote regularizado	Unidade	30.086

PROGRAMA: PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
 OBJETIVO: ORIENTAR AS FAMÍLIAS, A PARTIR DE SUA CULTURA E EXPERIÊNCIAS, PARA ESTIMULAREM O DESENVOLVIMENTO PLENO DAS CAPACIDADES E POTENCIALIDADES DAS CRIANÇAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	66.680.000	0	66.680.000	Índice de ganhos de desenvolvimento cognitivo, motor, sócio-afetivo e linguagem, por faixa etária	Percentual	42	60
				Número de crianças beneficiadas entre 0 e 6 anos de idade	Criança	59.025	100.000
				Número de famílias atendidas	Família	39.390	100.000
				Número de municípios capacitados com o Programa implantado	Município	223	318

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAPACITAÇÃO PERMANENTE DAS EQUIPES ENVOLVIDAS	Em andamento	SES	Realização de Encontros e Seminários semestrais e /ou anuais para troca de experiências e divulgação do PIM. Realização de capacitações sistemáticas para equipes técnicas, com vistas ao gerenciamento do Programa nos municípios, nas Coordenadorias Regionais de Saúde e para os representantes das Secretarias Estaduais parceiras, com utilização de materiais teórico-metodológicos, como os Guias de Orientação. Articulação permanente com a rede de serviços dos municípios para viabilizar a intersetorialidade nas ações.	2.575.000	Encontro e Seminário realizado	Seminário	8
					Representante das Secretarias e Coordenadorias Regionais capacitado	Pessoa	90
					Técnico Municipal e Estadual capacitado	Pessoa	417
COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM OS MUNICÍPIOS	Em andamento	SES	Apoio financeiro às ações dos municípios com o Programa implantado, com base no número de visitantes habilitados pela CIB/RS.	63.080.000	Visitador habilitado nos Municípios com o PIM implantado	Visitador	4.000
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PIM NOS MUNICÍPIOS	Em andamento	SES	Assessoria técnica especializada e sistemática para orientar e acompanhar as atividades, conforme metodologia do PIM, bem como para avaliar qualitativa e quantitativamente os ganhos alcançados pelas crianças, por faixa etária, nas áreas cognitiva, motora, sócio-afetiva e da linguagem, a partir do diagnóstico inicial do desenvolvimento da criança.	1.025.000	Avaliação realizada nos municípios com o Programa implantado	Percentual	100

PROGRAMA: SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
 OBJETIVO: ASSEGURAR A QUALIDADE E A AUTO-SUFICIÊNCIA EM SANGUE, COMPONENTES E DERIVADOS SANGÜINEOS, E GARANTIR A ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE COAGULOPATIAS E HEMOGLOBINOPATIAS. ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	29.328.743	2.200.000	31.528.743	Índice de desempenho do ciclo do sangue	Unidade	0,53	0,9
				Taxa de doação de sangue	Percentual	1,69	2,97

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ATENDIMENTO AOS PACIENTES PORTADORES DE HEMOGLOBINOPATIAS E COAGULOPATIAS	Nova	FEPPS	Implantação e implementação do Cadastro Estadual de Hemoglobinopatias e Coagulopatias. Fomento à implantação e implementação de programa de atendimento multidisciplinar de pacientes com hemoglobinopatias e coagulopatias. Produção de manual para tratamento clínico. Produção de material informativo para pacientes e familiares sobre hemoglobinopatias e coagulopatias. Organização de cadastro de unidades que realizam tratamento de coagulopatias, com lista das unidades de referência.	680.000	Paciente atendido portador de Coagulopatia	Unidade	10.390
					Paciente atendido portador de Hemoglobinopatia	Unidade	260
GERENCIAMENTO E GESTÃO DA HEMORREDE PÚBLICA	Nova	FEPPS	Proporcionar os meios para que se institucionalize no Estado uma rede intra-organizacional para garantir a disponibilidade dos serviços, a qualidade da atenção e a segurança do sangue em toda a Hemorrede, através da ampliação de áreas físicas em três serviços, aquisição de equipamentos, modernização gerencial e operacionalização dos serviços de hemoterapia e hematologia.	1.418.448	Serviço acreditado	Unidade	4
					Serviço ampliado/adequado	Unidade	3
					Unidade gerenciada	Unidade	4
QUALIDADE DO SANGUE	Em andamento	FEPPS	Incrementar a doação voluntária de sangue. Promover a qualificação dos profissionais da Hemorrede Pública. Implantar o sistema de qualidade e do sistema de gerenciamento de resíduos em saúde na Hemorrede Pública.	29.430.295	Doação voluntária apurada	Percentual	64
					Profissional qualificado	Pessoa	80
					Serviço informatizado	Unidade	4
					Serviço qualificado	Unidade	4

PROGRAMA: SOCIEDADE RESPONSÁVEL = TRÂNSITO EM DEFESA DA VIDA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: PROMOVER, APOIAR E INTEGRAR AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA DO CIDADÃO PARA UM TRÂNSITO SEGURO, BEM COMO PROMOVER AÇÕES QUE VISEM À MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	39.800.000	282.000	40.082.000	Índice de vítimas nos acidentes de trânsito em relação à população do Rio Grande do Sul	1/100.000	265,68	130

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA UM TRÂNSITO SEGURO	Em andamento	DETRAN/RS	Socialização e sedimentação das ações de Educação com a implantação e implementação do Programa Gaúcho de Educação para o Trânsito (PROGET), construção e aparelhamento do Centro de Educação e Segurança no Trânsito (CEST), realização de atividades educativas, como gincanas e festivais estudantis de música, seminários de educação para o trânsito, campanhas educativas de massa, criação e implementação do Portal VIVA MAIS e produção e aquisição de material didático-pedagógico de divulgação e apoio.	4.935.000	Pessoa Atendida Prédio Construído	Unidade Percentual	5.000.000 100
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS (SINIAV)	Nova	DETRAN/RS	Implantação do "Chip" Eletrônico em Veículos e do Sistema de Transmissão de Dados e Monitoramento do mesmos.	28.012.000	Veículo com "chip" instalado	Unidade	3.600.000
INSPEÇÃO DE GASES E RUÍDOS	Nova	DETRAN/RS	Implantação da Sistematização de Inspeção de Gases e Ruídos.	7.135.000	Veículo inspecionado	Unidade	1.000.000

PROGRAMA: TERCEIRO SETOR E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 OBJETIVO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO, ATRAVÉS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO SETOR SOCIAL E DA CRIAÇÃO DE NOVAS FERRAMENTAS, QUE OTIMIZARÃO OS ESFORÇOS REALIZADOS PELA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA EM PROL DAS CAUSAS QUE PROPICIAM MAIOR QUALIDADE DE VIDA PA

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	22.480.000	1.374.848	23.854.848	Em elaboração	em elaboração	0	0

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA ATUAÇÃO NO TERCEIRO SETOR	Nova	SJDS	Qualificar pessoas da sociedade gaúcha para atuarem com qualidade e profissionalismo em organizações sociais, em especial nos aspectos da gestão.	90.000	Pessoa qualificada	Pessoa	1.000
ESTÍMULO AO CRESCIMENTO, QUALIFICAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO RIO GRANDE DO SUL	Nova	SJDS	Multiplicar o número de projetos sociais realizados em todo o Estado, com parcerias privadas, através do Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social (PAIPS) - Lei da Solidariedade -, e outros, com otimização da atuação em rede, capacitando gestores de ONGs, através de servidores da Secretaria e da contratação de prestadores de serviços; modernizar e informatizar o cadastro de entidades sociais atualizando, através de pesquisa, as informações disponíveis sobre o Terceiro Setor no Estado; incentivar a criação de leis municipais de Solidariedade; realizar o Ciclo de Debates do Terceiro Setor, em parceria com universidades.	230.000	Banco de dados instalado Evento realizado Gestor capacitado Projeto social realizado	Unidade Evento Pessoa Projeto	1 26 3.400 1.700
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "A NOTA É MINHA"	Em andamento	SJDS	Repassar recursos a entidades habilitadas no Programa Solidariedade, na área de assistência social, classificadas pelos critérios do programa, conforme disposto na Lei 12.022, de 17 de dezembro de 2003.	17.600.000			
OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Nova	SJDS	Fomentar a criação de núcleos do Observatório do Terceiro Setor e Desenvolvimento Social no Interior do Estado, em parceria com universidades, para disseminar conhecimento e informação sobre o tema, estimular a pesquisa e criação de cursos específicos.	100.000	Núcleo implantado	Unidade	18
PRÊMIO "JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL"	Nova	SJDS	Criar e implementar a premiação anual, com objetivo de incentivar a atuação social profissionalizada em todo o Estado, em nível individual, institucional e empresarial.	540.000	Premiação anual concedida Prêmio instituído	Unidade Prêmio	4 1
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTADO	Nova	FGTAS	Promover o desenvolvimento social sustentado de comunidades, a partir do assessoramento a municípios, da articulação dos recursos sociais e econômicos, da elaboração de diagnósticos das necessidades e potencialidades locais, gerando um projeto específico com objetivos, metas e definição dos atores sociais importantes para sua execução. A ação deve fortalecer a economia, através da criação de novos produtos e novas oportunidades de negócio, melhorando as condições e a imagem da comunidade e preservando o meio ambiente. Deve também contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas, pela inserção produtiva e social com mais dignidade e efetivo exercício da cidadania, possibilitando influenciar na proposição de novas políticas públicas.	5.294.848	Comunidade atendida	Comunidade	210

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	15.270.029.442	100.702.751	15.370.732.193

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CEED	Em andamento	CEED	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	478.320			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CM	Em andamento	CM	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	8.790.082			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - DETRAN/RS	Em andamento	DETRAN/RS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	1.142.940.586			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FADERS	Em andamento	FADERS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	4.161.348			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FASE	Em andamento	FASE	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	16.721.252			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	12.037.385			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	5.890.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	17.768.645			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FIGTF	Em andamento	FIGTF	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	366.279			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FOSPA	Em andamento	FOSPA	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	4.439			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FPERGS	Em andamento	FPERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	33.927.682			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FTSP	Em andamento	FTSP	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	2.795.271			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FUNDERGS	Em andamento	FUNDERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	2.220.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	7.379.076			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SE	Em andamento	SE	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	657.588.530			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEDAC	Em andamento	SEDAC	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	10.040.004			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEHADUR	Em andamento	SEHADUR	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	5.575.560			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SES	Em andamento	SES	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	400.548.483			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SJDS	Em andamento	SJDS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	14.444.553			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - DETRAN/RS	Em andamento	DETRAN/RS	Publicidade Institucional	10.000.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FADERS	Em andamento	FADERS	Publicidade Institucional	80.000			

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FASE	Em andamento	FASE	Publicidade Institucional	80.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Publicidade Institucional	213.909			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Publicidade Institucional	1.600.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Publicidade Institucional	588.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FPERGS	Em andamento	FPERGS	Publicidade Institucional	60.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FUNDERGS	Em andamento	FUNDERGS	Publicidade Institucional	2.220.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Publicidade Institucional	160.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEHADUR	Em andamento	SEHADUR	Publicidade Institucional	600.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SES	Em andamento	SES	Publicidade Institucional	13.700.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SJDS	Em andamento	SJDS	Publicidade Institucional	1.628.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SSP	Em andamento	SSP	Publicidade Institucional	2.247.528			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - UERGS	Em andamento	UERGS	Publicidade Institucional	400.000			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CM	Em andamento	CM	Remuneração do pessoal ativo	28.774.513			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - DETRAN/RS	Em andamento	DETRAN/RS	Remuneração do pessoal ativo	38.020.280			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FADERS	Em andamento	FADERS	Remuneração do pessoal ativo	26.847.002			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FASE	Em andamento	FASE	Remuneração do pessoal ativo	303.591.861			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Remuneração do pessoal ativo	53.972.933			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Remuneração do pessoal ativo	12.195.215			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Remuneração do pessoal ativo	143.578.260			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FIGTF	Em andamento	FIGTF	Remuneração do pessoal ativo	3.477.623			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FOSPA	Em andamento	FOSPA	Remuneração do pessoal ativo	26.134.779			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FPERGS	Em andamento	FPERGS	Remuneração do pessoal ativo	168.341.145			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FTSP	Em andamento	FTSP	Remuneração do pessoal ativo	2.577.120			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FUNDERGS	Em andamento	FUNDERGS	Remuneração do pessoal ativo	907.283			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Remuneração do pessoal ativo	66.728.835			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SE	Em andamento	SE	Remuneração do pessoal ativo	7.110.875.848			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEDAC	Em andamento	SEDAC	Remuneração do pessoal ativo	29.220.322			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEHADUR	Em andamento	SEHADUR	Remuneração do pessoal ativo	13.903.581			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SES	Em andamento	SES	Remuneração do pessoal ativo	673.032.920			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SJDS	Em andamento	SJDS	Remuneração do pessoal ativo	16.374.550			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SSP	Em andamento	SSP	Remuneração do pessoal ativo	4.185.297.547			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - UERGS	Em andamento	UERGS	Remuneração do pessoal ativo	89.625.644			



Finanças e Gestão Pública: um Estado a serviço do cidadão

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO RELACIONAMENTO DA SECRETARIA DA FAZENDA COM A SOCIEDADE

Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA
 OBJETIVO: AGILIZAR O ATENDIMENTO, APRIMORAR AS ORIENTAÇÕES E A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE EM GERAL, BUSCANDO A CONSTANTE SIMPLIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS QUE ENVOLVAM A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.357.000	240.000	1.597.000	Grau de satisfação dos usuários	%	87	90

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APROXIMAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA COM A SOCIEDADE	Em andamento	SEFAZ	Implantação de canais de comunicação com a sociedade, visando uma melhor qualidade no relacionamento entre a Secretaria, seus usuários e sociedade em geral, assim como promover a melhoria nos serviços prestados pela Secretaria da Fazenda.	317.000	Participação em eventos promovidos pela Secretaria para público externo Sistema de Ouvidoria implantado na SEFAZ	Número Percentual	6.000 100
CONSCIENTIZAÇÃO FISCAL	Em andamento	SEFAZ	Aperfeiçoamento do relacionamento do Estado com os municípios e com a sociedade para a conscientização da importância da captação e da gestão dos recursos públicos, através de programas como: Integração Tributária, Educação Fiscal e Solidariedade	1.280.000	Disseminador da Educação Fiscal capacitado	Número	6.000

PROGRAMA: ARTICULAÇÃO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
OBJETIVO: APOIAR TÉCNICA E OPERACIONALMENTE O COOPERATIVISMO NO RIO GRANDE DO SUL, PROMOVEDO, QUANDO COUBER, PARCERIAS OPERACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA COOPERATIVISTA. ESTIMULAR A FORMA COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E CULTURAL NOS DIVE

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 2.050.000 Despesa Capital 0 Total 2.050.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO AO COOPERATIVISMO E AO ASSOCIATIVISMO	Em andamento	SEAPA	Estimular e promover o cooperativismo e o associativismo, através da elaboração de um cadastro estadual, de consultorias, de projetos especiais e de capacitação de associados.	1.250.000	Adesão de cooperativa ao Sistema Nacional de Monitoramento do Mercado Lático (SIMLEITE) Cooperativa cadastrada	Cooperativa	20 2.000
ASSESSORAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO	Em andamento	SRI	Fomentar a intercooperação e formação de redes de cooperação. Capacitar dirigentes e associados de cooperativas em gestão cooperativa e desenvolvimento socioeconômico.	480.000	Assessoria prestada Curso de capacitação realizado	Assessoria Curso	240 48
COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS DE APOIO AO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO	Em andamento	SRI	Articular e apoiar o desenvolvimento das organizações da economia solidária, bem como desenvolver redes de comercialização e novos empreendimentos.	160.000	Banco de Dados organizado Cooperativa cadastrada Secretaria Executiva organizada Servidor capacitado	Percentual Cadastro Secretaria Pessoa	100 600 1 48
ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	Em andamento	SRI	Implementar as Secretarias Executivas do Conselho Estadual do Cooperativismo (CECOOP) e do Fundo de Apoio ao Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDECOOP). Capacitar servidores públicos na área de cooperativismo e associativismo. Implementar Cadastro e Banco de Dados do Cooperativismo.	160.000	Assessoria prestada Empreendimento de economia solidária organizado e desenvolvido	Assessoria Empreendimento	120 40

PROGRAMA: COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO ESTADUAIS

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

OBJETIVO: APRIMORAR A INTEGRAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, DEMONSTRANDO TRANSPARÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS E NA OBTENÇÃO DE RESULTADOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 2.037.000 Despesa Capital 0 Total 2.037.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAPTAÇÃO DE RECURSOS E COOPERAÇÃO TÉCNICA	Em andamento	SEPLAG	Prospecção junto a entes nacionais e internacionais, públicos e privados, de recursos técnicos e financeiros para viabilização de projetos e ações estratégicas do Governo.	1.363.000	Acordo de Cooperação Técnica firmado	Acordo de Cooperação	4
					Carteira de Projetos aptos a financiamento	Projeto	2
					Pleito do Estado incluído no OGU PPP modelado	Pleito Modelo Definido	40 1
CICLO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Em andamento	SEPLAG	Desenvolvimento, aprimoramento e integração dos instrumentos de planejamento das atividades do setor público estadual (Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais) em suas diferentes etapas (elaboração, monitoramento, avaliação e revisão).	294.000	Análise gerencial do Orçamento realizada	Relatório produzido	24
					Caderno de Regionalização acompanhado	Unidade	36
					Orçamento acompanhado	Unidade	4
					PPA avaliado	Unidade	4
					PPA elaborado	Unidade	1
					PPA monitorado	Unidade	4
					PPA revisto	Unidade	4
					Projeto de Lei da LDO elaborado	Unidade	4
					Proposta Orçamentária elaborada	Unidade	4
					ESTUDO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS	Em andamento	SEPLAG
Estudo "Estados Comparados" atualizado	Atualização	8					
Estudo "Trilhas Gaúchas" atualizado	Atualização	8					
Orçamento do Estado atualizado disponibilizado on-line	Atualização	48					
GERENCIAMENTO DO PROJETO RS BIODIVERSIDADE	Em andamento	SEPLAG	Coordenação, execução e acompanhamento do Projeto e avaliação dos seus resultados e impactos, em conjunto com as instituições co-executoras.	240.000	Convênio estabelecido com órgãos e entidades	Convênio	8
					Projeto formulado para a conservação da Biodiversidade	Projeto	63
					Relatório Gerencial consolidado	Relatório	12
					Unidade de Gerenciamento do Projeto implantada	Unidade	1
MONITORAMENTO E APOIO AO GERENCIAMENTO DOS PROJETOS/PROGRAMAS ESTRUTURANTES	Em andamento	SEPLAG	Atuação na facilitação e acompanhamento para a implementação de programas/projetos estruturantes e para obtenção de resultados pretendidos pelo Governo Estadual.	100.000	Carteira de Projetos Estruturantes avaliada	Unidade	1
					Projeto Estruturante monitorado	Percentual	100

PROGRAMA: DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: EDITAR O DIÁRIO OFICIAL

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	152.000	0	152.000	Nº de acessos/vendas via internet; nº Exs. Distribuidos/Vendidos	Centímetro/páginas	250.000	350.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO LOGÍSTICO AO E-COMMERCE (COMÉRCIO ELETRÔNICO)	Nova	CORAG	Estrutura de apoio - convênios para atender a demanda.	100.000	Entrega rápida com baixo custo	Unidade	4.000
E-COMMERCE (COMÉRCIO ELETRÔNICO)	Nova	CORAG	Loja Virtual da Corag - venda de todos os produtos da CORAG via "on-line", incluindo o Diário Oficial.	20.000	Informação divulgada através de novo meio	Acesso	80.000
TREINAMENTO OPERACIONAL	Em andamento	CORAG	Treinamento operacional	32.000	Servidor treinado	Servidor	67

PROGRAMA: EQUILÍBRIO FISCAL ESTRUTURAL E GERAÇÃO DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E DE SERVIÇOS

Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA
 OBJETIVO: ALCANÇAR O EQUILÍBRIO FISCAL ESTRUTURAL, DE LONGO PRAZO, POSSIBILITANDO A GERAÇÃO DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E DA QUALIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO ESTADO À SOCIEDADE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	32.842.000	17.589.736	50.431.736	Resultado Orçamentário	Milhões de Reais	-602	304
				Resultado Primário	Número-índice base fixa 2006	100	252,2

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
MAXIMIZAÇÃO DO INGRESSO DE RECEITAS PRÓPRIAS	Em andamento	SEFAZ	Otimização das funções de tributação, arrecadação e fiscalização com vistas ao incremento da receita estadual.	49.794.736	Adimplência do ICMS declarado GIA modelo B entregue no prazo	Percentual	95,66 93
RACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO GASTO PÚBLICO	Em andamento	SEFAZ	Implementar medidas que visem melhorar o acompanhamento e o controle do gasto público, na busca de sua qualificação, racionalização e otimização, através de revisão de processos de trabalho.	135.000	Contrato terceirizado no SIST, analisado conforme parâmetros estabelecidos pela SEFAZ. Grau de utilização do Gerenciamento Matricial da despesa pelos órgãos públicos estaduais	Percentual	100 100
REDUÇÃO DO DESEMBOLSO COM A DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL	Em andamento	SEFAZ	Acompanhamento de propostas e promoção de estudos e levantamento de sugestões com vistas à redução do comprometimento do desembolso da dívida pública estadual, utilizando sistema adequado.	272.000	Sistema de Gerenciamento da Dívida Pública Estadual implantado	Percentual	100
REDUÇÃO DO GASTO PÚBLICO ESTADUAL	Em andamento	SEFAZ	Fixação de cotas orçamentárias anuais, no limite da capacidade financeira, para todos os Órgãos do Estado, bem como capacitação e sensibilização dos gestores públicos para a busca do equilíbrio fiscal.	230.000	Evento de qualificação (oficina, visita, reunião, técnica e capacitação) realizado Grau de utilização dos sistema de limite de cotas pelos órgãos estaduais	Evento Percentual	50 100

PROGRAMA: ESCOLAS DE GOVERNO

Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: PROMOVER A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ATRAVÉS DE CURSOS REGULARES E ESPECÍFICOS, TENDO COMO BASE AS NECESSIDADES DO GOVERNO E O APRIMORAMENTO DA CARREIRA DOS SERVIDORES.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	34.426.530	4.379.214	38.805.744	Mensuração do número de servidores qualificados/ impacto da qualificação junto ao serviço público	% de pessoas qualificadas	0	70

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA FDRH	Em andamento	FDRH	Desenvolver um trabalho de qualificação dos servidores dos setores de gestão de estágios e realização de concursos públicos.	330.000	Realização de cursos para os servidores da Instituição.	Percentual atingido	100
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO ESTADO	Em andamento	FDRH	Desenvolvimento de cursos de curta e longa duração. Estruturação da escola de governo.	22.078.588	Servidor capacitado	Pessoa	14.800
CONGRESSO ESTADUAL DE RECURSOS HUMANOS	Em andamento	FDRH	Realização de um grande congresso anual de Recursos Humanos em Porto Alegre, aberto para servidores do Estado tratando de grandes temáticas do interesse do Rio Grande do Sul. O evento culminará com uma série de seminários regionais realizados durante o ano.	340.000	Evento realizado	Unidade	4
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES DA SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Promoção de capacitação e desenvolvimento dos servidores da SEFAZ através da realização de cursos internos e de contratação de vagas em cursos externos.	3.800.000	Plano de capacitação executado	Horas-Homem/Treinamento	35
QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA	Em andamento	FEE	Aumentar a produtividade e qualidade das atividades do corpo funcional da FEE, qualificando os recursos humanos nas áreas contempladas dentro das diretrizes da Instituição através de mini-cursos ministrados por pesquisadores da FEE, com equipamentos e infra-estrutura da própria instituição.	127.000	Funcionário capacitado	Funcionário	200
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA BRIGADA MILITAR	Nova	SSP	Capacitação e aprimoramento dos servidores da Brigada Militar, visando ao melhor exercício de suas competências profissionais, através de cursos, palestras, seminários e eventos similares relacionados ao exercício das atividades de segurança pública.	3.458.477	Servidor capacitado	Servidor	10.000
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL	Nova	SSP	Capacitação e aprimoramento dos servidores da Polícia Civil, visando ao melhor exercício de suas competências profissionais, através de cursos, palestras, seminários e eventos similares relacionados ao exercício das atividades de segurança pública.	4.466.712	Servidor capacitado	Servidor	7.400
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS	Nova	SSP	Capacitação e desenvolvimento dos servidores da Superintendência dos Serviços Penitenciários, visando ao melhor exercício de suas competências profissionais, através de cursos, palestras, seminários e eventos similares relacionados ao exercício das atividades de administração prisional.	559.500	Servidor capacitado	Servidor	1.900
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS	Nova	SSP	Capacitação e aprimoramento dos servidores do Instituto-Geral de Perícias, visando ao melhor exercício de suas competências profissionais, através de cursos, palestras, seminários e eventos similares relacionados ao exercício das atividades de segurança pública.	1.873.475	Servidor capacitado	Servidor	1.490
QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO ÓRGÃO CENTRAL DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	Nova	SSP	Capacitação e aprimoramento dos servidores do Órgão Central da SSP, visando ao melhor exercício de suas competências profissionais, através de cursos, palestras, seminários e eventos similares relacionados ao exercício das atividades de segurança pública.	688.199	Servidor capacitado	Servidor	10.000
QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SARH	Em andamento	SARH	A ação visa a qualificação dos serviços prestados pela SARH, por intermédio da capacitação dos seus servidores, na busca da excelência no desempenho de suas funções.	823.793	Serviço qualificado Servidor qualificado	% satisfação do usuário Percentual	100 100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
SEMINÁRIOS REGIONAIS	Em andamento	FDRH	Realização de seminários regionais de capacitação de servidores do Estado, atendendo demandas elencadas pelos próprios servidores. Os eventos serão realizados em cidades pólos e as vagas cotizadas proporcionalmente entre as secretarias e autarquias.	260.000	Seminário realizado	Evento	28

PROGRAMA: EXCELÊNCIA NA GESTÃO FAZENDÁRIA

Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA
 OBJETIVO: APRIMORAR O MODELO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DA SECRETARIA, OTIMIZANDO AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE TECNOLOGIA, DE PESSOAS, DE PROCESSOS E DE CONHECIMENTO, BEM COMO MODERNIZANDO A INFRA-ESTRUTURA DAS REPARTIÇÕES.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	70.648.990	13.460.000	84.108.990	Percepção do público interno sobre mudanças na busca da excelência na gestão da SEFAZ	%	52,61	60

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	Em andamento	SEFAZ	Estruturação e qualificação da Gestão de Tecnologia da Informação e de Comunicações na SEFAZ com ampliação e modernização do parque de equipamentos. Desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos da SEFAZ, resultando, especialmente, na implantação completa dos sistemas Finanças Públicas do Estado (FPE) e Recursos Humanos do Estado (RHE) e no incremento de informações gerenciais disponibilizadas pelo Datawarehouse corporativo.	80.113.990	Parque de equipamentos e sistemas ampliado e modernizado	Percentual	100
					Sistema FPE implantado em toda a administração direta estadual, autarquias e fundações	Percentual	100
					Sistema RHE implantado com todos os seus módulos	Percentual	100
APRIMORAMENTO DOS MODELOS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DA SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Aprimoramento dos modelos de gestão e planejamento da Secretaria da Fazenda, focado-os em resultados e tornando-os conhecidos e praticados pelos servidores da SEFAZ, além de promover revisão de processos, gestão do conhecimento e formação gerencial aos gestores da Secretaria.	335.000	Modelo de Gestão e Planejamento conhecido e praticado pelas unidades	Percentual	100
					Servidor capacitado em melhoria constante de processos	Número	120
IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE CONTABILIDADE DE CUSTOS NO ESTADO	Em andamento	SEFAZ	O sistema de contabilidade de custos na Administração Pública Estadual, além de ser uma exigência legal, é uma ferramenta que disponibiliza dados e informações ao gestor, possibilitando melhor eficiência no processo de tomada de decisões e gerenciamento dos recursos públicos.	1.860.000	Órgãos estaduais que utilizam o Sistema de Contabilidade de Custos	Número	44
VALORIZAÇÃO, MOTIVAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES DA SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Criação de condições para que o servidor da SEFAZ sinta-se valorizado, motivado e com qualidade de vida para melhoria do seu desempenho funcional, bem como tendo acesso a uma comunicação interna eficaz e transparente.	1.800.000	Grau de Satisfação dos servidores com a comunicação interna na Secretaria	Percentual	60
					Programa de Qualidade de Vida executado	Participação	1.500

PROGRAMA: GESTÃO DA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: PAGAR OS BENEFÍCIOS PREVISTOS EM LEI (PENSÕES), INATIVOS E PECÚLIO FACULTATIVO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 5.354.372.843 Despesa Capital 0 Total 5.354.372.843

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
GESTÃO DE INATIVOS	Em andamento	IPERGS	Garantir o pagamento de inativos do IPERGS	154.726.824	Inativo do IPERGS beneficiado	Unidade	4.650
GESTÃO DE PECÚLIOS	Em andamento	IPERGS	Habilitar os dependentes designados pelo segurado ao recebimento do pecúlio legado pelo segurado falecido	9.492.528	Pecúlio pago	Unidade	450
GESTÃO DE PENSÕES	Em andamento	IPERGS	Habilitar e garantir o pagamento de pensões aos dependentes dos servidores	5.190.153.491	Pensionista paga	Unidade	49.950

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: PREVENIR E RECUPERAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS E SEUS DEPENDENTES.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	3.078.503.532	0	3.078.503.532	Média de permanência hospitalar	Dia	6,49	4
				Sinistralidade de Internações	Internação/100	15,81	12

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	Em andamento	IPERGS	Prestar assistência à saúde dos servidores públicos e seus dependentes, beneficiando aproximadamente 931.970 pessoas, bem como garantir o pagamento dos prestadores de serviços.	3.078.503.532	Atendimento prestado	Unidade	45.200.000

PROGRAMA: GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS
 OBJETIVO: PROMOVER A EXECUÇÃO, COM QUALIDADE E OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS FÍSICOS, HUMANOS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS, DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CORRELATOS, DEMANDADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, EXCETUANDO-SE AS OBRAS VIÁRIA

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	25.998.830	3.635.828	29.634.658	Participação da inclusão de termo aditivo nos contratos de obras novas	Percentual	75	25
				Taxa de atendimento de projetos prioritários	Percentual	82,09	95
				Taxa de atendimento dos projetos institucionais	Percentual	53,61	75
				Taxa de execução de obras institucionais	Percentual	44,98	75
				Taxa de execução de obras prioritárias	Percentual	74,52	95

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ELABORAÇÃO, ANÁLISE, APROVAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO DE PROJETOS	Nova	SOP	Elaborar, analisar, aprovar e orçar projetos de arquitetura, engenharia e correlatos de obras de infra-estrutura física para a prestação dos serviços públicos do Estado - obras novas, ampliações, reformas e adequação, demandados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, a qual envolva aplicação de recursos estaduais ou provenientes de convênios.	9.010.436	Área projetada a ser construída, ampliada ou restaurada Área projetada a ser reformada ou adequada	m² projetado m²	300.000 540.000
EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CORRELATOS	Nova	SOP	Promover a execução das obras públicas, demandadas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, excetuando-se as viárias. Preparação dos procedimentos licitatórios, contratação, administração e fiscalização dos serviços de engenharia, arquitetura e correlatos e das obras de infra-estrutura física para a prestação dos serviços públicos do Estado (obras novas, ampliações, reformas, restauração e adequação), que envolvam a aplicação de recursos estaduais ou provenientes de convênios.	18.134.222	Área construída, ampliada ou restaurada Área reformada ou adequada	m² m²	260.000 460.000
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS IMÓVEIS DO ESTADO	Nova	SOP	Promover a conservação e manutenção dos bens imóveis do Estado, com a oferta de um serviço ágil e desburocratizado, suprimindo deficiência apresentada no atual gerenciamento. Ação executada através da contratação de prestação de serviços por valor unitário ou implantação de unidades móveis – contratação de equipes de trabalho volantes, por prazos determinados, atuando junto às Coordenadorias Regionais de Obras, equipadas para a prestação de serviços de manutenção, conservação e pequenos reparos dos prédios públicos, segundo periodicidade estabelecida em cronograma, bem como atendimento emergencial demandado.	2.410.000	Imóvel conservado	Unidade	820
NORMATIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE ELEMENTOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	Em andamento	SOP	Elaborar e divulgar os Cadernos de Encargos, os quais compreendem a edição de especificações técnicas, tais como caracterização de materiais, descrição de elementos específicos de construção e equipamentos e definição de procedimentos para a execução dos serviços.	80.000	Caderno de encargos elaborado	Unidade	6

PROGRAMA: GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

OBJETIVO: COORDENAR E ARTICULAR A POLÍTICA DAS AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 17.742.340 Despesa Capital 1.283.458 Total 19.025.798

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Em andamento	SECOM	Realizar a cobertura jornalística da agenda diária da Governadora e fazer a divulgação das informações referentes às principais ações do Governo a jornais, rádios e televisão, através de "releases" da agência de notícias virtual. Prestar assessoria a jornalistas na busca de informações referentes à Administração. Acompanhar os espaços destinados ao Governo do Estado na mídia. Desenvolver planejamento anual junto à Administração Direta e Indireta, visando organizar, orientar e acompanhar Projetos, Eventos e Campanhas Publicitárias na área de Comunicação Social, fazendo desse setor um aliado estratégico das Políticas e Ações de Governo.	9.941.578	Agenda divulgada	Unidade	1.461
					Matéria enviada por e-mail para a Capital	Matéria	6.336
					Planejamento realizado	Unidade	4
					Release enviado	Release	28.800
DIVULGAÇÃO PUBLICITÁRIA DAS AÇÕES DO GOVERNO	Em andamento	SECOM	Criação e aprovação de campanhas publicitárias dos órgãos da Administração Direta e Indireta, Economia Mista e Empresas Públicas. Definição de patrocínios, eventos, feiras, exposições, festas e outras promoções. Definição da presença do Governo em mídias e não mídias, sempre que forem pagas ou permutadas. Realização de pesquisas de mercado e de opinião. Definição da Publicidade Legal.	9.084.220	Campanha realizada	Campanha	40
					Pesquisa de mercado e opinião realizada	Pesquisa	40

PROGRAMA: GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
OBJETIVO: DESENVOLVER A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS PARA A TRANSFORMAÇÃO DOS MODELOS VIGENTES DE GESTÃO. MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO PRÓPRIO GOVERNO E SOCIEDADE GAÚCHA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	7.732.720	0	7.732.720

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DIAGNÓSTICO DOS RECURSOS HUMANOS DO ESTADO COM VISTAS À ANÁLISE DAS CARREIRAS	Nova	SARH	Mapeamento qualitativo e quantitativo da força de trabalho dos servidores do Estado, de modo a desenvolver um modelo de gestão de recursos humanos racionalizado e convergente a modernização da gestão do Estado.	48.000	Diagnóstico de Recursos Humanos realizado e carreira definida	% executado	100
FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE MODELO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	Nova	SARH	Desenvolvimento e implementação de modelo de avaliação institucional para avaliar o desempenho dos servidores, visando o atingimento das metas do órgão.	100.000	Modelo de avaliação implementado na Administração Direta	% de órgãos	100
INFORMATIZAÇÃO DOS DADOS DE RECURSOS HUMANOS	Nova	SARH	Desenvolvimento e implantação do módulo de Planejamento de Recursos Humanos no Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE). Digitalização das informações de registros e assentamentos de servidores e ex-servidores.	1.374.720	Informação de registro e assentamento funcional digitalizados Módulo desenvolvido de planejamento de recursos humanos	% de imagens digitalizadas %	100 100
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE ESTÁGIOS E CONCURSOS PÚBLICOS	Em andamento	FDRH	Qualificar o trabalho de intermediação de estágios educacionais supervisionados pela FDRH através de capacitação profissional, modernização do parque tecnológico, aquisição de equipamentos e programas de informática.	3.110.000	Parque tecnológico modernizado	% atingido	100
QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR	Nova	FDRH	Desenvolvimento de um programa visando a qualidade de vida dos servidores do Estado, no seu ambiente de trabalho, prevendo ações no campo da saúde e das relações interpessoais, em conjunto com a SARH.	3.100.000	Programa implementado	% de órgãos atingidos	100

PROGRAMA: GESTÃO PATRIMONIAL

Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: PROMOVER TRABALHO INTEGRADO ENTRE O DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DE FISCALIZAÇÃO COM AS ESTRUTURAS EXISTENTES NO ESTADO, EM ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS, POR REGIÃO, PARA A IMPLANTAÇÃO DO EFETIVO CONTROLE E O GERENCIAMENTO DOS BENS IMÓVEIS E MÓVEIS, BUS

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	3.248.611	3.200.000	6.448.611	Patrimônio imobiliário otimizado/total de patrimônio imobiliário	%	0	10

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS INSERVÍVEIS AO ESTADO	Nova	SARH	Buscar o incremento das rendas patrimoniais através da alienação de imóveis inservíveis ao Estado via procedimento licitatório.	100.000	Imóvel inservível ofertado	Unidade	320
ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Nova	SOP	Levantamento físico e diagnóstico das condições das instalações e de ocupação dos imóveis públicos destinados ao atendimento dos serviços de educação, saúde, segurança pública e outros, com base na análise do cadastro escritural do Estado. Definição das estratégias de adequação e ampliação da infra-estrutura física dos serviços, com base na expectativa de demanda e de execução de políticas públicas.	320.000	Plano Diretor elaborado	Percentual	100
GERENCIAMENTO DE IMÓVEIS E MÓVEIS	Nova	SARH	Complementação do Sistema de Controle de Imóveis da Administração Direta, mediante atualização dos dados cadastrais, otimização do uso dos bens imóveis e disponibilização destas informações aos cidadãos. Implementação das medidas de controle imobiliários e mobiliários.	6.028.611	Cadastro qualificado de imóveis Controle dos bens móveis do Estado centralizado Gerenciamento otimizado de imóveis	Imóvel % % redução contratos de locação	9.780 100 40

PROGRAMA: IMPRESSÃO GRÁFICA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: IMPRESSÃO GRÁFICA EM GERAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.250.000	0	1.250.000	Consumo de papel/mês	Kg	38.500	45.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS GRÁFICOS	Em andamento	CORAG	Terceirização dos serviços gráficos para atender a demanda crescente dos serviços	1.200.000	Serviço gráfico para atender a demanda terceirizado	Serviço	2.000
TREINAMENTO DE PESSOAL	Em andamento	CORAG	Treinamento de pessoal	50.000	Pessoal treinado	Pessoa	80

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
 OBJETIVO: QUALIFICAR A GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL VISANDO MELHORAR A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E ATENDER AOS ANSEIOS E ÀS EXPECTATIVAS DA SOCIEDADE GAÚCHA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	31.830.549	26.145.593	57.976.142

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APERFEIÇOAMENTO DO MODELO DE GESTÃO DA SEPLAG	Em andamento	SEPLAG	Implantação do modelo de gestão com foco em resultados e no desenvolvimento dos servidores, através de planejamento estratégico institucional, formação gerencial, desenvolvimento de equipes e plano de capacitação.	400.000	Planejamento Estratégico da SEPLAG implantado e acompanhado Servidor capacitado	Percentual Servidor	100 280
APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO - PNAGE/RS SARH	Em andamento	SARH	O PNAGE tem como propósito a modernização da gestão pública estadual, a partir de uma visão transversal e integrada do ciclo de gestão pública: planejamento, orçamento, gestão e controle. A finalidade do Programa é contribuir para melhorar a efetividade do gasto público estadual, tendo como foco, na área de administração, os seguintes componentes: o desenvolvimento de políticas e da capacidade de gestão de recursos humanos; a modernização de estruturas organizacionais e de processos administrativos; o fortalecimento de mecanismos de transparência administrativa e de comunicação; a modernização da gestão da informação e integração dos sistemas de tecnologia de informação; o desenvolvimento de uma cultura de promoção e implantação de mudança institucional.	11.637.435	Projetos Implementados.	% projetos implementados	100
APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO - PNAGE/RS SEPLAG	Em andamento	SEPLAG	Modernização da gestão pública estadual a partir de uma visão transversal e integrada do seu ciclo, mediante adesão ao Programa Nacional de apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento - PNAGE de gestão pública: planejamento, orçamento, controle e gestão. O PNAGE tem como foco, na área de planejamento, o componente "Fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão de políticas públicas".	7.082.184	Projeto implementado	Percentual	100
CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	Em andamento	SEPLAG	Promoção e apoio técnico à elaboração dos contratos de gestão, oriundos do desdobramento das estratégias e programas de governo.	100.000	Contrato de Gestão firmado com órgãos e entidades da Administração Pública Relatório de acompanhamento econômico-financeiro das estatais realizado	Contrato de Gestão Relatório	80 40
EFICIENTIZAÇÃO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO DO CAFF	Nova	SARH	A Eficientização do Complexo Administrativo do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) tem como objetivo o emprego racional de energia elétrica, bem como a conservação desta. A implantação de um Plano de Eficientização nas edificações do Complexo do CAFF demonstrará a adesão de ações locais à Política Federal Energética vigente, no que se refere ao tema, além de traduzir-se em medidas que desencadeiam economicidade dos custos operacionais da máquina pública. A ação proposta está contemplada na "Visão de Futuro do RS para 2020", constante na Agenda Estratégica.	344.000	Consumo de energia reduzido	MW/h/mes	15.000

GERENCIAMENTO DO CICLO DE PESQUISA E RELACIONAMENTO COM OS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS	Em andamento	SEPLAG	Gerenciamento do ciclo de pesquisa e relacionamento com os usuários dos serviços públicos, contemplando a identificação das expectativas, o nível de satisfação e da percepção das metas de melhorias definidas para os órgãos prestadores dos referidos serviços. O ciclo encerra-se com o "feedback" aos usuários, das melhorias implementadas pelos órgãos.	280.000	Cadastro de Usuário Voluntário (CUV) ampliado Comunicação das melhorias realizadas pelos órgãos Consulta pública realizada para avaliação dos indicadores de desempenho Pesquisa de opinião pública realizada Relatório trimestral referente ao Código Estadual de Qualidade enviado à AL	Novo usuário Comunicado efetivado Consulta pública Pesquisa Relatório	7.000 8 4 8 16
GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO DO CAFF	Nova	SARH	Modernizar a prestação de serviços do Complexo do CAFF, de modo a buscar a integração destes com racionalização de despesas.	964.033	Banco de Capacitores adquiridos Projeto implantado - PPCI Protocolo Central implantado Veículo adquirido - Central de Veículos do CAFF	Unidade Unidade Percentual Unidade	1 1 100 8
INSTALAÇÃO DE CASAS DO GOVERNO	Em andamento	SARH	A centralização dos órgãos e a disponibilização dos serviços públicos em um único espaço físico de propriedade do Estado ou dos órgãos vinculados é uma das estratégias que será implementada para aproximação do Estado ao cidadão. A estrutura, que poderá ser uma "Casa do Governo" ou um "Balcão de Atendimento" visa a disponibilizar o acesso aos serviços públicos com economicidade e qualidade.	1.560.000	Balcões de atendimento implantado Casa do Governo implantado	Balcão Casa do Governo	3 3
MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO	Em andamento	SEAPA	Prover meios para a reestruturação e modernização da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, através da aquisição de equipamentos, sistemas, capacitação de pessoal e otimização de estruturas.	18.836.849	Equipamento e sistema adquirido Estrutura otimizada Informação geográfica, cartográfica e agrometeorológica gerada Pessoal capacitado e treinado	Unidade Estrutura Informação Pessoa	300 40 600 1.200
OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-PERICIAIS	Nova	SARH	Redesenho na prestação dos serviços médico-periciais, de forma a facilitar qualitativamente o acesso destes ao servidor público, bem como redução de rotinas centralizadas na Capital.	676.000	Serviço médico-pericial resenhado no Estado	Nº redesenhado	5
PLANO DIRETOR DO COMPLEXO DO CAFF	Nova	SARH	O Plano Diretor do Complexo Administrativo do CAFF constitui-se em um projeto de ocupação quantitativa e qualitativa da área composta pelo Prédio Central do CAFF e pela área situada ao entorno deste, envolvendo PROCERGS, Ministério Público, DAER e Escola Parobé. O Plano visa a ordenação da referida área, mediante a racionalização no compartilhamento decorrente da destinação de uso, inclusive benfeitorias, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto ao desenvolvimento dos serviços postos à disposição na citada área.	290.001	Padronização visual implementada no prédio central do CAFF Plano elaborado Prédio adequado a pessoas portadoras de deficiências Projeto de resíduos sólidos implementado	Andar Unidade Percentual executado Unidade	21 1 30 1
PROMOÇÃO E APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA FOCADO EM RESULTADOS	Em andamento	SEPLAG	Apoio técnico na implementação do modelo de gestão e desdobramento das estratégias de governo, definindo metas, indicadores de resultado e planos de ação, finalizando o processo com o reconhecimento dos resultados e das competências diferenciadas.	900.000	Órgão, Equipe e Gestor reconhecidos pelas boas práticas de gestão Plano de Melhoria de Gestão implantado em Órgãos e Entidades com assessoramento da SEPLAG	Unidade Plano implantado	51 15
REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVO-ORGANIZACIONAL: NOVO IPE	Nova	IPERGS	Propiciar a modernização estrutural do IPERGS e promover a melhoria da gestão.	8.752.393	Modernização implementada	Percentual	100

SISTEMA DE GESTÃO DE COMPRAS ELETRÔNICAS	Em andamento	SARH	Desenvolver de Sistema integrado de gestão das contratações de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública estadual, utilizando ferramentas de análise e programação no ambiente da Internet, com o aproveitamento da base de dados do atual sistema. Criação de grupo de trabalho CELIC-PROCERGS, com foco na integração do sistema proposto com o Sistema FPE (Finanças Públicas do Estado), no que se refere à gestão orçamentária e ao módulo de almoxarifado. O referido sistema será composto pelos seguintes módulos: Cadastro de Itens; Pesquisa de Preços de Mercado (preço de referência); Cadastro de Fornecedores, Solicitação (requisições); Compras (procedimento licitatório).	3.840.000	Sistema de gestão implantado	% de sistema implantado	100
SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA	Nova	SARH	Os Sistemas Integrados de Gestão Pública (SIGP) traduzem-se em ferramentas que possibilitam o Gerenciamento Integrado de Informações Governamentais, de modo a oferecer ao gestor um suporte infra-estrutural para a tomada de decisão política, ainda que com recursos humanos e financeiros escassos. Constituem-se em sistemas integrados de planejamento e otimização dos recursos públicos, capazes de construir cenários sustentados na integração dos demais sistemas. Com a transparência dos dados, há possibilidade de centralizar ou descentralizar decisões e operações, reduzir custos, aperfeiçoando o relacionamento com demais órgãos. Com maior visibilidade dos processos e maior controle sobre os resultados de suas decisões, o gestor público tem assegurado o amparo legal e a continuidade de suas ações.	324.633	Sistema implantado	% de sistemas implantados	100
SUPRIMENTO ENERGÉTICO ALTERNATIVO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO DO CAFF	Nova	SARH	O Novo Modelo do Sistema Elétrico está pautado na diversificação da Matriz Energética. O subsídio ao provimento de energia elétrica do Complexo do CAFF, a partir da energia solar com a instalação de painéis fotovoltaicos na cobertura do prédio da Secretaria da Educação, mostra a adequação dos prédios públicos estaduais aos ditames federais vigentes, além de constituir-se em uma medida que proporciona redução do custo de energia elétrica. Este projeto-piloto traduz-se em um importante efeito-demonstração à sociedade, no que se refere ao dever do Estado em contribuir com geração de energia a partir de fontes alternativas.	637.168	Consumo em kW/hora/mês reduzido	Kw/hora/mês	180.000
TUDO FÁCIL - REMODELAGEM E QUALIFICAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	Em andamento	SEPLAG	Integração dos serviços disponibilizados e qualificação do atendimento aos usuários.	1.351.446	Rede de Atendimento incrementada	Atendimentos incrementados	50.000

PROGRAMA: PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
OBJETIVO: COLETAR, ELABORAR E DISSEMINAR INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS RELATIVAS À ECONOMIA GAÚCHA E ELABORAR ANÁLISES SOCIOECONÔMICAS RELATIVAS À REALIDADE NACIONAL E, EM ESPECIAL, A DO RIO GRANDE DO SUL, DE MODO A PERMITIR UM ACOMPANHAMENTO DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NO S

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	7.072.990	218.132	7.291.122	Acessos à homepage FEE	Acessos/sessão	1.849.925	2.602.000
				Consultas à Biblioteca FEE	Unidade	4.399	5.100
				Participações dos pesquisadores da FEE em eventos científicos e meios de comunicação	Unidade	1.408	2.050

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA VIRTUAL DO RIO GRANDE DO SUL	Em andamento	FEE	Disponibilizar, via Internet, os acervos das bibliotecas públicas especializadas (Fundação Estadual de Ciência e Tecnologia – CIENTEC, Instituto Riograndense de Arroz – IRGA, EMATER, Biblioteca Pública do Estado do RS, Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI, Secretaria do Planejamento e Gestão, Bibliotecas Municipais do Sistema Estadual de Bibliotecas).	127.000	Acesso à Biblioteca Virtual	Acesso pela Internet	1.181.893
ELABORAÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICO-AMBIENTAIS	Em andamento	FEE	Indicar os percentuais da produção industrial classificada por nível de potencial poluidor para os municípios, COREDEs, aglomerados urbanos e regiões hidrográficas gaúchas.	127.000	Indicador de Potencial Poluidor da Indústria	Unidade	2.100
					Índice de Dependência das Atividades Potencialmente Poluidoras da Indústria (Indapp-I)	Unidade	2.100
					Índice de Potencial Poluidor da Indústria (Inpp-I)	Unidade	2.100
ELABORAÇÃO DE ÍNDICES DE EXPORTAÇÕES	Em andamento	FEE	Calcular mensalmente os índices de volume e de preço (em dólares) das exportações do Rio Grande do Sul e de todas as Unidades da Federação. Calcular mensalmente as exportações, por município, de acordo com os diferentes graus de tecnologia incorporada no processo de produção.	127.000	Índice das Exportações	Variável	144.352
					Índice das Exportações por Intensidade Tecnológica	Variável	8.320
ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS	Em andamento	FEE	Elaborar e divulgar informações de natureza socioeconômica relativas ao Rio Grande do Sul e a seus municípios. As variáveis e os indicadores englobam dados sobre contabilidade social, agropecuária, indústria, comércio, demais serviços, exportações, demografia, emprego, saúde, educação, finanças públicas e estatísticas eleitorais, dentre outros.	127.000	Acesso ao FEEDADOS	Acesso à homepage	46.734
					Acesso ao Resumo Estatístico RS	Acesso à homepage	2.618.434
					Acesso às estimativas populacionais	Acesso à homepage	398.228
ESTIMATIVA DAS CONTAS REGIONAIS	Em andamento	FEE	Efetuar anualmente o cálculo dos agregados econômicos no âmbito estadual, municipal e setorial.	127.000	Cálculo do PIB Estadual realizado	Variável	1.816
					Cálculo do PIB Municipal realizado	Variável	63.488
MENSURAÇÃO DAS VENDAS DO COMÉRCIO	Em andamento	FEE	Avaliar a evolução das vendas do comércio do Rio Grande do Sul em 10 setores de atividades, englobando segmentos dos comércios varejista e atacadista.	127.000	Índice de Vendas do Varejo (IVV)	Variável	23.328
MENSURAÇÃO DO BEM-ESTAR	Em andamento	FEE	Medir e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e COREDEs, através de em conjunto de indicadores sociais e econômicos, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas.	127.000	IDESE- Índice de Desenvolvimento Econômico e Social	Variável	66.560

PUBLICAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS	Em andamento	FEE	Realizar o acompanhamento mensal de tópicos da conjuntura econômica e social e disponibilizá-las na homepage da FEE; divulgar, trimestralmente, análises de caráter conjuntural no âmbito das economias gaúcha, nacional e internacional e divulgar, semestralmente, artigos voltados ao debate socioeconômico; e a qualquer momento divulgar na homepage textos produzidos pelos analista da FEE.	127.000	Acesso à Carta de Conjuntura FEE	Acesso à homepage	70.589
					Acesso à Revista Ensaios FEE	Acesso à homepage	986.413
					Acesso à Revista Indicadores Econômicos FEE	Acesso à homepage	995.939
					Acesso aos Textos para Discussão FEE	Acesso à homepage	464.000
REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA RMPA (PED)	Em andamento	FEE	Realizar o levantamento sistemático dos principais indicadores de emprego e desemprego e de outras características socioeconômicas da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), com base em pesquisa domiciliar de periodicidade mensal.	905.000	Acesso à Revista Mulher e Trabalho	Acesso à homepage	263.767
					Acesso ao Informe PED Mensal	Acesso à homepage	58.552
					Acesso ao Relatório Anual	Acesso à homepage	22.007
RELATÓRIOS DE PESQUISAS	Em andamento	FEE	Dar continuidade à divulgação dos resultados de estudos e análises realizados na FEE.	5.370.122	Acesso à Série Documentos FEE	Acesso à homepage	602.716
					Acesso à Série Teses FEE	Acesso à homepage	1.440.468

PROGRAMA:	PROGRAMA BANRISUL DE SERVIÇOS			Finalístico			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	SECRETARIA DA FAZENDA						
OBJETIVO:	OFERECER SERVIÇOS DE ENTREPOSTO ADUANEIRO E ADMINISTRAR TICKET REFEIÇÃO, ALIMENTAÇÃO E COMBUSTÍVEIS.						
VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.977.943.023	0	1.977.943.023	Crescimento da área total utilizada em relação à despesa	Percentual	0,37	0,51
				Crescimento do número de conveniados em relação à despesa	Percentual	0,09	0,14

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADMINISTRAÇÃO DO TICKET REFEISUL	Em andamento	BERGS SERV	Fornecimento e comercialização de pagamento de alimentação aos trabalhadores; divulgação e operacionalização através da rede de agências e da Banrisul Serviços Ltda.	1.960.093.023	Entidade conveniada	Unidade	6.923
ARMAZENAGEM EM GERAL E ENTREPOSTO ADUANEIRO	Em andamento	BAGERGS	Disponibilização de armazenamento e movimentação de mercadorias nacionais, emissão de títulos especiais, além de funcionamento como Entrepósito Aduaneiro de Importação e Exportação.	17.850.000	Área para armazenamento de mercadorias disponibilizada	m²	32.594

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E CONSULTORIA AO ESTADO

Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 OBJETIVO: PROPORCIONAR A REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL EM JUÍZO, A ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS MUNICÍPIOS, BEM COMO ZELAR PELA CONSTITUCIONALIDADE DOS ATOS DO GOVERNADOR E PELA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PELA ADMINISTRAÇÃO

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	41.237.278	13.502.028	54.739.306	Em elaboração	0	0	0

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL	Nova	PGE	Ação instrumental de reorganização da PGE em cumprimento à nova forma de elaboração, tramitação, comunicação e transmissão do processo judicial e seus atos, imposta pela Lei Federal 11.419/06, visando garantir a continuidade da defesa estatal em juízo.	418.000	Petição transmitida eletronicamente	Unidade	1.300
MANUTENÇÃO DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E CONSULTORIA AO ESTADO	Em andamento	PGE	Desempenho das atividades do Procuratório, das 19 Regionais e da Procuradoria junto aos Tribunais Superiores em Brasília.	41.237.278	Parecer e informação elaborados PETIÇÕES REALIZADAS	Unidade	1.483 1.033.000
MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	Em andamento	PGE	Promoção da qualificação operacional e de infra-estrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de assistência jurídica e judicial ao Estado desempenhados pela PGE, por meio das seguintes unidades: 19 Procuradorias Regionais, 1 Procuradoria Junto aos Tribunais Superiores, 3 Departamentos (Gabinete, Corregedoria e Administração) e 8 Coordenadorias Especializadas.	13.084.028	Infra-estrutura qualificada Nova sede instalada	Percentual	100 80

PROGRAMA: SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO

Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA
 OBJETIVO: INFORMATIZAR OS PROCESSOS QUE SUSTENTAM E FORNECEM OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MODO QUE, ATRAVÉS DA AUTOMAÇÃO E PADRONIZAÇÃO, O CIDADÃO TENHA UM PRODUTO MELHOR, NUM TEMPO ADEQUADO E A UM CUSTO MENOR.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	626.684.000	32.875.000	659.559.000	Disponibilidade da Rede	Percentual	98	98,5
				Grau de Satisfação do Usuário Final do Setor Público	Percentual	77,6	78
				Percentual de Ocorrências de Atendimento Resolvidas no Primeiro Atendimento	Percentual	82,5	85
				Transações com Tempo de Resposta Maior que 5 Segundos	Percentual	2,3	2

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ATUALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA REDE RS (RRS)	Em andamento	PROCERGS	Incorporação de novas tecnologias à Rede RS com a finalidade de expandir, consolidar e qualificar a sua infra-estrutura.	3.850.000	Rede RS atualizada tecnologicamente	Percentual	90
ATUALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE BAIXA PLATAFORMA (PMP)	Em andamento	PROCERGS	Aquisição de equipamentos de segurança para armazenamento de dados em pequeno e médio porte para aumentar a capacidade da infra-estrutura de "backups" e armazenamento de dados.	10.550.000	Capacidade de armazenamento	Terabyte	60
ATUALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES E SUPRIMENTOS (INS)	Em andamento	PROCERGS	Aquisição de equipamentos de instalação elétrica, principalmente no-breaks, e suprimento de mobiliário e veículos, com o objetivo de manter atualizada a infra-estrutura física da Empresa.	7.940.000	Equipamento de infra-estrutura física atualizado	Percentual	80
EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO (ECP)	Em andamento	PROCERGS	Expansão de capacidade, atualização de software e investimentos em contingência no equipamento central, tendo como resultado o aumento do volume de processamento disponibilizado aos clientes da PROCERGS.	7.035.000	Capacidade de processamento	MIPS	700
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO (TIC)	Em andamento	PROCERGS	Prestação de serviços de informática e comunicação de dados para o setor público do Estado do Rio Grande do Sul.	626.684.000	Processo de trabalho informatizado	Percentual	65
PROFISSIONALIZAÇÃO DO AMBIENTE DE SERVIDORES (PAS)	Em andamento	PROCERGS	Ampliação da rede de servidores, através da aquisição de novos equipamentos, resultando numa maior profissionalização da plataforma de pequeno e médio porte.	3.500.000	Equipamento de informática adquirido	Servidor	340

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	2.490.581.070	19.095.243	2.509.676.313

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - AGERGS	Em andamento	AGERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	10.054.973			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CC	Em andamento	CC	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	21.531.120			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CORAG	Em andamento	CORAG	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	14.890.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FDRH	Em andamento	FDRH	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	3.754.406			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FEE	Em andamento	FEE	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	975.437			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - GVG	Em andamento	GVG	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	4.322.480			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - IPERGS	Em andamento	IPERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	137.572.619			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SARH	Em andamento	SARH	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	79.739.853			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	185.898.225			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEPLAG	Em andamento	SEPLAG	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	8.711.827			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SOP	Nova	SOP	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	11.808.650			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SRI	Em andamento	SRI	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	2.368.170			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - AGERGS	Em andamento	AGERGS	Publicidade Institucional	4.400.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - IPERGS	Em andamento	IPERGS	Publicidade Institucional	8.365.454			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SARH	Em andamento	SARH	Publicidade Institucional	33.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Publicidade Institucional	1.520.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEPLAG	Em andamento	SEPLAG	Publicidade Institucional	900.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SOP	Em andamento	SOP	Publicidade Institucional	222.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SRI	Em andamento	SRI	Publicidade Institucional	1.695.230			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - AGERGS	Em andamento	AGERGS	Remuneração do pessoal ativo	16.065.905			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CC	Em andamento	CC	Remuneração do pessoal ativo	65.578.674			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FDRH	Em andamento	FDRH	Remuneração do pessoal ativo	13.745.328			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEE	Em andamento	FEE	Remuneração do pessoal ativo	125.026.444			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - GVG	Em andamento	GVG	Remuneração do pessoal ativo	7.616.783			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - IPERGS	Em andamento	IPERGS	Remuneração do pessoal ativo	119.952.673			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - PGE	Em andamento	PGE	Remuneração do pessoal ativo	303.352.471			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SARH	Em andamento	SARH	Remuneração do pessoal ativo	333.758.799			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SECOM	Em andamento	SECOM	Remuneração do pessoal ativo	12.694.638			

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Remuneração do pessoal ativo	937.802.133			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SOP	Em andamento	SOP	Remuneração do pessoal ativo	30.457.938			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SRI	Em andamento	SRI	Remuneração do pessoal ativo	4.316.177			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO -SEPLAG	Em andamento	SEPLAG	Remuneração do pessoal ativo	40.544.906			



Outras Funções Essenciais ao Estado

PROGRAMA: OPERAÇÕES ESPECIAIS

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

OBJETIVO: -

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	39.191.677.110	7.493.789.720	46.685.466.830

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
OUTRAS OPERAÇÕES ESPECIAIS	Em andamento	EFE	-	38.503.720			
PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS CIVIS E MILITARES DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO	Em andamento	EFE	-	9.150.617.179			
PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	Em andamento	AL	-	440.853.886			
PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	Em andamento	SE	-	6.379.902.898			
PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA SECRETARIA DA SAÚDE	Em andamento	SES	-	452.440.190			
PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO	Em andamento	MP	-	348.500.000			
PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	Em andamento	TCE	-	354.269.776			
PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	Em andamento	TJ	-	1.762.350.504			
PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO	Em andamento	TJM	-	43.843.892			
PAGAMENTO DOS ENCARGOS COM A DÍVIDA DO ESTADO	Em andamento	EFE	-	8.987.080.000			
TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	Em andamento	EFE	-	18.727.104.785			

PROGRAMA: REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
OBJETIVO: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADEQUADOS, ASSIM ENTENDIDOS AQUELES QUE SATISFAZEM AS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE, CONTINUIDADE, EFICIÊNCIA, SEGURANÇA, ATUALIDADE, GENERALIDADE, CORTESIA NA SUA PRESTAÇÃO E MODICIDADE NAS SUAS TARIFAS; GARANTIR A HARMONIA

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	27.032.202	879.040	27.911.242

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS PARA REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO E DOS MUNICÍPIOS	Em andamento	AGERGS	Execução, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, de convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União. Execução de convênio com o Ministério das Cidades para apoio às atividades de regulação na área de saneamento básico.	1.451.354	Convênio celebrado	Unidade	2
FOMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Nova	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembléia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e consultas públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	4.961.229	Audiência pública realizada Usuário voluntário cadastrado	Unidade Unidade	8 6.500
MONITORAMENTO DA MODICIDADE TARIFÁRIA, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E JUSTA REMUNERAÇÃO	Nova	AGERGS	A Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, ao definir dentre os objetivos da Agência o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos, estabeleceu os fundamentos da ação regulatória em seus aspectos econômico e financeiro. A ação deve ser alcançada mediante estratégias que contemplem o estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação gradativa de banco de dados com informações econômico-financeiras.	11.576.201	Reajuste tarifário realizado Revisão tarifária realizada Vistoria/auditoria realizada	Unidade Unidade Unidade	9 1 20
MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	Em andamento	AGERGS	De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação gradativa de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS.	9.922.458	Pesquisa setorial de opinião sobre qualidade dos serviços realizada Sistema de Avaliação da Qualidade Implantado Vistoria regulatória realizada	Unidade Unidade Unidade	8 7 70

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	0	0	0

PROGRAMA:	AÇÃO LEGISLATIVA				Finalístico		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA						
OBJETIVO:	PROPICIAR O CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.						
VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	215.890.545	14.611.831	230.502.376	Proposições Apreciadas	Unidade	406	406

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APROXIMAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA COM A SOCIEDADE	Em andamento	AL	Disponibilizar canais de comunicação com a Sociedade através do Fórum Democrático, Ouvidoria e Escola do Legislativo, bem como executar e promover o desenvolvimento de eventos e atividades culturais e artísticas.	2.931.055	Audiência do Fórum Democrático realizada	Audiência	20
					Evento cultural e apresentação artística realizados	Evento	240
					Evento educacional realizado	Evento	208
					Informação prestada pela Ouvidoria	Informação prestada	12.000
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS	Em andamento	AL	Manter os serviços de apoio aos trabalhos legislativos e administrativos.	199.726.408	Sessão Plenária realizada	Sessão Plenária	484
MELHORIA E EXPANSÃO DO ESPAÇO FÍSICO	Em andamento	AL	Ampliação, conservação, reforma e adequação dos espaços físicos da Assembléia Legislativa, bem como aquisição e instalação de equipamentos e materiais permanentes incorporáveis a imóveis.	9.274.277	Área otimizada/construída	m²	4.000
					Equipamento adquirido	Unidade	4
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	Em andamento	AL	Divulgação nos meios de comunicação dos serviços, atos e atividades desenvolvidas pela Assembléia Legislativa com caráter institucional, educacional, informativo e de orientação social.	17.267.821	Notícia veiculada	Unidade	12.000
REAPARELHAMENTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	Em andamento	AL	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	1.302.815	Equipamento e material permanente adquiridos	Unidade	120

PROGRAMA: ASSISTÊNCIA JURIDICA E JUDICIAL AOS NECESSITADOS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

OBJETIVO: QUALIFICAR E AUMENTAR O NÚMERO DE ATENDIMENTOS DA DEFENSORIA PÚBLICA AOS NECESSITADOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	51.714.000	30.789.000	82.503.000	Pessoas assistidas	Pessoa	298.830	310.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ATENDIMENTO JURÍDICO E JUDICIAL À POPULAÇÃO CARENTE	Nova	DEFPUB	Criar Núcleos Especializados, implantar os serviços em comarcas não atendidas pela Defensoria Pública, disponibilizar acesso à Internet a todas as comarcas, modernizar e implementar sistemas e equipamentos de informática, para qualificação do atendimento da Defensoria Pública do Estado.	46.714.000	Acesso à internet disponibilizado	Acesso	200
					Equipamento de informática adquirido	Equipamento	600
					Nova Comarca implantada	Comarca	48
					Núcleo Especializado criado	Núcleo	12
					Pessoa beneficiada	Pessoa	1.240.000
GERENCIAMENTO DO PROGRAMA	Nova	DEFPUB	Implementar um conjunto de ações voltadas à qualificação, gerenciamento e administração dos serviços prestados pela DPE.	5.000.000	Quadro de Carreira da área administrativa criado	Quadro de Carreira	1
					Treinamento/Curso de qualificação realizado	Treinamento/curso	20
					Veículo adquirido	Veículo	8
REAPARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	Nova	DEFPUB	Adquirir bens móveis durante o período de janeiro de 2008 a dezembro de 2011.	30.789.000	Bem móvel adquirido	Unidade	800

PROGRAMA: EXECUÇÃO DA DEFESA E ACOMPANHAMENTO DOS INTERESSES DA SOCIEDADE E DO PODER PÚBLICO Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: MINISTÉRIO PÚBLICO
 OBJETIVO: ATENDER COM EFICÁCIA AS DEMANDAS PERTINENTES, COM O INTUITO DE ATINGIR SATISFATORIAMENTE SUA INCUMBÊNCIA CONSTITUCIONAL, INTEGRANDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO COM EXTENSÃO A TODOS OS MEMBROS, CORPO ADMINISTRATIVO E SOCIEDADE EM GERAL,

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	214.000.000	96.000.000	310.000.000	Denúncias oferecidas	Unidade	67.710	261.496

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA E SEDES ADMINISTRATIVAS	Em andamento	MP	Construir, instalar, ampliar e reformar Promotorias de Justiça e sedes administrativas na Capital e no Interior do Estado e adquirir bens imóveis, visando dar suporte à atuação dos Procuradores, Promotores de Justiça e Servidores da Instituição e apropriar o conjunto da área física do Ministério Público. Esta ação origina-se do recorrente aumento de demanda em razão não só do crescimento demográfico, mas, também, pelo desequilíbrio social cada vez mais acentuado que gera a necessidade de uma participação mais efetiva da Instituição na tentativa de promover uma harmonização das questões conflitantes com os direitos e deveres de cada cidadão, o que resulta em aquisição de áreas e prédios, em elaboração de projetos e laudos, e em todo o trabalho necessário para a construção e reforma dos prédios, bem como pequenas adaptações com o desenvolvimento de "layouts" e fiscalização de serviços.	56.000.000	Área construída	m²	53.053
GESTÃO INTEGRADA DE COMBATE À CRIMINALIDADE	Em andamento	MP	Intensificar ações de combate ao crime organizado, por meio da implementação de procedimentos que resultem na redução da criminalidade e na eficaz proteção dos direitos difusos e coletivos, proporcionando maior tranquilidade e melhor qualidade de vida ao cidadão.	192.600.000	Cidadão atendido	Pessoa	3.448.000
SUPORTE OPERACIONAL	Em andamento	MP	Ampliar, modernizar e adquirir bens e serviços visando instrumentalizar as áreas meio e fim, com o intuito de proporcionar uma infra-estrutura adequada às reais necessidades do Órgão, em especial o Plano Diretor de Informática. Esta ação decorre da expansão do Órgão, em razão do aumento da atuação do Ministério Público junto à sociedade, cuja intervenção é cada vez mais requerida, o que redundará em realização de novos concursos, na qualificação dos servidores, na aquisição de móveis, veículos, máquinas, mobiliário em geral, equipamentos de telecomunicação, áudio, imagem, material didático, equipamentos de processamento de dados e no desenvolvimento de sistemas e aquisição de "softwares".	61.400.000	Equipamento, material, software e sistema adquiridos e serviço realizado	Unidade	3.210

PROGRAMA: FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
 OBJETIVO: ABREVIAR O TEMPO ENTRE FATO/AÇÃO FISCALIZADORA/DECISÃO, RACIONALIZANDO OS PROCEDIMENTOS FISCALIZATÓRIOS E INSTRUTIVOS DE MODO A INTENSIFICAR AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	62.778.594	17.320.580	80.099.174	Índice de Prestação de Contas no prazo do Regimento Interno	Taxa de processos	96,6	95
				Índice de Tomada de Contas no Prazo do Regimento Interno	Taxa de Processos	90,6	95

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E REFORMULAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO TCE	Nova	TCE	Instalação dos serviços regionais e readequação dos imóveis próprios.	5.120.000	Imóvel Adquirido Imóvel Reformado/Ampliado/Adaptado	Imóvel m²	2 700
APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	Nova	TCE	Promoção de treinamento e aperfeiçoamento de servidores, bem como treinamentos e eventos a público externo.	4.703.971	Participante inscrito Servidor treinado	Participante Servidor	14.000 10.000
ATENDIMENTO NO CENTRO DE PERÍCIAS MÉDICAS	Nova	TCE	Realização de perícias médicas para ingressantes, para concessão de licenças-saúde e aposentadoria por invalidez, complementado por atendimento médico-odontológico-social aos servidores do Órgão e seus dependentes.	1.488.262	Atendimento realizado	Atendimento	170.000
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	Nova	TCE	Realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das Entidades e Órgãos Jurisdicionados	47.836.719	Procedimento de auditoria realizado	Auditoria	12.020
MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO NA ISO 9001:2000 E PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA GAÚCHO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (PGQP)	Nova	TCE	Necessidade de manter a Certificação internacionalmente reconhecida, que valide o Sistema de Gestão do Tribunal, bem como concorrer aos prêmios do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), Série Prata(2009) e Série Ouro(2011), haja vista o programa de qualidade implantado em 1998.	233.555	Certificação obtida Premiação obtida	Percentual Percentual	100 100
MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Nova	TCE	Atualizar o uso de Tecnologia de Informação, com o desenvolvimento de sistemas corporativos, aquisição e manutenção de "hardware" e "software".	11.554.628	Hardware com software renovado/atualizado Licença de software adquirida e/ou renovada e sistema desenvolvido	Equipamento Unidade	480 1.000
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO (PROMOEX)	Nova	TCE	Modernização institucional no processo de fiscalização e controle, face às novas demandas proporcionadas pela dinâmica social, cujo efeito foi a introdução de novas regras no ordenamento jurídico brasileiro, ampliando-se as atribuições de fiscalização do controle externo.	8.947.316	Sistema desenvolvido/modernizado	Percentual executado	100
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	Nova	TCE	Promover a divulgação das atividades do TCE na sociedade rio-grandense.	212.323	Matéria divulgada	Matéria	40
REAPARELHAMENTO DO TCE COM RECURSOS PRÓPRIOS	Nova	TCE	Reaparelhar supletivamente o Órgão através dos recursos geridos no Fundo de Reaparelhamento do TCE (FURTCE).	2.400	Contratação de terceiros realizada	Contratação	45

PROGRAMA: MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OBJETIVO: PRESTAR A TUTELA JURISDICIONAL COM CELERIDADE, A TODOS E A CADA UM, INDISTINTAMENTE, DISTRIBUINDO JUSTIÇA DE MODO ÚTIL E A TEMPO, EXPRESSA PELA SIMPLICIDADE DOS PROCESSOS PRODUTIVOS, PELO DESAPEGU À BUROCRACIA E POR DESPERDÍCIOS NULOS, OU SEJA, UMA INSTIT

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	535.995.310	361.683.980	897.679.290	Processos em Tramitação	Processo	2.633.321	3.667.611
				Processos Iniciados	Processo	2.258.670	3.474.659
				Processos Julgados	Processo	2.036.046	3.492.598

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS ESPAÇOS FÍSICOS	Em andamento	TJ	Dar suporte à atuação das varas, foros, comarcas, do Tribunal de Justiça e atividades administrativas com ampliação da capacidade instalada, construção e reformas de prédios, otimizando a prestação de serviços pelo Poder Judiciário.	262.063.466	Obra realizada	m²	286.089
ATIVIDADES SUPLETIVAS JUDICIAIS	Em andamento	TJ	Apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho relacionados com os serviços prestados pelos juizes leigos e conciliadores, defensores dativos, traduções, exames DNA, perícias etc.	41.307.479	Acordo e parecer exarados nos juizados especiais Certidão de honorários advocatícios atendida Laudo de DNA emitido Perícia e tradução realizadas	Acordo e/ou parecer Certidão Laudo Documento	524.437 54.000 2.600 10.903
INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS FORENSES	Em andamento	TJ	Modernização, reaparelhamento e ampliação da informatização do 1º e 2º Grau de jurisdição e desenvolvimentos de sistemas buscando agilizar os serviços prestados e possibilitar o julgamento de um maior número de processo/ano, reduzindo os estoques existentes.	90.477.342	Equipamento de informática adquirido Software Básico e aplicativos adquiridos	Equipamento Unidade	29.450 4.227
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Em andamento	TJ	Porporcionar suporte necessário ao planejamento, execução e controle do Poder Judiciário, destinada à manutenção do órgão central do Tribunal de Justiça no tocante às atividades administrativas, operacionais e de coordenação das unidades vinculadas.	503.831.003	Unidade jurisdicional instalada	Comarca e Tribunal de Justiça	163

PROGRAMA: MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR
OBJETIVO: PRESTAR A TUTELA JURISDICIONAL COM CELERIDADE, A TODOS E A CADA UM, INDISTINTAMENTE, DISTRIBUINDO JUSTIÇA DE MODO ÚTIL E A TEMPO, EXPRESSA PELA SIMPLICIDADE DOS PROCESSOS PRODUTIVOS, PELO DESAPEGU À BUROCRACIA E POR DESPERDÍCIOS NULOS, OU SEJA, UMA INSTIT

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	3.779.578	2.179.782	5.959.360	Processos Autuados	Processo	8.356	9.100
				Processos Julgados	Processo	7.390	8.356

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS, MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS	Em andamento	TJM	Suporte à atuação das Auditorias Militares e do próprio Tribunal de Justiça Militar nas atividades administrativas e jurisdicional, através da ampliação da capacidade instalada, da construção e da reforma de prédios, da modernização dos sistemas e da renovação dos equipamentos, otimizando a prestação de serviços da Justiça Militar do Estado.	1.861.186	Espaço físico ampliado Sistema e equipamento modernizado	m² Unidade	980 1.238
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO	Em andamento	TJM	Manutenção das atividades da Justiça Militar do Estado no tocante às atividades administrativas, operacionais e de coordenação das unidades vinculadas, oferecendo suporte necessário ao planejamento, à execução e à melhoria dos serviços prestados pela Justiça Militar do Estado.	4.098.174	Processo Julgados	Processo	9.100

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente Despesa Capital Total
 7.300.768.854 0 7.300.768.854

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - TJ	Em andamento	TJ	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	129.538.384			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - TJM	Em andamento	TJM	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	1.245.403			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - AL	Em andamento	AL	Remuneração do pessoal ativo	785.843.738			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - DEFPUB	Em andamento	DEFPUB	Remuneração do pessoal ativo	267.497.000			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - MP	Em andamento	MP	Remuneração do pessoal ativo	1.596.523.740			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - TCE	Em andamento	TCE	Remuneração do pessoal ativo	681.957.500			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - TJ	Em andamento	TJ	Remuneração do pessoal ativo	3.787.115.496			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - TJM	Em andamento	TJM	Remuneração do pessoal ativo	51.047.593			



Resumo das Despesas por Fonte

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RS	0,00	56.980.766,00	0,00	0,00	1.451.354,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.432.120,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	30.520.878,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.520.878,00
Despesa Corrente	0,00	30.244.118,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.244.118,00
Despesa de Capital	0,00	276.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276.760,00
REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	0,00	26.459.888,00	0,00	0,00	1.451.354,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.911.242,00
Despesa Corrente	0,00	25.580.848,00	0,00	0,00	1.451.354,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.032.202,00
Despesa de Capital	0,00	879.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	879.040,00
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	1.457.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.457.200.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	230.502.376,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.502.376,00
Despesa Corrente	215.890.545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.890.545,00
Despesa de Capital	14.611.831,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.611.831,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS	440.853.886,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440.853.886,00
Despesa Corrente	440.853.886,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440.853.886,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	785.843.738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785.843.738,00
Despesa Corrente	785.843.738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785.843.738,00
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00	474.961.287,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	474.961.287,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	474.961.287,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	474.961.287,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	474.961.287,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	474.961.287,00
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS	0,00	0,00	0,00	17.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.850.000,00
PROGRAMA BANRISUL DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	17.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.850.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	17.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.850.000,00
BANRISUL SERVIÇOS LTDA	0,00	0,00	0,00	1.960.093.023,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.960.093.023,00
PROGRAMA BANRISUL DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	1.960.093.023,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.960.093.023,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	1.960.093.023,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.960.093.023,00
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO	0,00	0,00	0,00	24.221.911,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.221.911,00
ARTICULAÇÃO E APOIO AOS SETORES PRODUTIVOS	0,00	0,00	0,00	707.111,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	707.111,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	707.111,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	707.111,00
ASSUNTOS INTERNACIONAIS	0,00	0,00	0,00	542.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	542.800,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	542.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	542.800,00
FOMENTO EMPRESARIAL	0,00	0,00	0,00	472.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	472.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	472.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	472.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	22.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.500.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	22.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.500.000,00
CASA CIVIL	87.109.794,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.109.794,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	87.109.794,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.109.794,00
Despesa Corrente	85.398.518,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.398.518,00
Despesa de Capital	1.711.276,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.711.276,00
CASA MILITAR	38.544.595,00	0,00	0,00	0,00	504.332,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.048.927,00
DEFESA CIVIL	980.000,00	0,00	0,00	0,00	504.332,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484.332,00
Despesa Corrente	980.000,00	0,00	0,00	0,00	504.332,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484.332,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	37.564.595,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.564.595,00
Despesa Corrente	36.708.957,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.708.957,00
Despesa de Capital	855.638,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855.638,00
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A	0,00	0,00	0,00	32.561.220,00	0,00	0,00	921.996,00	0,00	0,00	33.483.216,00
SEGURANÇA ALIMENTAR NA PRODUÇÃO, NO ARMAZENAMENTO E NO ABASTECIMENTO	0,00	0,00	0,00	32.561.220,00	0,00	0,00	921.996,00	0,00	0,00	33.483.216,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	29.257.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.257.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	3.304.220,00	0,00	0,00	921.996,00	0,00	0,00	4.226.216,00
COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE RIO GRANDE	0,00	0,00	0,00	805.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	805.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	805.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	805.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	745.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00	105.608.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.608.000,00
OFERTA DE GÁS NATURAL	0,00	0,00	0,00	105.608.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.608.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	104.308.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.308.000,00
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00	659.559.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	659.559.000,00
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	659.559.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	659.559.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	626.684.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	626.684.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	32.875.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.875.000,00
COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	0,00	11.193.760.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.193.760.999,00
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	0,00	8.474.103.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474.103.999,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	7.959.262.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.959.262.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	514.841.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	514.841.999,00
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	0,00	922.224.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	922.224.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	687.849.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	687.849.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	234.375.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	234.375.000,00
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	0,00	1.797.433.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.797.433.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	1.277.433.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.277.433.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	520.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520.000.000,00
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS	0,00	0,00	0,00	184.567.864,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184.567.864,00
SEGURANÇA ALIMENTAR NA PRODUÇÃO, NO ARMAZENAMENTO E NO ABASTECIMENTO	0,00	0,00	0,00	184.567.864,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184.567.864,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	163.271.864,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163.271.864,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	21.296.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.296.000,00
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS	0,00	0,00	0,00	16.292.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.292.000,00
DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS	0,00	0,00	0,00	152.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	152.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152.000,00
IMPRESSÃO GRÁFICA	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	14.890.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.890.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	13.510.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.510.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	1.380.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.380.000,00
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE MINERAÇÃO	0,00	0,00	0,00	571.471.500,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00	572.971.500,00
AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CARVÃO MINERAL	0,00	0,00	0,00	571.471.500,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00	572.971.500,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	380.101.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380.101.500,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	191.370.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00	192.870.000,00
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	938.690.000,00	0,00	0,00	287.760.000,00	0,00	0,00	1.226.450.000,00
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL (PRODETUR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.760.000,00	0,00	0,00	2.760.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.760.000,00	0,00	0,00	2.760.000,00
PROGRAMA GAÚCHO DE SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	938.690.000,00	0,00	0,00	285.000.000,00	0,00	0,00	1.223.690.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	19.591.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.591.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	919.099.000,00	0,00	0,00	285.000.000,00	0,00	0,00	1.204.099.000,00
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	478.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	478.320,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	478.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	478.320,00
Despesa Corrente	472.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	472.000,00
Despesa de Capital	6.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.320,00
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	350.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000.000,00
ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL AOS NECESSITADOS	82.503.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.503.000,00
Despesa Corrente	51.714.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.714.000,00
Despesa de Capital	30.789.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.789.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	267.497.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.497.000,00
Despesa Corrente	267.497.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.497.000,00
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	3.438.729.710,00	538.299.470,00	0,00	0,00	46.991.599,00	671.826.263,00	822.948.479,00	0,00	0,00	5.518.795.521,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS	276.124.545,00	223.839.666,00	0,00	0,00	2.157.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	502.121.837,00
Despesa Corrente	276.124.545,00	223.839.666,00	0,00	0,00	2.157.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	502.121.837,00
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	2.700.302.468,00	124.236.261,00	0,00	0,00	44.833.973,00	671.826.263,00	822.948.479,00	0,00	0,00	4.364.147.444,00
Despesa de Capital	2.700.302.468,00	124.236.261,00	0,00	0,00	44.833.973,00	671.826.263,00	822.948.479,00	0,00	0,00	4.364.147.444,00
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL (PRODETUR)	4.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500.000,00
Despesa de Capital	4.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500.000,00
OPERAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL	0,00	154.298.818,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.298.818,00
Despesa Corrente	0,00	149.533.818,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149.533.818,00
Despesa de Capital	0,00	4.765.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.765.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	457.802.697,00	35.924.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	493.727.422,00
Despesa Corrente	457.802.697,00	34.631.688,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492.434.385,00
Despesa de Capital	0,00	1.293.037,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.293.037,00
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	0,00	1.231.042.866,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.231.042.866,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	1.190.960.866,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.190.960.866,00
Despesa Corrente	0,00	1.190.908.873,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.190.908.873,00
Despesa de Capital	0,00	51.993,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.993,00
SOCIEDADE RESPONSÁVEL = TRÂNSITO EM DEFESA DA VIDA	0,00	40.082.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.082.000,00
Despesa Corrente	0,00	39.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.800.000,00
Despesa de Capital	0,00	282.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282.000,00
ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO	36.903.305.684,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.903.305.684,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS	36.903.305.684,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.903.305.684,00
Despesa Corrente	29.409.515.964,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.409.515.964,00
Despesa de Capital	7.493.789.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.493.789.720,00
FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI - RÁDIO E TELEVISÃO	66.950.356,00	0,00	4.687.481,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.637.837,00
PRODUÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	3.833.479,00	0,00	1.580.131,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.413.610,00
Despesa Corrente	3.825.263,00	0,00	1.257.199,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.082.462,00
Despesa de Capital	8.216,00	0,00	322.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	331.148,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	63.116.877,00	0,00	3.107.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.224.227,00
Despesa Corrente	63.112.451,00	0,00	2.933.463,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.045.914,00
Despesa de Capital	4.426,00	0,00	173.887,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.313,00
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	26.096.931,00	0,00	8.838.080,00	0,00	25.681.701,00	0,00	1.017.960,00	0,00	0,00	61.634.672,00
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO APLICADOS À INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS	20.319.237,00	0,00	7.198.080,00	0,00	25.681.701,00	0,00	1.017.960,00	0,00	0,00	54.216.978,00
Despesa Corrente	20.319.237,00	0,00	7.198.080,00	0,00	25.681.701,00	0,00	1.017.960,00	0,00	0,00	54.216.978,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	5.777.694,00	0,00	1.640.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.417.694,00
Despesa Corrente	5.777.694,00	0,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.377.694,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPD E PPAH NO RIO GRANDE DO SUL	33.218.020,00	0,00	389.173,00	0,00	2.233.685,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.840.878,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	31.070.690,00	0,00	17.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.088.350,00
Despesa Corrente	30.977.758,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.977.758,00
Despesa de Capital	92.932,00	0,00	17.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.592,00
PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	2.147.330,00	0,00	371.513,00	0,00	2.233.685,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.752.528,00
Despesa Corrente	2.147.330,00	0,00	81.513,00	0,00	1.809.284,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.038.127,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	290.000,00	0,00	424.401,00	0,00	0,00	0,00	0,00	714.401,00
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	385.259.517,00	0,00	1.124.493,00	0,00	2.261.049,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388.645.059,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	320.168.620,00	0,00	224.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320.393.113,00
Despesa Corrente	320.168.620,00	0,00	224.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320.393.113,00
PROGRAMA DE ATENÇÃO À JUVENTUDE	65.090.897,00	0,00	900.000,00	0,00	2.261.049,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.251.946,00
Despesa Corrente	65.050.000,00	0,00	900.000,00	0,00	2.069.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.019.560,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
Despesa de Capital	40.897,00	0,00	0,00	0,00	191.489,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232.386,00
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	76.477.820,00	0,00	25.307.302,00	0,00	5.860.000,00	0,00	920.000,00	0,00	0,00	108.565.122,00
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO APLICADOS À INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS	4.000.000,00	0,00	5.690.198,00	0,00	5.860.000,00	0,00	920.000,00	0,00	0,00	16.470.198,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	4.426.372,00	0,00	2.580.000,00	0,00	280.000,00	0,00	0,00	7.286.372,00
Despesa de Capital	4.000.000,00	0,00	1.263.826,00	0,00	3.280.000,00	0,00	640.000,00	0,00	0,00	9.183.826,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	72.477.820,00	0,00	19.617.104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.094.924,00
Despesa Corrente	72.477.820,00	0,00	18.857.265,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.335.085,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	759.839,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	759.839,00
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA "SIEGFRIED EMANUEL HEUSER"	132.136.881,00	0,00	1.283.122,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.420.003,00
ESCOLAS DE GOVERNO	127.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00
Despesa Corrente	127.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00
PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS	6.133.000,00	0,00	1.158.122,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.291.122,00
Despesa Corrente	6.133.000,00	0,00	939.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.072.990,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	218.132,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	218.132,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	125.876.881,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.001.881,00
Despesa Corrente	125.876.881,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.001.881,00
FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL	15.699.351,00	0,00	0,00	0,00	118.747,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.818.098,00
DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER NO RIO GRANDE DO SUL	6.660.000,00	0,00	0,00	0,00	118.747,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.778.747,00
Despesa Corrente	6.260.000,00	0,00	0,00	0,00	118.747,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.378.747,00
Despesa de Capital	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	5.347.283,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.347.283,00
Despesa Corrente	5.347.283,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.347.283,00
PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	3.692.068,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.692.068,00
Despesa Corrente	3.692.068,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.692.068,00
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL	215.923.627,00	0,00	547.937,00	0,00	4.342.759,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.814.323,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	202.328.827,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.328.827,00
Despesa Corrente	201.755.343,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.755.343,00
Despesa de Capital	573.484,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.484,00
PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	13.594.800,00	0,00	547.937,00	0,00	4.342.759,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.485.496,00
Despesa Corrente	11.494.800,00	0,00	547.937,00	0,00	3.546.042,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.588.779,00
Despesa de Capital	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00	796.717,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.896.717,00
FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	4.090.929,00	0,00	12.474.085,00	0,00	700.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	21.265.014,00
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO	4.090.929,00	0,00	12.474.085,00	0,00	700.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	21.265.014,00
Despesa Corrente	3.797.265,00	0,00	12.474.085,00	0,00	300.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	18.571.350,00
Despesa de Capital	293.664,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.693.664,00
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	22.300.030,00	0,00	7.297.167,00	0,00	358.927,00	1.650.000,00	700.000,00	0,00	0,00	32.306.124,00
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO APLICADOS À INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS	2.688.825,00	0,00	3.644.110,00	0,00	358.927,00	1.650.000,00	700.000,00	0,00	0,00	9.041.862,00
Despesa Corrente	2.350.000,00	0,00	3.644.110,00	0,00	272.775,00	1.650.000,00	700.000,00	0,00	0,00	8.616.885,00
Despesa de Capital	338.825,00	0,00	0,00	0,00	86.152,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424.977,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	19.611.205,00	0,00	3.653.057,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.264.262,00
Despesa Corrente	19.611.205,00	0,00	3.507.113,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.118.318,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	145.944,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.944,00
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	93.567.996,00	0,00	16.662.476,00	0,00	2.329.588,00	17.800.000,00	49.200.000,00	5.599.585,00	0,00	185.159.645,00
DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL	15.127.201,00	0,00	14.350.353,00	0,00	1.747.191,00	11.800.000,00	25.200.000,00	5.599.585,00	0,00	73.824.330,00
Despesa Corrente	720.000,00	0,00	400.000,00	0,00	1.747.191,00	4.100.000,00	4.400.000,00	0,00	0,00	11.367.191,00
Despesa de Capital	14.407.201,00	0,00	13.950.353,00	0,00	0,00	7.700.000,00	20.800.000,00	5.599.585,00	0,00	62.457.139,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	71.955.788,00	0,00	2.312.123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.267.911,00
Despesa Corrente	71.155.788,00	0,00	1.512.123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.667.911,00
Despesa de Capital	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00
PROGRAMA GAÚCHO DE SANEAMENTO	5.515.507,00	0,00	0,00	0,00	582.397,00	6.000.000,00	24.000.000,00	0,00	0,00	36.097.904,00
Despesa Corrente	265.507,00	0,00	0,00	0,00	582.397,00	2.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	6.847.904,00
Despesa de Capital	5.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	20.000.000,00	0,00	0,00	29.250.000,00
PROGRAMA INTEGRADO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	969.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	969.500,00
Despesa Corrente	319.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.500,00
Despesa de Capital	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE	65.448.198,00	0,00	24.793.165,00	0,00	51.188.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.429.663,00
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	32.698.400,00	0,00	594.600,00	0,00	6.382.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.675.000,00
Despesa Corrente	31.098.400,00	0,00	594.600,00	0,00	1.730.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.423.000,00
Despesa de Capital	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	4.652.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.252.000,00
GESTÃO E FINANCIAMENTO DO SUS	429.457,00	0,00	840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.269.457,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840.000,00
Despesa de Capital	429.457,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	429.457,00
IMPLEMENTAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	752.500,00	0,00	2.621.680,00	0,00	21.216.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.590.180,00
Despesa Corrente	752.500,00	0,00	2.385.368,00	0,00	18.337.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.474.868,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	236.312,00	0,00	2.879.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.115.312,00
PESQUISA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE	290.503,00	0,00	6.774.065,00	0,00	17.616.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.681.068,00
Despesa Corrente	290.503,00	0,00	6.586.600,00	0,00	10.450.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.327.603,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	187.465,00	0,00	7.166.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.353.465,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	13.785.215,00	0,00	5.300.000,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.685.215,00
Despesa Corrente	13.785.215,00	0,00	5.300.000,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.685.215,00
SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE	17.492.123,00	0,00	8.662.820,00	0,00	5.373.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.528.743,00
Despesa Corrente	17.492.123,00	0,00	8.662.820,00	0,00	3.173.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.328.743,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	75.268.216,00	0,00	56.669.068,00	0,00	8.624,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131.945.908,00
GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	0,00	0,00	1.330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	1.330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	75.268.216,00	0,00	43.900.955,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.169.171,00
Despesa Corrente	75.268.216,00	0,00	43.365.622,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.633.838,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	535.333,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	535.333,00
QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS	0,00	0,00	11.438.113,00	0,00	8.624,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.446.737,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	11.438.113,00	0,00	8.624,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.446.737,00
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	171.651.563,00	0,00	1.919.637,00	0,00	58.384.632,00	0,00	3.600.000,00	0,00	0,00	235.555.832,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	161.534.905,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.934.905,00
Despesa Corrente	161.534.905,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.934.905,00
PROGRAMA DE ATENÇÃO À JUVENTUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
PROGRAMA DE ATENÇÃO E PROMOÇÃO À FAMÍLIA	5.838.467,00	0,00	1.544.444,00	0,00	55.144.976,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	62.927.887,00
Despesa Corrente	5.838.467,00	0,00	1.544.444,00	0,00	51.350.202,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	59.133.113,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	3.794.774,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.794.774,00
PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	4.278.191,00	0,00	375.193,00	0,00	344.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.998.192,00
Despesa Corrente	4.278.191,00	0,00	375.193,00	0,00	318.485,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.971.869,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	26.323,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.323,00
TERCEIRO SETOR E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	2.094.848,00	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00	5.294.848,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00	0,00	2.400.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	494.848,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	1.294.848,00
FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE	3.843.902,00	0,00	158.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.002.092,00
PATRIMÔNIO CULTURAL	0,00	0,00	158.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.190,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	158.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.190,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.843.902,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.843.902,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
Despesa Corrente	3.843.902,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.843.902,00
FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE	30.609.833,00	0,00	256.091,00	0,00	0,00	0,00	24.000.000,00	0,00	0,00	54.865.924,00
PATRIMÔNIO CULTURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000.000,00	0,00	0,00	24.000.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000.000,00	0,00	0,00	24.000.000,00
PRODUÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	4.470.615,00	0,00	256.091,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.726.706,00
Despesa Corrente	4.470.615,00	0,00	256.091,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.726.706,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	26.139.218,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.139.218,00
Despesa Corrente	26.134.779,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.134.779,00
Despesa de Capital	4.439,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.439,00
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	0,00	46.718.322,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.718.322,00
ESCOLAS DE GOVERNO	0,00	0,00	23.008.588,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.008.588,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	20.408.588,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.408.588,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.600.000,00
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	0,00	6.210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.210.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	6.210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.210.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	17.499.734,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.499.734,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	16.099.734,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.099.734,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400.000,00
FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO	3.565.340,00	0,00	1.986.305,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	6.151.645,00
PATRIMÔNIO CULTURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
PRODUÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	0,00	0,00	179.254,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179.254,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	179.254,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179.254,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.565.340,00	0,00	1.807.051,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.372.391,00
Despesa Corrente	3.565.340,00	0,00	1.807.051,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.372.391,00
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL	51.517.145,00	0,00	8.570.452,00	0,00	425.723,00	0,00	1.038.000,00	0,00	0,00	61.551.320,00
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL (PRODETUR)	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	51.517.145,00	0,00	8.396.452,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.913.597,00
Despesa Corrente	51.517.145,00	0,00	7.994.564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.511.709,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	401.888,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	401.888,00
PROTEÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS	0,00	0,00	150.000,00	0,00	425.723,00	0,00	1.038.000,00	0,00	0,00	1.613.723,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	110.000,00	0,00	153.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	263.260,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	40.000,00	0,00	272.463,00	0,00	1.038.000,00	0,00	0,00	1.350.463,00
QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	11.939.263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.939.263,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	11.939.263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.939.263,00
Despesa Corrente	11.511.443,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.511.443,00
Despesa de Capital	427.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	427.820,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	3.872.910.195,00	4.712.171.662,00	0,00	0,00	122.437.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.707.519.514,00
GESTÃO DA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	2.869.911.467,00	2.362.023.719,00	0,00	0,00	122.437.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.354.372.843,00
Despesa Corrente	2.869.911.467,00	2.362.023.719,00	0,00	0,00	122.437.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.354.372.843,00
GESTÃO DA SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	1.002.998.728,00	2.075.504.804,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.078.503.532,00
Despesa Corrente	1.002.998.728,00	2.075.504.804,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.078.503.532,00
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	0,00	8.752.393,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.752.393,00
Despesa Corrente	0,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
Despesa de Capital	0,00	7.052.393,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.052.393,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	265.890.746,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265.890.746,00
Despesa Corrente	0,00	262.222.047,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	262.222.047,00
Despesa de Capital	0,00	3.668.699,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.668.699,00
INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ	0,00	156.914.007,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156.914.007,00
DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO	0,00	84.470.497,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.470.497,00
Despesa Corrente	0,00	80.349.915,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.349.915,00
Despesa de Capital	0,00	4.120.582,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.120.582,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	72.443.510,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.443.510,00
Despesa Corrente	0,00	72.443.510,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.443.510,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	2.255.023.740,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.255.023.740,00
EXECUÇÃO DA DEFESA E ACOMPANHAMENTO DOS INTERESSES DA SOCIEDADE E DO PODER PÚBLICO	310.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000.000,00
Despesa Corrente	214.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.000.000,00
Despesa de Capital	96.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.000.000,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS	348.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	348.500.000,00
Despesa Corrente	348.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	348.500.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.596.523.740,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.596.523.740,00
Despesa Corrente	1.596.523.740,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.596.523.740,00
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	358.091.777,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	358.091.777,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	303.352.471,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303.352.471,00
Despesa Corrente	303.352.471,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303.352.471,00
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E CONSULTORIA AO ESTADO	54.739.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.739.306,00
Despesa Corrente	41.237.278,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.237.278,00
Despesa de Capital	13.502.028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.502.028,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS	435.102.805,00	0,00	0,00	0,00	7.177.241,00	0,00	0,00	0,00	0,00	442.280.046,00
ESCOLAS DE GOVERNO	823.793,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	823.793,00
Despesa Corrente	823.793,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	823.793,00
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.522.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.522.720,00
Despesa Corrente	1.522.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.522.720,00
GESTÃO PATRIMONIAL	6.128.611,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.128.611,00
Despesa Corrente	2.928.611,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.928.611,00
Despesa de Capital	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.200.000,00
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	13.096.029,00	0,00	0,00	0,00	7.177.241,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.273.270,00
Despesa Corrente	11.747.861,00	0,00	0,00	0,00	4.368.310,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.116.171,00
Despesa de Capital	1.348.168,00	0,00	0,00	0,00	2.808.931,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.157.099,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	413.531.652,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	413.531.652,00
Despesa Corrente	412.991.652,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	412.991.652,00
Despesa de Capital	540.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540.000,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO	1.071.718.340,00	0,00	0,00	0,00	22.350.586,00	0,00	4.400.000,00	0,00	0,00	1.098.468.926,00
ARTICULAÇÃO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00
Despesa Corrente	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	390.266.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.266.860,00
Despesa Corrente	390.266.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.266.860,00
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	12.329.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.329.775,00
Despesa Corrente	12.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.300.000,00
Despesa de Capital	29.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.775,00
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	164.025.136,00	0,00	0,00	0,00	6.352.460,00	0,00	4.400.000,00	0,00	0,00	174.777.596,00
Despesa Corrente	97.280.288,00	0,00	0,00	0,00	6.352.460,00	0,00	4.400.000,00	0,00	0,00	108.032.748,00
Despesa de Capital	66.744.848,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.744.848,00
DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO	177.557.868,00	0,00	0,00	0,00	15.998.126,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.555.994,00
Despesa Corrente	81.257.868,00	0,00	0,00	0,00	9.528.689,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.786.557,00
Despesa de Capital	96.300.000,00	0,00	0,00	0,00	6.469.437,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.769.437,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	18.836.849,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.836.849,00
Despesa Corrente	5.871.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.871.200,00
Despesa de Capital	12.965.649,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.965.649,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	301.201.852,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	301.201.852,00
Despesa Corrente	266.133.852,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266.133.852,00
Despesa de Capital	35.068.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.068.000,00
SEGURANÇA ALIMENTAR NA PRODUÇÃO, NO ARMAZENAMENTO E NO ABASTECIMENTO	6.250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.250.000,00
Despesa Corrente	2.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.150.000,00
Despesa de Capital	4.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.100.000,00
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	57.611.408,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.611.408,00
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO APLICADOS À INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS	6.172.499,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.172.499,00
Despesa Corrente	2.380.657,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.380.657,00
Despesa de Capital	3.791.842,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.791.842,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	51.438.909,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.438.909,00
Despesa Corrente	51.437.266,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.437.266,00
Despesa de Capital	1.643,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.643,00
SECRETARIA DA CULTURA	43.414.044,00	0,00	0,00	0,00	384.687,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.798.731,00
INCLUSÃO SOCIAL PELA AÇÃO CULTURAL	881.911,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	881.911,00
Despesa Corrente	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Despesa de Capital	81.911,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.911,00
PATRIMÔNIO CULTURAL	908.035,00	0,00	0,00	0,00	384.687,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.292.722,00
Despesa Corrente	563.802,00	0,00	0,00	0,00	384.687,00	0,00	0,00	0,00	0,00	948.489,00
Despesa de Capital	344.233,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	344.233,00
PRODUÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	2.363.772,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.363.772,00
Despesa Corrente	2.260.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.260.025,00
Despesa de Capital	103.747,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.747,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	39.260.326,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.260.326,00
Despesa Corrente	39.140.326,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.140.326,00
Despesa de Capital	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	15.734.846.772,00	0,00	0,00	0,00	412.051.723,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.146.898.495,00
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	28.961.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.961.900,00
Despesa Corrente	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
Despesa de Capital	28.821.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.821.900,00
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO	45.004.891,00	0,00	0,00	0,00	28.070.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.074.891,00
Despesa Corrente	15.908.600,00	0,00	0,00	0,00	4.170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.078.600,00
Despesa de Capital	29.096.291,00	0,00	0,00	0,00	23.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.996.291,00
GARANTIA DE ACESSO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.512.512.705,00	0,00	0,00	0,00	383.981.723,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.896.494.428,00
Despesa Corrente	1.124.234.177,00	0,00	0,00	0,00	345.140.994,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.469.375.171,00
Despesa de Capital	388.278.528,00	0,00	0,00	0,00	38.840.729,00	0,00	0,00	0,00	0,00	427.119.257,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS	6.379.902.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.379.902.898,00
Despesa Corrente	6.379.902.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.379.902.898,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	7.768.464.378,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.768.464.378,00
Despesa Corrente	7.768.464.378,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.768.464.378,00
SECRETARIA DA FAZENDA	1.265.101.098,00	0,00	0,00	0,00	56.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.265.158.084,00
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO RELACIONAMENTO DA SECRETARIA DA FAZENDA COM A SOCIEDADE	1.597.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.597.000,00
Despesa Corrente	1.357.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.357.000,00
Despesa de Capital	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
EQUILIBRIO FISCAL ESTRUTURAL E GERAÇÃO DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E DE SERVIÇOS	50.431.736,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.431.736,00
Despesa Corrente	32.842.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.842.000,00
Despesa de Capital	17.589.736,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.589.736,00
ESCOLAS DE GOVERNO	3.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800.000,00
Despesa Corrente	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.600.000,00
Despesa de Capital	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
EXCELÊNCIA NA GESTÃO FAZENDÁRIA	84.108.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.108.990,00
Despesa Corrente	70.648.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.648.990,00
Despesa de Capital	13.460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.460.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.125.163.372,00	0,00	0,00	0,00	56.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.125.220.358,00
Despesa Corrente	1.120.045.269,00	0,00	0,00	0,00	56.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.120.102.255,00
Despesa de Capital	5.118.103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.118.103,00
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO	154.479.142,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.693.346,00	485.127.874,00	0,00	0,00	718.300.362,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	20.079.141,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.079.141,00
Despesa Corrente	19.479.141,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.479.141,00
Despesa de Capital	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
PROGRAMA GAÚCHO DE SANEAMENTO	33.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.200.000,00	0,00	0,00	0,00	40.600.000,00
Despesa Corrente	19.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000.000,00
Despesa de Capital	14.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600.000,00	0,00	0,00	0,00	20.600.000,00
PROGRAMA INTEGRADO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	101.000.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.493.346,00	485.127.874,00	0,00	0,00	657.621.221,00
Despesa Corrente	45.600.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.600.001,00
Despesa de Capital	55.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.493.346,00	485.127.874,00	0,00	0,00	612.021.220,00
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA	56.873.040,00	0,00	0,00	0,00	2.990.797,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.863.837,00
AEROPORTOS DO RIO GRANDE DO SUL	19.880.698,00	0,00	0,00	0,00	2.990.797,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.871.495,00
Despesa Corrente	10.811.101,00	0,00	0,00	0,00	583.913,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.395.014,00
Despesa de Capital	9.069.597,00	0,00	0,00	0,00	2.406.884,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.476.481,00
GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA	3.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.600.000,00
Despesa Corrente	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00
Despesa de Capital	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	33.392.342,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.392.342,00
Despesa Corrente	33.392.342,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.392.342,00
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	80.483.603,00	0,00	0,00	0,00	19.936.553,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	100.620.156,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	32.447.103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.447.103,00
Despesa Corrente	30.622.131,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.622.131,00
Despesa de Capital	1.824.972,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.824.972,00
PROGRAMA DE ATENÇÃO À JUVENTUDE	1.904.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.704.000,00
Despesa Corrente	1.584.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.984.000,00
Despesa de Capital	320.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00
PROGRAMA DE ATENÇÃO E PROMOÇÃO À FAMÍLIA	9.900.000,00	0,00	0,00	0,00	7.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.750.000,00
Despesa Corrente	8.420.000,00	0,00	0,00	0,00	7.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.270.000,00
Despesa de Capital	1.480.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.480.000,00
PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	17.872.500,00	0,00	0,00	0,00	11.286.553,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.159.053,00
Despesa Corrente	15.792.500,00	0,00	0,00	0,00	4.291.226,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.083.726,00
Despesa de Capital	2.080.000,00	0,00	0,00	0,00	6.995.327,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.075.327,00
TERCEIRO SETOR E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	18.360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	18.560.000,00
Despesa Corrente	18.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	18.480.000,00
Despesa de Capital	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
SECRETARIA DA SAÚDE	3.724.570.687,00	0,00	0,00	0,00	1.931.800.178,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.656.370.865,00
ASSISTÊNCIA EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO SISTEMA DE SAÚDE	350.355.000,00	0,00	0,00	0,00	9.481.967,00	0,00	0,00	0,00	0,00	359.836.967,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
Despesa Corrente	273.355.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273.355.000,00
Despesa de Capital	77.000.000,00	0,00	0,00	0,00	9.481.967,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.481.967,00
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	668.855.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	668.855.000,00
Despesa Corrente	668.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	668.700.000,00
Despesa de Capital	155.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00
ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	304.225.000,00	0,00	0,00	0,00	32.134.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	336.359.100,00
Despesa Corrente	211.000.000,00	0,00	0,00	0,00	31.135.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242.135.600,00
Despesa de Capital	93.225.000,00	0,00	0,00	0,00	998.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.223.500,00
GESTÃO E FINANCIAMENTO DO SUS	701.507.242,00	0,00	0,00	0,00	1.851.452.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.552.959.372,00
Despesa Corrente	602.314.242,00	0,00	0,00	0,00	1.851.452.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.453.766.372,00
Despesa de Capital	99.193.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.193.000,00
IMPLEMENTAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	7.926.852,00	0,00	0,00	0,00	32.681.981,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.608.833,00
Despesa Corrente	7.926.852,00	0,00	0,00	0,00	28.284.981,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.211.833,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	4.397.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.397.000,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS	452.440.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	452.440.190,00
Despesa Corrente	452.440.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	452.440.190,00
PESQUISA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE	77.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.350.000,00
Despesa Corrente	77.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.350.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.087.281.403,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.087.281.403,00
Despesa Corrente	992.504.403,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	992.504.403,00
Despesa de Capital	94.777.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.777.000,00
PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	7.950.000,00	0,00	0,00	0,00	6.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000.000,00
Despesa Corrente	7.300.000,00	0,00	0,00	0,00	5.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500.000,00
Despesa de Capital	650.000,00	0,00	0,00	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR	66.680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.680.000,00
Despesa Corrente	66.680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.680.000,00
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	5.426.230.598,00	0,00	0,00	0,00	577.121.629,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.003.352.227,00
ADMINISTRAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL	347.783.171,00	0,00	0,00	0,00	267.280.937,00	0,00	0,00	0,00	0,00	615.064.108,00
Despesa Corrente	293.462.937,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	293.462.937,00
Despesa de Capital	54.320.234,00	0,00	0,00	0,00	267.280.937,00	0,00	0,00	0,00	0,00	321.601.171,00
ESCOLAS DE GOVERNO	8.063.405,00	0,00	0,00	0,00	2.982.958,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.046.363,00
Despesa Corrente	7.965.399,00	0,00	0,00	0,00	2.501.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.467.149,00
Despesa de Capital	98.006,00	0,00	0,00	0,00	481.208,00	0,00	0,00	0,00	0,00	579.214,00
PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS, BUSCAS E SALVAMENTOS	70.930.041,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.930.041,00
Despesa Corrente	70.930.041,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.930.041,00
PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	811.508.906,00	0,00	0,00	0,00	304.697.734,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.116.206.640,00
Despesa Corrente	758.500.635,00	0,00	0,00	0,00	56.531.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	815.031.825,00
Despesa de Capital	53.008.271,00	0,00	0,00	0,00	248.166.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00	301.174.815,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	4.187.545.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.187.545.075,00
Despesa Corrente	4.187.545.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.187.545.075,00
PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO, AUXÍLIO E ASSISTÊNCIA A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS	400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.560.000,00
Despesa Corrente	400.000,00	0,00	0,00	0,00	2.080.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.480.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS	72.396.396,00	0,00	0,00	0,00	46.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.443.246,00
GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS	29.587.808,00	0,00	0,00	0,00	46.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.634.658,00
Despesa Corrente	25.951.980,00	0,00	0,00	0,00	46.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.998.830,00
Despesa de Capital	3.635.828,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.635.828,00
GESTÃO PATRIMONIAL	320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00
Despesa Corrente	320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	42.488.588,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.488.588,00
Despesa Corrente	39.853.888,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.853.888,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
Despesa de Capital	2.634.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.634.700,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS	74.013.071,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.013.071,00
ARTICULAÇÃO E APOIO AOS SETORES PRODUTIVOS	6.043.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.043.844,00
Despesa Corrente	5.039.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.039.844,00
Despesa de Capital	1.004.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004.000,00
ASSUNTOS INTERNACIONAIS	2.720.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.720.000,00
Despesa Corrente	2.720.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.720.000,00
FOMENTO EMPRESARIAL	25.810.624,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.810.624,00
Despesa Corrente	22.614.903,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.614.903,00
Despesa de Capital	3.195.721,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.195.721,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	39.438.603,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.438.603,00
Despesa Corrente	38.650.663,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.650.663,00
Despesa de Capital	787.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	787.940,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	78.934.646,00	0,00	0,00	0,00	5.915.120,00	2.400.000,00	5.200.000,00	0,00	0,00	92.449.766,00
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL (PRODETUR)	49.952,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.952,00
Despesa Corrente	49.952,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.952,00
GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	25.680.756,00	0,00	0,00	0,00	3.999.263,00	900.000,00	5.200.000,00	0,00	0,00	35.780.019,00
Despesa Corrente	9.557.000,00	0,00	0,00	0,00	3.999.263,00	900.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	19.456.263,00
Despesa de Capital	16.123.756,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	16.323.756,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	29.266.854,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.266.854,00
Despesa Corrente	27.266.854,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.266.854,00
Despesa de Capital	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
PROTEÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS	11.160.000,00	0,00	0,00	0,00	1.620.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.780.000,00
Despesa Corrente	8.710.000,00	0,00	0,00	0,00	1.620.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.330.000,00
Despesa de Capital	2.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450.000,00
QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS	12.777.084,00	0,00	0,00	0,00	295.857,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	14.572.941,00
Despesa Corrente	8.027.084,00	0,00	0,00	0,00	295.857,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	9.422.941,00
Despesa de Capital	4.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	5.150.000,00
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	57.581.663,00	0,00	0,00	0,00	4.725.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.307.363,00
COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO ESTADUAIS	2.037.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.037.000,00
Despesa Corrente	2.037.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.037.000,00
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	5.387.930,00	0,00	0,00	0,00	4.725.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.113.630,00
Despesa Corrente	4.787.930,00	0,00	0,00	0,00	3.355.248,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.143.178,00
Despesa de Capital	600.000,00	0,00	0,00	0,00	1.370.452,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.970.452,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	50.156.733,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.156.733,00
Despesa Corrente	48.646.668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.646.668,00
Despesa de Capital	1.510.065,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.510.065,00
SECRETARIA DO TURISMO, ESPORTE E LAZER	32.368.708,00	0,00	0,00	0,00	2.060.849,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.429.557,00
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL	5.791.958,00	0,00	0,00	0,00	2.060.849,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.852.807,00
Despesa Corrente	5.437.702,00	0,00	0,00	0,00	1.579.105,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.016.807,00
Despesa de Capital	354.256,00	0,00	0,00	0,00	481.744,00	0,00	0,00	0,00	0,00	836.000,00
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL (PRODETUR)	5.313.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.313.000,00
Despesa Corrente	5.313.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.313.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	21.263.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.263.750,00
Despesa Corrente	21.263.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.263.750,00
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA	271.682.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271.682.790,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	15.077.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.077.070,00
Despesa Corrente	14.877.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.877.070,00
Despesa de Capital	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO	249.495.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.495.720,00
Despesa Corrente	1.269.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.269.720,00
Despesa de Capital	248.226.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.226.000,00
USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA	7.110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.110.000,00
Despesa Corrente	536.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536.000,00
Despesa de Capital	6.574.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.574.000,00
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	31.720.436,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.720.436,00
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	19.025.798,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.025.798,00
Despesa Corrente	17.742.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.742.340,00
Despesa de Capital	1.283.458,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.283.458,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	12.694.638,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.694.638,00
Despesa Corrente	12.694.638,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.694.638,00
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	11.933.477,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.933.477,00
ARTICULAÇÃO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Despesa Corrente	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	8.379.577,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.379.577,00
Despesa Corrente	7.951.757,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.951.757,00
Despesa de Capital	427.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	427.820,00
PROGRAMA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	2.753.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.753.900,00
Despesa Corrente	2.753.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.753.900,00
SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS	186.595.817,00	28.074.610,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.670.427,00
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430.000,00
Despesa Corrente	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430.000,00
PORTOS INTERIORES E HIDROVIAS	34.873.717,00	28.074.610,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.948.327,00
Despesa Corrente	16.389.522,00	27.521.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.910.972,00
Despesa de Capital	18.484.195,00	553.160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.037.355,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	151.292.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.292.100,00
Despesa Corrente	151.292.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.292.100,00
SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE	0,00	244.096.719,00	0,00	0,00	147.245.703,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391.342.422,00
PORTO DO RIO GRANDE - PORTAL LOGÍSTICO DO MERCOSUL	0,00	151.439.820,00	0,00	0,00	147.245.703,00	0,00	0,00	0,00	0,00	298.685.523,00
Despesa Corrente	0,00	136.276.476,00	0,00	0,00	845.703,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.122.179,00
Despesa de Capital	0,00	15.163.344,00	0,00	0,00	146.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.563.344,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	92.656.899,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.656.899,00
Despesa Corrente	0,00	92.656.899,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.656.899,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.110.813.997,00	0,00	0,00	0,00	5.512.453,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.116.326.450,00
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA	74.586.721,00	0,00	0,00	0,00	5.512.453,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.099.174,00
Despesa Corrente	59.198.269,00	0,00	0,00	0,00	3.580.325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.778.594,00
Despesa de Capital	15.388.452,00	0,00	0,00	0,00	1.932.128,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.320.580,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS	354.269.776,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.269.776,00
Despesa Corrente	354.269.776,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.269.776,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	681.957.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	681.957.500,00
Despesa Corrente	681.957.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	681.957.500,00
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	6.576.683.674,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.576.683.674,00
MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	897.679.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	897.679.290,00
Despesa Corrente	535.995.310,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	535.995.310,00
Despesa de Capital	361.683.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	361.683.980,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.762.350.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.762.350.504,00
Despesa Corrente	1.762.350.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.762.350.504,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.916.653.880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.916.653.880,00
Despesa Corrente	3.916.653.880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.916.653.880,00
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	102.096.248,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.096.248,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	5.959.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.959.360,00
Despesa Corrente	3.779.578,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.779.578,00
Despesa de Capital	2.179.782,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.179.782,00
OPERAÇÕES ESPECIAIS	43.843.892,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.843.892,00
Despesa Corrente	43.843.892,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.843.892,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	52.292.996,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.292.996,00
Despesa Corrente	52.292.996,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.292.996,00
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	125.893.183,00	0,00	116.125,00	0,00	3.681.836,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129.691.144,00
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	35.867.539,00	0,00	116.125,00	0,00	3.681.836,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.665.500,00
Despesa Corrente	35.396.402,00	0,00	43.960,00	0,00	3.385.607,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.825.969,00
Despesa de Capital	471.137,00	0,00	72.165,00	0,00	296.229,00	0,00	0,00	0,00	0,00	839.531,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	90.025.644,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.025.644,00
Despesa Corrente	90.025.644,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.025.644,00

